

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME III



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

3ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

Copyright© 2022 por Editora Conhecimento Livre

3ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

211 f.: il
DOI: 10.37423/2022.edcl473
ISBN: 978-65-5367-099-0
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

https://doi.org/10.37423/2022.edcl473

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO
2022

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 6
O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO PRONTO SOCORRO DE UM HOSPITAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE
Robson Pacheco
Virginia de Menezes Portes
José Luiz de Oliveira
Kelly Jaqueline Jagiello
DOI 10.37423/220305575

CAPÍTULO 2 19
HORTA COMUNITÁRIA DA VILA NOVA: EMBRIÃO DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
Luciano Streck
Vinícius Santana Farias
Geraldo Muzeka
Izabel Lima Batista
Maisa Benedete Duarte
Suzana Maria Pozzer da Silveira
DOI 10.37423/220305585

CAPÍTULO 3 35
POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM A FASE DO CICLO DE VIDA EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
Débora Karyne da Silva Abrantes
Elissandra Gonçalves dos Santos
Sandra Maria Araújo de Souza
Tatiane de Oliveira
DOI 10.37423/220305592

CAPÍTULO 4 64
O IMPACTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA REORIENTAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS NO ACESSO AOS MEDICAMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE(SUS).
Isabella Cristina Marques de Oliveira
Matthaus Henrique Oliveira dos Santos
Mônica Patrícia Rodrigues Macêdo
DOI 10.37423/220305638

CAPÍTULO 5 83
A OBRIGATORIEDADE DO USO DO PJE-CALC NA JUSTIÇA DO TRABALHO
Francisco Apoliano Albuquerque
Francisco José Carneiro Linhares
Gleyciane Gomes de Medeiros
Carlos Henrique de Araújo
DOI 10.37423/220305640

CAPÍTULO 6 105
A UTILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA MINIMIZAR OS CUSTOS FISCAIS
Francisco Apoliano Albuquerque
Paola Giuliana Lima de Araújo
Francisco José Carneiro Linhares
Luciene Santos Lima
DOI 10.37423/220305641

CAPÍTULO 7 127
A COR DA PELE: RAÇA, RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NAS LITERATURAS INFANTIS
Sheila Dias da Silva
Divanize Carbonieri
DOI 10.37423/220405656

CAPÍTULO 8 139
CONFLITOS INTERGERACIONAIS: A COMPLEXIDADE ENCONTRADA PELOS LÍDERES CONTEMPORÂNEOS PARA ADMINISTRAR OS CONFLITOS DAS VÁRIAS GERAÇÕES NAS ORGANIZAÇÕES.
Edite da Conceição Silva
Glaucemaria da Silva Rodrigues
Roberto Bernardo da Silva
Gerardo Pereira de Sousa
Katia Maria Lima Vilarinho Volk
Lillyan de Moraes Farias Delgado
DOI 10.37423/220405657

CAPÍTULO 9 161
"JSCP – UM ESTUDO DA SUA ADOÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DO CUSTO TRIBUTÁRIO SOBRE O LUCRO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO DA BOVESPA”
SANDRO DOS SANTOS VERAS
DOI 10.37423/220405661

CAPÍTULO 10 182
A RAZÃO ÓTIMA DE HEDGE E SUA EFETIVIDADE PARA PRODUTORES DE MILHO NOS MUNICÍPIOS DE TOLEDO-PR, PONTA GROSSA-PR E PARANAVAÍ-PR
Isabhor Teixeira da Silva
Renato Alves de Oliveira
Hermes Yukio Higachi
DOI 10.37423/220405662

CAPÍTULO 11 196
PRETA E ACADÊMICA: O CIBERFEMINISMO NEGRO COMO RESISTÊNCIA E A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA NARRATIVA
Gabriela Rousani Pinto
Fernanda dos Santos Rodrigues Silva
Rafael Santos de Oliveira
DOI 10.37423/220405664

Capítulo 1

10.37423/220305575

O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO PRONTO SOCORRO DE UM HOSPITAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE

Robson Pacheco — *Faculdade do Vale do Araranguá*

Virginia de Menezes Portes — *Faculdade do Vale do Araranguá*

José Luiz de Oliveira — *Faculdade do Vale do Araranguá*

Kelly Jaqueline Jagiello — *Faculdade do Vale do Araranguá*

Resumo: O presente artigo questionou com base na da área da Gestão Hospitalar as insatisfações e satisfações diante da perspectiva dos usuários do Pronto Socorro, avaliando questões relacionadas a estrutura física e quanto aos profissionais estes sendo avaliados desde o momento se sua chegada até o atendimento final, passando pelos funcionários e equipe médica. Com questionários aplicados aos usuários foi possível identificar os pontos mais relevantes e de destaque no nível de satisfação dos usuários de um hospital do extremo Sul Catarinense que em sua maioria apresentou resultados positivos, embora se encontre resultados que indiquem pontos que sugerem melhoramentos e em comparação com a literatura e estudos realizados em outras instituições esclarece a realidade da saúde pública emergencial em nosso país que acaba por vezes superlotada, assim valorizando a importância da correta gestão em ambientes de saúde buscando atender as expectativas dos que procuram pelo serviço prestado.

Palavras-chave: Organizações. Administração. Hospitais. Satisfação.

INTRODUÇÃO

Ao buscar entender o conceito de organizações logo se pensa em grandes obras da engenharia e da arquitetura, situados em grandes edifícios e repletos de funcionários. As organizações podem ser compostas por tudo isso e muito mais, embora englobam todas estas características elas também podem ser consideradas por exemplo as mais simples e mais variadas formas de composições que fazem parte do nosso cotidiano. Dentro das organizações os Administradores atuam no monitoramento e coordenação das metas para alcançar os objetivos da organização e mesmo algumas possuindo divisão de setores ou grupos de trabalho cada vez mais os funcionários se flexibilizam se integrando em busca da mesma finalidade satisfazendo as necessidades do ambiente externo (DAFT, 2008).

As organizações estão presentes tanto na produção de produtos duráveis assim como também na prestação de serviços. Dentre as organizações que prestam serviços citamos as instituições de saúde que são líderes neste ramo bem como por exemplo os hospitais. Organizações como hospitais além de prestarem serviços a sociedade recebe grande influência do ambiente externo podendo, por exemplo, causar oscilações em sua demanda (GONÇALVES et al., 2006).

A palavra hospital é de origem latina derivada de hospitale que se relaciona a hospede, ou seja, local que acolhe. No passado em sua origem se hospedaram enfermos, viajantes, e o local também era utilizado para acolher os pobres, insanos e incuráveis, assim se originou o termo hospício que tem por seu significado o local que cuida de doentes (GONÇALVES et al., 2006).

Com a chegada da industrialização e o avanço das tecnologias se percebeu uma necessidade de buscar soluções para os problemas de saúde que vinham a surgir nos grandes centros urbanos, estas mudanças levaram os hospitais a deixarem de ser um local em que somente se abrigava pobres e doentes em fases terminais e sim um local procurado para a cura e tratamento de suas enfermidades (GONÇALVES et al., 2006). Estas mudanças fizeram com que os hospitais se tornassem um local moderno com novas funções, Gonçalves et al. (2006) cita algumas funções, “sendo elas: a restaurativa, a preventiva, a educativa, a de pesquisa e de integração”. Todas relacionadas ao aprimoramento de prevenção e assistência à saúde e bem-estar da sociedade.

Ao pensar na saúde no nosso país se nota os esforços teóricos para garantir atendimento de qualidade e igualitário para todos, e com o passar dos tempos a procura pelo atendimento no setor público só vem aumentando, mesmo assim o sistema de saúde pública do Brasil sendo uns dos maiores do mundo

ele ainda é falho e quanto a sua cultura organizacional seus gestores não recebem incentivos afim de utilizarem de sua criatividade e autonomia embora apresentem capacidades técnicas especificas para o cargo. No princípio da implantação da saúde pública sua procura era menor do que nos dias atuais, vários fatores influenciaram para que esta procura crescesse em grande escala (FURLAN, 2011).

Instituições como hospitais, que prestam atendimento através do Sistema Único de Saúde (SUS) prezam pelo atendimento igualitário "e organizado sob as diretrizes da descentralização, atendimento integral e participação da comunidade" (MENICUCCI, 2009).

A saúde é direito de todos e é dever do estado assegurar e criar políticas que reduzam o índice de doenças e suas consequências. Alguns fatores básicos são determinantes para a saúde como alimentação, moradia, saneamento básico, renda, educação, transporte, lazer. Assim o SUS tem como objetivos identificar fatores predominantes da saúde, promover a formulação de políticas de saúde, dar assistência através de promoções, proteção, recuperação e integração de atividades preventivas, dentro destas áreas podemos citar alguns campos de atuação como a vigilância sanitária (fiscalização/inspeção), vigilância epidemiológica (prevenção), saúde do trabalhador, assistências farmacêuticas (medicamentos) e terapêutica, vigilância nutricional e avaliar o impacto que as tecnologias exercem sobre a saúde (BRASIL, 2003).

Mesmo que ocorrendo o crescimento de atenção básica nos municípios em relação a rede hospitalar pública o número de leitos privados ainda é superior aos leitos do SUS, "a atenção hospitalar básica está disponível em praticamente todo território nacional e poucos são os municípios desconectados" (O'DWYER; OLIVEIRA; SETA, 2009).

O'dwyer, Oliveira e Seta (2009 p. 1882) cita que "a rede pública é composta principalmente por unidades de atenção básica (95%) e serviços de emergência (65%). Já a rede privada é composta por atenção especializada (74%) e atenção hospitalar (79%)." Consequentemente como a grande parte da atenção especializada esta retida a instituições particulares isto reflete diretamente no pronto socorros dos hospitais que prestam atentam atendimentos conveniados ao SUS, "transformando a emergência em um deposito de problemas não resolvidos" (O'DWYER; OLIVEIRA; SETA, 2009).

Este trabalho foi aplicado dentro do município de Praia Grande, cidade com cerca de 7.267 habitantes segundo dados apurados pelo IBGE 2019, o município de Praia Grande está localizado na divisa entre os estados de Santa Catarina e o estado do Rio Grande do Sul, sua densidade demográfica é de 25,58 hab/km (IBGE, 2019).

Para atender a saúde de sua população além das unidades básicas de saúde a cidade conta com um hospital que realiza atendimentos clinico emergencial, internações clínicas e cirurgias eletivas. O Hospital Nossa Senhora de Fatima permanece atuante ao longo de mais de 50 anos de história e atende toda a população do extremo sul catarinense e norte do Rio Grande do Sul. Possui uma equipe multidisciplinar altamente qualificada, amplo corpo clínico e equipamentos modernos para melhor cuidar de nossos pacientes. Atualmente busca ser referência na região em atendimento clínico e emergencial e em cirurgias eletivas.

Este trabalho buscou entender o nível de satisfação de usuários da área da saúde. Através da utilização de um questionário para entender se usuários de um Pronto Socorro do Sistema Único de Saúde (SUS) de um hospital do extremo sul catarinense sentem que suas expectativas estão sendo saciadas ao efetuarem a procura pelo serviço considerando o atendimento recebido, a disponibilidade de materiais/insumos e exames complementares e a espera pelo atendimento.

Levou se em consideração esta que é uma área que se apresenta de forma tão diversificada e que sofre tantas oscilações decorrentes do ambiente interno como a gestão do hospital, qualificação profissional dos funcionários, qualidade e quantidade de materiais e insumos, ambiente externo que consequentemente refletem em sua demanda fatores esses como cultura, política regional e expectativa individual e coletiva (GOUVEIA et al., 2011).

Com estas informações foi possível identificar os pontos fortes e os pontos fracos do atendimento do pronto socorro hospitalar a fim de passar estes dados para a equipe de gestão da instituição objetivado sempre a qualidade na prestação de seus serviços.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi aplicada em caráter transversal, descritivo, de campo e através de método quantitativo. O método quantitativo tem por sua característica o levantamento de dados numéricos na intenção de realizar uma tabulação de informações ou seja dados numéricos reais (SEVERINO, 2007).

Constitui esta pesquisa quantitativa um Questionário de Avaliação da Satisfação dos Usuários elaborado com base nos Questionários do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS) do Ministério da Saúde. O questionário aborda 6 questões relativas ao perfil do entrevistado e mais 12 questões de avaliação institucional sendo aplicado em forma de entrevistas individuais (BRASIL, 2015).

A pesquisa foi aplicada a usuários de um P. S. em um hospital do extremo sul catarinense. A instituição atualmente atende em seu P.S. pacientes de vários municípios da região sul do estado prestando o primeiro atendimento e encaminhando as necessidades não supridas na instituição.

Após a obtenção das informações quantitativas dos questionários, os dados foram tabulados em planilhas Microsoft Excel gerando tabelas para a formulação de gráficos que foram analisados através das medidas de tendência central gerando tabulação que indica a média das informações coletadas.

RESULTADOS

Para o local de aplicação da pesquisa escolhido foi o setor de Pronto Socorro de um hospital do extremo sul catarinense que possui seu atendimento emergencial 24 horas por dia nos sete dias da semana por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS). Instituição que possui uma equipe multidisciplinar altamente qualificada, amplo corpo clinico e equipamentos modernos para melhor cuidar de seus pacientes.

Na intenção de avaliar os reflexos da gestão da instituição foram aplicados questionários de satisfação ao grande público que o hospital atende, os usuários do Pronto Socorro. Foram aplicados através de uma pesquisa quantitativa um Questionário de Avaliação da Satisfação dos Usuários elaborado com base nos Questionários do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS) do Ministério da Saúde. Este questionário abordara 6 questões relativas ao perfil do entrevistado e mais 12 questões de avaliação institucional sendo aplicado em forma de entrevistas individuais (BRASIL, 2015). Estes aplicados ao total de 21 questionários entre os dias 20 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019, estes foram distribuídos a pacientes e acompanhantes de pacientes que estavam utilizado dos serviços do P.S. em horários alternados em períodos matutino, vespertino e noturno.

Ao que se refere aos perfis dos usuários pode- se verificar:

Quadro 1 – Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA			
Sexo	**18 a 30 anos**	**31 a 60 anos**	**61 a 80 anos**
Feminino	3	5	2
Masculino	1	4	6
TOTAL	**4**	**9**	**8**

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Quadro 2 – Estado Civil e Raça

ESTADO CIVIL		RAÇA/COR	
CASADO (A)	16	BRANCO (A)	19
SOLTEIRO (A)	3	PRETO (A)	0
VIÚVO (A)	0	AMARELO (A)	0
DIVORCIADO (A)	1	PARDO (A)	2
SEPARADO (A)	0	INDÍGENA	0
UNIÃO ESTÁVEL	1	NÃO SABE	0
NÃO RESPONDEU	0	NÃO RESPONDEU	0
TOTAL	**21**	**TOTAL**	**21**

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

GRAFICO 1 – Renda Familiar

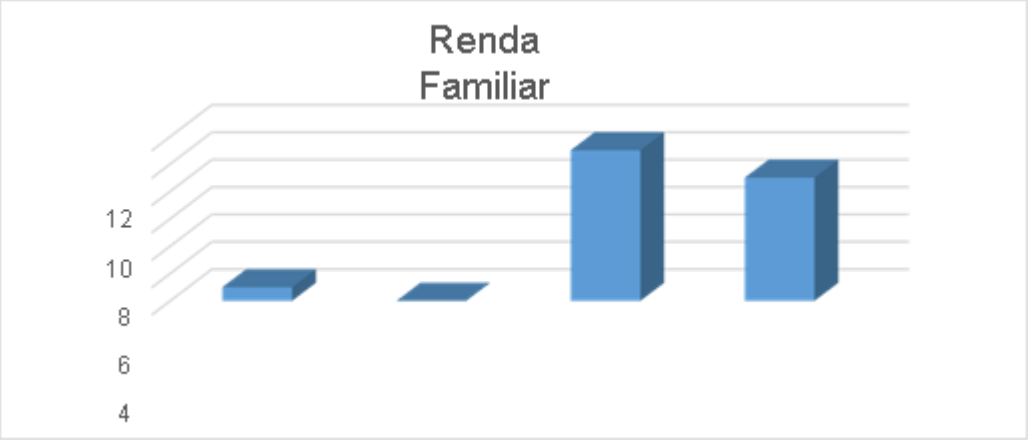
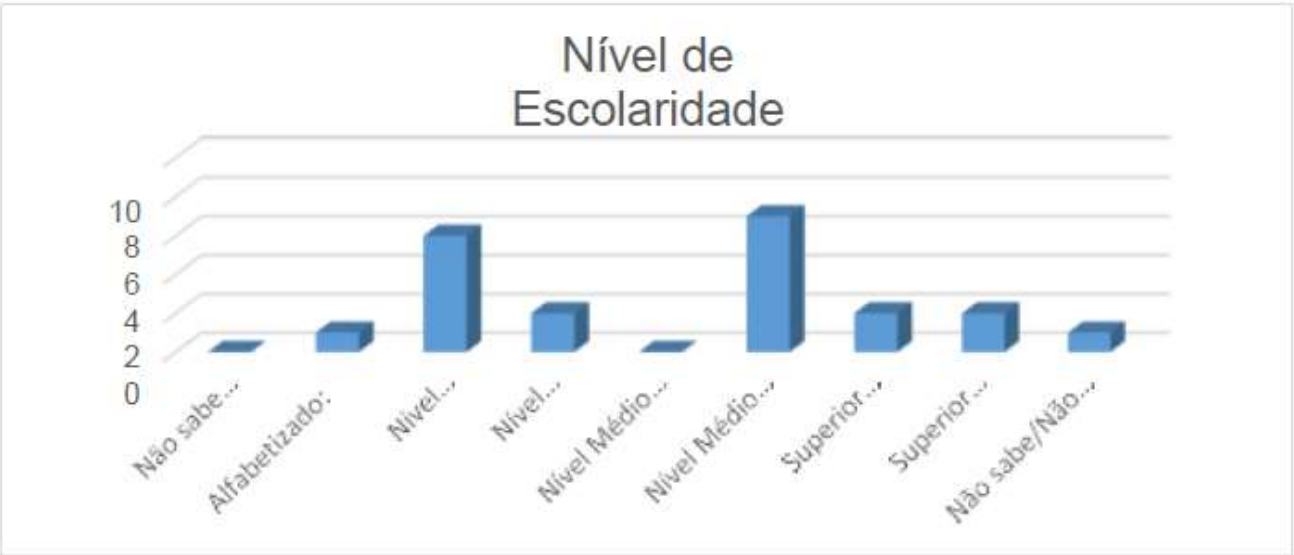


GRAFICO 2 – Nível de Escolaridade



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

TABELA 3 – Questionário referente a satisfação dos Usuários

No dia do procedimento, quanto tempo o(a) senhor(a) levou para ser atendido dentro do serviço?	
Até 30 minutos	5
Até 1 hora	7
Até 2 horas	7
Até 4 horas	1
Até 12 horas	0
Mais de 12 horas	0
Não sabe/não respondeu	1
O(a) senhor(a) considera que esse tempo de espera para ser atendido foi:	
Muito Bom	3
Bom	12
Regular	6
Ruim	0
Muito ruim	0
Não sabe/Não respondeu	0
No geral, como o(a) senhor(a) julga a limpeza dos ambientes?	
Muito Bom	4
Bom	16
Regular	0
Ruim	0
Muito ruim	0
Não sabe/Não respondeu	1
Como o(a) senhor(a) avalia a sinalização do estabelecimento para encontrar o local onde Precisa ir?	
Muito Boa	4
Boa	13
Regular	3
Ruim	1
Muito ruim	0
De uma maneira geral, como o(a) senhor(a) avalia este estabelecimento de saúde?	
Muito Bom	7
Bom	11
Regular	2
Muito ruim	0
Não sabe/Não respondeu	1
O(a) senhor(a) sabe onde reclamar quando não é bem atendido?	
Sim	8
Não	13
Não sabe/Não respondeu	0

Como o(a) senhor(a) avalia o atendimento da recepção?	
Muito Bom	11
Bom	10
Regular	0
Ruim	0
Muito ruim	0
Não sabe/Não respondeu	0

Como o(a) senhor(a) avalia o atendimento da equipe de saúde?	
Muito Bom	11
Bom	8
Regular	0
Ruim	0
Muito ruim	0
Não sabe/Não respondeu	2

O(a) senhor(a) sentiu segurança/confiança na equipe de saúde durante o Atendimento?	
Sim	19
Não	0
Não sabe/Não respondeu	2

Como o(a) senhor(a) avalia as informações e esclarecimentos que você teve sobre o seu Estado de saúde no estabelecimento?	
Muito Bom	6
Bom	13
Regular	0
Ruim	0
Muito ruim	0
Não sabe/Não respondeu	2

O(a) senhor(a) sabe o nome do profissional de saúde que lhe atendeu?	
Sim	5
Não	12
Não sabe/Não respondeu	4

Como o(a) senhor(a) avalia a limpeza das roupas fornecidas pelo estabelecimento de saúde?	
Muito Bom	7
Bom	6
Regular	0
Ruim	0
Muito ruim	0
Não sabe/Não respondeu	8

Fonte: Adaptado de Brasil (2015).

No que tange as respostas das questões relacionadas a instituição chega obtiveram as informações que o tempo em média de espera é entre uma e duas horas, a avaliação quanto a este tempo esperado foi classificado como boa, a maioria dos entrevistados classificaram como boa a limpeza dos ambientes da instituição, no que se refere as sinalizações os entrevistados classificaram como Boa, o estabelecimento de modo geral é classificado como Bom, os entrevistados em geral não sabem onde se direcionar para realizar uma reclamação se necessário, o atendimento da recepção e da equipe de saúde foi classificado como muito bom, mais de 90% dos entrevistados sentem confiança/segurança na equipe, sobre as informações em relação ao estado de saúde os entrevistados classificaram como Bom embora a maioria não sabia o nome do profissional que lhe atendeu, no quesito limpeza da rouparia interna do hospital a maioria não soube ou não respondeu à pergunta.

DISCUSSÃO

É crescente a preocupação dos gestores com a satisfação de seus clientes e usuários de seus serviços/produtos, isto não é diferente em locais como instituições de saúde que prezam pelo bem maior da cada ser humano: a vida. Assim se faz tão importante a visão de seus usuários (GOUVEIA et al., 2011).

Considerando o contato entre os usuários e os profissionais que prestam os serviços para Gouveia et al. (2011) remete reflexo na satisfação de seus usuários partes influentes do serviço com sua estrutura física, organização e as particularidades regionais. Nos últimos tempos foi crescente a procura pelos serviços públicos nos setores de emergência dos hospitais, a falta de resolutividade e falta de acesso a saúde especializada por vias ambulatoriais faz com que a intensidade dos atendimentos nos Pronto Socorro dos hospitais aumente se tornando um desafio aos seus gestores (O'DWYER; OLIVEIRA; SETA, 2009).

Reforçando o fato de ser um grande desafio aos gestores administrar a singular arte de cuidar se mostra por intermédio de estudos que dificuldades, satisfação e por vezes insatisfações estão presentes desde lá no início na atenção básica Lins (2015) em seus estudos relata dados que apresentam insatisfação com a saúde básica, assim neste estudo aplicado no extremo sul catarinense notamos que levando o fato do atendimento ser de caráter emergencial apresenta por vezes grandes níveis de satisfação.

Com a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) em sua teoria traria resolutividade as grandes demandas dos Pronto Socorros de todo país, mas devido ao sistema apresentar falhas em sua prática

a população vê a necessidade de procurar por locais que atendam às suas enfermidades optando por P.S. mesmo que em superlotação mas que apresentam soluções (LINS, 2015).

O'dwyer, Oliveira e Seta (2009) em seu estudo focado nos prestadores do serviço como os chefes de enfermagem, chefe da emergência e médicos constataram itens como superlotação e recursos humanos satisfatórios para o atendimento emergencial considerando que seus estudos foram realizados em grandes hospitais com gigantescas demandas em seus P.S. no caso do presente estudo que se faz a um hospital de tamanho singelo onde os entrevistados são quem recebem o serviço que classificam os recursos humanos como Bons e Muito Bons.

Assim se nota por intermédio da literatura e de pesquisas que em um país com avanços tecnológicos, sociais e políticos com a própria implementação do SUS se busca atender as necessidades básicas da saúde da população consequentemente se tornando uma tarefa complexa aos gestores da saúde emergencial pública (VILELA, 2010).

Os resultados do hospital do extremo sul catarinense quanto a sua estrutura, organização e ambientes apresentam resultados que variam em os entrevistados que consideram Bons e os que não souberam opinar, já nos estudos de O'dwyer; Oliveira; Seta, (2009) com chefes das emergências obtiveram resultados como Satisfatórios para sua demanda.

Em perspectivas diferentes estudos revelam que se busca realizar a melhor gestão para funcionários e usuários de diferentes realidades da saúde em nosso país, sugestiona se aplicar sobre os estudos de O'dwyer; Oliveira; Seta, (2009) com chefes de emergência e de enfermagem a realizar no hospital do extremo Sul Catarinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este estudo utilizando como base o questionário presente no PNASS, Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde do Ministério da Saúde, associado as literaturas encontradas foi possível conhecer os reflexos da gestão na área da saúde sobre seus usuários. Com as informações coletas é possível identificar pontos fortes da instituição e identificar e possivelmente melhorar pontos que inspirem mais cuidados sob os olhares dos usuários de seus serviços.

A aplicação dos questionários além enriquecer o alto conhecimento sobre a gestão aplicada, traz aos gestores resultados que mostram se seus esforços apresentam resolutividade perante a instituição. Com a obtenção destes dados é possível avaliar melhorias e investimentos futuros.

REFERÊNCIAS

BINSFELD, Luciane; RIVERA, Francisco Javier Uribe; ARTMANN, Elizabeth. O processo de conformação do perfil assistencial nos hospitais federais da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v. 22, n. 1, p.209-220, jan. 2017.

BRASIL. LEGISLAÇÃO DO SUS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília, 2003.

BRASIL. IBGE, https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/praia-grande. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. LEGISLAÇÃO DO SUS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. PNASS: Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Brasília, 2015.

CÂMARA, Maria de Fátima. Atributos para a satisfação dos usuários de serviços de saúde nos hospitais da grande natal-rn / brasil. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Administração, Universidade Potiguar – Unp, Natal/RN, 2014.

DAFT, Richard L. (Ed.). Organizações: Teorias e Projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. pg: 10.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. São Paulo Sp: Cengage Learning, 2010. 2 v. pg:106.

FURLAN, Claudia Elisangela Fernandes Bis. Avaliação da qualidade do atendimento hospitalar: o esperado e percebido por cliente e acompanhantes. 2011. 114 f. Tese

(Doutorado) - Curso de Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

GONÇALVES, Ernesto Lima et al (Org.). Gestão hospitalar: administrado o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOUVEIA, Giselle Campozana et al. Satisfação dos usuários com a assistência à saúde no estado de Pernambuco. Ciência e Saúde Coletiva, Pernambuco, v. 16, n. 3, p.1849- 1861, 2011.

LINS, Amanda Natacha Silva Ferreira. AUTOPERCEPÇÃO DE SAÚDE EM USUÁRIOS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA. 2015. 35 f. Tese (Doutorado)

- Curso de Curso de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. O Sistema Único de Saúde, 20 anos: Balanço e perspectivas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p.1620-1625, jul. 2009.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Pg: 19.

O'DWYER, Gisele Oliveira; OLIVEIRA, Sergio Pacheco de; SETA, Marismary Horsth de. Avaliação dos serviços hospitalares de emergência do programa QualiSUS. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n 5, p.1881-1890, 10 abr. 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Cientifico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.118.

VILELA, Sarisce Maria PachÊco. RELATO DE EXPERIÊNCIA: O PROBLEMA DA FILA NUMA UNIDADE DE SAÚDE – RECIFE - PE. 2010. 36 f. Monografia

(Especialização) - Curso de GestÃo de Sistemas e ServiÇos de SaÚde, FundaÇÃo Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

VOGT, Romi Maria; FREITAS, Ernani Cesar de. GESTÃO ORGANIZACIONAL EM UM CENTRO CIRÚRGICO DE UM HOSPITAL DA GRANDE PORTO

ALEGRE. Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, Brasil, v. 9, n. 1, p.33-46, 2012.

Capítulo 2

10.37423/220305585

HORTA COMUNITÁRIA DA VILA NOVA: EMBRIÃO DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Luciano Streck — *Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul*

Vinícius Santana Farias — *Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul*

Geraldo Muzeka — *Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul*

Izabel Lima Batista — *Instituto Federal Catarinese Campus Santa Rosa do Sul*

Maisa Benedete Duarte — *Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul*

Suzana Maria Pozzer da Silveira — *Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul*

Resumo: O Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul, tem o objetivo de prestar auxílio às famílias assentadas na Vila Nova na área rural do município de Santa Rosa do Sul, onde fica a Sede da Instituição. Devido as dificuldades encontradas, houve uma desagregação social e descrédito geral da comunidade em relação às inovações, assim estavam desmotivados e incrédulos. Mediante as visitas, realizadas em 2017, nas casas dos assentados residentes, foi dialogado com os(as) mesmos(as) sobre a realidade de cada família e sugeriu-se que participassem na reunião no Campus SRS. A Audiência Pública, realizada no Campus SRS em 2018, foi para tratar o saneamento da Vila Nova de Santa Rosa do Sul. A água potável foi o fato mais relevante. Dessa forma mobilizou-se para a fazer o abaixo- assinado. O abaixo-assinado surtiu um efeito promissor. A distribuição de água potável nas residências da comunidade da Vila Nova. A água potável foi o marco importante e conseguida com a união como comunidade. Perceberam que, a união em grupo os fez mais seguros e motivados. Com a motivação coletiva foi possível a construção do curso de qualificação profissional junto com o grupo da comunidade da Vila Nova. A comunidade optou a formação em agricultura familiar com o foco em Olericultura. O tema escolhido para conhecer as atividades realizadas nas hortas domésticas e a apropriação de saberes para a futura horta comunitária na Vila Nova. O aprendizado pelo curso de Qualificação Profissional, a comunidade se interessou, para o ano de 2019, a implantação da horta comunitária na Vila Nova foi possível com o edital nº 130/2018, de apoio aos Arranjos Produtivos e Sociais Locais e culturais nos Campi do IFC, e com a parceria da Prefeitura de Santa Rosa do Sul. No edital nº 55/2019 o objetivo de o projeto geral consolidar a horta comunitária, como um embrião de um APL, tendo por foco a qualificação no âmbito da gestão solidária e nos circuitos curtos de comercialização. Objetivo foi gerar renda, porém, o excedente das hortaliças e temperos, a serem comercializadas não foi tão expressiva como o esperado. Devido ao isolamento social mundial da pandemia da Covid 19, no ano de 2020, reduziu de forma drástica a procura das hortaliças e os temperos. A Horta Comunitária da Vila Nova se consolidou, ampliou o capital social, fortaleceu os laços sociais entre as famílias, melhorou a qualidade de vida. Em consequência, a horta contribuiu para a valorização do território e para a governança territorial. As práticas feitas na Horta Comunitária e ainda em grupo foram e são uma forma de lazer e descontração. A fonte renda, não monetária, mas com saldo positivo. O alimento saudável que eles(as) participam, desde o preparo dos canteiros até a colheita, com muito empenho e dedicação.

Palavras chaves: agricultura familiar, união em grupo, água potável, qualidade de vida

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados sob a Lei nº 11.892/2008, buscam formar um profissional cidadão, valorizando a educação integral, em prol do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões do país (PACHECO, 2010).

A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS) foi inaugurada em 5 de abril de 1993, na área rural da Vila Nova do município de Santa Rosa do Sul. Em 29 de dezembro de 2008 foi transformada em Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul (IFC Campus SRS) IFC-SRS História, (2021).

Atualmente são ofertados o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio e o Curso de Engenharia Agronômica. O município de Santa Rosa do Sul é conhecido por abrigar estudantes de várias regiões do Brasil em busca do ensino de qualidade e gratuito do IFC Campus Santa Rosa do Sul.

O município de Santa Rosa do Sul emancipou-se de Sombrio no dia 4 de janeiro de 1988 e está localizado às margens da BR-101 no sul de Santa Catarina, a menos de 15 km do Oceano Atlântico e a 20 km do Parque Nacional de Aparados da Serra e compõem a Microrregião do Extremo Sul Catarinense. A região é predominantemente agrícola, mas, com influência de diversas atividades comerciais, indústria do polvilho e ecoturismo.

Tabela 01. Informações por Cidades e Estados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Santa Rosa do Sul, SC.

Santa Rosa do Sul	Código: 4215653.	
Gentílico	Sul-santarosense	Ano
Área Territorial	150,299 km²	2020
População estimada	8.378 pessoas	2020
Densidade demográfica	55,74 habitantes/km²	
Escolarização 6 a 14 anos	99,2 %	2010
IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal	0,705	2010
PIB per capita	15.931,64 R$	2018

Fonte: Informações por Cidades e Estados - IBGE Santa Rosa do Sul.

Código: 4215653. Acesso 25 de julho de 2021

As principais atividades agrícolas do município Santa Rosa do Sul são os cultivos de banana e de mandioca se destacando também no cenário catarinense por sediar a maior festa do polvilho e da banana, a Polvilhana. Ainda, são cultivados o maracujá, a pitaya, o arroz, a cana-de-açúcar e o tabaco (Tabela 02).

As principais atividades pecuárias do município Santa Rosa do Sul são as criações de bovinos de leite, de caprinos, de equinos, de aves de postura, de ovinos e de suínos (Tabela 02).

O total do número de estabelecimentos agropecuários de 537 e a área dos mesmos de 5.990 hectares. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos do município de Santa Rosa do Sul.

Tabela 02. As atividades agrícolas do município Santa Rosa do Sul e a lista de plantas cultivadas, o número de estabelecimentos agrícolas e o número de hectares. As atividades pecuárias do município Santa Rosa do Sul, a lista de animais criados, o número de estabelecimentos pecuários e o número de cabeças.

Atividades agrícolas	Estabelecimentos agrícolas	Hectare
Banana	140	966 hectares
Mandioca	96	160 hectares
Maracujá	124	178 hectares
Pitaya	5	4 hectares
Arroz	28	809 hectares
Cana-de-açúcar	12	9 hectares
Feijão	12	10 hectares
Tabaco	87	312 hectares
Atividades pecuárias	Estabelecimentos pecuários	Cabeça
Bovinos de leite	314	832 Cabeças
Caprinos	2	----
Equinos	16	55 Cabeças
Aves de postura	123	85.000 Cabeças
Ovinos	6	32 Cabeças
Suínos	72	227 Cabeças

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos do município de Santa Rosa do Sul. Acesso em 25 de julho de 2021.

O Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul (Campus SRS), tem o objetivo de prestar auxílio às famílias assentadas na Vila Nova na área rural do município de Santa Rosa do Sul, onde fica a Sede da Instituição (FARIAS, 1998; IFC- SRS, 2017).

As famílias assentadas, descapitalizadas, com pouca perspectiva de mudança, compondo, aproximadamente, oitenta famílias residentes na Vila Nova no município de Santa Rosa do Sul. Ainda, que agricultura familiar esteja presente, a parte da fonte de renda de muitos vem do trabalho terceirizado no Campus SRS nas áreas de faxina, de cozinha, de segurança e de auxiliares de produção (SILVEIRA et al., 2020).

Segundo Heinke (2009) as famílias assentadas da Vila Nova foram prejudicadas com a extinção Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) que tratava do Plano de Assentamento de Populações (PAP) e outros três projetos que começaram em 1980.

Mediante aos fatos, em 2017, foram realizadas visitas nas casas dos assentados residentes e nos locais de trabalho terceirizado. Foi dialogado com os(as) mesmos(as) sobre a realidade de cada família. Em reunião no Campus SRS com o intuito de terem a conscientização de que a união e da auto-organização fazem diferença (VALE, 2006; VIEIRA et al., 2010).

A água potável nas suas residências foi o marco importante e conseguido com a união da comunidade da Vila Nova. Perceberam que, a união em grupo os fez mais seguros e motivados (SILVEIRA et al., 2020).

Visto a satisfação da comunidade da Vila Nova, em relação as ações que comunidade acadêmica do Campus SRS, com os docentes e os estudantes envolvidos para uma Vila Nova melhor, foi proposto a construção do curso de qualificação profissional junto com o grupo da comunidade da Vila Nova. A comunidade optou a formação em agricultura familiar com o foco em Olericultura.

Depois de concluído o curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar com ênfase em Olericultura houve o interesse dos integrantes do grupo comunidade da Vila Nova a implantação de uma inovação, a horta comunitária (SILVEIRA et al., 2020).

A implantação da horta comunitária na Vila Nova foi possível com o edital nº 130/2018, de apoio aos Arranjos Produtivos e Sociais Locais e culturais (APLs) nos Campi do IFC, e com da parceria com a Prefeitura de Santa Rosa do Sul.

A Horta Comunitária da Vila Nova instalada com o edital nº 55/2019 o objetivo de o projeto geral consolidar a horta comunitária, como um embrião de um Arranjo Produtivo Local (APL), tendo por foco a qualificação no âmbito da gestão solidária e nos circuitos curtos de comercialização.

As atividades corriam muito bem, até que no dia 16 de março de 2020 foram suspensas todas atividades presencias do Campus SRS.

Devido a pandemia da Covid 19, houve a necessidade de reorganizar as atividades do Campus SRS. Mas, o projeto Horta Comunitária da Vila Nova: Embrião de um Arranjo Produtivo Local, manteve as atividades da Horta Comunitária da Vila Nova.

BREVE HISTÓRICO DOS MORADORES DA VILA NOVA E A HORTA COMUNITÁRIA

O Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul (Campus SRS), tem o objetivo de prestar auxílio às famílias assentadas na Vila Nova na área rural do município de Santa Rosa do Sul, onde fica a Sede da Instituição (FARIAS, 1998; IFC- SRS, 2017).

Segundo Heinke (2009) a Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) em 1980, começou o Projeto Sombrio foi dividido em quatro setores: a) Plano de Assentamento de Populações; b) Projeto piloto de drenagem e Irrigação; c) Área de Pecuária Intensiva; d) Irrigação da Costa Canoas.

O governo federal com o Plano Collor extinguiu a SUDESUL no dia 17 de março de 1990 e o Plano de Assentamento de Populações ocorreu a paralisação de obras que estavam em andamento porque foram demitidos todos os servidores público da SUDESUL (HEINKE, 2009)

O estado de Santa Catarina, em janeiro de 1996, com a Secretária de Desenvolvimento Rural e da Agricultura prontificou-se a assumir o Projeto de Sombrio, mas não deu seguimento ficaram desatendidos sobre a escritura das terras ocupadas (REINKE, 2009). Segundo Silveira (2016) os agricultores não ter a escritura da terra tiveram dificuldades, como o acesso aos financiamentos.

Segundo Heinke (2009) as famílias assentadas da Vila Nova foram prejudicadas com a extinção Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) que tratava do Plano de Assentamento de Populações (PAP) e outros três projetos que começaram em 1980. Desta situação houve sérios prejuízos e descréditos em relação a atos do governo na região.

O entorno do Campus SRS, habitam famílias de pequenos agricultores assentados pela Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) no ano de 1987. Segundo REINKE (2009), residiam sessenta e seis famílias do assentamento da Vila Nova e foram distribuídas em uma Agrovila

de lote urbano com cerca meia hectare. Nestes lotes urbanos realizaram o cultivo de hortaliças e a criação de animais de pequeno e médio porte.

Os lotes rurais, ao redor da Agrovila da Vila Nova, com área média 10 hectares de terra, possuíam terras ruins, com banhados, risco de alagamento e muitas partes tomadas pelo mato (REINKE, 2009).

Devido as dificuldades encontradas, houve uma desagregação social e ocorreu o descrédito geral da comunidade em relação quaisquer inovações, assim estavam desmotivados e incrédulos.

Ainda, predomina famílias descapitalizadas, com pouca perspectiva de mudança, compondo, aproximadamente, oitenta famílias residentes na Vila Nova no município de Santa Rosa do Sul. Ademais que agricultura familiar esteja presente, a parte da fonte de renda de muitos vem do trabalho terceirizado no Campus SRS nas áreas de faxina, de cozinha, de segurança e de auxiliares de produção (SILVEIRA et al., 2020).

Mediante aos fatos, em 2017, foram realizadas visitas nas casas dos assentados residentes e nos locais de trabalho terceirizado. Foi dialogado com os(as) mesmos(as) sobre a realidade de cada família e sugeriu-se que participassem na reunião no Campus SRS.

A reunião foi realizada no Auditório 1 do Campus SRS, no início de 2018, com a presença da coordenadora do PROEJA e os assentados residentes na Vila Nova. O objetivo da reunião foi o intuito de terem a conscientização de que a união e da auto-organização fazem diferença (VALE, 2006; VIEIRA et al., 2010)

A coordenadora do PROEJA exemplificou os territórios vitoriosos em que as pessoas se uniram para obtiveram bons resultados e êxito nas reivindicações. A reunião foi uma roda de conversa e a temática sobre a Vila Nova: a situação atual e a situação no futuro (VIEIRA et al., 2010)

As conversas e as discussões foram mediadas pela coordenadora do PROEJA. A turma foi dividida em três grupos e cada grupo discutiu um tema: lazer, saúde e trabalho. Depois das apresentações dos temas de cada grupo, a discussão que teve mais relevância, foi a problemática de falta de água potável.

Depois da reunião começou-se buscar alternativas para resolver a situação da Vila Nova. Acionar a reitoria e a prefeitura de Santa Rosa do Sul, para atender a demanda da Vila Nova de Santa Rosa do Sul.

Segundo Silveira et al. (2020) a presença da Magnífica Reitora no Campus SRS e a conversa junto com a comunidade da Vila Nova deu visibilidade da situação que se estende há anos. Para contribuir, a Magnífica Reitora sugeriu realizar uma Audiência Pública com as autoridades e o abaixo-assinado.

A Audiência Pública, realizada em 2018, foi para tratar sobre o saneamento da Vila Nova de Santa Rosa do Sul. A água potável foi o fato mais relevante. Dessa forma mobilizou-se para a fazer o abaixo-assinado.

As assinaturas foram coletas nos locais de trabalho terceirizado, dos residentes da comunidade da Vila Nova, dos estudantes e dos docentes Campus SRS. Depois de assinado foi encaminhado, o abaixo-assinado, o relato escrito da situação e a solicitação de providências, ao prefeito de Santa Rosa do Sul (SILVEIRA, et al., 2020).

O abaixo-assinado surtiu um efeito promissor. Em curto prazo foi aberto o poço artesiano. Quando o mesmo esteve pronto, a máquina da prefeitura fez a escavação, para enterrar a tubulação do poço artesiano até a Vila Nova. Em seguida instalaram o sistema de encanamento para a distribuição de água potável nas residências da comunidade da Vila Nova (SILVEIRA et al., 2020).

Os assentados residentes na Vila Nova desde 1987 (REINKE, 2009) não tinham acesso água potável. A água potável foi o marco importante e foi conseguida com a união da comunidade. Perceberam que, a união em grupo os fez mais seguros e motivados (SILVEIRA et al., 2020).

Desse modo, começou a construção do curso de qualificação profissional junto com o grupo da comunidade da Vila Nova. A comunidade optou a formação em agricultura familiar com o foco em Olericultura. O tema escolhido foi para conhecer as atividades realizadas nas hortas domésticas e a apropriação de saberes para a futura horta comunitária na Vila Nova (SILVEIRA et al., 2020).

A comissão do PROEJA Campus SRS, em 2018, com as reuniões com o grupo da Vila Nova, os docentes e os estudantes construíram o Curso de qualificação Profissional em Agricultura familiar com ênfase em Olericultura. O Curso em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo (SILVEIRA et al., 2020). A metodologia baseada foi a pedagogia da alternância por articular educação e trabalho, teoria e prática (ESTEVAM, 2012).

O curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar com ênfase em Olericultura teve a sua divulgação e a inscrição no período de 16 a 27 de abril de 2018. Para divulgar foram feitas visitas às residências da Vila Nova, do bairro Peroba e em Santa Rosa do Sul.

O número de 40 vagas destinadas ao público-alvo, os moradores comunidade da Vila Nova, na sobra de vagas foi aberto para os docentes, os estudantes do Curso Técnico em Agropecuária e do Curso de Engenharia Agronômica e aos Técnicos Agrícolas interessados em qualificar-se na área da olericultura.

As aulas, do referido Curso, começaram dia 06 de junho e terminaram dia 06 de dezembro de 2018. As aulas foram ministradas no período noturno no auditório 1 do Campus SRS. Devido a boa e insistente divulgação foi possível reunir uma turma de 40 estudantes. Alguns desistiram e outros tiveram compromissos no período noturno, apenas 19 concluíram com presença de maior ou igual a 75%.

Além das aulas do curso de Qualificação Profissional foram realçados os pontos importantes das experiências coletivas, como as hortas comunitárias, as cooperativas, as redes de agricultores familiares e agroecológicos e as experiências no âmbito da economia solidária e a importância da sustentabilidade (SILVEIRA, 2013).

No período das aulas foram realizadas rodas de conversa com as lideranças de outras hortas comunitárias. Ainda, no dia 20 de outubro de 2018 foi realizada a visita técnica na Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati RS- Coomafitt, a visita na propriedade com sistema de Agrofloresta e na Trilha na floresta.

O empreendimento solidário no âmbito da Agricultura familiar. A combinação entre a teoria e a prática foi fundamental para manter o interesse e a motivação dos estudantes do Curso (SILVEIRA et al., 2020).

Com o aprendizado pelo curso de Qualificação Profissional, a comunidade passou a se interessar, para o ano de 2019 a inovação a implantação de uma horta comunitária. Então com do edital nº 130/2018, de apoio aos Arranjos Produtivos e Sociais Locais e culturais (APLs) nos Campi do IFC, e da parceria com a Prefeitura de Santa Rosa do Sul foi possível a implantação da horta comunitária na Vila Nova.

Quando a prefeitura de Santa Rosa do Sul demarcou a área destinada para a Horta Comunitária, o entusiasmo tomou conta de todos(as) integrantes do grupo da comunidade da Vila Nova.

Além da continuidade da qualificação profissional com encontros sobre variados temas do âmbito da agricultura familiar e olericultura, foi propiciada a aplicação prática desses conhecimentos na construção da horta comunitária (SILVEIRA et al., 2020).

O ISOLAMENTO SOCIAL MUNDIAL DA PANDEMIA DA COVID 19 NO ANO DE 2020

a) **O que poderia ser realizado se não tivesse a pandemia**

As atividades de ensino, envolvendo encontros com a comunidade, seriam mensais. Com os estudantes do Campus SRS, seria de acordo com a demanda de atividades à manutenção da Horta comunitária, previstas pela coordenação e equipe do projeto.

As atividades de pesquisa seriam incentivadas no decorrer do desenvolvimento do projeto: a gestão solidária e os circuitos curtos de comercialização.

As atividades de extensão seriam realizadas semanalmente e/ou quinzenalmente, podendo variar entre interação com a comunidade, reuniões, palestras, eventos e dia de campo da Horta Comunitária na Vila Nova.

As atividades em sala ensino dos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária e a prática na Horta Comunitária da Vila Nova. Orientados pelos professores(as) os estudantes, do primeiro ano do Curso Técnico em Agropecuária, realizariam o trabalho de mapeamento das plantas da horta, a tabulação e à confecção de placas de identificação. Orientados pelos professores(as) os estudantes, do segundo ano do Curso Técnico em Agropecuária, caberiam a identificação de pragas e doenças. Orientados pelos professores(as) os estudantes, do terceiro ano do Curso Técnico em Agropecuária, ficariam a responsabilidade de montar o sistema de captação de água para irrigação.

As atividades que, estreitaria a interação dos docentes e dos estudantes do Campus SRS com os integrantes do grupo comunidade da Vila Nova, na convivência nas práticas e no aprendizado no ambiente da Horta Comunitária da Vila Nova de Santa Rosa do Sul.

Devido a pandemia da Covid 19 perdeu-se a oportunidade de realizar as visitas técnica dos agricultores da Rede Ecovida de Agroecologia em Torres (RS) e da 10ª Feira do Agronegócio e da Agricultura familiar em Criciúma ambas no ano 2020.

Ainda não houve como realizar as reuniões e as palestras sobre gestão solidária e circuitos curtos de comercialização. As reuniões e as palestras seriam importantes e presenciais no Auditório 1 do Campus SRS mas, devido à pandemia todo Campus SRS esteve fechado. Os moradores da comunidade da Vila Nova são de baixa renda portanto, não foi possível de forma virtual.

As espécies cultivadas na Horta Comunitária contemplariam os conteúdos das disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária (Figura 1). Ainda, abrangeriam as disciplinas do Curso de Engenharia Agronômica.

No final, seria o dia de campo na Horta Comunitária da Vila Nova para as escolas e a comunidade em geral.

b) **O que pode ser realizado mesmo com a pandemia**

No edital nº 55/2019 o objetivo de o projeto geral consolidar a horta comunitária, como um embrião de um APL, tendo por foco a qualificação no âmbito da gestão solidária e nos circuitos curtos de comercialização.

Para o IFC Campus Santa Rosa do Sul (SRS), instituição de ensino, pesquisa e extensão, a Horta Comunitária da Vila Nova em Santa Rosa do Sul, constituiu um laboratório com área ao livre, pois o aprendizado em olericultura, a interação com a comunidade, possibilitaram a ponte entre a teoria e a prática, entre o que foi aprendido em sala de aula e as atividades a campo.

A Horta Comunitária na Vila Nova tem 25 m de largura por 115 m de comprimento e a área de 2.875 m² ou 0,2875 ha. O objetivo de produzir hortaliças nos moldes da agroecologia.

O ensino e a prática, envolveu a comunidade da Vila Nova. A disciplina de Práticas Agrícolas Orientadas (PAO) do primeiro ano, com a orientação do professor Bruno Pansera Spindola nas atividades da horta comunitária. Ocorreu no dia 20 de fevereiro de 2020, aos estudantes foi ensinado a demarcação do canteiro, a altura adequada do canteiro em solo com lençol freático alto, a largura e comprimento. Explicação do destorroamento e nivelado sobre os canteiros com auxílio de enxadas ou ancinho e/ou rastelo.

O canteiro de 70 m comprimento, feito pelos estudantes, no dia 27 de fevereiro 2020, a Colaborada cobriu o canteiro com palha de arroz e um pouco no canteiro da cebolinha.

O Vinícius bolsista do projeto e estudante da Engenharia Agronômica, no dia 28 fevereiro 2020, formou o grupo Horta comunitária da Vila Nova no watsapp. Os integrantes do grupo foram o Vinícius bolsista da Engenharia Agronômica, o Luciano Streck professor coordenador do projeto, o Danilo professor da disciplina Agroindústria, a Izabel estudante da Engenharia Agronômica, a Maísa estudante do Curso Técnico em Agropecuária, o Geraldo Técnico Agrícola do Campus SRS, a Maria Técnica de Informática do Campus SRS e as colaboradoras: a Janete, a Edna, a Bertolina e a Vanusa. Todos (as) residentes na Vila Nova, exceto o professor Luciano Streck, o professor Danilo e o Geraldo Técnico Agrícola.

Os bolsistas do projeto, os estudantes voluntários da Engenharia Agronômica os estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio participaram nas atividades da Horta Comunitária.

O bolsista e a colaborada, no dia 14 de março de 2020, fizeram outro canteiro. A Horta Comunitária o primeiro canteiro da cebolinha, o segundo canteiro que turma de PAO fez e este terceiro canteiro que bolsista e colaborada fizeram.

Os dois eventos que foram possíveis o 9º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense (9º SICT-Sul) e o Um Giro Pelo Campus SRS, ambos virtuais.

No dia 16 de março de 2020, foram suspensas as atividades presenciais no Campus SRS devido a pandemia da Covid 19. As atividades da fazenda escola continuaram para alimentar os animais da fazenda. Outra atividade, importante, a continuidade aos projetos de pesquisa e de extensão, o caso da projeto da Horta Comunitária da Vila Nova.

No dia 18 de março de 2020 a Colaborada transplantou 14 mudas de tomates no segundo canteiro e a estudante da Engenharia Agronômica plantou duas mudas de banana no dia 25 de março de 2020 próximos as frutíferas nativas.

No dia 29 de março de 2020 houve a preocupação para retornar as atividades da Horta. A necessidade de ter uma escala de plantio para conservar a horta limpa.

No dia 09 de abril o Técnico Agrícola informou, ao Bolsista que tinha duas bandejas com mudas de alfaces lisa e crespa e duas bandejas com mudas de repolho e repolho roxo na Horta didática do Campus SRS para o transplante na Horta Comunitária da Vila Nova. O Bolsista, a Estudante e a Colaborada fizeram os transplantes de repolho, repolho roxo, alface-crespa e alface lisa.

As atividades de manutenção da Horta Comunitária da Vila Nova seguiram com os bolsistas e os integrantes do grupo do projeto.

Devido a pandemia houve a necessidade de reorganizar as atividades fazenda escola do Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul para atender as atividades Horta Comunitária da Vila Nova.

Foi possível o Técnico Agrícola, com auxílio do trator e o encanteirador da Campus SRS, fez nove canteiros, no dia 30 abril de 2020, Os mesmos com a altura de 0,2 m, a largura de 1,5 m e o comprimento de 70,0 m

Dois integrantes do grupo e o Técnico Agrícola do Campus SRS fizeram a adubação orgânica nos canteiros e ainda a cobertura dos mesmos com casca de arroz carbonizada oriunda no processo de beneficiamento do arroz.

Outra forma de cobertura foi a palha de arroz retirada, pelos integrantes do grupo, de uma propriedade próxima ao Campus SRS. A palha de arroz foi colocada sobre os canteiros da Horta Comunitária.

O bolsista, para a adubação verde, semeou manualmente sobre os canteiros, a aveia preta e ainda a mistura de aveia preta, aveia branca, centeio, nabo forrageiro e nabo pivotante. As plantas crescidas e bem desenvolvidas foram cortadas e colocadas sobre os canteiros para a cobertura dos mesmos e na decomposição das folhas passou a fornecer nutrientes para o solo dos canteiros.

As mudas foram obtidas com sementes adquiridas do projeto Edital 130/2018 e produzidas da estufa plástica da Horta didática do Campus SRS e disponibilizadas ao grupo da Horta Comunitária da Vila Nova.

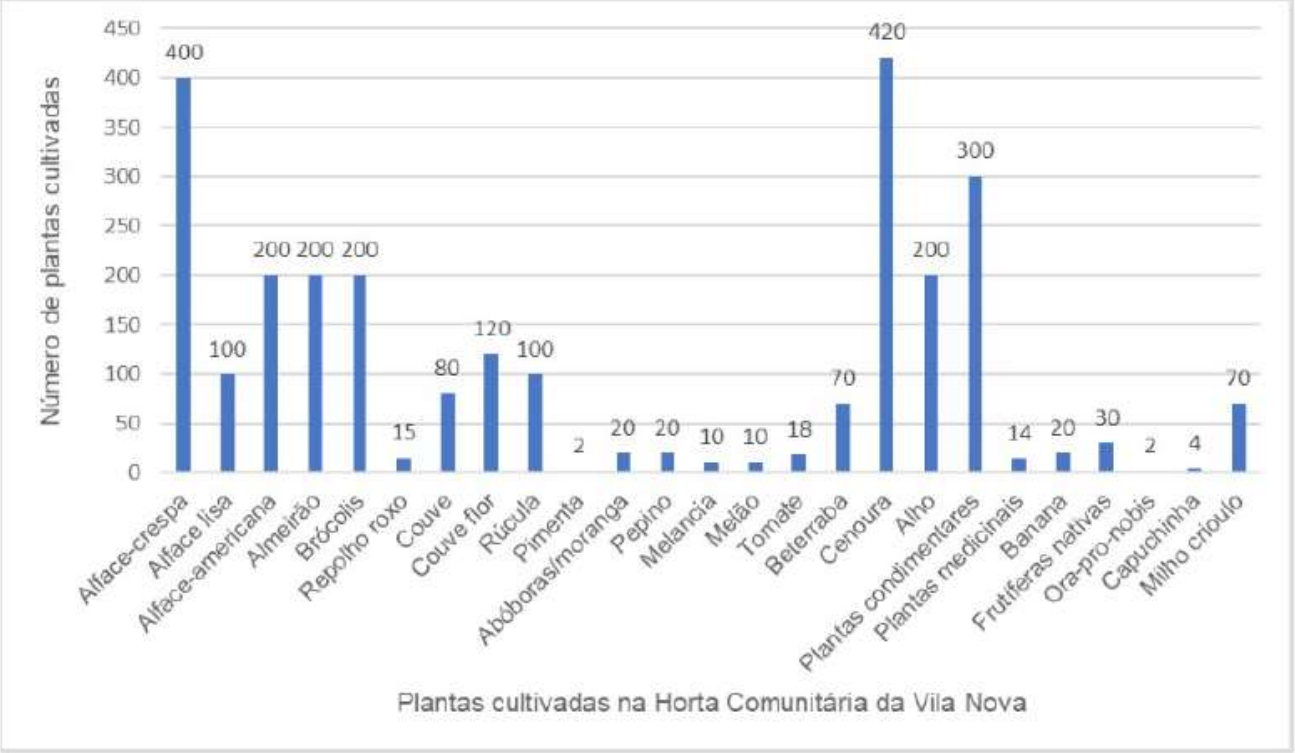


Figura 01. Plantas cultivadas e o número de plantas cultivadas na Horta Comunitária da Vila Nova do município de Santa Rosa do Sul no ano de 2020.

No início de maio foram transplantas as primeiras hortaliças nos canteiros feitos pelo Campus SRS da Horta Comunitária da Vila Nova (Figura 1).

A irrigação foi manual com auxílio de mangueira e organizada de forma escalonada semanalmente e a composteira foi abastecida com a contribuição do grupo da Horta Comunitária.

As práticas em grupo foram e são uma forma de lazer e descontração.

As hortaliças foram consumidas pelos integrantes do grupo Horta Comunitária da Vila Nova e ainda foram doadas aos moradores de baixa ou sem renda.

Este é o ponto a considerar, ninguém comprou hortaliças nas feiras ou nos mercados porque estavam disponíveis na Horta Comunitária. Está a fonte renda, não monetária, mas com saldo positivo. O alimento saudável que eles(as) participaram, desde o preparo dos canteiros até a colheita, com muito empenho e dedicação.

Objetivo foi gerar renda, porém, o excedente das hortaliças e temperos, a serem comercializadas à comunidade da Vila Nova, à comunidade escolar do Campus Santa Rosa do Sul e aos habitantes de Santa Rosa do Sul e de Sombrio não foi tão expressiva como o esperado.

Devido ao isolamento social mundial da pandemia da Covid 19 reduziu de forma drástica a procura das hortaliças e os temperos e não houve uma renda monetária considerável.

As hortaliças que foram comercializadas: três alfaces-crespas por R$ 2,00, uma alface lisa por R$ 2,00, uma alface-americana por R$ 2,00 e um kit Orgânico: duas alfaces, duas folhas de couve, cinco folhas de cebolinha, um maço de salsinha, cinco folhas de rúcula e quatro folhas de almeirão ou radiche por R$ 5,00. O valor total de vendas foi R$ 150,00.

Segundo os integrantes do grupo da Horta Comunitária da Vila Nova a maioria das hortaliças vendidas em 2020, foram por encomenda pelo telefone ou pelo Instagram @hortacomunitariavilanova (Venda de alfaces agroecológicas direto da nossa horta comunitária da Vila Nova Só chamar no direct) acesso no instagram 30 de julho de 2021.

Os dois eventos que foram possíveis o 9º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense (9º SICT-Sul) e o Um Giro Pelo Campus SRS, ambos virtuais.

O ano letivo de 2021 foi dado continuidade no ensino remoto sem atividades presenciais no Campus SRS. Mas atividades de manutenção da escola fazenda não pararam.

O técnico Agrícola fez a limpeza da área da Horta Comunitária e em seguida fez onze canteiros 1,0 m de largura e 0,2 m de altura e 70 m de comprimento. Os integrantes da Horta Comunitária se reuniram e decidiram em consenso que cada um fosse responsável de seu canteiro. A horta foi muito bem cuidada pelos integrantes do grupo.

Neste ano de 2021, muitos que participaram nas atividades na horta Comunitária da Vila Nova estavam e estão empregados nas vagas de serviço terceirizado do Campus SRS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia em 2020 foram muitos desafios devido paralisação das fábricas e comércio em geral.

A Horta Comunitária da Vila Nova se consolidou como um embrião e de um Arranjo Produtivo Local.

Ampliou o capital social, fortaleceu os laços sociais entre as famílias, melhorou a qualidade de vida. Em consequência, a horta contribuiu para a valorização do território (VALE, 2006).

A fonte renda, não monetária, mas com saldo positivo é alimento saudável que eles(as) participam, desde o preparo dos canteiros até a colheita, com muito empenho e dedicação.

As práticas feitas na Horta Comunitária e foram e são uma forma de lazer e descontração.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L C; MASSUCATTO, N.; BERNARTT, M. de L. A pedagogia da

alternância no contexto mundial: educação do campo para a formação do jovem rural. 10º Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1673-0.pdf Acesso em 10 de agosto de 2021.

Estevam D. de O.; Salvaro G. I. J.; Busarello C. S. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. Disponível: em DOI: http://dx.doi.org/10.1590/151870122015205. Disponível em

https://www.scielo.br/j/inter/a/qBQpjxY3FgDMQbf8fhcPcrg/? format=pdf&lang=pt. Acesso em 10 de agosto de 2021.

IFC-SRS, Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul. História. Disponível em: http://santarosa.ifc.edu.br/institucional/historico/. Acesso em 04 de agosto de 2021

Pacheco, E. M.; Pereira, L. A. C.; Sobrinho, M. D. (2010). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. Linhas Críticas, v. 16, nº 30, 71–88. Disponível em: https://doi.org/10.26512/lc.v16i30.3568 Acesso em 05 de

agosto de 2021

REINKE, A. Diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento sócio educacional dos assentados rurais da comunidade de Vila Nova, Santa Rosa do Sul - SC e a participação do IFECTC - Campus Sombrio. Rio de Janeiro, 2009. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Programa de Pós- Graduação em Educação Agrícola, 2009.

SILVEIRA, S.M.P et al. A importância da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão na construção dos territórios- O caso da Horta Comunitária da Vila Nova/SC Revista Brasileira de Desenvolvimento territorial sustentável GUAJU, Matinhos, v.6,n.2,julh/dez.2020 DOI:

http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v6i2.73961 ISSN 2447- 4096

SILVEIRA, S.M.P Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 482 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107616. Acesso em 01 de agosto de 2021

VALE, G. M. V. Laços como ativos territoriais: análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social. Tese de doutorado em administração. Universidade Federal de Lavras – MG, 2006, 388p. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/3312. Acesso em 05 de agosto de 2021

Capítulo 3

10.37423/220305592

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM A FASE DO CICLO DE VIDA EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Débora Karyne da Silva Abrantes — *UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA*

Elissandra Gonçalves dos Santos — *UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA*

Sandra Maria Araújo de Souza — *UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA*

Tatiane de Oliveira — *UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA*

Resumo: Os Arranjos Produtivos Locais trazem vantagens competitivas para as empresas envolvidas além de proporcionar o desenvolvimento da região na qual estão inseridos. As políticas públicas são uma maneira de estimular o desenvolvimento desses APLs, entretanto, na maioria das vezes, ao formular políticas para os arranjos não se leva em consideração o estágio do ciclo de vida no qual esses arranjos se encontram. Pois, dependendo do nível de desenvolvimento do APL, as características e suas necessidades mudam. Assim é preciso identificar quais políticas podem causar maiores ou menores impactos. Diante do exposto, este estudo teve como objetivo analisar quais as melhores políticas a serem formuladas de acordo com a identificação do ciclo de vida dos APLs apoiados pelo PLADES. O objeto da pesquisa foi o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB. Visando o alcance deste objetivo essa pesquisa descritiva de caráter exploratório foi conduzida sob a forma de estudo de caso. Os dados secundários utilizados foram documentos, estudos, relatórios, disponíveis sobre o APL e os dados primários foram levantados através de entrevista realizada com a consultora de negócios do SEBRAE CG responsável pelo APL. Para análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo sob a forma de abordagem qualitativa. Segundo o modelo de ciclo de vida de Brenner e Schlump (2011), identificou-se que o APL estudado encontra-se no estágio de maturidade. Nesse sentido foram identificadas no Arranjo políticas relacionadas as categorias: Educação, Apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e à cultura de inovação, Organização de redes e apoio à cooperação e Suporte de *startups*. De acordo, com os autores do modelo utilizado essas políticas se encaixam nas principais para o estágio de desenvolvimento do APL. Não foi possível encontrar informações sobre políticas de Pesquisa Pública e Infraestrutura e Condições Locais.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais; Ciclo de Vida, Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Num cenário marcado por profundas transformações, as empresas têm sido forçadas a traçarem novas estratégias, e a adotarem novos formatos organizacionais para se manterem competitivas. Nesse sentido, a cooperação emerge como um elemento importante nesse contexto, na medida em que ao optarem por estratégias isoladas, as empresas, principalmente as de pequeno e médio portes, terão maiores dificuldades em competir.

Nesse sentido, as aglomerações de empresas possibilitam vantagens competitivas, em virtude de que as relações estabelecidas proporcionam redução de custos, troca de informações e de tecnologias, redução da incerteza e maior capacidade de responder mais rapidamente as demandas do ambiente externo (SOUZA, 2010). E, quando se trata de aglomerações de empresas, existem na literatura diferentes terminologias, tais como: clusters, Distritos Industriais, Aglomerações Industriais Localizadas, Arranjos Produtivos Locais – APLs (terminologia adotada no presente estudo).

De acordo com a RedeSist – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (2017), o referencial de APLs dá especial destaque à esfera local, dado que as atividades produtivas e inovativas são diferenciadas temporal e espacialmente, refletindo o caráter localizado da assimilação e do uso de conhecimentos e capacitações, resultando em requerimentos específicos de políticas. Em virtude disso, o governo e as entidades representativas e de apoio às empresas, vem buscado apoiar o desenvolvimento de políticas públicas para os APLs.

Entretanto, na maioria das vezes, os formuladores de políticas, não levam em consideração as diferentes fases do ciclo de vida dos APLs. Geralmente, medidas genéricas são aplicadas para todos os Arranjos dentro de um programa. Isso se deve em parte pelo fato de que a literatura especializada apresenta uma lacuna acerca de recomendações sobre como selecionar medidas políticas para apoiar os Arranjos nos diferentes estágios do ciclo de vida (BRENNER; SCHLUMP, 2011).

Nos últimos anos, o governo brasileiro, tanto em nível estadual quanto federal, vêm implantando uma série de medidas com vistas a fortalecer os arranjos de empresa. No entanto, não é possível a elaboração de políticas para APLs sem considerar a história e o contexto. Cada arranjo apresenta suas próprias características com relação às origens, ao contexto econômico, ao ambiente sociocultural, ao nível de complexidade da cadeia produtiva entre outras. Para que essas políticas atinjam seus objetivos os estágios do ciclo de vida devem ser levados em consideração.

A teoria do ciclo de vida utiliza a metáfora do crescimento orgânico, com etapas definidas que incluem o nascimento, o crescimento, a maturidade e o declínio. Esse conceito é usado no ambiente organizacional para explicar diferentes estágios caracterizados por mudanças. As várias abordagens no ciclo de vida do cluster tendem a dividir esses estágios em: estágio inicial ou de desenvolvimento, estágio de expansão, estágio maduro, e, declínio.

Os autores Brenner e Schlump (2011), apresentam um modelo e diferentes tipos de políticas devem ser aplicadas em diferentes estágios do ciclo de vida. Para isso, dividem o ciclo de vida em: Fase inicial ou de desenvolvimento - Na fase inicial do ciclo de vida, pode-se detectar o surgimento de alguns lugares em que atividades econômicas se tornam concentradas. Estágio de expansão - No estágio de expansão, o mercado para a respectiva tecnologia ou indústria aumenta o número de empresas, de emprego e de outras atividades relacionadas. Estágio maduro - No estágio maduro, o crescimento diminui, o mercado se estabiliza e a situação alcança uma espécie de equilíbrio. Em virtude, segundo os autores, da dificuldade de estudar o estágio de declínio o modelo concentra-se na análise das três primeiras etapas do ciclo de vida.

Diante do exposto, torna-se importante identificar o estágio do ciclo de vida em que o Arranjo Produtivo Local se encontra, para que políticas públicas sejam formuladas com maiores perspectivas de êxito. No contexto paraibano, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais do Estado da Paraíba (PLADES) - 2016-2021, tem como objetivo principal atuar no apoio e no assessoramento técnico-científico ao papel da Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico (SETDE) à frente da coordenação do Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais da Paraíba (NEAAPL-PB), por meio de ações de capacitação, levantamento de informações, estudos, análises, diagnósticos e visitas técnicas para o planejamento e apoio ao desenvolvimento sustentável dos APLs no estado da Paraíba.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar quais as melhores políticas a serem formuladas de acordo com a identificação do ciclo de vida dos Arranjos Produtivos Locais apoiados pelo PLADES.

À vista disso, o objeto do presente estudo foi o Arranjo Produtivo Local de Couro e Calçados de Campina Grande, um dos APLs identificados no PLADES, em virtude da importância e da contribuição que esse Plano pode representar para o desenvolvimento do estado da Paraíba.

A premissa principal deste trabalho está relacionada a necessidade de se analisar quais as melhores políticas a serem formuladas de acordo com o ciclo de vida dos APLs apoiados pelo PLADES, tendo em

vista que, ao serem identificadas as principais características dos APLs, essas servirão de apoio aos formuladores de políticas mais adequadas e mais eficazes dentro dos contextos específicos.

O pressuposto básico é de que ao se identificar o ciclo de vida do APL será possível elaborar políticas adequadas em virtude de compreender que o ciclo de vida é um elemento essencial para entender o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.

Com base na premissa e no pressuposto citados, a pesquisa tem como problema central:

Quais as melhores políticas a serem formuladas de acordo com a identificação do ciclo de vida dos Arranjos Produtivos Locais apoiados pelo PLADES?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

As empresas estão inseridas em um contexto dinâmico e globalizado, no qual diversas transformações acontecem de maneira acelerada, seja por fatores políticos, econômicos ou tecnológicos. Para acompanhar tais transformações e se manterem competitivas, as pequenas e médias empresas necessitam traçar estratégias para conseguirem um bom desempenho no mercado. A cooperação entre empresas surge como forma de ajudá-las a conseguir vantagens que elas não obteriam de maneira isolada. Segundo Lastres e Cassiolato (2003, p.3):

> Os principais resultados das pesquisas realizadas pela RedeSist em diferentes regiões do país confirmam que a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias geradas por suas interações fortalecem suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte de vantagens competitivas duradouras. A participação dinâmica em arranjos produtivos locais tem auxiliado empresas, especialmente as de micro, pequeno e médio portes, a ultrapassarem as conhecidas barreiras ao crescimento, a produzirem eficientemente e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais.

O surgimento dos APLs aconteceu entre os anos de 1960 e 1970 na Alemanha e na Itália. O seu êxito levou ao aumento desse tipo de relação entre as organizações, entretanto Marshall já havia descrito esse fenômeno no início do século XX (CARDOSO *et al.*, 2014). Os APLs podem ser definidos como:

> Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações

> públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p.3).

As empresas dos APLs possuem especialização produtiva, elas interagem, articulam e cooperam entre si e com outros atores, como: governo, instituições de crédito, de ensino e pesquisa, e associações empresariais (CARDOSO *et al.*, 2014).

Segundo Lastres e Cassiolato (2003, p.4):

> A formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo.

Ainda de acordo com os autores citados, o APL possui características que o diferencia de outras aglomerações produtivas, são elas:

- Dimensão territorial: trata-se do espaço onde ocorrem os processos produtivos, inovadores e cooperativos. Podem ser municípios, conjunto de alguns municípios, estado, entre outros.
- Diversidade de atividades e atores: Envolvem as empresas produtoras dos bens finais, fornecedora de matéria prima e equipamentos, prestadoras de serviços, instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, financiamento, entre outras.
- Conhecimento tácito: Compartilhamento de conhecimento e informações entre os atores do arranjo. O conhecimento tácito é aquele que foi adquirido através de experiências e que ainda não está codificado, é uma vantagem competitiva para os indivíduos que o detém.
- Inovação e aprendizados interativos: por meio do aprendizado interativo o conhecimento é difundido ampliando a capacidade de produção das firmas e das instituições.
- Governança: trata-se da forma de coordenação entre os agentes e atividades, envolvendo a produção e distribuição de bens e a geração, disseminação e uso do conhecimento e inovação.
- Grau de enraizamento: diz respeito ao envolvimento e articulação entre os atores do APL.

A existência de APLs traz vantagens não apenas para as empresas que fazem parte do arranjo, mas também para a região na qual ele está presente. O aumento do aglomerado decorre do aumento de empresas interessadas em explorar a vocação regional, que é o potencial de uma região para promover atividades econômicas em um determinado egmento de mercado, isso contribui para o desenvolvimento econômico da região na qual o APL está inserido, pois com a abertura de novas empresas há a geração de emprego e renda (VAHL, 2009). Além disso, com a maior disponibilidade de recursos financeiros das empresas e com a presença de centros de pesquisa pode-se observar um

maior número de novos produtos sendo desenvolvidos, novas tecnologias e processos. (CARDOSO *et al.*, 2014).

Segundo Erber (2008) pelas características territoriais e setoriais que os APLs possuem, pelo sua importância para as pequenas e médias empresas e a falta de condições de mercado para que se desenvolvam, o Estado tem motivos para intervir através de políticas públicas no fomento dos APLs, essa intervenção ocorre tanto por razões de ordem econômica, quanto por razões sociais. Cada APL possui características particulares, seja pelo seu histórico de formação, quantidade de empresas presentes no arranjo, nível de desenvolvimento ou seu segmento de mercado, assim, para que a política pública seja eficaz, se faz necessário que a sua formulação leve em consideração as especificidades do APL, bem como, o contexto econômico e político no qual ele está inserido e a sua fase do ciclo de vida.

2.2. CICLO DE VIDA

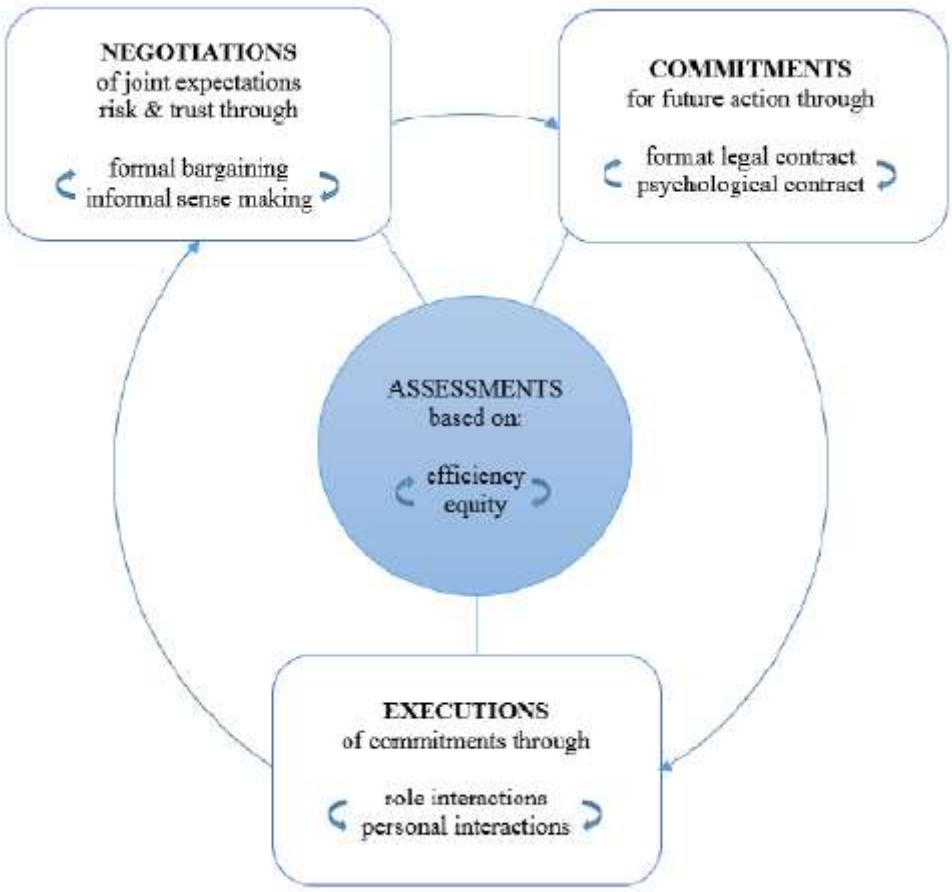
O ciclo de vida dos arranjos produtivos locais vem sendo amplamente discutido, entretanto estudos que relacionem o ciclo de vida com as políticas públicas de desenvolvimento para os APLs ainda são poucos, e no momento em que essas políticas são formuladas o ciclo de vida não é levado em consideração (BRENNER; SCHLUMP, 2011). Ainda segundo Brenner e Schlump (*op. cit.*) tendo em vista que mecanismos e processos relevantes dos APLs mudam de acordo com o tempo, é esperado que a eficácia de diferentes medidas políticas varie ao longo do ciclo de vida deste.

O conceito de ciclo de vida dos arranjos foi desenvolvido a partir dos conceitos de ciclo de vida da indústria e do produto, mas são conceitos diferentes, pois se desenvolvem de maneira diferente ao longo do tempo (BRENNER; SCHLUMP, 2011).

Vários autores se preocuparam em desenvolver modelos de ciclo de vida para as redes interorganizacionais de modo a permitir um melhor entendimento sobre a forma de desenvolvimento e evolução desses relacionamentos, trazemos abaixo alguns modelos de diferentes autores, antes de apresentar o modelo de Brenner e Schlump que foi o modelo por nós utilizado nesse trabalho.

2.2.1. MODELO DE RING E VAN DE VEN.

Figura 01 – Modelo de Ring e Van de Ven.



Fonte: Ring, Van de Vem, Milosevic (1994)

O modelo de Ring e Van de Ven (RING; VAN DE VEN; MILOSEVIC, 1994) descreve, como mostra a Figura 01, uma sequência cíclica de 03 fases, negociações, compromissos e execuções, que são baseadas na eficiência e equidade.

Na fase de negociação os envolvidos desenvolvem suas expectativas relacionadas às motivações, possíveis investimentos e incertezas no acordo, há discussões e barganhas sobre os termos e procedimentos; na fase de compromisso os lados chegam a um acordo sobre as obrigações de cada um e as regras a serem seguidas; na fase de execução o acordo é colocado em ação e as regras são executadas. Segundo esses autores esse modelo descreve o desenvolvimento do processo de cooperação entre organizações (RING; VAN DE VEN; MILOSEVIC, 1994).

2.2.2. MODELO DE SPEAKMAN E FORBES, ISABELLA E MACAVOY

Os autores Spekman *et al.* (1998) propõem um modelo de ciclo de vida com 07 fases, como mostra a Figura 02:

- Antecipação – a organização prevê possibilidades, ideias e desejos;
- Engajamento – os parceiros definem suas expectativas, é o início da conversão de expectativas em ação;
- Avaliação - os termos da aliança são negociados e estabelecidos;
- Coordenação – nesse estágio a operação tem início formalmente e a estrutura de gerenciamento surge;
- Investimento - há a necessidade de se investir, comprometendo ativos e recursos para a ação;
- Estabilização - a aliança está estável e em operação, os resultados são comparados com os objetivos, as metas financeiras e parâmetros operacionais;
- Decisão – nessa última fase os resultados alcançados anteriormente são reavaliados e com base nisso o curso de ação da aliança é definido. (SPEKMAN *et al.*, 1998).

Segundo esses autores as alianças estratégicas exigem uma relação de cooperação,

Figura 02 – Modelo de Spekman, Forbes, Isabella e MacAvoy

	Anticipation	*Engagement*	*Valuation*	*Co-ordination*	*Investment*	*Stabilization*	*Decision*
Characteristics of life Cycle stage	Pre-alliance Competitive needs and motivation emerge	High energy Complementarity Congruence Strategic potential	Financial focus Business cases Analysis Internal selling	Operational focus Task orientation Division of labour Parallel activity	Hard choices Committing Resource reallocation Broadening scope	High interdependence Maintenance Assessment of relative worth and contribution	Where now?
Key business activity	Partner search	Partner Identification	Valuation Initiating	Co-ordination Interfacing	Expansion Growth	Adjustment	Re-evaluation
Role of alliance manager	Visionary	Strategic sponsor	Advocate	Networker	Facilitator	Manager	Mediator

Fonte: Spekman *et al.* (1998)

as redes criadas através dos esforções conjuntos dessas organizações podem melhoras seus resultados e alavancar a presença de mercado das mesmas. Essas alianças estratégicas permeiam a vida das organizações e acabam por influenciar o ciclo de vida delas (SPEKMAN *et al.*, 1998).

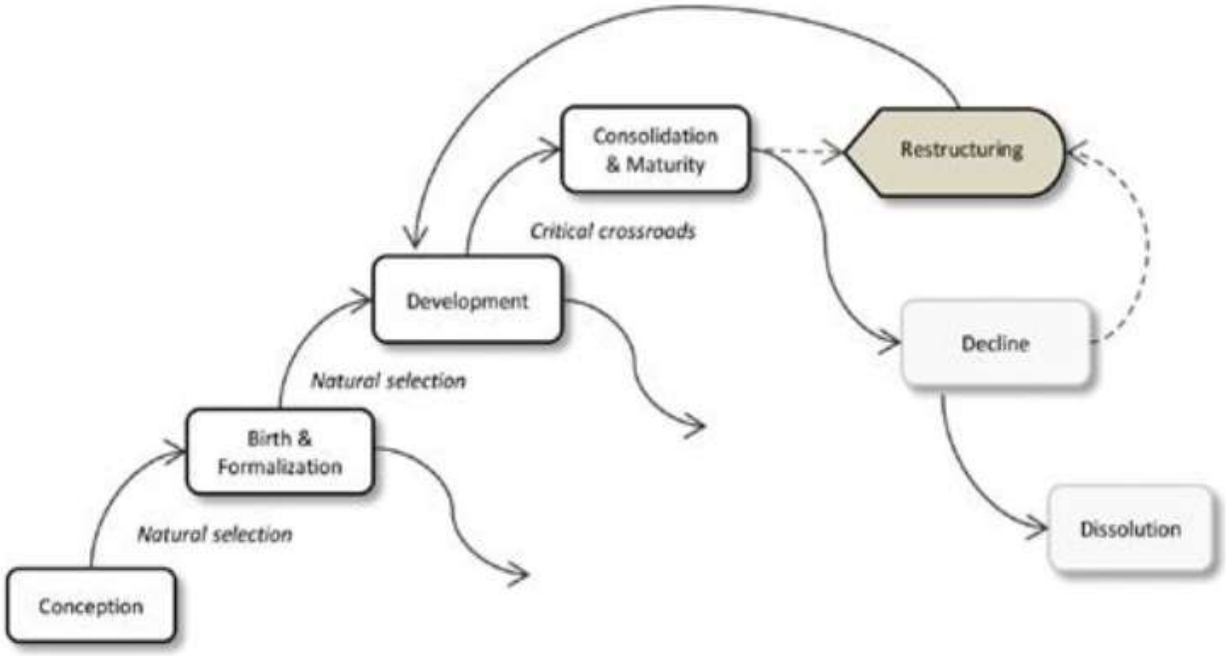
2.2.3. MODELO DE WEGNER

Há muitas variações em relação aos diferentes termos usados pelos autores nos modelos desenvolvidos e não há um consenso sobre as fases de desenvolvimento entre esses modelos, segundo Wegner *et al.* (2016) tais variações podem ser decorrentes dos diferentes tipos de relacionamentos interorganizacionais que os atores desenvolvem.

Como mostra a Figura 03, o modelo proposto por Wegner traz 06 estágios do ciclo de vida das redes (concepção, nascimento e formalização, desenvolvimento, maturidade, declínio e dissolução) e para

evitar o último estágio essas redes precisam passar por transformações que exigem reestruturações para manter o interesse dos parceiros na atividade corporativa (WEGNER *et al.*, 2016).

Figura 03 – Modelo de Wegner, Begnis, Alievi e Maehler



Fonte: Wegner et al., 2016

Na concepção, a primeira fase, as possibilidades cooperativas são discutidas, há um alto grau de participação, pois os envolvidos estão motivados diante das possibilidades, entretanto as trocas de informações são mais relacionadas ao operacional do que a estratégia, o nível de confiança interpessoal também é baixo. (WEGNER *et al.*, *op. cit.*).

Na fase de nascimento e formalização a rede é formalizada pelos membros, uma estrutura de governança começa a ser implementada e o nível de confiança aumenta devido ao maior conhecimento dos membros. Na fase de desenvolvimento o nível de regulação aumenta. E já na fase de maturidade, o estágio mais alto de desenvolvimento das redes, o gerenciamento se torna profissional e a governança é assumida por uma organização administradora (WEGNER *et al.*, *op. cit*.).

Quando a estrutura e os processos não estão ajustados e acabam por causar desmotivação entre os parceiros temos o estágio de declínio, a competição interna é gerada quando grupos com interesses próprios tentam influenciar a gestão, e muitos participantes priorizam a ação individualizada, existem conflitos e falta de confiança.

Na fase de dissolução, as regras da governança não são seguidas, não há comprometimento e a participação dos membros é muito pouca, a situação é de difícil reversão e a grande probabilidade é de encerramento formal das atividades. A reestruturação, que é necessária para que a rede perdure, permite que ela retorne ao estágio de desenvolvimento, entretanto promover grandes transformações é difícil no estágio de declínio (WEGNER *et al.*, 2016).

2.2.4. MODELO DE MENZEL E FORNAHL

O modelo de Menzel e Fornahl (2007) apresenta 04 fases: emergência, crescimento, sustentação e declínio. Segundo os autores o desenvolvimento dos aglomerados apresenta diferenças tanto quantitativas quanto qualitativas. Na fase de emergência há poucas organizações, normalmente são pequenas empresas e com um número reduzido de funcionários, há poucas possibilidades de ações coletivas e de interação.

Já a fase de crescimento apresenta um forte aumento no número de empresas e *startups* e consequentemente empregos, devido a maior sinergia em torno dos pontos focais. A geração de novos negócios é influenciada pelas redes sociais, um ambiente empreendedor e organizações de apoio a *start-ups.* Em termos qualitativos, o aglomerado se torna menos heterogêneo no que se refere a conhecimento e mais focado. Há maior abertura e flexibilidade para as interações e mais ações coletivas. (MENZEL; FORNHAUL, *op. cit*.)

A fase de sustentação descreve um estado de equilíbrio do aglomerado, não há nem crescimento nem decréscimo no número de empregos e empresas, vale salientar que os autores fazem essa comparação com a respectiva indústria, ou seja, organizações do mesmo setor, mas não aglomeradas. A região já foi modelada pelo aglomerado, há espaço para interações inclusive com empresas de fora do aglomerado, o que traz conhecimento para o mesmo.

A fase de declínio é marcada por um decréscimo nos números da empresa, especialmente redução de funcionários. O aglomerado perde a sua capacidade de adaptabilidade as condições e não renova sua independência, ele fica preso à trajetória do passado e as tecnologias, para mudar é necessário um intenso processo de aprendizagem. (MENZEL; FORNHAUL, *op. cit.*)

2.2.5. MODELO DE BRENNER E SCHLUMP

No Modelo de Brenner e Schlump (2011), que será o modelo usado nesse trabalho, o estágio inicial ou de desenvolvimento é similar ao de Menzel e Fornhaul (2007), nota-se que uma indústria começa a

apresentar concentrações uma determinado região, e com o crescimento do setor surgem mais empresas, o que gera uma expansão, entretanto há pouca interação entre as empresas da região. Menzel e Fornahl (2007 *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011) definem a interação entre as empresas e as universidades e entre as empresas e institutos públicos de pesquisa como a principal força desse estágio.

Apesar das condições locais e políticas apresentarem influência no desenvolvimento do aglomerado, nessa fase inicial é difícil identificar o aglomerado, o que dificulta a intervenção do governo (BRUSCO, 1990 *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011)

No estágio de expansão, ocorre um grande aumento no mercado, aumenta o número de empresas, empregos e atividades relacionadas. A população local se beneficia com toda essa expansão e crescimento. Nessa fase a cooperação tem um importante papel assim como a interação e a inovação (BRENNER; SCHLUMP, 2011).

No estágio de maturidade, esse crescimento do mercado diminui e o desenvolvimento desse mercado se estabiliza; nos aglomerados bem estabelecidos a interação e cooperação são as principais características. Por existir pouca diferença do estágio de maturidade e uma situação de declínio, os autores não os separam em uma fase diferente, numa situação de declínio nota-se uma forte diminuição do mercado dos produtos do aglomerado, e nessa circunstância difícil o aglomerado é obrigado se transformar ou declinar (BRENNER; SCHLUMP, *op. cit.*).

Segundo Spekman *et al.* (1998) os limites de cada estágio não são claros, o que torna difícil determinar com precisão quando um começa e o outro termina. Outros autores ainda reforçam que essa passagem do aglomerado de um estágio para o outro não é brusca, e sim um processo de transição lento e gradativo, isso acorre, segundo Menzel e Fornahl (2007), por haver diferentes atores que não estão necessariamente a todo o momento no mesmo estágio, sendo assim a fase do ciclo é definida com base no estágio no qual as empresas focais encontram-se, que é onde ocorre maior sinergia entre os atores do aglomerado (MENZEL; FORNAHL, *op. cit*.).

Usamos para esse trabalho o modelo de ciclo de vida proposto por Brenner e Schlump (2011), o qual utiliza 03 fases e destaca as 02 fases de transição entre essas: inicial, expansão e maturidade. Os autores desenvolveram uma abordagem teórica e com base nela um modelo matemático específico para uma indústria regional, o qual com dados empíricos possibilita relacionar as fases do ciclo de vida do arranjo e as medidas políticas de apoio aos mesmos. Entretanto, o modelo matemático não será desenvolvido nesse trabalho, visto que segundo mencionam os próprios autores, a abordagem teórica

se mostra mais útil, dada a pouca quantidade de evidências empíricas dos efeitos de diferentes medidas políticas de apoio (BRENNER; SCHLUMP, 2011).

De acordo com Brenner e Schlump (2011) alguns autores parecem concordar com a existência de três estágios no ciclo de vida de um aglomerado: estágio inicial ou de desenvolvimento, expansão e maturidade, às vezes a fase de declínio é combinada com essa última (MAGGIONI, 2004, *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011), ou definida como um quarto estágio (VAN KLINK; DE LANGEN, 2001; BRENNER, 2001 *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011).

Podemos observar, que dos autores que trouxemos, o modelo de Ring e Van de Ven e o modelo de Brenner e Schlump, trazem essas 03 fases, e o modelo de Menzel e Fornhaul, é apresentado em 04 fases. Entretanto, os outros modelos do quadro apresentam fases que podem ser associadas a esses 04 momentos do APL, inicial ou desenvolvimento, expansão, maturidade, e por último declínio; o Quadro 01 mostra essa associação feita com base nas características de cada estágio apresentada pelos autores.

Quadro 01 – Fases dos modelos x autores

Autores	Fases							
RING E VAN DE VEN.	**Negociação** Desenvolvimento de expectativas relacionadas às motivações; Possíveis investimentos; Incertezas no acordo; Discussões e barganhas sobre os termos e procedimentos		**Compromisso** Chegam a um acordo sobre as obrigações de cada um e as regras a serem seguidas	**Execução** O acordo é colocado em ação e as regras são executadas.				
SPEKMAN *et al.*	**Antecipação** Previsão das possibilidades, ideias e desejos.	**Engajamento** Definição de expectativas; Início da conversão de expectativas em ação.	**Avaliação** Negociação e estabelecimento dos termos de aliança.	**Coordenação** Início formal da operação; Surgimento da estrutura de gerenciamento.	**Investimento** Necessidade de investimento, comprometendo recursos e ativos para a ação.	**Estabilização** Aliança estável e em operação; Resultados são comparados com objetivos, metas financeiras e parâmetros operacionais.	**Decisão** Resultados são avaliados e baseado nisso, o curso da aliança é definido.	
WEGNER *et al.*	**Concepção** Discussão das possibilidades cooperativas; Alto grau de participação; Trocas de informação mais operacionais que estratégicas; Baixo nível de confiança interpessoal.		**Nascimento e formalização** A rede é formalizada pelos membros; Começa a ser implementada uma estrutura de governança; Aumento no nível de confiança.	**Desenvolvimento** Aumento no nível de regulação.	**Maturidade** Estágio mais alto de desenvolvimento; Gerenciamento profissional; Governança assumida por uma organização administradora.		**Declínio** Competição interna; Grupos com interesses próprios tentam influenciar a gestão; Os participantes priorizam ações individualizadas; Conflitos; Falta de confiança	**Dissolução** As regras não são seguidas; não há comprometimento; Pouca participação dos membros; Grande probabilidade de encerramento formal das atividades.
MENZEL E FORNAHL	**Emergência** Poucas Organizações, empresas são pequenas e com número de empregados reduzido. Heterogêneo. Pouca interação e ações coletivas.			**Crescimento** Aumento no número de empresas e empregos. Mais focado. Maior abertura e flexibilidade para interações e ações coletivas.	**Sustentação** Estado de equilíbrio, estagnação, nem aumento nem diminuição dos números de empresas e empregos. Possibilidade de interações traz conhecimento		**Declínio** Diminui o número de empresas e funcionários. Interações restritas, pouca adaptabilidade.	
BRENNER E SCHLUMP	**Inicial** Início de concentrações em alguns lugares; O setor cresce, surgem mais empresas e inicia-se uma expansão; Pouca interação entre as empresas.			**Expansão** Grande aumento no mercado, aumenta o número de empresas, empregos e atividades relacionadas; A população local se beneficia desse crescimento; A cooperação, interação e inovação possuem papel importante.			**Maturidade** O crescimento do mercado diminui; O desenvolvimento do mercado se estabiliza.	

Fonte: Elaboração própria

Ativar o Windows
Acesse Configurações para ativar o Win

Como mencionado anteriormente, a eficácia das políticas públicas pode variar de acordo com o momento no qual as empresas do aglomerado se encontram, de acordo com o estágio do ciclo de vida do aglomerado (BRENNER; SCHLUMP, 2011), visto que as respostas e a capacidade de aproveitamento dessas políticas podem variar, o conhecimento dessa relação pode contribuir para o surgimento e crescimento do aglomerado e pode até evitar seu o declínio (FORNAHL; HASSINK; MENZEL, 2015). Tendo isso em vista, no próximo tópico falaremos um pouco sobre as políticas públicas e as políticas para os arranjos produtivos.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

O Estado, para cumprir uma de suas funções, a promoção de bem estar social, utiliza-se de políticas públicas, que é a atuação do governo (ações e decisões) com o intuito de solucionar problemas da sociedade e visando o interesse público (SEBRAE, 2008).

Segundo Frey (2000 *apud* JACOMETTI *et al.,* 2016) as políticas públicas são ações com teor político que visando o desenvolvimento local e setorial, aumentam as vantagens competitivas das empresas, contribuindo para a sustentabilidade das mesmas e proporcionam o crescimento socioeconômico da região. Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013) há uma conciliação entre objetivos políticos e meios políticos, ou seja, os tomadores de decisões políticas buscam resolver problemas e suprir as necessidades da sociedade por meio de mecanismos políticos.

No que diz respeito aos aglomerados, as políticas públicas tem o objetivo geral de melhorar o desempenho econômico daquela determinada região (BRENNER; SCHLUMP, 2011), assim as políticas de APLs podem ser entendidas como aquelas intervenções políticas que focam no fortalecimento de um determinado aglomerado ou que visam facilitar o surgimento deles (EUROPEAN COMISSÃO, 2008 *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011).

Nesse ponto se faz necessário uma diferenciação, existem políticas que foram intencionalmente elaboradas com foco num determinado APL, cujas intenções explicitas são a de melhorar o desempenho desse e consequentemente o da região, e existem políticas que apesar de influenciar o desenvolvimento e desempenho do APL, não foram elaboradas e implementadas com esse foco.

Elola *et al.* (2017) classificam como abordagem restrita essa abordagem na qual o medida política é projetada para apoiar um APL, e como abordagem ampla quando a medida política é mais sistêmica e acaba por influenciar o APL indiretamente, podemos citar como exemplos dessa última as políticas relacionadas a infraestrutura e educação.

Os arranjos produtivos locais são importantes para a região na qual estão inseridos, pois são uma maneira de promover o desenvolvimento da mesma (COSTA, 2010) sendo assim as políticas públicas de apoio aos APLs acabam por desempenhar um papel influente nesse processo.

Entretanto, para se formular políticas para APLs mais eficientes, é necessário que essas sejam adaptadas às circunstâncias culturais e políticas do local e ao estágio de vida do aglomerado (MASKELL; KEBIR, 2006 *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011). Contudo, essas questões na maioria das vezes são desconsideradas na formulação das políticas públicas, talvez por isso se questione o real impacto e a eficiência dessas medidas no desenvolvimento dos arranjos. Os contextos de um ou outro aglomerado são diferentes e por causa disso requerem medidas políticas diferentes, (VAN KLINK; DE LANGEN, 2001 *apud* ELOLA *et al.*, 2017) pois, em se tratando de políticas públicas, não existe tamanho único (NJØS; JAKOBSEN, 2016 *apud* ELOLA *et al.*, *op. cit.*)

Segundo Brenner e Schlump (2011) as políticas para aglomerados podem assumir diversas formas, mas é importante que a forma seja condizente com as características do arranjo ao qual essa visa atingir. Esses autores apresentam seis categorias de políticas públicas:

− Educação – políticas desse tipo visam a formação de capital humano (AUDRETSCH; LEHMANN, 2006 *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011) e objetivam melhorar o gerenciamento dos atores locais. Esse tipo de política é importante em todos os estágios do ciclo de vida do aglomerado.

− Pesquisa pública – parcialmente relacionada com educação, esse tipo de política fornece conhecimento e serviço especializado (PORTER, 1998b *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011), pois treina a força de trabalho qualificando-a, pode também garantir alta qualidade do produto. Especialmente nos estágios iniciais e de emergência do aglomerado essas políticas podem ser relevantes, alguns autores afirmam que elas são úteis em todos os estágios do ciclo (ANDERSSON *et al.*, 2004 *apud* BRENNER; SCHLUMP, *op. cit.*).

− Apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e cultura de inovação – acontece na empresa e é especialmente importante nos estágios iniciais do ciclo, sendo que a inovação é mais relevante na maturidade, essa política também pode ser relevante para evitar o declínio do APL.

− Apoio às *startups* – as empresas startups e organizações de apoio são bastante importantes para o aumento da atividade da região. Essas medidas são aplicadas em todos os estágios e não apresentam diferenças significativas entre elas.

− Organização de rede e apoio à cooperação – uma maneira de apoiar os aglomerados é o suporte de organizações de rede e cooperação. Esse tipo de política parece ser mais relevante na fase inicial, principalmente nos aglomerados informais (HUGGINS, 2008 *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011), e na fase de expansão, quando é importante o bom funcionamento da rede e a cooperação entre os atores. Essas medidas minimizam os riscos do desenvolvimento e gera um ambiente positivo

− Infraestrutura e condições locais – são fatores importantes para o desenvolvimento econômico da região, pois proporcionam uma melhoria das condições da mesma, essas condições são importante nos estágios emergentes e de crescimento (MENZEL; FORNAHL, 2007 *apud* BRENNER; SCHLUMP, 2011).

Ainda de acordo com Brenner e Schlump (2011) cada uma dessas categorias de política pode ter um impacto maior ou menor no aglomerado, de acordo com a fase do ciclo de vida no qual esse se encontra, no quadro abaixo (Quadro 02) essa relação é apresentada (BRENNER; SCHLUMP, 2011).

Quadro 02 - Medidas Políticas e as fases do ciclo de vida que nas quais são mais relevantes

Fase mais relevante do ciclo de vida do cluster	**Medida política**
Inicial	▪ Promoção de startup (parques científicos, incubadoras), ▪ Apoio à cooperação (reuniões, etc.), ▪ Desenvolvimento de cultura inovadora, ▪ Estabelecimento de laboratórios, ▪ Apoio à pesquisa e desenvolvimento
Inicial / expansão	▪ Educação e treinamento (conferências, processos de aprendizagem) ▪ Redes (informais, institucionalizadas), atividades conjuntas, ▪ Fundos iniciais, melhor acesso ao capital, capital venture ▪ Marketing de cluster e provisão de serviços.
Expansão	▪ Atividades de triagem, acesso a novos tecnologias, ▪ Coordenação e cooperação industrial
Expansão / Maturidade	▪ Apoio *à spin-offs* (financiamento, colaborações, Serviços)
Maturidade	▪ Desenvolvimento de capital humano e trabalhadores especializados ▪ Serviços de suporte, ▪ Renovação de redes, cooperações, ▪ Projetos de farol, ▪ Criação de institutos de pesquisa.

Fonte: Brenner e Schlump (2011) (tradução nossa)

Fonte: Brenner e Schlump (2011) (tradução nossa)

Observando o Quadro 02 podemos notar que na fase inicial são bastante significativas as políticas de educação, apoio a *startups*, apoio à pesquisa e desenvolvimento, redes e cooperação. Na fase de

expansão destacam-se as políticas de educação, apoio a *startups*, apoio a pesquisa e desenvolvimento; e na fase de maturidade as políticas relacionadas as pesquisa pública, educação, apoio a rede e cooperação, se mostram mais significativas.

3. METODOLOGIA

O estudo tem como objetivo analisar quais as melhores políticas a serem formuladas de acordo com a identificação do ciclo de vida dos Arranjos Produtivos Locais apoiados pelo PLADES. Para o alcance do objetivo proposto foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter exploratório conduzida sob a forma de estudo de caso.

Em virtude do contexto mundial de Pandemia, o objeto da pesquisa foi definido como o APL de Couro e Calçados de Campina Grande, dada a dificuldade de coletar os dados necessários. Nesse sentido, foi utilizada uma base de dados secundária, ou seja, documentos, estudos, relatórios, disponíveis. Os dados primários foram levantados através de entrevista realizada com a consultora de negócios do SEBRAE responsável pelo APL.

Para atender ao problema central deste estudo, o mesmo foi dividido em duas etapas:

I – Identificação do estágio do ciclo de vida do APL. Nessa etapa será utilizada a classificação de Brenner e Schlump (2011). Os autores dividem o ciclo de vida em: **Fase inicial ou de desenvolvimento, Estágio de expansão e Estágio maduro.** Dessa forma, foram levantados indicadores para cada estágio do ciclo de vida, de modo a facilitar a identificação dos mesmos.

II – Relação do estágio do ciclo de vida com as políticas a serem adotadas. O modelo desenvolvido por Brenner e Schlump (2011), analisa, por um lado, o impacto que diferentes políticas exercem em diferentes estágios do ciclo de vida do Arranjo e, por outro lado, em quais áreas o apoio do governo deve se concentrar para ser mais eficaz. Os autores sugerem seis categorias: Educação; Pesquisa Pública; Apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e à cultura de inovação; Suporte de *startups*; Organização de redes e apoio à cooperação e Infraestrutura e condições locais.

Para análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo sob a forma de abordagem qualitativa. A análise de conteúdo pode ser conceituada como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, mas com aplicações diferentes, sendo que na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo, enquanto na segunda é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é levado em consideração (BARDIN, 1994).

Cronologicamente, a análise de conteúdo pode abranger as seguintes fases:

● Pré-análise – organiza-se o material a ser analisado. De acordo com os objetivos e questões de estudo, define-se, principalmente, unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias;

● Exploração do material – aplica-se o que foi definido na fase anterior. Pode haver a necessidade de se fazer várias leituras de um mesmo material;

● Tratamento dos resultados obtidos e interpretação – Nessa fase deve-se desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto. Sem excluir as informações estatísticas, a busca deve se voltar, por exemplo, para as ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos estudados (MINAYO, 1994).

4. ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO APL DE COURO E CALÇADOS DE CAMPINA GRANDE

Segundo relatório da Abicalçados (2021) a indústria brasileira de calçados é bastante significativa, sendo o país o quarto maior produtor de calçados no *ranking* mundial de 2019, detendo 4,2% de participação nesse mercado; sendo também o quarto maior consumidor e o 12º maior exportador em volume. O plástico e a borracha são os materiais mais utilizados, ficando o couro em terceiro lugar, sendo o material predominante em 18,8% dos pares produzidos em 2020, o que corresponde a 143,7 milhões de pares.

Em 2020 a indústria brasileira apresentou uma expressiva queda de 18,4% na produção, pois as medidas para conter o contágio do corona vírus obrigou a paralização da produção e o fechamento do comércio, a pandemia da COVID-19 impactou no aumento do custo de produção, diminuiu o faturamento e reduziu a demanda. Nesse mesmo ano a região Nordeste teve um resultado melhor que a média do país, com a produção 12,9% menor. A Paraíba, em 2020, foi responsável por 14,4% da

produção do Brasil o que corresponde a 109,8 milhões de pares, ocupando o quarto lugar entre os estados mais produtivos; e sendo Campina Grande responsável por 95,5% desse resultado, o que corresponde a 104,9 milhões de pares produzidos; o polo da cidade é o segundo maior do país, ficando atrás somente do polo de Sobral no estado do Ceará (ABICALÇADOS, 2021).

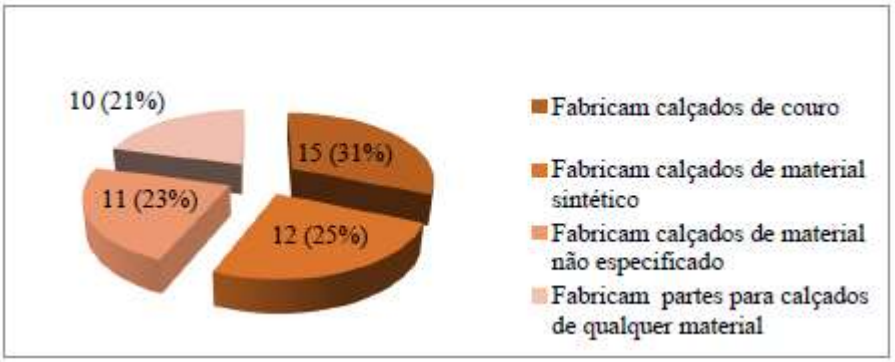
A criação de curtumes na cidade de Campina Grande em 1923, marca o início do APL de Couro e Calçado da cidade, que é o mais antigo da Paraíba (ABRANTES, 2020). O arranjo conta com 48 empresas, segundo os dados mais recentes da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – do Ministério da Economia (RAIS, 2019); segundo consultora do SEBRAE CG, em um mapeamento por eles realizado que teve duração de 3 meses e foi concluído em dezembro de 2020 são 97 empresas.

O APL conta também com um número expressivo de instituições como a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), Serviço Social da Indústria (SESI), Centro de Formação Profissional do Couro e do Calçado Albano Franco (IST CTCC), que é uma unidade do SENAI, Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Sindicato da Indústria de Calçados da Paraíba (SINDICALÇADOS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) e Banco Do Nordeste. Segundo Fornahl, Hassink e Menzel (2015) essa heterogeneidade e a capacidade e possibilidade de explorar essa diversidade de atores é crucial para o crescimento e a renovação do aglomerado.

Essas instituições oferecem diferentes formas de apoio como difusão de conhecimento, formação e qualificação de capital humano, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, fomento financeiro e a inovação (ABRANTES, 2020), essas ações colaborativas entre os atores são imprescindíveis para o desenvolvimento e favorece o desenvolvimento do mesmo (FURLANETTO; SILVA, 2005 *apud* COSTA *et al.*, 2006).

Dessas 48 empresas, 15 fabricam calçados de couro, 12 empresas fabricam calçados de material sintético, 11 produzem calçados de material não especificado e 10 produzem partes para calçados de qualquer material (RAIS, 2019), o gráfico 01 mostra essa relação.

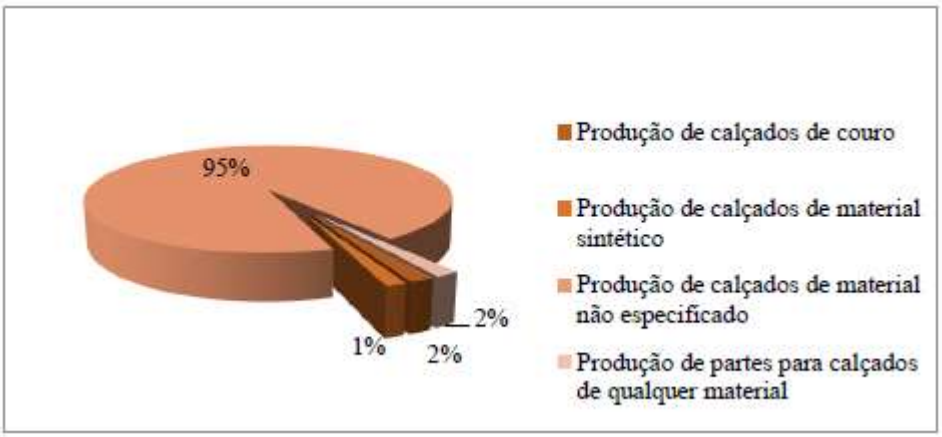
Gráfico 01: Empresas no subsetor calçadista de Campina Grande



Fonte: Elaboração própria

Ainda segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2019), essas empresas foram responsáveis em 2019 por um quantitativo de 9382 empregos formais na cidade, sendo 163 empregos na produção de calçados de couro, 140 na de calçados de material sintético, 8916 empregos na produção de calçados de materiais não especificados, e 163 na produção de partes de calçados de qualquer material, pode-se observar essa relação em percentual no gráfico 02 apresentado a seguir:

Gráfico 02: Empregos no subsetor calçadista de Campina Grande



Fonte: Elaboração própria

Observa-se que é expressivo número de empregos gerados na produção de calçados de material não especificado, isso se dá em grande parte pela presença de uma empresa de grande porte instalada na cidade.

Com base nessa caracterização do APL de Couro e Calçados de Campina Grande poderemos determinar o ciclo de vida desse arranjo de acordo com o modelo de Brenner e Schlump (2011).

4.2. CICLO DE VIDA DO APL DE COURO E CALÇADOS DE CAMPINA GRANDE

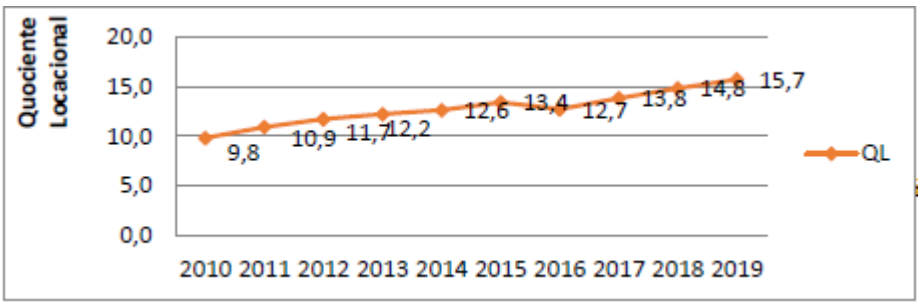
Tendo como base as características de cada estágio na classificação do ciclo de vida de Brenner e Schlump (2011) e as variáveis endógenas por eles utilizadas em seu modelo matemático decidimos utilizar as seguintes categorias para identificar o estágio do ciclo de vida no qual se encontra o APL de couro e calçado de Campina Grande.

- Tamanho do mercado,
- Número de empresas e empregos,
- Crescimento do setor,
- Cooperação e interação entre os atores.

Podemos observar, conforme os dados apresentados na seção 4.1, sobre a caracterização do APL de Couro e Calçado de Campina Grande, que o mercado é bastante grande e o APL tem uma participação expressiva, marcado por alta produtividade, um considerável número de empresas e geração de emprego.

Para melhor ilustrar essa situação podemos utilizar o quociente locacional (QL) que segundo Vahl (2009) compara a proporção dos negócios de um mercado com a totalidade dos negócios da região, sendo assim, tem-se: QL = (nº de trabalhadores de um setor da região / nº total de trabalhadores da região) / (nº de trabalhadores de um setor em território maior / nº de trabalhadores em território maior). Em se tratando da "região" usou-se os dados de Campina Grande e de "território maior" utilizou-se dos dados de empregabilidade do Brasil.

Gráfico 03 - Evolução do quociente locacional do setor de couro e calçados de Campina Grande



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

O Gráfico 03 mostra a evolução do quociente locacional do setor de couro e calçados de Campina Grande de 2016 a 2019, os dados para realizar o cálculo do QL foram obtidos na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, e devido aos dados referentes ao ano de 2020 ainda não estarem disponíveis os dados de 2019 é a informação mais atual apresentada no gráfico.

Este alto e crescente QL apresentado pelo setor na cidade indica um alto grau de especialização produtiva, o que demonstra a relevância do arranjo para a economia local. O número de empresas do arranjo, levando em consideração os dados da RAIS (2019), vem diminuindo, eram 67 em 2017, 63 em 2018 e em 2019 o arranjo conta com 48 empresas, o que demonstra uma diminuição no crescimento, entretanto nota-se que há desenvolvimento no setor, segundo o mapeamento realizado pelo SEBRAE (no prelo), o grau de industrialização e tecnologia no setor calçadista em Campina Grande evolui e se intensifica.

No que se refere à cooperação e interação entre as atores do arranjo vale destacar a grande quantidade de instituições de apoio na cidade, essas instituições e as empresas estão interagindo entre si e cooperando. A oferta de capacitação e qualificação é grande e a preocupação com a tecnologia e inovação é presente. Há ainda a prática de compras conjuntas e aquisição de estandes coletivos em feiras de negócios (ABRANTES, 2020)

Com base nas características apresentadas por Brenner e Schlump (2011), podemos concluir que o APL de Couro e Calçados de Campina Grande encontra-se no estágio de maturidade, devido à diminuição do crescimento, a situação de desenvolvimento, a forte atuação das instituições de apoio, a interação e cooperação entre os atores.

4.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O APL DE COURO E CALÇADOS DE CAMPINA GRANDE

Dentre as políticas públicas para o setor há um grande número de ações que Elola *et al.* (2017) classifica como de abordagem restrita, que foram especificamente pensadas para os APLs.

O SINDICALÇADOS é atuante e promove discussões pertinentes à atividade, como a discussão sobre o Modelo de Sustentabilidade de Marketing; e promove atividade e eventos como a Feira Gira Calçados, que acontece anualmente em parceria com o

SEBRAE e com o apoio da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP, da Prefeitura e do governo do Estado. (SINDICALÇADOS, 2021)

O SEBRAE PB teve até outubro de 2020 o Projeto APL da Indústria de Calçados que focava na gestão, tecnologia e mercado, oferecendo assim capacitação, auxiliando no desenvolvimento do produto e no processo produtivo e participação em grandes eventos, segundo a consultora do SEBRAE CG o Projeto APL foi encerado devido a estabilização da demanda, os mesmos serviços oferecidos no Projeto ainda continuam sendo oferecido, entretanto agora é oferecido quando há a procura por parte das empresas.

Além da Gira Calçados, o SEBRAE promove também o Calce Nordeste, evento que objetiva conectar produtores a lojistas e representantes comerciais, a fim de gerar visibilidade, oportunidade de negócios e novas conexões para os empreendedores, permite às empresas a troca de informações e conhecimento sobre novas tecnologias e possibilitando também a formação de parceria Segundo a consultora de negócios do SEBRAE CG, devido a pandemia da COVID-19 os dois eventos não aconteceram em 2020, e em 2021 a realização do Calce Nordeste ainda não estava confirmada. Entretanto o SEBRAE continua oferecendo conforme a demanda consultoria técnica para o setor calçadista em parceria com o SENAI e outras instituições. Ainda segundo a própria consultora o SEBRAE oferece também os cursos de gestão, palestras e oficinas focadas em inovação, gestão, mercado, crédito, sustentabilidade e processos de produção mais limpa dando suporte a novos empreendedores no que concerne a abertura de empresas e gestão, esses serviços não são exclusivos para o setor calçadista.

Como esse trabalho de capacitação realizado pelo SEBRAE não se limita somente ao setor calçadista, e não foi projetado especificamente para o APL, o que podemos considerar como uma ação de abordagem ampla (ELOLA et al., 2017) mas que se enquadraria como uma política de suporte a start-ups, segundo as categorias apresentadas por Brenner e Schlump (2011).

A Confederação Nacional da Indústria – CNI, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP promoveu para os empresários uma capacitação internacional em Paris no Circuito da Moda de 2019 (FIEP, 2019).

A unidade do SENAI Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado Albano Franco IST CTCC oferece o curso de Confeccionador de Calçados, curso de qualificação profissional com 600 horas de duração (SENAI, 2021). O SESI PB oferece o curso de

Produtividade na Indústria Calçadista na modalidade EAD com carga horária de 16 horas (SESI, 2021)

A presença das instituições do Sistema S é marcante, elas participam da maioria das políticas para o setor. E ainda, essas instituições oferecem outros cursos não especificamente voltados para o APL, mas que ainda assim traz o benefício para o mesmo, como os cursos voltados para a gestão, informática e Libras. Essas ações também são classificadas por Elola *et al.* (2017) como políticas de abordagem ampla.

Temos também entre as políticas públicas para APLs o PLADES - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais do Estado da Paraíba que surge do esforço conjunto entre Universidade Federal da Paraíba e o Governo do Estado visando o planejamento, organização, execução e avaliação de programas, projetos, operações e ações de modo a desenvolver os sistemas produtivos do estado da Paraíba. O PLADES vem contribuindo na maneira de se criar políticas para APLs provocando uma reestruturação que pode levar a uma maior fluidez e integração na criação dessas políticas (PLADES, 2020).

Segundo representante do sindicato, há uma dificuldade de diálogo com o governo e sua atuação deixa a desejar, segundo ele falta apoio ao APL (ABRANTES, 2020). A esfera governamental tem um papel importante, suas iniciativas devem visar o aumento da competitividade, implantando medidas que versem sobre a garantia a estabilidade do ambiente econômico; o estímulo a diálogos entre líderes sejam eles da indústria, dos trabalhadores, do governo e da academia; diminuição dos custos de capital, que podem ser por meio de reformas ou eventuais subsídios; promoção de ações conjuntas com instituições governamentais e melhorar o ambiente para o comercio (CÂNDIDO, 2002). Segundo Ramirez-Rangel (2001 *apud* CÂNDIDO, 2002) o Estado tem um importante papel na promoção da cooperação.

Brenner e Schlump (2011) sugerem seis categorias de políticas públicas: Educação; Pesquisa Pública; Apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e à cultura de inovação; Suporte de *startups*; Organização de redes e apoio à cooperação e Infraestrutura e condições locais.

Observa-se uma grande a quantidade de ações voltadas para a capacitação e qualificação e para a promoção de interação e cooperação entre os atores, essa última é a base para formação de redes estratégicas e é imprescindível para a obtenção de melhores performances (WEGNER et al., 2016) e segundo Suzigan (2006 *apud* ABRANTES; SOUZA, 2021) serve como indicador de “saúde” do APL.

Essas políticas observadas podem ser classificadas, de acordo com Brenner e Schlump, como Educação, Apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e à cultura de inovação, Organização de redes e apoio à cooperação e Suporte de start-ups.

Conforme concluímos no item anterior o APL de Couro e Calçado de Campina Grande encontra-se em estágio de maturidade, e segundo Brenner e Schlump (2011) para os arranjos que se encontram nesse estágio, as ações que dizem respeito ao desenvolvimento maduro de capital humano e especialização dos trabalhadores, aos serviços de suporte, renovação de redes e cooperações e a criação de institutos

de pesquisa são consideradas as mais relevantes para o APL, justamente as políticas que mais se destacam nesse APL.

Segundo Fornahl, Hassink e Menzel (2015) os aglomerados maduros costumam aplicar estratégias para aumentar a colaboração e desenvolver competências além de ter desenvolvido mais capacidade para ações coletivas que os aglomerados em estágios de desenvolvimento inicial.

Não há informação disponível sobre outras políticas para o APL de Couro e Calçados de Campina Grande que poderiam ser classificadas como de políticas de Infraestrutura e Condições Locais e políticas de Pesquisa Pública. Como não se observou essas políticas públicas que segundo Brenner e Schlump (2011) são mais relevantes em outros estágios de desenvolvimento não foi possível determinar quais são mais relevantes para o APL de Couro e Calçados no estágio em qual se encontra, o que pode-se afirmar é que as ações empregadas atualmente estão gerando efeitos positivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo geral analisar quais as melhores políticas a serem formuladas de acordo com a identificação do ciclo de vida dos Arranjos Produtivos Locais apoiados pelo PLADES, o objeto do presente estudo foi o Arranjo Produtivo Local de Couro e Calçados de Campina Grande, um dos APLs identificados no PLADES.

A relevância desse trabalho se mostra na importância da implementação de políticas públicas mais adequadas para o ciclo de vida dos arranjos produtivos locais, visto que determinadas políticas podem causar maiores ou menores efeitos, dada as características dos APLs, podendo melhorar a competitividade dessas empresas e consequentemente o desenvolvimento regional.

O APL de Couro e Calçados de Campina Grande é o segundo maior polo do país no setor e conta com, além de empresas, um número bastante expressivo de instituições, como as empresas do Sistema S, Sindicato da Indústria de Calçados da Paraíba (SINDICALÇADOS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) e Banco Do Nordeste.

De acordo com o modelo do Ciclo de Vida de Brenner e Schlump (2011) e com base nas características levantadas pelos autores para cada estágio, definimos algumas categorias para poder determinar em qual estágio do ciclo de vida o APL se encontra, utilizamos o tamanho do mercado, número de empresas e empregos, crescimento do setor e cooperação e interação entre os atores. Assim, podemos dizer que o APL de Couro e Calçados de Campina Grande se encontra no estágio de maturidade.

Ainda segundo Brenner e Schlump (2011), a depender do estágio do ciclo de vida em que se encontram, os APLs se beneficiam mais ou menos de determinadas políticas públicas, para eles as políticas mais relevantes no estágio de maturidade são as políticas relacionadas ao desenvolvimento de capital humano e trabalhadores especializados, serviços de suporte, renovação de redes, cooperações e criação de institutos de pesquisa; que se enquadram nas categorias: Educação, Apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e à cultura de inovação, Organização de redes e apoio à cooperação e Suporte de *startups*.

As políticas públicas observada no APL condizem com essas categorias acima, podemos destacar a atuação do Sistema S oferecendo consultorias qualificação e desenvolvimento, além de promover eventos e feiras que proporcione a formação e parcerias, assim como o Sindicato da Indústria de Calçados da Paraíba (SINDICALÇADOS) que também dá suporte para as empresas do setor; e a atuação do PLADES, que é uma iniciativa do Governo do Estado com a Universidade Federal da Paraíba, entre outros. E com base nas políticas observadas podemos dizer que elas estão gerando efeitos positivos, como os próprios autores afirmam que, políticas nessas categorias são mais efetivas para os APLs nesse estágio de desenvolvimento (BRENNER; SCHLUMP, 2011).

Não foram observadas outras políticas para o APL de Couro e Calçados de Campina Grande que poderiam ser classificadas como de políticas de Infraestrutura e Condições Locais e políticas de Pesquisa Pública, portanto, não é possível determinar se essas seriam menos eficazes que as acima mencionadas.

Devido a Pandemia da COVID19 e a restrição de contato necessária para conter a circulação do vírus, as instituições públicas e privadas estavam com horário de atividade reduzido, alguns com as atividades suspensas temporariamente, e muitos profissionais trabalhando em regime de *home office*, o que causou algumas limitações na realização da pesquisa no que se refere ao acesso as instituições, empresas e profissionais. A proposta inicial era entrevistar diversos atores sociais do arranjo produtivo local, além de ser realizada também observação não participante, aplicação de questionários, complementadas com o auxílio do diário de campo, o que poderá vir a ser desenvolvido em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. Relatório Setorial da Indústria de Calçados. Novo Hamburgo: Abicalçados, 2021.

ABRANTES, D. K. S. Estágio de desenvolvimento e ciclo de vida de Arranjos Produtivos Locais: o caso do arranjo de couro e calçados de Campina Grande - PB. 2020. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

ABRANTES, D. K. S; SOUZA, S. M. A. Relação entre as Contribuições do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável e o Estágio de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Estado da Paraíba. In: XXVII ENIC Encontro de Iniciação Científica. Campina Grande, 2020. EDUEPB, 2021.

BRENNER, T; SCHLUMP, C . Policy measures and their effects in the different phases of the cluster life cycle. Regional Studies. v. 45, n.10, p. 1363-1386, nov. 2011.

CÂNDIDO, G. A. A Formação de redes interorganizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional: o papel do Estado e das políticas públicas neste cenário. READ - Revista Eletrônica da Administração, Porto Alegre, v.28, n.8, p.32-47, 2002.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. APL - Arranjos Produtivos Locais: série de empreendimentos coletivos. Brasília: SEBRAE, 2014.

COSTA, I.; FREITAS, J. B.; MELO, J. F.; SANTOS, J. A. CÂNDIDO, G. A. Alianças institucionais público-privadas no APL de Tecnologia de Informação no Estado da Paraíba: Cooperação como uma estratégia competitiva. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XIII, Bauru, 2006. Anais... Bauru, 2006

ELOLA, A.; VALDALISO, J. M.; FRANCO, S.; LOPEZ, S. M. Public Policies and Cluster Life Cycle: insights from Basque Country experience. European Planning Studies, v. 25, n. 3, p.539-556, 2017.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. Nova Economia, v. 18, n. 1, p. 11-31, 2008.

Empresários dos setores de Vestuário, Calçados e Acessórios da Paraíba terão oportunidade de participar de capacitação Internacional em Paris. FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA PARAIBA, 2019. Disponível em:

<https://fiepb.com.br/fiep/noticia/empresarios-dos-setores-de-vestuario-calcados-e-acessorios-da-paraiba-terao-oportunidade-de-participar-de-capacitacao-internacional-em-paris > Data de acesso em: 20 de junho 2021

FORNAHL, D.; HASSINK, R.; MENZEL, M. P., European Planning Studies, v. 23, n. 10, p.1921-1931, 2015.

JACOMETTI, M.; CASTRO, M.; GONCALVES, S. A.; COSTA, M. C. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. Revista de Administração Pública, v. 50, n.3, p.425-454, 2016.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Glossário de Arranjos de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. Rede de Pesquisa em Sistemas Inovativos Locais – RedeSist, 2003.

MENZEL, M. P.; FORNAHL, D. Cluster Life Cycles: dimensions and rationales os cluster development. Jena Economic Reseach Papers. n. 006. 2007.

MULLER, P.; SUREL, I. Análise das políticas públicas. Pelotas: Educat, 2002.

PLADES. Sobre o Plades. Disponível em: < http://plades.pb.gov.br/sobre-o-plades > Data de acesso em: 12 de maio 2020

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. Ministério da Economia. 2019. Disponível em: < http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados/ > Data de acesso em: 05 de maio 2021.

RING, P.S.; VAN DE VEN, A.H.; MILOSEVIC, D. Developmental Processes Of Cooperative Interorganizational Relationships. Academy of Managemente Review, v.19, n.1, p. 90-118, 1994.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS -. Resultado Mapeamento do Setor Calçadista, no prelo.

SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Mundo Senai. Disponível em: < https://www.mundosenai.com.br/cursos/qualificacao-profissional/confeccionador-de-calcados/> Data de acesso em: 20 de junho 2021

SESI PB lança cursos de curta duração para estimular a produtividade industrial. SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA, 2021. Disponível em: < https://www.fiepb.com.br/sesi/noticia/sesi-pb-lanca-cursos-de-curta-duracao-para-estimular-a-produtividade-industrial > Data de acesso em: 20 de junho 2021

SOUZA, S. M. A. Relações entre as formas de governança de arranjos produtivos locais com a competitividade e o desenvolvimento local sustentável: um estudo exploratório no setor de confecções em Campina Grande – PB. 2010. 272 p. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Programa de Pós-Graduação Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SPEKMAN, R. E.; FORBES, T.M.; ISABELLA, L.A.; MACAVOY, T.C. Alliance Management: a view from the past and a look to the future. Journal of Management Studies, v. 35, n. 6, p. 747-772, 1998.

SINDICALÇADOS. Disponível em: <http://www.sindicatodaindustria.com.br/sindcalcadospb/ > Data de acesso em: 20 de junho 2021

VAHL, F. P. Ciclo de Vida e Estágios de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: o caso do APL de turismo de Florianópolis. IJIE - Iberoamerican Journal of Industrial Engineering, v. 1, n.2, p.101-118, 2009.

WEGNER, D., BEGNIS H. S. M., ALIEVI R. M., & MAEHLER A. E. The Dynamics of Cooperation: proposal of a life cycle model of small-firm networks. Gestão & Regionalidade, v. 32, n. 94, p.118-130, 2016.

Capítulo 4

10.37423/220305638

O IMPACTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA REORIENTAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS NO ACESSO AOS MEDICAMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE(SUS).

Isabella Cristina Marques de Oliveira — *Faculdade Maurício de Nassau - Caruaru/PE*

Matthaus Henrique Oliveira dos Santos — *Faculdade Maurício de Nassau - Caruaru/PE*

Mônica Patrícia Rodrigues Macêdo — *Faculdade Maurício de Nassau - Caruaru/PE*

Resumo: Introdução: A importância dos medicamentos nos resultados positivos dos tratamentos de saúde é verificada a partir da relevante participação da assistência farmacêutica na reorientação das ações judiciais frente o SUS. **Objetivo:** Evidenciar a contribuição da assistência farmacêutica na esfera jurídica orientando, concretizando direitos e reduzindo gastos públicos com a diminuição das demandas judiciais. **Desenvolvimento:** As ações judiciais visam atender aos pedidos de medicamentos inacessíveis aos usuários do SUS, sendo a assistência farmacêutica fundamental na reorientação do acesso aos fármacos, de acordo com os princípios do SUS, reduzindo as ações judiciais e custos frente o SUS. **Método:** Revisão narrativa por pesquisa nas bases Google Acadêmico, *Literatura Latino Americana e Caribe em Ciências Sociais e da Saúde*, *Scientific Eletronic Library Online*, *Science Direct*, Legislação Brasileira e seus atos normativos. **Conclusão:** A assistência farmacêutica é importante no aprimoramento do SUS, onde possibilita a redução das ações judiciais e os impactos ao orçamento público.

Palavras-chave: Decisões judiciais; Direito à saúde; Assistência Farmacêutica; Legislação; Política de Saúde; Sistema Único de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, de forma expressiva, refere-se à saúde como um direito de todos a partir do acesso universal (C.F, ART. 196, 1988), atestando ser responsabilidade do Estado garantir a promoção da saúde aos cidadãos, sendo este direito considerado fundamental e de aplicação imediata. Com a promulgação da Lei 8.080/90, do Sistema Único de Saúde, existe a determinação do campo de atuação do SUS, dentre outras, a formulação da política de medicamentos, sendo o Estado também responsável por tal política, bem como a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica (BRASIL, 2006).

Por um lado, são atendidas as garantias constitucionais relacionadas ao cuidado no âmbito do SUS, inclusive a assistência farmacêutica, bem como a garantia do Estado na execução de políticas econômicas e sociais que busquem a diminuição de risco de doença e a efetivação do acesso universal e igualitário, visando a promoção, a proteção e a recuperação do indivíduo. Tais necessidades precisam ser atendidas, o que evidencia as limitações de recursos financeiros para satisfazê-las (BRASIL, 2011).

Os medicamentos são de fundamental importância nos tratamentos médicos a fim de se obter resultados positivos, diante do mais importante bem: a vida. No entanto, pode se tornar um fator de risco, quando utilizado de maneira inadequada, sem a devida orientação (VENTURA, 2010). Assim, compete ao profissional farmacêutico a promoção do uso racional e seguro de medicamentos, orientando-os de maneira eficaz e responsável, a partir de estratégias que garantam o uso na forma adequada de fármacos e insumos, com eficácia, quantidade e qualidade, a partir da devida qualificação técnica farmacêutica, com o objetivo de se evitar excessos a partir do fornecimento dos medicamentos, ora pleiteados, de forma indiscriminada (CHIEFFI; BARATA, 2010).

O direito universal à saúde e o dever do Estado em garanti-lo, a partir dos princípios constitucionais de universalidade e integralidade, têm sido justificativas utilizadas para a propositura das ações judiciais para o fornecimento de medicamentos relacionados ou não no SUS, não levando em consideração as listas de medicamentos já existentes no sistema e os padrões para o correto fornecimento desses fármacos a partir dos Componentes da Assistência Farmacêutica (CHIEFFI; BARATA, 2009).

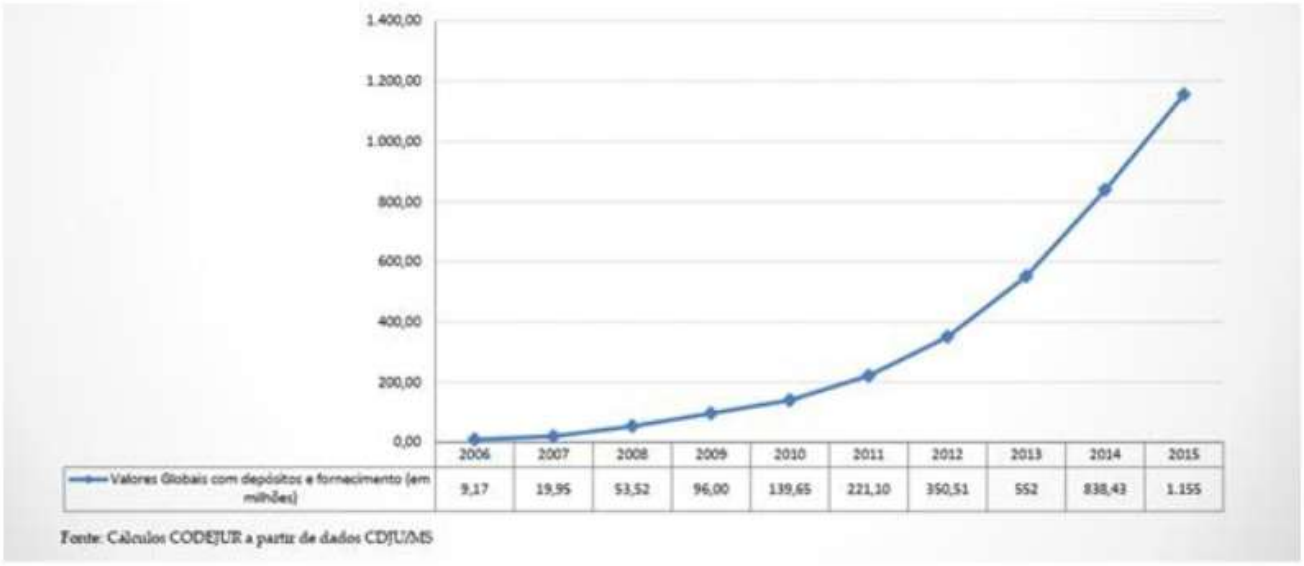
Com a utilização da via judicial para o acesso a medicamentos, os gestores de saúde começaram a se preocupar com tal demanda, a partir da busca para uma consolidação dos princípios que regem o SUS

(BRASIL, 2011), pois tal situação tende a ser debatida entre os entes do Executivo e Judiciário. Há concordância que tais pedidos mirem o acesso adequado às necessidades dos cidadãos, apesar das dificuldades na organização e na forma operacional, ainda inadequadas no SUS, contudo, na determinação indiscriminada destas demandas, fica comprometida a qualidade do fornecimento do fármaco e do seu uso racional, como também a forma eficiente do uso dos recursos públicos disponíveis para a saúde (MACEDO; LOPES; BARBERATO, 2011).

Com as inúmeras informações que chegam as pessoas e, consequentemente, as exigências das mesmas ao acesso de novas formulações e tecnologias em saúde, que são garantidas pelo direito individual firmado constitucionalmente, somados a perspectiva de envelhecimento da população com o crescimento da predominância de doenças crônicas, estes são os principais fatores que impulsionam o SUS e contribuem para o crescimento das demandas judiciais (VENTURA, 2010).

Pode-se citar também que são muitas as solicitações por meio de ações judiciais de medicamentos que já constam nos programas do SUS, assim como o aumento no volume e impacto financeiro da judicialização no âmbito da união, sendo, abrupto o crescimento de gastos públicos, de acordo com o quadro abaixo, o que evidencia as graves falhas na garantia do acesso a esses fármacos, ou ainda, o desconhecimento por parte daqueles que os prescrevem e dos que os requerem, com relação ao acesso gratuito desses medicamentos (MACEDO; LOPES; BARBERATO, 2011).

Quadro 1: Valores Globais do crescimento dos gastos públicos com a judicialização (2006/2015).



Fonte: XAVIER (2017). Judicialização da Saúde no Brasil: Principais Projetos Desenvolvidos pela Coordenação de Assuntos Judiciais.

A fim de atender a necessidade do demandante, se faz necessária a provisão de recursos públicos, a partir de políticas públicas pertinentes, além de uma avaliação qualificada pelo profissional farmacêutico, na esfera da assistência farmacêutica, tornando imprescindível a atuação desse profissional no atendimento dos pedidos judiciais, evitando-se demandas judiciais inúteis e, consequentemente, a perda dos recursos públicos. Sabendo-se que algumas questões podem ser contornadas a partir do auxílio de órgão ou assistências especializadas, como núcleos de assessoria técnica, o Superior Tribunal Federal (STF), em audiência pública realizada em 2009, recomendou às Cortes Judiciais a formação de apoio técnico (médico e farmacêutico) aos magistrados, a fim de que sejam auxiliados quanto às questões clínicas, envolvendo medicamentos e insumos farmacêuticos, na tomada das decisões nas ações judiciais frente o SUS (CNJ, 2010; MACEDO; LOPES; BARBERATO-FILHO, 2011).

O presente estudo teve por objetivo evidenciar a importância da contribuição da assistência farmacêutica com a sua inserção na esfera judicial como norteadora, a fim de promover uma possível redução das demandas jurídicas frente o Sistema Único de Saúde. Sendo assim, foram pesquisados os principais motivos que resultam em demandas judiciais na Assistência Farmacêutica, relacionando a partir da análise técnica, as possíveis novas estratégias que possam ser utilizadas pelo farmacêutico na fase inicial do pedido judicial por parte do usuário do SUS, demonstrando a eficácia dos mecanismos de diálogo entre as esferas de poder e demais órgãos de saúde, a partir de uma reorientação no momento da propositura das ações judiciais frente o SUS, contribuindo para as possíveis vias de revisão judicial reflexiva que possibilitem a concretização do direito à proteção da saúde.

2 METODOLOGIA

Neste trabalho utilizou-se o método de uma revisão narrativa da literatura sobre o tema abordado, possibilitando o aprofundamento e o conhecimento a partir de pesquisas relacionadas ao tema de interesse. A partir de dados publicados em artigos científicos e documentos normativos relacionados à legislação, a assistência à saúde, a profissão farmacêutica, sob o aspecto técnico e jurídico. A partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil e a Garantia ao Direito à Saúde.

Foram considerados como critérios de inclusão os registros publicados até 2021, em língua portuguesa e inglesa, que abordem os temas: direito à saúde no Brasil, assistência farmacêutica no SUS e a judicialização da saúde no Brasil, sendo assim foram pesquisados um total de 40 artigos, desse total

foram excluídos 27 artigos que não atendiam aos critérios de inclusão e 13 artigos foram utilizados na pesquisa.

Nos critérios de exclusão foram excluídas todas as publicações não relacionadas ao tema; que tratem da assistência farmacêutica, mas sem abordar a judicialização ou dados orçamentários, ou econômicos; ou ainda que trate a judicialização da saúde, mas não a relacionada ao campo de atuação do farmacêutico.

As bases de dados: Google Acadêmico, Lilacs (*Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências Sociais e da Saúde*), Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*), *Science Direct a* Legislação Brasileira e seus atos normativos, a partir da combinação das palavras chaves "Política de saúde", "Sistema Único de Saúde", e "Farmacêutico" com os descritores "Direito à saúde", "Decisões judiciais" e "Legislação", utilizando sempre o operador booleano "e" (ou "and").

Durante a coleta foram filtradas as publicações nas línguas portuguesa e inglesa. A pesquisa foi realizada nos laboratórios de informática da Faculdade UNINASSAU – Caruaru. Após coleta do material, foi feita a leitura dos títulos e resumos, leitura dos textos na íntegra e a segregação do mesmo com a finalidade de ordenar as informações contidas nas fontes de forma que estas possibilitem a construção da revisão sobre o tema ora proposto de forma clara.

Destaca-se a importância da ética e o respeito a todos os exemplares de autoria citadas, assim como as referências bibliográficas das obras estudadas e por ser um trabalho de revisão narrativa de literatura, não houve a necessidade de submissão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Direito à Saúde é parte de um conjunto de direitos chamados de Direitos Sociais, tendo como objetivo a igualdade entre os cidadãos, este direito foi reconhecido na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196, que dispõe ser responsabilidade do Estado a garantia de promover a saúde a todos, sendo este direito fundamental e de aplicação imediata. A criação da lei 8080/90, do SUS, está intimamente relacionada ao fornecimento dos serviços de saúde pelo Estado, sendo responsabilidade do mesmo a garantia da execução de políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças e tenha efetividade o acesso universal e igualitário, com a promoção, proteção e a recuperação do indivíduo (BARBERATO; LOPES; MACEDO, 2016).

Os medicamentos são fundamentais para que resultados positivos sejam obtidos nos tratamentos de diversas patologias, diante do maior bem colocado em risco, a vida. A intervenção judicial é

amplamente utilizada para o fornecimento de medicamentos e tratamentos oferecidos pelo SUS, conforme artigo 196, parágrafo 1º, da Constituição Federal, sendo uma forma legítima de garantir ao cidadão o pleno exercício do direito à assistência individual terapêutica, que integra o Direito à Saúde. A divergência entre as partes envolvidas nas questões judiciais se refere ao acesso aos medicamentos e tratamentos/procedimentos terapêuticos que não são contemplados nesta lista de serviços do SUS (BARBERATO; LOPES; MACEDO, 2016).

A falta da seleção e da incorporação de alguns medicamentos nas listas oficiais do SUS podem ser justificadas em razão do recente registro de alguns novos fármacos, ou ainda por esses não terem tido o devido registro junto a ANVISA, ou ainda por se tratar de indicação terapêutica não autorizada no registro e/ou no protocolo terapêutico do SUS (BRASIL, 2005).

As questões relacionadas à judicialização da saúde não se limitam apenas ao acesso a medicamentos e tratamentos incorporados ou não nas listas oficiais públicas. Existem informações específicas que exigem do gestor de saúde uma atuação eficaz para responder às ordens judiciais, buscando evitar o crescimento de novas demandas, preservando os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde. Deve-se considerar que quase todos os pedidos judiciais formulados desfrutem da concessão de tutela antecipada (liminar), onde essa condição implica a determinação judicial de entrega imediata do medicamento pelo gestor, sem que este tenha a oportunidade de esclarecer diante do magistrado as principais questões sobre o pedido da parte promotora da ação judicial (BARBERATO; LOPES; MACEDO, 2016).

Dessa forma, busca-se apresentar a relevância do profissional farmacêutico nos órgãos judiciais públicos, como um caminho no enfrentamento do problema em tempo hábil, onde este especialista possui aptidão em avaliar a indicação clínica do fármaco ora pleiteado, buscando a melhor comprovação possível, a partir das peculiaridades de cada paciente, oferecendo-se opções seguras e eficazes disponibilizadas no SUS, a fim de evitar que demandas justificadas tornem-se ações judiciais (BARBERATO; LOPES; MACEDO, 2016).

3.1 A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NAS QUESTÕES JUDICIAIS DA SAÚDE

Com a promulgação da Lei 8080/90, iniciaram-se as proposituras das ações judiciais frente o SUS, com base no artigo 196 da CF que define saúde como “direito de todos e dever do Estado”, visando atender à demanda de medicamentos, atendimentos médicos-cirúrgicos e insumos terapêuticos que tenham sido negados aos indivíduos. O ingresso dessas ações foi a maneira encontrada com respaldo na lei,

para que os cidadãos pudessem assegurar seus direitos, contudo o aumento de ações judiciais trouxe a sobrecarga de ações e processos judiciais, além de uma preocupação na esfera do SUS (BARBERATO; LOPES; MACEDO, 2016).

Por outro lado, para que o direito à saúde seja concretizado, de acordo com o que recomenda a Constituição Federal, é fundamental o cumprimento das políticas públicas atuais, levando-se em consideração os princípios e as diretrizes do SUS, as normas técnicas e os recursos disponíveis. Assim, existe um contrassenso, pois a homologação das demandas judiciais, com relação aos pedidos de medicamentos, tem como base este direito, mas não leva em consideração as políticas públicas da Assistência Farmacêutica, determinando o fornecimento independente de processos de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação onde, a partir destes, pode se garantir segurança, eficácia e custo-efetividade do tratamento oferecido aos indivíduos (SOUZA, 2015).

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 2006), o direito à Assistência Farmacêutica foi regulamentado com a Política Nacional de Medicamentos, publicada em e 30 de outubro de 1998, onde foi firmada com a finalidade de garantir segurança, eficácia e qualidade aos medicamentos, além de ter o propósito do uso racional destes, bem como o alcance da população aos fármacos essenciais, tornando-se, assim, o norteador de todas as condutas referentes aos medicamentos e insumos terapêuticos (BRASIL, 2006).

A partir dessas ações ocorreu o fortalecimento dos preceitos e normas estabelecidos pela Constituição Federal, com a promoção e efetivação de ações eficientes a fim de melhorarem as condições do amparo à saúde da população, como o Uso Racional de Medicamentos (BRASIL, 2001).

Para Management (1997), “o uso racional de medicamentos ocorre quando o paciente recebe o medicamento apropriado à sua necessidade clínica, na dose e posologia corretas, por um período de tempo adequado e ao menor custo para si e para a comunidade”. Desta forma, o “Uso Racional de Medicamentos” inclui, entre outras informações: a opção terapêutica pertinente; a prescrição baseada em estudos clínicos; o medicamento adequado, levando-se em consideração a ação e a segurança comprovadas; a dose correta, a forma farmacêutica e duração do tratamento adequado; a inexistência de contra indicação e pouca probabilidade de eventos adversos; a dispensação precisa; a concordância do tratamento pelo paciente, além da supervisão dos efeitos desejados e de prováveis reações adversas que venham ser informadas com o tratamento terapêutico (COSTA, 2014).

Não levando em consideração esses pontos de suma importância, a judicialização da saúde desfaz o conceito de racionalização do uso de medicamentos, antes estabelecido pela Política Nacional de Medicamentos em 30 de outubro de 1998, e pelas diretrizes do SUS. Ao atender os pleitos pela via judicial, gera-se uma grande preocupação a partir do provimento de medicamentos com a orientação correta, menor valor, com segurança e eficácia terapêutica, fundamentado em justificativas clínicas precisas, a partir de prescrições em sua maioria inadequadas, sem o cumprimento do que exige as determinações sanitárias vigentes, podendo acarretar inúmeros erros na dispensação e administração desses medicamentos, vindo a comprometer a eficácia do tratamento e a uma utilização indevida (BARBERATO; LOPES; MACEDO, 2016).

É de fundamental importância informar que a maior parte das ações judiciais frente o SUS, contradizem o princípio da “universalidade”, pois tais pedidos visam assegurar e atender os respectivos autores de forma individualizada, e os medicamentos ora solicitados, não podem ser ofertados de forma segura a todos os usuários do SUS, devido ao limite orçamentário e ainda, alguns estudos atestam que a parte da população atendida pelas vias judiciais possui confortáveis condições socioeconômicas, dispondo de recursos financeiros que possam custear honorários advocatícios ou uma maior possibilidade de acesso às informações, em lugar daqueles que possuem menor poder aquisitivo (VIEIRA, 2008). Em suma, se contrapõe ao princípio da “integralidade”, pois o paciente é atendido apenas com a entrega do medicamento que foi solicitado (VIEIRA; ZUCCHI; BRASIL, 2013).

Seguindo a Política Nacional de Medicamentos e consequentemente a Política de Assistência Farmacêutica no SUS, os medicamentos são agrupados e disponibilizados, de acordo com as características farmacoterapêuticas e de fonte de financiamento. De forma geral os medicamentos da AF são compostos por três componentes básico, estratégico e especializado. São observadas demandas de ações judiciais para os três componentes. Se tratando dos pedidos de medicamentos, por via judicial, que fazem parte do Componente Especializado do SUS, indicam-se fatores que impossibilitam o acesso por parte do usuário como, por exemplo: a forma burocrática em dispor dos serviços farmacêuticos e a dispensação de medicamentos centralizadora. Podem-se relacionar ainda outras dificuldades com relação ao Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) tais como: prescrições sem diagnóstico preciso, concentrações e formas farmacêuticas não padronizadas, fornecimento de medicamentos em pouca quantidade, a não atualização dos protocolos clínicos, e até mesmo o obstáculo de interpretar alguns desses protocolos (MACEDO; LOPES; BARBERATO - FILHO 2011).

As falhas apresentadas nas ações judiciais frente o Sistema Único de Saúde, em determinadas situações, podem ser sanadas no sistema de saúde, contudo são contrárias aos feitos consolidados com a Política Nacional de Medicamentos, 30 de outubro de 1998, onde leva o ciclo da Assistência Farmacêutica a uma deslocação, quando são desconsiderados os meios viáveis de seleção e aquisição, com a realização de compras de fármacos não padronizados na RENAME, onde estes não atestam a devida comprovação da sua eficácia e/ou o seu registro na ANVISA, como podemos verificar no quadro abaixo (VIEIRA, 2008):

Quadro 2: Lista dos principais medicamentos pleiteados via judicial na UNIÃO em 2015

SUBSTÂNCIA (PRINCÍPIO ATIVO)	REGISTRO NA ANVISA	INCORPORADO AO SUS	ALTERNATIVA FARMACÊUTICA OFERECIDA PELO SUS
1)SOLIRIS - Eculizumabe, 10mg/Ml, Solução Injetável	não	não	sim
2)NAGLAZYME - Galsulfase, 1mg/Ml, Concentrado para Perfusão Injetável	sim	não	sim
3) ELAPRASE - Idursulfase, 2mg/Ml, Solução para Infusão Venosa	sim	não	sim
4)VIMIZIM - Elosulfase Alfa, 1 Mg/Ml, Solução Injetável	sim	não	sim
5) MYOZYME - Alfagalsidase, 1mg/Ml, Pó Liófilo para Injetável	sim	não	sim
6) FABRAZYME - Betagalsidase, 50mg, Pó Liófilo para Injetável	sim	não	sim
7) JUXTAPID - Lomitapida, 10 E 20 Mg	não	não	sim
8) TRANSLARNA - Atalureno, 250 Mg, 1000mg, Granulado para Suspensão Oral	não	não	sim
9) VYNDAQEL -Tafamidis, 20mg	não	não	sim
10) CYSTAGON - Mercaptamina, Sal Bitartarato, 75 Mg	não	não	sim
11) KYNAMRO - Mipomersen, Sódico, 200 Mg/Ml, Solução Injetável	não	não	sim
12)SOVALDI - Sofosbuvir, 400 Mg	sim	sim	sim
13) HARVONI - Sofosbuvir, Associado ao Ledipasvir, 400 Mg + 90 Mg	não	não	sim
14) REVLIMID - Lenalidomida, 25 Mg	não	não	sim
15) ORFADIN - Nitisinona, 10 Mg	não	não	sim

Fonte: ANVISA; XAVIER (2017). Judicialização da Saúde no Brasil: Principais Projetos Desenvolvidos pela Coordenação de Assuntos Judiciais.

Vale ainda ressaltar que são adquiridos novos fármacos com custos elevados, de acordo com o quadro abaixo, onde estes são requeridos sem a devida eficácia aprovada, existindo muitas vezes, uma alternativa terapêutica capaz de substituí-los nos programas do SUS. Além disso, devido à urgência em atender as demandas judiciais, os meios utilizados para a aquisição destes medicamentos implicam em gastos mais altos do que os que são realizados com o devido planejamento e licitação, tendo como consequência o aumento do uso do recurso público de maneira inadequada (VIEIRA, 2008).

Quadro 3: Lista dos Medicamentos Mais Solicitados Sem Registro na ANVISA, 2015.

LISTA DOS MAIS PEDIDOS: FORNECIMENTO DOS MEDICAMENTOS SEM REGISTRO NA ANVISA	
Medicamento	Valores Gastos
1) SOLIRIS - Eculizumabe 10 Mg/Ml	R$ 369.963.304,00
2) JUXTAPID - Lomitapida 10 Mg	R$ 41.420.509,51
3) TRANSLARNA - Atalureno 250 Mg	R$ 18.049.541,95
4) JUXTAPID - Lomitapida 5 Mg	R$ 8.565.831,93
5) TRANSLARNA - Atalureno 1000mg	R$ 4.748.643,28
6) VYNDAQEL -Tafamidis 20 Mg	R$ 4.151.560,94
7) CYSTAGON - Mercaptamina, Sal Bitartarato, 75 Mg	R$ 3.403.005,95
8) KYNAMRO - Mipomersen Sódico 200mg/Ml	R$ 2.970.638,36
9) HARVONI - Sofosbuvir, associado ao Ledipasvir 400mg +90mg	R$ 1.441.608,84
10) REVLIMID - Lenalidomida 35 Mg	R$ 1.083.974,62
11) ORFADIN - Nitisinoma 10 Mg	R$ 957.135,43
TOTAL:	456.755.754,81

Fonte: XAVIER (2017). Judicialização da Saúde no Brasil: Principais Projetos Desenvolvidos pela Coordenação de Assuntos Judiciais.

No que diz respeito ao uso racional de medicamentos, a Farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica oferece um atendimento especializado e de acordo com os PCDT, estabelecendo critérios a dispensação do medicamento com efetiva segurança, atestando a importância da Atenção Farmacêutica, prestando um acompanhamento farmacoterapêutico por meio de consultas farmacêuticas, guias de orientações específicas, a fim de auxiliar na solução de eventuais Problemas Relacionados aos Medicamentos – PRM (VENTURA, 2010).

Destaca-se que a FCEAF possui estrutura física adequada para a entrega de medicamentos, atendentes capacitados para as atividades farmacêuticas em período integral, onde se proporciona ao usuário um contato direto com o profissional farmacêutico em busca de uma terapia adequada a fim de ter resultados clínicos desejados. A dispensação é feita na dose, forma e quantidades farmacêuticas adequadas, esclarecendo-se o uso adequado do fármaco, a fim de se ter a garantia da segurança, eficácia e adesão ao tratamento. Orienta-se o paciente sobre o perigo do uso indiscriminado e da automedicação, além do acompanhamento no caso de efeitos adversos. Evidencia-se ainda a possibilidade de substituição ou troca da medicação com segurança, uma vez que os PCDT orientam

alternativas terapêuticas, quando não existe uma boa resposta com a medicação de primeira escolha, enquanto por meio de ação judicial, seria necessária a impetração de um novo pedido contra o Estado (VIEIRA, 2008). Dessa forma, ter-se-ia a atenção farmacêutica firmada como um serviço de saúde fundamentalmente responsável e com o objetivo de melhorar o bem-estar na vida das pessoas (VENTURA, 2010).

3.2 OS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS E A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

Muitas pessoas quando não conseguem ter o seu direito assegurado, a partir das diretrizes e normas preconizadas nas leis do Poder Público, buscam intervenção judicial no âmbito da gestão de saúde, situação essa que se tornou alvo de constantes debates, sendo destaque no Supremo Tribunal Federal. Quando o Estado se nega em prestar serviços básicos, a partir do argumento de escassez de recursos para manter os direitos fundamentais, passa-se então a ser inevitável a intervenção do Poder Judiciário. A propositura das ações judiciais neste âmbito, frente aos poderes públicos, torna possível observarmos esse fenômeno por vários ângulos, onde análises sobre este tema direcionam a maioria dessa demanda às ações judiciais que reivindicam o fornecimento de medicamentos (PEPE, 2010).

Nas ações impetradas relativas ao Direito à Saúde são identificadas algumas características como o fato de a grande parte dos pedidos judiciais serem individuais e deferidos a partir de uma única base de avaliação, a prescrição do medicamento apresentada pela parte demandante e, assim, tornaram-se uma via alternativa de acesso aos medicamentos no SUS (GUERIN, 2012).

Como segunda característica, pode-se destacar o fato da prescrição dispor ou não medicamentos incorporados pela Assistência Farmacêutica do SUS, sendo que alguns destes sem o devido registro no país ou ainda, sem que a indicação terapêutica conste no devido registro sanitário (BRASIL, 2006).

Em terceira análise, enfatiza-se o aumento das ações judiciais no SUS e, consequentemente, o aumento dos gastos com medicamentos, onde alguns gestores de saúde, com a urgência em atender tais demandas, utilizem meios de aquisição de fármacos não corriqueiros na administração pública e assim, viabilizem um maior gasto de recursos públicos na aquisição destes medicamentos (PEPE, 2010).

Atenta-se também o fato de deferimentos judiciais serem absolutos, vindo estes a infringir os princípios preconizados do SUS, sem concordância com critérios técnicos, proporcionando o favorecimento àqueles que possuem maior condição de veicular sua demanda judicialmente, em oposição àqueles que não possuem acesso à justiça. Apontando, assim, para a dificuldade de se

cumprir do princípio da integralidade, posto que ações individuais, não podem beneficiar os demais portadores da mesma patologia, que, por sua vez, poderiam dispor do objeto da ação judicial (PEPE, 2010).

É de suma importância destacar que a segurança do paciente é fundamental, no que refere a algumas prescrições inadequadas, mesmo que alguns medicamentos estejam nas listas oficiais ou ainda vinculados no SUS, em especial, àqueles novos fármacos, até mesmo as novas prescrições terapêuticas para as quais ainda não se encontram comprovadas evidências científicas. Por vezes, estes novos fármacos não representam ganho em eficácia terapêutica, mas podem, inclusive, promover efeitos adversos inesperados, tornando-se um risco à saúde (PEPE, 2010).

A igualdade de condições que a Constituição Federal orienta para a assistência farmacêutica poderia evitar algumas formas de privilégios ou preconceitos de qualquer espécie nos serviços de saúde para com seus usuários. Entretanto, essas condições ferem este conceito, uma vez que passam a garantir para poucos determinados serviços de saúde que não são oferecidos pelo SUS, sendo estes, então, beneficiados. Tais julgamentos interferem de forma negativa na organização do Sistema Único de Saúde (MACEDO, 2011).

Nesse contexto, em relação aos medicamentos acessíveis para tratar doenças e agravos, estão selecionados e padronizados na RENAME, onde ocorre a revisão e a atualização periódica desta, como também dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, a critério do Ministério da Saúde, podendo incluir a incorporação de medicamentos novos, bem como a inclusão ou a alteração de medicamentos padronizados (MACEDO, 2011).

Com o objetivo de contribuir para a tomada de decisões no Judiciário, o Ministério da Saúde disponibilizou um órgão chamado Comissão Nacional para Incorporação de Tecnologias do SUS (CONITEC), criado com a Lei nº 12.401/2011, que auxilia o Ministério da Saúde fazendo avaliações com bases em medicina, a partir das evidências clínicas disponíveis, considerando a eficácia, efetividade e segurança do medicamento, informações técnicas sobre medicamentos, tais como: princípio ativo, marcas disponíveis no mercado, disponibilidade no SUS, alternativas terapêuticas disponíveis, entre outras informações. Em seguida é preparado um Relatório de Recomendação da CONITEC, que fica disponível por um período em seu site para consulta pública e as recomendações são organizadas em um relatório final que é encaminhado para o Ministério Público para decisão da sentença (MACEDO, 2011; CONITEC, 2021).

O aumento exponencial das ações judiciais no SUS interfere na continuidade das políticas públicas de saúde, atrapalhando o uso de forma racional dos recursos públicos disponíveis, onde os estados possuem verbas limitadas e, com uma forma errada de utilização destas, a população passa a ser prejudicada como um todo, cabendo ao Poder Executivo que determine as prioridades na saúde, considerando as reais necessidades da população. Por outro lado, o Poder Judiciário não pode de forma alguma ser omisso em relação ao Estado, uma vez que ele é o ente que verdadeiramente garante o cumprimento dos direitos fundamentais, tendo o termo judicialização, a maior parte da responsabilidade para tornar-se efetivo. Com a finalidade de que o Poder Judiciário não interferisse tanto nas políticas públicas, seria necessário que o Poder Executivo administrasse de forma célere e eficaz, contribuindo assim para a diminuição do ajuizamento das ações, junto à assessoria técnica farmacêutica (VIEIRA, 2008).

Em 2009, a discussão do Judiciário sobre a melhoria do grau de judicialização da saúde se tornou um marco, quando em média 500 mil casos foram registrados no país. Especialistas se reuniram em uma audiência pública que aconteceu no Supremo Tribunal Federal para discutir o fenômeno. O Conselho Nacional de Justiça impôs um grupo para se preparar e propor medidas normativas específicas em resposta aos requisitos legais. A ideia proposta inicialmente era que os tribunais federais e estaduais assinassem um acordo a fim de fornecer suporte técnico, disponibilizando profissionais médicos e farmacêuticos para auxiliar os juízes na formação de um juízo de valor em questões clínicas (MACEDO, 2011).

A partir das soluções construídas pelo Conselho Nacional de Justiça, a fim de reduzir o crescente número das demandas judiciais frente o SUS, podemos exemplificar as boas práticas adotadas em diferentes tribunais, sendo estas replicadas em alguns estados, como por exemplo, nos estados da Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Tocantins (MELO, 2019).

A maneira conduzida pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, a partir da Câmara de Mediação Sanitária na Bahia, em conjunto do Tribunal de Justiça, Prefeitura, Ministério Público Estadual, MPE, DPE e DPU, a partir da implantação de um sistema de mediação, se tornou uma ferramenta eficaz na redução da "judicialização desnecessária". A SES estima que, com esse esquema adotado, tenha ocorrido uma diminuição de 80% em média dos processos judiciais, (MELO, 2019)

A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e o Ministério Público SP, tem como ferramenta de consultas o sistema S-Codes, acompanhado do Grupo de Coordenação de Requisitos Estratégicos do SUS-SP, responsável pelos pedidos de medicamentos e insumos, onde esse programa tem a finalidade

de integração interinstitucional onde eles fazem uma triagem de forma administrativa em cima das solicitações quem tem potencial para se tornar ações judiciais, além da triagem. Esse programa é responsável por orientar o magistrado de forma direta e empírica com a assessoria técnica eficaz (MELO, 2019).

No Rio Grande do Sul, por meio do acesso ao sistema informatizado do Ministério da Saúde sobre o fornecimento de medicamentos, a revisão administrativa passou a ser feita por triagem realizada junto a Defensoria Pública. O resultado do levantamento constou que, apenas 15% dos pedidos judiciais destinados à saúde na capital Porto Alegre, viraram ordem judicial (MELO, 2019).

No estado do Tocantins, durante o ano de 2019, os dados científicos contribuíram para a diminuição da judicialização e o crescente número de acordos pré-processuais, onde foram emitiram um total de 3.757 notas técnicas pelo sistema NatJus Estadual, dos quais 1.526 notas técnicas foram emitidas em fase pré-processual e 1.119 em fase judicial. Além disso, houve a redução de 72% no ingresso de novos pedidos judiciais nos anos de 2018 e 2019. Faz-se necessário informar que, também no ano de 2019, obteve-se 95% de acesso dos Magistrados do Tocantins às informações técnicas da CONITEC, maior registrada até agora. Assim, os magistrados perceberam a importância da informação técnico/científica para as demandas em saúde consultando notas técnicas, onde os resultados indicam que as medidas que foram definidas pelo CNJ produziram uma instituição judiciária mais capacitada (MELO, 2019).

4 CONCLUSÕES

Concluímos assim, fundamental importância dos medicamentos nos tratamentos médicos a fim de se obter resultados positivos contribuindo para assegurar o direito de todos à vida e a saúde. O uso irracional de medicamentos pode apresentar riscos quando utilizados sem a orientação devida. Logo, é dever do estado garantir o atendimento às necessidades dos cidadãos, sem que haja o comprometimento da qualidade no fornecimento do fármaco e no seu uso racional, como também a forma eficiente no uso dos recursos públicos para a saúde. Dessa forma, com o intuito de diminuir a crescente demanda dos processos judiciais para o fornecimento de medicamentos através do SUS, o presente trabalho evidenciou a imprescindibilidade da política da assistência farmacêutica nas ações que visam a garantia do uso racional de medicamentos, fazendo com que o poder executivo administre de forma célere e eficaz as demandas da população, sem que seja necessária a intervenção crescente

do judiciário, na busca da garantia dos direitos fundamentais, de acordo com a Constituição Federal, fazendo com que os requerimentos sejam atendidos com base nos princípios do SUS.

As ações judiciais embora legítimas, necessitam ser reorientadas a partir de um apoio técnico e de uma administração pública eficaz que viabilize um menor gasto dos recursos públicos e, consequentemente, diminuição nas proposituras das ações judiciais que oneram ainda mais o SUS, uma vez que o mesmo não pode ser omisso em relação ao Estado.

Por isso destacamos a importância da Política de Assistência Farmacêutica nas avaliações das indicações clínicas dos medicamentos ora pleiteados na justiça, com o intuito de reorientar as ações judiciais de forma técnica e responsável, possibilitando assim uma diminuição das demandas judiciais e a redução de custos para o Estado. Fica evidente a importante e indispensável contribuição do profissional farmacêutico, a partir de um acompanhamento adequado, por meio da política de Assistência Farmacêutica, com relação aos requerimentos administrativos, oferecendo opções seguras e eficazes disponíveis no SUS, contribuindo para a diminuição dos gastos no orçamento público com medicamentos solicitados por via judicial.

Dessa forma, a Política de Assistência Farmacêutica, no âmbito do SUS, frente às demandas judiciais, torna-se indispensável para que sejam reavaliadas e reorientadas de forma mais célere, buscando a diminuição do risco do agravamento da doença por falta de assistência e a efetivação do acesso universal e igualitário ao indivíduo, garantindo o tratamento médico adequado, visando da promoção da saúde e o uso racional dos medicamentos, garantindo a eficácia, quantidade e qualidade do acesso aos mesmos (MACEDO, 2011).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Departamento de Formulação de Políticas de Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS. Coleção pró-gestores - Para entender a gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, vol.7. 186 p, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro7.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. O remédio via Justiça: um estudo sobre o acesso a novos medicamentos e exames em HIV/aids no Brasil por meio de ações judiciais. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000095&pid=S1413-81232010000050001500001&lng=en. Acesso em: 03 mai 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007. 186 p. (Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 7) Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro7.pdf. Acesso 04 mai 2021.

CHIEFFI AL, BARATA RB. Ações judiciais: estratégia da indústria farmacêutica para introdução de novos medicamentos. Rev. Saúde Pública, 2010, vol.44, n.3, pp.421-429. ISSN 0034-8910. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000300005. Acesso em: 03 maio 2021.

CHIEFFI AL, BARATA RB. Judicialização da política pública de assistência farmacêutica e equidade. Caderno de Saúde Pública, v.25, n.8, p.1839-1849, 2009. Disponível em:

https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000800020. Acesso em 27 set. 2020.

CEAF - Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Componente Especializado em Assistência Farmacêutica, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2019/gastos-diretos/relatorio-de-avaliacao-cmag-2019-ceaf. Acesso em: 30 mar 2021.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Recomendação n. 31, de 30 de março de 2010. Recomenda aos Tribunais a adoção de medidas visando a melhor subsidiar os magistrados e demais operadores do direito, para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde. Diário da Justiça, Brasília, DF, 7 abr. 2010 Disponível em:

http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/recomendacoes/reccnj_31.pdf. Acesso em 22 set. 2020.

COSTA AG, COSTA CEM. Breve relato histórico das políticas públicas de saúde no Brasil, 2014. Disponível em: https://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=170. Acesso em: 21 set 2020.

GUERIN DG, ROSSONI E, BUENO D. Itinerários terapêuticos de usuários de medicamentos de uma unidade de Estratégia de Saúde da Família. Ciênc. saúde coletiva vol.17 no.11 Rio de Janeiro nov. 2012. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012001100017&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 mar 2021.

HERCULANO. C. L. Agência CNJ de Notícias. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Soluções Construídas pelo CNJ Buscam Reduzir Judicialização da Saúde. Publicado em 10 de jun de 2020. Disponível em: Soluções construídas pelo CNJ buscam reduzir judicialização da saúde - Portal CNJ. A cesso em: 17 de jun 2021.

MACEDO EI, LOPES LC, BARBERATO-FILHO S. Análise técnica para a tomada de decisão do fornecimento de medicamentos pela via judicial. Revista Saúde Pública. v.4, n.1; 45(4), pp. 706-713, 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S003489102011200040010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 28 set. 2020.

MACEDO EI, LOPES LC, BARBERATO-FILHO S. Análise técnica para a tomada de decisão do fornecimento de medicamentos pela via judicial. Rev. Saúde Pública, 2011, vol.45, n.4, pp.706-713. Epub 01-Jul-2011. ISSN 0034-8910. Disponível em:

https://doi.org/10.1590/S0034-89102011005000044. Acesso em: 20 fev 2021.

MELO. J, HERCULANO. L.C. Agência CNJ de Notícias. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA CNJ. Demandas Judiciais Relativas à Saúde Crescem 130% em Dez Anos. Publicado em 18 de mar de 2019. Disponível em: Demandas judiciais relativas à saúde crescem 130% em dez anos - Portal CNJ. Acesso em: 16 jun 2021.

MSH – Management sciences for health. Managing Drug Supply. 2ªed. Connecticut: Kumarian Press, 1997.

PEPE VLE, VENTURA M, SANTANA JMB, FIGUEIREDO TA, SOUZA VR, SIMAS L,

OSÓRIO CGS. Caracterização de demandas judiciais de fornecimento de medicamentos "essenciais" no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública; v. 3,n. 2, pp. 461-471, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000300004. Acesso em: 01 abr 2021.

SES-PA - Secretaria de saúde do governo do paraná. Incorporação de medicamentos no sus.

Disponível em:

https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Incorporacao-de-Medicamentos-no-SUS#:~:text=Esse%20processo%20pode%20envolver%20a,Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20nesse%20processo. . Acesso em: 11 abr 2021.

SOUZA FO. A intervenção judicial como garantia da efetivação do direito à saúde: possibilidades e limites no caso dos medicamentos. Direito & Justiça. Porto Alegre, v.36, n.1, p. 13-28, 2010. Disponível em:

http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010_1/fernanda_souza.pdf. Acesso em: 25 set 2020.

VENTURA M, SIMAS L, PEPE VLE, SCHRAMM FR. Judicialização da saúde, acesso à justiça e a efetividade do direito à saúde. Physis [online]. 2010, vol.20, n.1, pp.77-100. ISSN 0103-7331. Disponível em:

http://scielo.br/scielo.php?pid=S010373312010000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 set. 2020.

VIEIRA FS. Ações judiciais e direito à saúde: reflexão sobre a observância aos princípios do SUS. Rev. Saúde Pública [online]. 2008, vol.42, n.2, pp.365-369. Epub Feb 29, 2008. ISSN

1518-8787. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000010. Acesso em: 15 mar 2021.

VIEIRA FS, ZUCCHI P. Financiamento da assistência farmacêutica no sistema único de saúde. Saúde soc. [online]. 2013, vol.22, n.1, pp.73-84. ISSN 0104-1290. Disponível em:

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000100008. Acesso em 23 set 2020.

XAVIER. C. Advocacia Geral da União, Consultoria Geral da União, Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde. Judicialização da Saúde no Brasil: Principais Projetos

Desenvolvidos pela Coordenação de Assuntos Judiciais. Publicado em maio/2017. Disponível em: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL (saude.gov.br). Acesso em 10 de jun 2021.

Capítulo 5

10.37423/220305640

A OBRIGATORIEDADE DO USO DO PJE-CALC NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Francisco Apoliano Albuquerque — *IESF INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FORTALEZA*

Francisco José Carneiro Linhares — *Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA*

Gleyciane Gomes de Medeiros — *Unice Ensino Superior - IESF Instituto de Ensino Superior de Fortaleza*

Carlos Henrique de Araújo — *Unice Ensino Superior - IESF Instituto de Ensino Superior de Fortaleza*

Resumo: O sistema PJe-Calc Cidadão foi desenvolvido para realizar cálculos trabalhistas, uma vez que fornece aos calculistas uma série de opções ajustáveis de parametrização de cálculo, o que traz confiabilidade e agilidade no processo de liquidação de decisões trabalhistas, sejam elas de primeiro ou segundo graus. O *software* conta, ainda, com uma rotina inteligente de checagem de erros e possíveis inconsistências no cálculo, antes da liquidação, e gera diversos relatórios que demonstram informações como: parâmetros e dados inseridos para a realização do cálculo, descrição em detalhes da apuração de cada parcela do cálculo, resumo do cálculo, etc. Com o advento do Processo Judicial Eletrônico em âmbito nacional, surgiu a necessidade de se ter um sistema de cálculo trabalhista que pudesse ser utilizado de forma padronizada por todos os Tribunais do Trabalho. A estratégia de padronizar os cálculos trabalhistas, por meio de sistema eletrônico, para o Judiciário em escala nacional representa uma inovação. Assim, este estudo tem como objetivo identificar a percepção dos profissionais que utilizam a ferramenta PJe-Cal Cidadão na elaboração de cálculos trabalhistas. O conhecimento proporcionado por este estudo baseia-se no método indutivo, cujo objetivo corresponde a características descritivas e exploratórias. Em relação aos procedimentos metodológicos, vale ressaltar que este estudo utiliza pesquisa bibliográfica.

Palavras-Chave: Justiça do Trabalho. Processo Judicial Eletrônico. Obrigatoriedade. PJe-Calc Cidadão.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia domina o cenário de todos os campos profissionais, que estão cada vez mais conectados ao mundo virtual. O surgimento dos procedimentos judiciais eletrônicos ocorreu com a aprovação da Lei nº 11.419/2006, regulamentada pela Resolução nº 11.185/2013, representando uma revolução na visão tradicional do conceito de gravação de programas.

A Justiça do Trabalho reflete claramente este avanço, nomeadamente a implementação do processo judicial electrónico - PJe-Calc Cidadão, que é utilizado em toda a Justiça do Trabalho como ferramenta padrão para a preparação dos cálculos laborais. O PJe-Calc Cidadão é um sistema desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região para cálculos trabalhistas padronizados.

Este estudo tem como objetivo conhecer a opinião dos profissionais que utilizam a ferramenta PJe-Calc Cidadão. Diante das inúmeras dificuldades apontadas por esses profissionais no mercado, a PJE-Calc Cidadão está se preparando para os cálculos trabalhistas, seja por questões de disponibilidade ou complexidade de uso da ferramenta, seja por obrigar o sistema a ser utilizado em ações trabalhistas.

Este estudo é justificado porque se propõe a ampliar a discussão do judiciário brasileiro sobre inovação, pois a ferramenta é complexa e levanta várias questões fundamentais, desde a sua instalação até a ergonomia da usabilidade. O problema ainda existe e não pode ser resolvido pela legislação, pois a padronização de navegadores ou linguagens de programação significa que a plataforma judicial será transformada, não deixando espaço para rápido avanço tecnológico e, portanto, sem espaço para avanço significativo do sistema.

Além disso, é necessária a realização de pesquisas que permitam a verificação da satisfação com base na percepção do usuário, pois esta avaliação pode inferir a eficiência da tomada de decisão dos juízes e a rapidez na decisão dos processos, proporcionando-lhes menos atrasos judiciais. A nova realidade tem trazido a exploração de uma série de intenções comuns para qualquer estrutura que queira ser informatizada, seja em termos de economia, rapidez, uniformidade de procedimentos, confiabilidade de resultados, porque a ferramenta permite que os usuários executem programas por conta própria no escritório e na estação de trabalho.

Porém, algo que se aproxima da perfeição na teoria, na prática, é uma realidade inquietante é óbvia, pois os profissionais da área do direito do trabalho têm encontrado muitas dificuldades na disponibilidade e no manuseio desta ferramenta, seja por falta de formação ou do corpo humano. Em

termos de engenharia, por se tratar de uma ferramenta complexa, não depende apenas do próprio entendimento da legislação trabalhista brasileira, mas também da interação entre os usuários e das dificuldades em seu processamento funcional.

2 JUSTIÇA TRABALHISTA NO BRASIL

Antes que houvesse um conjunto de normas para regular as relações de trabalho (hoje chamadas de direito do trabalho), o trabalho era apenas uma forma de punir e explorar o ser humano e esta pesquisa teve início nesse contexto. No início, o trabalho era considerado um castigo. De acordo com o texto bíblico de Gênesis, Adão foi punido por ter que trabalhar e comer depois de comer o fruto proibido. Da mesma forma, a etimologia da palavra trabalho também tem uma conotação negativa porque vem da palavra latina *tripalium*, que se refere a "um instrumento de tortura pressionado em um animal com três varas ou cangas. É usado pelos fazendeiros para bater, rasgar e pique o trigo. Espiga de milho e ferramentas de linho". (MARTINS, 2012, p. 4)

Do ponto de vista histórico, a primeira forma de trabalho que existe é a escravidão, os escravos são considerados mercadorias de seus proprietários sem quaisquer direitos. Este sistema de trabalho foi usado pelas sociedades grega e romana durante décadas. Os escravos eram a força de trabalho original da sociedade, mas não tinham direitos. Mais tarde, com o surgimento de uma nova forma de trabalho, chamada servidão, os humanos começaram a se organizar em feudos. Durante este período, os senhores feudais forneciam proteção política e militar aos servos. Os servos eram subordinados, mesmo que não fossem tratados como mercadorias. Sem liberdade, eles tinham que entregar a maior parte da produção rural aos senhores, mantendo apenas o que precisavam para sua sobrevivência.

Com o desenvolvimento da sociedade, já na Idade Média, começaram a existir empresas de artesanato, uma forma de trabalho mais complexa e em que os trabalhadores têm maior liberdade.

As corporações de ofício tentaram agrupar trabalhadores da mesma filial e do local para formular um regulamento que contivesse algumas regras que regessem as relações de trabalho. Nesta organização, existem três funções, Mestre, Companheiro e Aprendiz. “O mestre é o mestre da oficina e eles passaram no teste da obra-prima. O companheiro é o operário que recebe o salário do mestre. O aprendiz é o menor que recebe do mestre o artesanato metódico ou o ensino profissionalizante." (MARTINS, 2012, p. 5). Nesse caso, pode-se dizer que os trabalhadores tinham maior liberdade, porém, a existência desse tipo de empresa era mais para garantir os interesses da própria empresa do que para dar proteção aos trabalhadores, fato que não deve escapar dessa visão.

No final do século XVIII, a ideologia da Revolução Francesa dissolveu as sociedades comerciais e conseguiu esse feito por meio da Lei Le Chapelier (1781), que estipulava em seu primeiro artigo que “eliminassem várias empresas de cidadãos franceses”. O mesmo país ou profissão, que é um dos fundamentos básicos da Constituição francesa, não pode realmente ser restaurado ao seu estado original, sob qualquer pretexto ou sob qualquer forma. "Essas medidas são baseadas na proposição de que a liberdade individual exclui a existência de intermediários entre os indivíduos e o Estado." (MARTINS, 2012, p. 5)

> A Lei de Le Chapelier foi uma lei francesa, aprovada logo no início da Revolução Francesa, em 14 de junho de 1791. Foi escrita e defendida por Issac René Guy le Chapelier, proibindo os sindicatos, as greves e as manifestações dos trabalhadores. Alegando a defesa da livre empresa e da iniciativa privada. As penas a aplicar aos sindicalistas podiam ir desde avultadas quantias em dinheiro e privação de direitos de cidadania até à pena de morte (Artº 7 e 8).

Portanto, em consonância com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a Revolução Francesa permitiu às pessoas o livre exercício de qualquer profissão, desde que respeitasse as taxas pagas e as normas aplicáveis. Nessas circunstâncias, por volta de 1820, surgiu a Revolução Industrial, que trouxe muitas mudanças extremamente significativas para diversos campos da sociedade, afetando principalmente o campo do trabalho.

Dentre as muitas constituições brasileiras, 1934 foi a primeira a tratar especificamente do direito do trabalho, seguida de todas as outras constituições, que passaram a incluir normas legais regulando o assunto. Segundo Silva e Stürmer (2015), a partir da constituição de 1934, os direitos trabalhistas foram ampliados dia a dia. Desde esse período, nenhuma outra Constituição brasileira faz menção ao direito do trabalho e à justiça do trabalho.

Portanto, Santos e Hajel Filho (2018, p. 13) discutiram o sistema de justiça do trabalho no Brasil e enfatizaram:

> Com a Constituição Federal de 1934, foi criada a Justiça do Trabalho, mas sem fazer parte do Poder Judiciário (art. 122). A Constituição de 1937 praticamente repete os preceitos de sua antecessora, continuando a excluir a Justiça do Trabalho do Poder Judiciário (art. 139). Nesse período, podemos dizer que a Justiça do Trabalho estava vinculada ao Poder Executivo. Os Decretos-leis 1.237 e 1.346, ambos de 1939, institucionalizaram a justiça do trabalho. Em 1940, com a promulgação do Decreto 6.596, de 12 de dezembro, a Justiça do Trabalho foi organizada, passando a funcionar de forma autônoma, desligada do Poder Executivo e da Justiça Comum. Suas decisões poderiam ser executadas no próprio processo, não existindo mais a necessidade de atuação do Tribunal Comum. No entanto, continuou excluído do Judiciário, enquanto exerceu

> função jurisdicional. Fatalmente, em 1º de maio de 1941, Getúlio Vargas instala a Justiça do Trabalho, com oito Conselhos Regionais e trinta e seis Juntas de Conciliação e Julgamento.

Essa série de eventos que chegaram à justiça do trabalho se enraizou e se repetiu ao longo do tempo. O laborismo de Vargas trouxe vantagens concretas e substanciais para a classe trabalhadora e deu a esta classe os direitos que ela realmente exige legalmente.

2.1 DIREITO TRABALHISTA

Para Cunha (2010), o direito do trabalho é composto por normas, que correspondem a leis, costumes, acordos coletivos e julgamentos normativos, que regem as relações entre empregadores e empregados e visam solucionar possíveis conflitos.

Nesse sentido, Cessar (2018) apontou:

> A maior característica do Direito do Trabalho é a proteção do trabalhador, seja por meio da regulamentação legal das condições mínimas da relação de trabalho, seja por meio de medidas sociais adotadas e implementadas pelo poder público e pela sociedade. Portanto, seu conteúdo principal abrange o empregado e o empregador.

Nesse sentido, tanto os empregados quanto os empregadores devem cumprir as normas contidas na Lei de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamenta as relações individuais e coletivas de trabalho, o que é uma das maiores conquistas do direito do trabalho.

Cunha (2010) destacou na conclusão que o principal objetivo do direito do trabalho é manter o equilíbrio entre empregadores e empregados, pois é claro que o patrão se encontra em posição vantajosa em relação ao empregado. Diante disso, pode-se dizer que o direito ao trabalho equilibra a escala para que trabalhadores e patrões fiquem em pé de igualdade.

2.2 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

A CLT foi criada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprovado pelo então Presidente Getúlio Vargas, e reunia toda a legislação trabalhista vigente no país. Seu principal objetivo era regular as relações individuais e coletivas de trabalho. Representava o resultado de treze anos de trabalho, desde a implantação do novo país até 1943, durante os quais juristas ilustres trabalharam arduamente para formular uma legislação trabalhista que atendesse às necessidades de proteção do trabalhador no contexto do estado regulatório (ZANLUCA, 2017).

Vale ressaltar que a finalidade da CLT era regular as relações trabalho-gestão, entre o meio rural e o urbano. Desde a sua publicação, passou por muitas mudanças, sempre buscando se adequar às necessidades do mundo moderno. No entanto, as referidas leis ainda são os principais instrumentos de regulação das relações de trabalho e proteção dos trabalhadores (ZANLUCA, 2017).

De acordo com esse arranjo, a jornada de trabalho está incluída em sua estrutura; cadastro do trabalhador na carteira de trabalho e previdência social (CTPS); feriados; períodos de descanso; fiscalizações; categorias especiais de trabalhadores; proteção do trabalho feminino; medicina do trabalho; pessoa física contratos de trabalho; organizações sindicais; justiça do trabalho; acordos coletivos e processos de trabalho (Brasil, 2017).

Apesar de algumas críticas, a CLT tem desempenhado um papel especial na proteção dos direitos trabalhistas. No entanto, devido às suas características, existem demasiadas burocracias de supervisão e necessitam de ser modernizadas, nomeadamente para simplificar as regras aplicáveis aos pequenos e médios empreendimentos.

Ressalte-se que a reforma trabalhista alterou a Consolidação da Lei do Trabalho (CLT) e foi aprovada pelos Decretos nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Decreto nº 8.036, de 3 de janeiro de 1974, Decreto nº 8.036, de 1990, e Decreto n. 8.212, em 24 de julho de 1991, para adequar a legislação às novas relações de trabalho (TRT2, 2017).

“A Lei nº 13.467/2017 também conhecida como reforma trabalhista, promoveu profundas mudanças na legislação trabalhista individual e processual e revisou mais de 200 artigos, da CLT, FGTS e leis de custos previdenciários” (SANTOS; HAJEL FILHO, 2018, p.15).

Segundo Cessar (2018), a reforma da legislação trabalhista alterou muito o benefício dos trabalhadores, ao se valer do princípio da supremacia da realidade, pois algumas mudanças na CLT esclareceram a adequação do individual ou coletivo à realidade, ainda que esta, a realidade dos regulamentos ou contratos na relação de trabalho seja desfavorável e incompatível.

2.3 PROCESSO JUDICIAL TRABALHISTA

O processo de trabalho pode ser descrito como um dos meios de resolução de conflitos decorrentes da relação de trabalho, ou seja, as pessoas devem ir à justiça para que a Constituição Federal garanta seu direito à ação, o que está resumido no artigo 5º, “A lei não deve excluir o dano ou ameaça de direitos do judiciário” (Brasil, 2017). Essa situação indica que os procedimentos trabalhistas ou ações trabalhistas são usados para violar os direitos dos trabalhadores. Portanto, se um trabalhador

pretende entrar com uma ação trabalhista ou ação judicial com o auxílio de um sindicato ou de um advogado, ele pode entrar com a ação na justiça do trabalho por escrito ou verbalmente.

A legislação processual, inclusive trabalhista, deve estar em conformidade com as normas e princípios constitucionais relativos aos procedimentos. No mesmo sentido, Schiavi (2016) define, ao declarar que a interpretação da legislação processual do trabalho deve obedecer aos princípios constitucionais dos procedimentos (interpretação conforme a Constituição Federal). Portanto, todas as normas do processo de trabalho gerencial devem ser lidas na perspectiva da Constituição Federal e também deve ser sempre buscada a máxima eficiência das normas constitucionais e dos princípios processuais.

O processo de trabalho também é significativamente afetado pelo processo cível e tem um caráter individualista, embora se caracterize por diferenças entre as partes. De acordo com Schinestsck e Beltran (2013), o processo de trabalho existe para satisfazer os direitos no projeto de vida e deve estar próximo da realidade social [...] para se desenvolver dinâmica e simultaneamente com as mudanças sociais, além de se adaptar constantemente às novas realidades emergentes e conflitos. O acesso à justiça por parte da sociedade pode realizar o ideal de justiça social e fornece oportunidades equilibradas para todas as partes em litígios, construindo, assim, uma ordem jurídica justa e democrática e envolvendo pessoas protegidas por uma justiça eficaz.

Os autores Grinover e Dinamarco (1988, p.128) ressaltam que “a oportunidade de acesso à justiça não pode ser entendida apenas a partir de uma dimensão formal estrita, pois, muito além dessa postura, o princípio do acesso amplo se reflete na viabilidade de obtenção de uma justa ordem."

De acordo com Rotta et al. (2013, p.128):

> Para que o aumento da eficiência do Poder Judiciário se materialize realmente, as atuais competências e conhecimentos dos magistrados e servidores, as normas de funcionamento, as políticas, regras e critérios adotados para o funcionamento e estruturação das atividades de prestação do serviço jurisdicional, entre outros componentes, a necessidade de evoluir para a adoção irrestrita do processo judicial digital, aliada às boas práticas de governo eletrônico, de forma ampla e incondicional, para o incremento e modernização da Justiça brasileira.

Com base nas citações acima, pode-se dizer que o processo judicial digital é uma espécie de progresso jurídico e tecnológico, sendo o mais importante a conscientização da sociedade e dos profissionais do direito, bem como as regulamentações judiciais básicas com maior agilidade e qualidade.

Conforme afirmam Lira e Silva Junior (2015), as entidades cadastradas no sistema possuem uma gama muito ampla de acessos aos processos, sendo este um fator que vale a pena considerar para resguardar o potencial do *software* PJe-Calc Cidadão como forma de concretização da democracia. Os grupos de ferramentas participam do processo. Portanto, está em consonância com a visão democrática do acesso à justiça, que na verdade acrescenta que, nas condições exigidas para o uso da PJe-Calc Cidadão, não há oportunidade de prejudicar a defesa do litigante.

3 O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

O termo processo eletrônico pode ser entendido como abstrato em sentido amplo, ou como sua realização em sentido estrito. Aires José Rover (2004) definiu abstratamente o processo judicial eletrônico (que ele chamou de processo judicial digital) como o resultado da informatização de uma série mínima e importante de ações, portanto, o resultado da organização e classificação dos documentos de acordo com um fluxo de processos definido. Trabalho - representa a etapa processual, atendendo aos requisitos de autenticidade, atualidade e completude, dispensando o uso de papel.

Por outro lado, Pereira (2016) chamou-o de um processo controlado por um sistema de informação, um *software* especializado que contém conhecimento, procedimentos legais, ciência e diferentes ciências complexas: teoria dos sistemas, cibernética, teoria da informação, etc. (PEREIRA, 2016). O processo eletrônico é, antes de mais nada, instrumental. Assim como os procedimentos judiciais são ferramentas para a resolução de conflitos, os procedimentos eletrônicos também são ferramentas para atingir os objetivos dos procedimentos judiciais. No entanto, nas definições listadas acima, não há conceito de finalidade do processo eletrônico. É possível aceitar ferramentas sem propósito?

Acreditamos que os procedimentos judiciais eletrônicos têm por objetivo representar os procedimentos civis estipulados por lei, no campo da tecnologia da informação, ou para ser mais preciso seus procedimentos. Não é apenas um conjunto de ações ou métodos de controle de programa, mas um modelo desses programas, construído por instruções lógicas, que reside no computador e pode ser operado pelo usuário.

Algumas organizações implementaram suas próprias versões de processo eletrônico: e-SAJ, Projudi, e-Proc, Jippe, etc. O PJE é uma versão homologada pelo CNJ, com o objetivo de unificar o ecossistema de processos eletrônicos brasileiros em todos os processos do Judiciário. Em comparação com a maioria dos outros ramos do direito, há muito pouca doutrina sobre programas eletrônicos. Vale destacar o empenho de José Chaves Júnior, José Carlos de Araújo Silva e Aires José Rover, pioneiros

na exploração desse tema. Um estudo mais aprofundado da teoria dos processos eletrônicos está além do escopo deste trabalho, mas recomendamos leitores interessados a esses autores. O PJE implementou muitas das ideias propostas por esta doutrina, mas ignorou outras ideias. Discutiremos, a seguir, o PJE idealizado e implementado pelo CNJ e utilizado no TJPE.

3.1 PJE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

O estágio atual de avanço da tecnologia microeletrônica é inteiramente propício ao processamento eletrônico e ao abandono de procedimentos judiciais físicos (em pastas e arquivos). Assim, os procedimentos judiciais eletrônicos têm por objetivo informatizar os procedimentos judiciais e tornar os procedimentos, no âmbito do judiciário, totalmente eletrônicos em termos de conteúdo e comunicação de todos os atos aí tratados, decorrentes da decisão de implementação do disposto na Lei nº 11.419/2006.

Porém, segundo Atheniense (2010), o uso de meios eletrônicos na justiça brasileira não é novidade:

> A primeira iniciativa admitida por lei para validar o uso de dispositivos eletrônicos para a prática de atos processuais ocorreu em 1991, por meio do art. 58 IV, da Lei do Inquilinato, que permitia a utilização de telex ou fac-símile para a prestação de serviço, intimação ou notificação de pessoa jurídica ou pessoa jurídica (ATHENIENSE, 2010, p. 29).

No início, ao utilizar o meio eletrônico, a intenção implícita era agilizar o processo do procedimento, tentar acompanhar o desenvolvimento da tecnologia disponível e utilizar a homepage (página web) como via eletrônica para obter informações sobre a decisão judicial do procedimento. Conforme destacou o magistrado Carlos Henrique Abrão (2011), os documentos dos interessados são acessados diretamente no site ou processados na publicação virtual do Diário Oficial da Justiça na rede mundial de computadores:

> A principal virtude do processo eletrônico é permitir, não só o acompanhamento das etapas e etapas processuais, mas, sobretudo, priorizar agilidade compatível com a natureza do litígio (ABRÃO, 2011).

Alterou-se, assim, a instrumentalização processual. Na tramitação dos processos judiciais, na troca de condutas e na transmissão de atos processuais, a obrigatoriedade da utilização de meios eletrônicos nos processos cíveis, criminais e laborais, bem como nos tribunais especiais, em qualquer grau Jurisdição.

A Lei 11.419/2016:

> Inaugura oficialmente, no Brasil, o processo eletrônico, indevidamente denominado 'virtual', que, há algum tempo, vem compartilhando, com tentativas, aqui e ali, de agilizar o processo ortodoxo, com o uso da tecnologia da informação, o mais importante e fantástica revolução tecnológica do século 20 (ALVIM, 2008, p. 15).

Na prática, a implementação da Lei passou por inúmeros sistemas piloto, durante anos, nos mais diversos tribunais brasileiros, quando, finalmente, em 2011, o Conselho Nacional de Justiça tentou padronizá-los com o lançamento de um sistema único. Na verdade, o que se espera - idealmente - é que a tramitação das ações judiciais, que tradicionalmente se materializavam em pastas com folhas numeradas, chamadas de autos, faça parte de uma nova era de agilidade na prestação judicial, pois, agora, no processamento de documentos não é mais físico para ser totalmente eletrônico. O PJe é uma plataforma digital desenvolvida pelo CNJ em cooperação com diversos tribunais, com consulta e participação da Comissão Nacional do Ministério das Relações Públicas, da Ordem dos Advogados do Brasil, advocacia e defensoria pública.

Ao nível das funções disponibilizadas, o PJe caracteriza-se por propor a prática dos atos jurídicos e acompanhar o processo de forma padronizada, mas tendo em consideração as características inerentes a cada ramo da justiça. Visa transformar esforços na adoção gratuita de soluções padronizadas para os tribunais, com foco na racionalização dos ganhos de produtividade nas atividades judiciais, e nos custos de desenvolvimento ou aquisição de *softwares*, permitindo a utilização de recursos financeiros e de pessoal para atingir os objetivos do judiciário e instituições em atividades direcionadas. A criação da PJ-e deu-se a partir da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006).

O principal objetivo do PJE é integrar todos os procedimentos do Judiciário brasileiro em um único sistema. Obviamente, também visa aproveitar as características inerentes à mídia digital, como a automação de tarefas repetitivas e a disponibilização do sistema por meio de qualquer computador conectado à Internet. Ou seja, o PJE não será concluído no passado e no futuro e está em contínuo e eterno aprimoramento. A versão mais recente (2.0) do sistema foi lançada em 17 de junho de 2016. Embora o objetivo declarado seja unificar o sistema, o judiciário implementou vários sistemas de PJE. O PJE da Justiça do Trabalho é diferente da Justiça Federal e o PJE da Justiça Federal é diferente do PJE da Justiça Estadual como objeto de pesquisa. No entanto, todas essas versões têm características comuns inerentes aos sistemas de computador.

Desse modo, ficam visíveis os benefícios decorrentes da troca no processo dos autos processuais do meio físico para o eletrônico, como ferramenta que permite a agilidade e qualidade do dispositivo legal, bem como as vantagens decorrentes da adoção de tal instrumento tecnológico, permitindo a adequação da funcionalidade dos órgãos do Judiciário. A instituição do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJ-e, como sistema informatizado de processo judicial no âmbito do Poder Judiciário, é estabelecer os parâmetros de seu funcionamento, conforme determina a Resolução nº 185, de 18/12/2013, que "institui o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), como ferramenta de processamento de informações e práticas dos atos processuais, que estabelece os parâmetros para sua implantação e funcionamento" (BRASIL, 2013, p. 1).

Portanto, considerando a obrigação de regulamentar a adoção do Sistema de Processo Judiciário Eletrônico nos órgãos de justiça, de forma a dar-lhes uniformidade, é imprescindível que o processo digital seja inserido em sua plenitude de forma imediata, com ampla informatização de agudos e digitalização de documentos, evitando atrasar a evolução dos processos.

Nesse sentido, Smaniotto e Ferretti (2015) afirmam que a implantação da PJe em âmbito nacional tem agilizado e com segurança o processamento das ações judiciais, uma vez que a Justiça do Trabalho também tem como objetivo implantar a PJe nos Tribunais de Mão de obra em todo o Brasil. Nessa perspectiva, a Justiça do Trabalho tomou a dianteira e implantou, além do Processo Judicial Eletrônico, a ferramenta denominada PJe-Calc Cidadão, que é o objeto deste estudo.

Para Rotta et al (2013), os impactos viabilizados pelas novas tecnologias (vinculadas ao Processo Judiciário Eletrônico PJ-e) sobre o trabalho dos operadores do direito são de proporções que não podem ser ignoradas. Legislação, jurisprudência e digitalização de arquivos, associadas a ferramentas de busca e acessibilidade à internet, têm facilitado e possibilitado um dos principais aspectos do trabalho jurídico, a pesquisa. A praticidade de armazenamento e recuperação de documentos reflete-se em uma economia temporal no estágio primordial de opiniões, decisões e teses.

Assim, permite-se aos profissionais do Direito dedicar mais atenção e tempo às tarefas que agregam maior valor (como as fases de preparação da tese e análise jurídica), aumentando, assim, a produtividade desses profissionais, além de proporcionar uma redução significativa nos custos processuais. O PJe pode ser acessado por meio de um computador em rede quase 24 horas por dia. O contraste com o cadastro físico é extremo, na maioria das vezes, ele só pode ser verificado pessoalmente no cartório, e apenas no horário de funcionamento. É sabido que a disponibilidade

contínua do PJe permite aos magistrados darem resposta às necessidades urgentes (e menos urgentes) fora do horário de expediente.

Para os advogados, o PJe evita ir a vários cartórios para acompanhamento processual. Para os advogados que atuam em várias áreas geograficamente distantes, esta é uma obrigação particularmente estressante. A cópia catastrófica do conteúdo de todo o processo contencioso também evitou o desperdício de papel e dinheiro, além do desaparecimento do número de cobranças nos autos e da terminologia geral do cartório. O CPC eliminou a fase dupla do último caso em sua tecnologia, especificamente para registros eletrônicos.

Se são forçados a nomear uma característica da imaginação coletiva que está imediatamente associada aos fenômenos computadorizados, é, sem dúvida, a velocidade. Desde o advento da TI, na IBM e suas máquinas de processamento de folha de pagamento no final do século 19, ela tem sido inseparável da aceleração do fluxo interno de todas as organizações humanas. A criação do PJE ficou motivada por essas preocupações. Em teoria, sua existência como um sistema de computador permite que tarefas puramente mecânicas sejam delegadas ao computador sem características intelectuais. Na verdade, computadores bem programados são mais precisos do que qualquer pessoa na execução de tais tarefas.

A lista acima não é exaustiva. Mas mostra uma característica comum da informatização, representa a eliminação do tempo morto. Ou seja, só após a implementação do PJE é que a celeridade do procedimento pode ser aumentada de imediato, inibindo as ocasiões em que o procedimento continue a contar com intervenção humana: entre o prazo e a conclusão, entre o despacho e a sua publicação, e, quando a petição é submetida e anexada. Todas essas atividades são assumidas pelo sistema. Este pode ser o ponto crucial dos procedimentos eletrônicos, juízes e funcionários públicos podem dar menos atenção às questões processuais e mais atenção às atividades intelectuais.

Além disso, ao contrário dos registros físicos, os processos eletrônicos não são facilmente violados pelo processador. Somente invadindo bancos de dados que suportam processos eletrônicos os documentos podem ser modificados sem deixar rastros - isso é tecnicamente muito mais complicado do que falsificar documentos em papel. Não há disseminação do conhecimento necessário para entrar no sistema de processo eletrônico. No entanto, como todos sabemos, nenhum sistema está completamente imune a ataques. Políticas adequadas de segurança da informação são essenciais para garantir a legalidade dos registros digitais. Se implementadas corretamente, essas medidas reduzirão a chance de intrusão a quase zero.

O PJe é virtual e não requer papel, tinta e substituição de partidos, magistrados e auxiliares. Alguns autores insistem que não há matéria no processo eletrônico. Pereira falou sobre a fragmentação física dos registros. Este é um slogan tecnicamente incorreto - os registros continuam existindo fisicamente de forma mais compacta, assim como a radiação eletromagnética na memória do servidor do sistema. Conforme mencionado anteriormente, em todas as instituições judiciais, o impacto benéfico do desaparecimento de registros físicos no meio ambiente é óbvio. O fim dos resíduos de papel está diretamente relacionado à proteção das áreas florestais e à redução da geração de resíduos. A falta de transporte também é adequada para a nossa era de saturação do transporte e produção de energia em crise.

Um reflexo da sustentabilidade do PJE é a efetiva vacância de cartórios e cartórios, que deixarão de necessitar de espaço reservado para arrumos. Isso simboliza a recente reversão da tendência de crescimento físico do fórum, que se tornou cada vez mais faraó. Já é possível vislumbrar o futuro. Os tribunais e gabinetes são compostos apenas por servidores e juízes. Todo mundo só usa seu computador para trabalhar. Não há cenário familiar de estantes e armários cheios de caixas.

3.2 VARIEDADES DE SISTEMAS

Somente no Paraná, atualmente, os advogados têm que operar com inúmeros sistemas eletrônicos (PROJUDI, Escritório Digital do TRT-PR, STF, TRF4, e-SAJ37, FIDELIS, entre outros). Segundo dados do CNJ, no Brasil existem aproximadamente 42 sistemas e pretende-se futuramente integrá-los todos em um único sistema: o PJ-e Calc .

A implantação do sistema único, PJ-e, segundo o CNJ, visa dotar o Poder Judiciário brasileiro de um sistema de tramitação eletrônica de processos judiciais, desde a origem até o arquivamento, garantindo a máxima integração com os antigos sistemas e fontes de informações atualizadas necessárias para uma resolução rápida de conflitos de interesse. Seu escopo abrange os processos cíveis e criminais de quaisquer especialidades do Judiciário brasileiro (trabalhista, militar, estadual e federal).

Segundo Silva (2011), um dos primeiros desafios do CNJ foi convencer os diferentes tribunais a colaborar com a implantação desse sistema único. Ele explica que a quantidade de iniciativas isoladas foi grande e, pelo menos, 10 diferentes tribunais desenvolveram seus próprios sistemas, segundo o autor:

> Embora o CNJ tenha poder coercitivo em alguns aspectos da conduta administrativa dos tribunais, a adoção desse modelo foi inicialmente considerada politicamente arriscada pelos administradores do CNJ. A estratégia foi tentar fazer convergir os tribunais para os diferentes aspectos relevantes envolvidos na elaboração de tal sistema. O acordo de cooperação inicial, de setembro de 2009, envolveu apenas os cinco tribunais federais, o órgão superior da Justiça Federal e o próprio CNJ. Em março de 2010, os 24 tribunais regionais do trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e o órgão administrativo superior do Tribunal do Trabalho (Conselho Superior da Justiça do Trabalho) e outros 14 Tribunais de Justiça já haviam aderido. Desde então, o número de Tribunais Estaduais subiu para 20, aos quais se somaram os três tribunais militares dos Estados, totalizando 54 órgãos envolvidos no projeto. Atualmente, além dos órgãos do Judiciário, outros órgãos públicos estão cada vez mais envolvidos, como o Ministério Público, por meio do Conselho Nacional, do Departamento de Polícia Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil. (SILVA, 2011, p.45).

A meta do CNJ é a implantação total do PJe, até 2014. Ressalte-se, porém, que não haverá uma migração para o novo sistema, mas sim uma substituição gradativa dos sistemas atualmente existentes. Pretende-se, desta forma, que o advogado trabalhe com a PJ-e (nacional) existente no seu estado.

Os advogados trabalham com diversos sistemas de processamento judicial eletrônico, que requerem, em termos de *hardware*, computadores de última geração em seus escritórios, com processadores, memórias e discos rígidos (HD's) compatíveis com esses sistemas. Também precisam instalar programas auxiliares, como: *X Change Viewer* (*software* que faz marcações em petições, como sublinhar, marcar, carimbar e também serve para tirar fotos de trechos do PDF e colar na petição escrita em Word); Criador de PDF; *Paper Port* (*software* que tem a habilidade, a capacidade de incluir uma folha em seu arquivo ou excluir folhas geradas em formato PDF); *Pdf Sam (software* de fragmentação de PDF que divide o arquivo em tamanhos menores) JPEG Express (para reduzir a resolução de uma foto); Arisp (Assinante Digital), entre outros.

Com esta variedade de programas e sistemas, adoptados nas diferentes esferas da justiça, o advogado passa a ter a obrigação de estudar detalhadamente o funcionamento de cada um deles, desviando a sua dedicação do campo jurídico para o da formação técnica para que, assim, pode operar tais sistemas.

Dito isso, bastaria o problema da grande variedade de sistemas do dia a dia do advogado para justificar a relevância deste estudo. No entanto, existem outros desafios a serem superados.

4 PJE CALC CIDADÃO

O PJe-Calc é o Sistema de Cálculo Trabalhista, a ser utilizado em toda a Justiça do Trabalho como ferramenta padrão para a elaboração de cálculos e liquidação de sentenças, visando uniformidade de procedimentos e confiabilidade nos resultados apurados (TER 8, 2017, p. 4). O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução nº 94, de 23 de março de 2012, instituiu o Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJ-eJT) como sistema de tratamento de informações e práticas de atos processuais. Posteriormente, houve mudança na forma de regulamentação e definição, com a instituição da Resolução nº 136, de 25 de abril de 2014.

O Tribunal Regional do Trabalho, da 8ª Região (TRT 8), desenvolveu o Sistema Único de Cálculo do Trabalho ou PJe-Calc Cidadão, com o objetivo de uniformizar os cálculos no âmbito das demandas trabalhistas. Dessa forma, o *software* é destinado a contadores e advogados especialistas, bem como ao cidadão comum (TRT 8, 2017). Desta forma, as funcionalidades do *software* tornam-se compatíveis com as demandas exigidas por cada área, como informações sobre valores de vale-transporte e calendários de férias, e, com isso, o TRT-8 disponibiliza as tabelas auxiliares com seus respectivos dados, que necessariamente serão ser baixado no programa mensalmente, para permitir a realização dos cálculos (TRT 8, 2017).

Segundo Pacífico (2018), o PJe-Calc Cidadão é de suma importância para as partes, uma vez que a reforma trabalhista trouxe a necessidade de que as petições fossem apresentadas com liquidez. Por este motivo, é necessário apresentar os cálculos efetuados para cada orçamento, de forma correta, permitindo, assim, que os cálculos sejam efetuados de acordo com os critérios intrínsecos das normas laborais e operacionais.

Portanto, é imprescindível a adesão e qualificação de todos os usuários para que os objetivos de padronização sejam alcançados, sem desconsiderar as especificidades de cada região, podendo, assim, proporcionar maior agilidade no trâmite dos processos na Justiça do Trabalho, não sendo necessária a sua revisão constante.

A presidente do Conselho Superior de Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, editou, nesta terça-feira (23/06), o Ato CSJT.GP.SG 89/2020, que alterou para 1º de janeiro de 2021, a data de uso obrigatório do PJe-Calc para adicionar cálculos aos autos. Anteriormente, de acordo com a Resolução CSJT 189/2017, o prazo para utilização do sistema era 1º de julho de 2020.

4.1 O FUNCIONAMENTO DO PJE-CALC CIDADÃO

Os instaladores do PJE-Calc Cidadão estão disponíveis para Windows 7/8 / 8.1 / 10 32 e 64 bits e após a instalação, o sistema funciona sem a necessidade de o usuário estar conectado à internet. No site do TRT15, encontram-se manuais e links para *download* da última versão do sistema, que é a 2.5.6, lançada em 20/02/2020. Esta versão destina-se a advogados, especialistas e ao público em geral e visa obter uniformidade, segurança e transparência nos cálculos a nível nacional.

É importante ressaltar que, após a instalação do sistema, o usuário deve atualizar mensalmente as tabelas auxiliares, que contêm os índices de correção, alíquotas de contribuição, bases de valores legais, feriados estaduais, salários mínimos, utilizadas na elaboração dos cálculos, desde que esta atualização seja não automática. As tabelas são encontradas no site do TRT para cada região.

Embora este sistema pareça complicado, apenas a prática pode ajudar a lidar com ele. Através do arquivo PJC, os dados calculados podem ser acessados posteriormente, sem a necessidade de inserir os dados novamente. O PJe-Calc fornece muitas opções de parametrização de cálculos ajustáveis, por isso, é importante prestar atenção aos detalhes do sistema e requer conhecimento mínimo de cálculo.

O Conselho Superior de Justiça do Trabalho, em parceria com o TRT, da 8ª Região, está oferecendo *webinars* sobre o sistema PJe-Calc e suas funcionalidades básicas para advogados, especialistas e interessados no sistema. São dois grupos: no dia 5 de outubro e no dia 19 de outubro, das 14h às 17h, cada aula. A transmissão será pela plataforma *Webex*, o cadastro é feito pelo *link* indicado.

4.2 AS FERRAMENTAS DO PJE CALC QUE SÃO ÚTEIS AOS ADVOGADOS

Se alguém pensa que a utilização do PJe-Calc Cidadão só será obrigatória para os advogados trabalhistas que atuam na área de pessoas físicas/reclamantes, saber utilizar este sistema será imprescindível para todos os advogados trabalhistas e seu conhecimento já é exigido em vários processos.

O advogado trabalhista que atende demandantes precisa conhecer o sistema para dirimir os pedidos de petições iniciais, já que, após a promulgação da Lei nº 13.467/2017, mais conhecida como Reforma Trabalhista, art. 840, § 1º, da CLT, desde que a solicitação das iniciais seja correta, determinada e com indicação do seu valor. Além disso, a Lei CSJT.GP.SG 89/2020 estabelece a obrigatoriedade da utilização do PJe-Calc para contabilizar os autos dos processos trabalhistas.

A ferramenta também é vantajosa para os advogados de defesa dos réus, afinal, ao conhecer o sistema, é possível verificar se os cálculos feitos pelo advogado do autor estão corretos ou se não condizem com os pedidos do exordial. Além disso, o advogado também pode prever o valor das reivindicações incontroversas, o que ajuda consideravelmente na obtenção de um acordo amigável entre as partes.

É verdade que alguns cálculos podem ser extremamente complexos, de forma que apenas um contador ou calculadora teria capacidade técnica para fazê-lo, porém, é importante lembrar que mesmo a nova redação do artigo 840, da norma consolidada, continua exigindo do autor apenas uma breve exposição dos fatos, ou seja, não é necessária a narrativa exaustiva dos fatos vividos ou conhecimentos técnicos na formulação das solicitações, conforme verificado em relação ao adicional de trabalho insalubre, que pode ser concedido ainda se houver agente nocivo diferente do indicado no pedido de internação (Súmula nº 293, do C. TST).

Da mesma forma, a pena pode ser ilíquida, quando a determinação do objeto ou valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu, cujo exemplo didático ocorre com o pedido de equiparação salarial ou reposição salarial, casos em que o empregado o faz não conhecer o paradigma exato da remuneração ou substituído, sendo necessária a anexação dos respectivos documentos pelo empregador. Conclui-se, portanto, ser perfeitamente aplicável à espécie, dada a omissão do texto consolidado (art. 15, do CPC/15 e art. 769, da CLT), o preceito contido no art. 324, § 1º, III, do CPC, que permite a formulação de pedidos genéricos quando a determinação do valor depender de ato que deva ser praticado pelo réu. Com base nessa premissa, o entendimento consolidado na esfera cível, que relativiza a exigência de liquidação de sinistros, deve ser aplicável nos processos trabalhistas.

Nesse sentido, destaca-se a jurisprudência do STJ, que pede seu respeito na transcrição, no sentido de:

> Ao lidar com conteúdo econômico ilíquido e difícil de determinar com antecedência, uma ordem geral deve ser permitida porque ela não pode medir imediatamente o "prejuízo quântico". (AgRg no REsp 825.994/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, publicado no DJe 16/03/2010)

Assim, fica claro que o art. 324, § 1º, do CPC, aplica-se na Justiça do Trabalho, uma vez que, com base no acesso à Justiça, exigir a liquidação exata inviabiliza o ajuizamento da ação trabalhista, uma vez que o reclamante não é titular de todos os documentos relativos ao contrato de trabalho, não tem

conhecimento dos argumentos dos réus para pesar seus pedidos, por exemplo, para estipular exceções a determinados benefícios, não possui conhecimento especializado e técnica para elaborar cálculos complexos, o que exigiria a imediata contratação de contador para o qual geralmente não tem condição financeira.

Nesse sentido, o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, ao editar a Instrução Normativa nº 41/2018, que determinou que, para os fins do art. 840, §§ 1 ° e 2 °, da CLT, o valor da causa pode ser estimado.

> Art. 12.
>
> § 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil.

O Tribunal Superior do Trabalho de Colendo, considerando o impedimento do magistrado de proferir sentença *ultra petita,* mas, também, flexibilizando essa determinação, pacificou o entendimento de que, com a expressa especificação dos valores dos pedidos no exordial, com a expressa reserva de, por amostragem ou mera estimativa, é permitida a condenação do empregador em valor superior ao especificado pelo reclamante.

O sistema PJe-Calc Cidadão é um sistema acessível e ágil para a realização de cálculos trabalhistas, pois oferece a calculadores, advogados, contadores e demais usuários uma série de opções de parametrização de cálculos ajustáveis, o que traz confiabilidade e agilidade ao processo de liquidação de decisões trabalhistas, seja de primeiro ou segundo grau.

Além disso, o PJe-Calc Cidadão possui uma interface didática e intuitiva, oferecendo ao usuário, através da ordem do seu menu de funcionalidades, uma forma natural e eficiente de realizar o cálculo e obter as informações necessárias na forma de relatórios.

Apesar das várias opções de parametrização na preparação de um cálculo, o PJe-Calc Cidadão é personalizado, de forma nativa, de modo a minimizar a necessidade de alteração dos parâmetros-padrão, o que permite realizar um cálculo rapidamente. O sistema também possui uma rotina inteligente de verificação de erros e possíveis inconsistências no cálculo, antes de sua liquidação, que auxilia o usuário a identificar e depurar potenciais problemas.

O PJe-Calc Cidadão gera diversos relatórios que mostram informações como: parâmetros e dados inseridos para realizar o cálculo; descrição detalhada do cálculo de cada parte do cálculo; síntese do

cálculo indicando, detalhadamente, os créditos e débitos do demandante e demandado; lista de critérios legais para o cálculo, de acordo com a parametrização escolhida; e, também, a possibilidade de gerar um relatório agrupando vários cálculos de um mesmo processo.

Selecionando a opção Relatório Consolidado, o usuário pode somar os valores apurados no Resumo dos cálculos feitos contra o mesmo reclamante. A busca pode ser feita pelo número do processo ou pelo número do documento fiscal do réu. Para que a consolidação seja realizada, todos os cálculos devem conter os números fiscais das partes e serem liquidados e atualizados na mesma data. O compromisso pode ser feito no Resumo do cálculo ou no Resumo da atualização.

O sistema PJe-Calc Cidadão permite ainda calcular diversos valores recorrentes nas petições iniciais, como 13º salário, abono em dinheiro, diversos tipos de abono, abono, comissões, férias + 1/3, gorjetas, abono laboral, diversos tipos de indemnizações, multas, entre outros valores. Além disso, também é possível apurar FGTS, seguro-desemprego, contribuição social, pensão alimentícia, recolhimentos de imposto de renda, custas judiciais, custas judiciais, bem como escolher o índice de correção monetária aplicável.

Desta forma, foram demonstradas as várias funcionalidades e potencialidades do PJe-Calc Cidadão, sendo uma ferramenta útil, gratuita e eficiente. Portanto, o referido sistema deveria ser visto como uma melhoria do Judiciário do Trabalho e uma vitória dos advogados trabalhistas e não o contrário.

Tendo em vista que a Reforma Trabalhista tornou obrigatória a regularização do pleito inicial, nada mais justo do que também disponibilizar ao público um sistema gratuito de regularização de sinistros. Lutar contra a implantação e a obrigatoriedade do sistema é lutar contra os avanços da tecnologia. Anos atrás, a implantação do PJE gerou protestos semelhantes, mas com o tempo todas as partes, não só aprenderam a usar o sistema, como também perceberam que o processo eletrônico era muito mais prático, seguro, eficiente e vantajoso.

5 CONCLUSÃO

Pode-se dizer que a introdução de novas tecnologias sempre traz intenções transformacionais e os usuários que usam essas tecnologias, muitas vezes, fazem uso de suas funções, incluindo o tempo e as funções econômicas, sociais e ambientais. Portanto, as alterações propostas com a ferramenta PJe-Calc são necessárias para seus usuários, sendo imprescindíveis para melhorar sua operacionalidade e funcionalidade.

Mudar nunca foi fácil e o PJE também é difícil, mas é importante que advogados, contadores e demais profissionais da área de informática trabalhista continuem recebendo treinamento para lidar com a ferramenta, padronizar a elaboração de cálculos e transformar decisões em melhores formas de valorizar.

O PJe-Calc Cidadão representa um marco na história da Justiça do Trabalho, afinal, expressa maior confiança e credibilidade nos cálculos, além de ser um sistema totalmente gratuito que não depende de conexão à Internet para funcionar.

Apesar da resistência da Ordem dos Advogados do Brasil, a ferramenta é de extrema utilidade para os advogados trabalhistas, que podem utilizar esse sistema para aprimorar seu trabalho, independente do litígio em que trabalham, demandantes ou réus.

Após a entrada em vigor da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), o artigo 840, § 1º, da CLT, previa que o pedido de rubrica deve ser correto, apurado e com indicação de seu valor. Portanto, a existência de um regime de livre resolução de reclamações, concedido pela Justiça do Trabalho, é uma vitória da população em geral, que passou a contar com seu próprio sistema de cálculos judiciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Carlos Henrique. Processo Eletrônico – Processo Digital. 3ª edição – revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

ALVIM, Jose Eduardo Carreira. Processo Judicial Eletrônico. / J. E. Carreira Alvim, Silvério Nery Cabral Junior. Curitiba: Juruá, 2008.

ATHENIENSE. Alexandre. Comentários à Lei 11.419/06 e Práticas Processuais por Meio Eletrônico nos Tribunais Brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO (Campinas). PJe-Calc Cidadão. Disponível em: <https://trt15.jus.br/pje/pje-calc-cidadao> Acesso em: 18-09-2020.

CASSAR, Vólia Bomfim. Resumo de direito do trabalho. 6.ed. São Paulo: Forense, 2018.

CUNHA, M. I. M. A. Direito do Trabalho, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 03/2010.

LIRA, L. A. F; SILVA JUNIOR, W. N. PUBLICA DIREITO. O processo judicial eletrônico (PJ-e) como instrumento que viabiliza o acesso democrático à justiça. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=91836ea292e68886>. 2018. Acesso em: 25 juk. 2021.

MARTINS, Sergio Pinto. Flexibilização das Condições de Trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

PEREIRA, Sebastião Tavares. Elementos tecnológicos para o avanço da teoria geral do (e)processo. In: ROVER, A. J. (Org.). Engenharia e Gestão do Judiciário Brasileiro: Estudos sobre E-Justiça. Florianópolis: Deviant, 2016

ROVER, Aires José. Direito e Informática. Florianópolis: Ed. Manole, 2004.

SANTOS, E; HAJEL FILHO, R. B. Curso de Direito Processual do Trabalho, 2ª edição. Atlas, 2018.

SILVA, André Luiz Cabral da. A Segurança do Trabalho Como Uma Ferramenta Para a Melhoria da Qualidade. 2011.

SILVA, E. L; STÜRMER. G. Evolução do direito do trabalho no âmbito constitucional brasileiro no período compreendido de 1824 a 1969. Arquivo Jurídico, nov. 2015.

ZANLUCA, J. C. GUIA TRABALHISTA. A consolidação das leis do trabalho – CLT Atualizada e Anotada, 2017.

_____.https://trt15.jus.br/noticia/2020/webinarios-sobre-pje-calc-vao-apresentar uncionalidades-do-sistema acesso em 10/09/2021

Capítulo 6

10.37423/220305641

A UTILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA MINIMIZAR OS CUSTOS FISCAIS

Francisco Apoliano Albuquerque — *UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA*

Paola Giuliana Lima de Araújo — *UNICE ENSINO SUPERIOR IESF INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FORTALEZA*

Francisco José Carneiro Linhares — *UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA*

Luciene Santos Lima — *UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA*

Resumo: O presente artigo apresenta a influência da carga tributária do país, no desenvolvimento das empresas, com ênfase na utilização de um bom planejamento tributário como forma de minimizar tais custos. A tributação é uma temática que vem sendo abordada com frequência atualmente pela sociedade. Pelo fato de as empresas serem responsáveis pela geração de empregos, acabam enfrentando dificuldades com os tributos e estão alarmadas com a influência da carga tributária. A carga tributária chegou a alcançar mais de 1/3 do valor do PIB e, desse modo, a competitividade está ligada diretamente à competência dos agenciadores em replicar com mais presteza as modificações que acontecem a todo o momento, no país e no mundo. Deste modo, será apresentado um histórico sobre a carga tributária, sua competência e crescimento no Brasil, realizado mediante as pesquisas bibliográficas, em artigos científicos, na legislação e livros referentes à temática.

Palavras-chave: Princípios Tributários. Carga Tributária. Planejamento tributário.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, foram identificadas dificuldades nas empresas que procuram estratégias para reduzir custos e melhorar o desempenho financeiro. No meio em um ambiente de negócios competitivo, um dos maiores ônus no desempenho das organizações são impostos, a serem recolhidos por organizações em termos de sua estrutura tributária, que inclui lucros.

Os impostos têm um impacto direto nos custos de funcionamento do dia-a-dia de uma organização, consequentemente, as implicações econômicas e financeiras se refletem na vida das empresas de tal forma que o seu desenvolvimento é insuficiente para alcançar metas. Em um mercado volátil, o Planejamento Tributário tornou-se algo vital para as organizações. Devido à complexidade da legislação brasileira, composta de muitas leis e mudanças contínuas, é garantida a ocorrência de dificuldade em explicá-las integralmente aos gestores. Além disso, são enormes os termos da lei aplicáveis em relação a várias influências relacionados com a gestão empresarial.

O Sistema Tributário é denominado um empreendimento que, se feito de forma segura, projeta atos e fatos administrativos com o objetivo de informar o que o imposto transporta cada uma das opções legais disponíveis.

Comparando diferentes opções legais, o regulador aparentemente quer direcionar seus passos para evitar, sempre que possível, o processo mais caro, do ponto de vista tributário. Do ponto de vista do autor, esse conjunto de ordenamentos jurídicos voltados para a redução da arrecadação tributária, confirmando o nível de onerosidade entre os sistemas tributários aplicáveis às empresas, que propõem a decisão de escolher a opção menos onerosa.

Borges (2002, p. 64), também afirma que “a natureza ou essência do Planejamento Tributário envolve a organização do patrimônio societário e econômico de uma empresa, utilizando estruturas imobiliárias e formas jurídicas”, de forma a impedir a materialização da hipótese de processos fiscais ou, alternativamente, a sua realização, como as coisas materiais acontecem no grau ou no momento em que mais concordamos. Ícone, assim, do comportamento do desempenho de tecnologia, que é universalmente aceito no negócio, que visa eliminar, reduzir ou diferir a diligência fiscal.

Portanto, reconhece-se que os impostos afetam diretamente os custos da organização e consequentemente dos resultados financeiros, pois, dependendo do impacto da renda e do contexto em que o trabalho. Quando feito, o planejamento será importante para mostrar seu real impacto no

desenvolvimento de negócios, além de se fazer uma arrecadação tributária eficiente e pagar impostos justos, para proteger a empresa de possíveis problemas com o Departamento de Finanças Públicas.

Ao olhar para a carga tributária, as organizações pagam às autoridades fiscais, originários da compra de mercadorias que se refletirá no reajuste do preço de venda. surge a seguinte pergunta: "Qual é a lei em benefício das empresas e como se utiliza o planejamento tributário como ferramenta de corte de custos?

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo é mostrar a importância da Planejamento Tributário como importante ferramenta para redução de tributos de empresas, porque significativamente o valor do imposto cobrado das autoridades fiscais é um dos fatores que afetam negativamente o desenvolvimento organizacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é uma das partes mais importantes de qualquer tipo de pesquisa, seja uma dissertação, uma tese, um TCC ou mesmo um projeto de pesquisa. O referencial teórico nada mais é do que um texto estruturado de tudo o que já foi publicado até o momento com relação ao seu tema e ao seu problema de pesquisa.

2.1 CRESCIMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

A carga tributária no Brasil começou a ser medida na década de 40, quando expôs o cunho de 13,8% do PIB. A partir disso, patenteou-se um lento desenvolvimento. até alcançar 18,7% do PIB, no ano de 1958. Desde então, teve redução, chegando a 15,8% do PIB, no de 1962 (SRF, 2004).

Nos próximos anos, o Brasil passou por uma reforma e a carga tributária readquiriu sua aptidão antecessora. Esta reforma trouxe clima contemporâneo ao sistema tributário, com a aquisição da tributação do valor acrescentado para os impostos estaduais e federais, em relação aos produtos industrializados, diminuindo a tributação acumulativa, que ficou limitada à tributação dos impostos sobre energias elétricas e combustíveis (SRF, 2004).

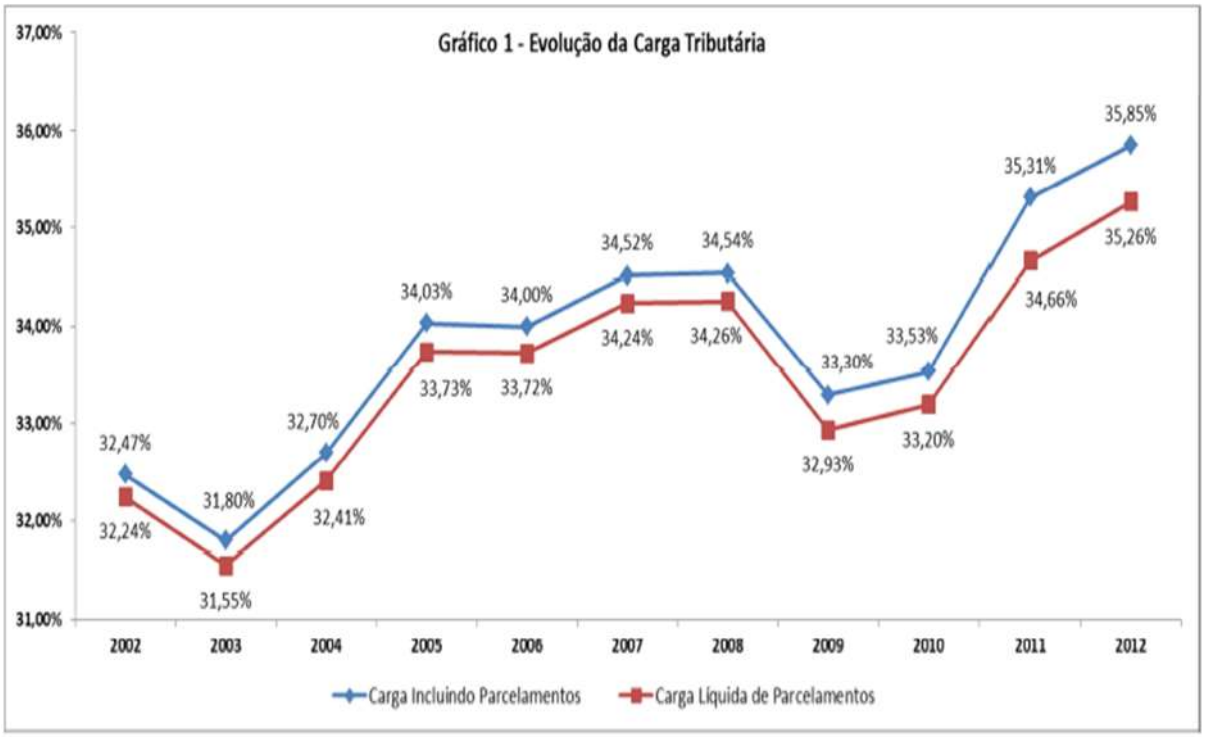
O imposto sobre a renda de qualquer caráter foi reestruturado, aumentando o poder angariador. Em 1970, a carga tributária teve uma elevação significante e foi para 26% do PIB, mantendo-se até 1986. Já nos próximos anos, este valor caiu para 22,4% (SRF, 2004).

No Governo Collor, a carga tributária chegou a alcançar a margem dos 28,8% no ano de 1990. Com a consolidação da economia consecutiva do Plano Real, a porcentagem da carga tributária subiu

novamente para 29,8%, no ano de 1994 e se manteve por uma década. Já, em 2004, este valor subiu exorbitantemente para 25,9%, ou seja, desde 1947 até 2004, o PIB subiu em torno de 22,1%, representando um aumento de mais de 100% (SRF, 2004).

A tabela 1, abaixo, apresenta a carga tributária nacional, ano a ano, desde 2002 a 2012. Pode-se notar que o crescimento se deu em doses brutas, de 2001 a 2005, logo após, teve um crescimento lento, caiu significativamente de 2008 para 2009, e a partir de 2010 voltou a subir.

Gráfico 1- Evolução da Carga Tributária Nacional



Fonte: https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/05/27/carga-tributaria-nacional-em-2012/

2.2 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Ao se referir a competência tributária, pode-se dizer que a competência é outorgada aos entes políticos, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para criar, modificar e extinguir um tributo. Dessa forma, menciona-se que competência tributária é a faculdade que é atribuída às pessoas políticas para instituir tributos.

Percebe-se, no artigo 6º, do Código Tributário Nacional, a competência legislativa plena:

> Art. 6º A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.

A Carta magna de 1988 atribuiu e dividiu entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios o poder de criar tributos, o que é chamado de Sistema Tributário Nacional. Através do artigo 150, I, da Constituição Federal, todos os entes estão outorgados a impor, através da atuação de seu respectivo Poder Legislativo, o dever de pagar tributos, nos exatos moldes e limites autorizados pela Constituição.

Desde logo, importa destacar, que capacidade tributária e competência tributária não se confundem. A primeira é a aptidão de integrar o polo ativo da relação jurídico-tributária, sendo credor da obrigação de pagar tributo, ou seja, representa a atividade administrativa de exigir o tributo do sujeito passivo.

Já a competência tributária é a atribuição de instituir tributos, mediante lei. Paulo de Barros explica que o estudo da competência tributária é uma fase anterior à da existência do tributo, a qual fica situada no plano constitucional. No que discerne à capacidade tributária ativa, que possui como contra nota a capacidade tributária passiva, é uma temática significativa, na conjuntura do desempenho das competências, quando o legislador nomeia indivíduos componentes do vínculo abstrato, que se instala no momento em que ocorre, no mundo físico, o fato antevisto na hipótese normativa (CARVALHO, 2004).

Também se caracteriza por ser facultativa, uma vez a Constituição Federal permite a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a instituição de determinados tributos, porém, a definição pela criação de determinado tributo é do respectivo ente federativo. Temos como exemplo o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), que é de competência da União, conforme elencado no artigo 153, VII, CF, mas que ainda não se instituiu.

Quanto à irrenunciabilidade, ela se refere à impossibilidade de o ente renunciar, queira em todo ou em parte, a instituição dos tributos que a Constituição Federal lhe conferiu. Como supra expresso, o ente pode se eximir de instituir o tributo, mas dele não pode abdicar da sua competência legislativa.

No que se refere à incaducabilidade, é o resultado da não existência no decurso do tempo, ainda que não exercitada, sendo, pois, incaducáveis, ou seja, não há decadência no exercício da competência tributária. Resgatando o exemplo acima citado, citamos o IGF, atribuído à União pelo Constituinte de 1988 e que até hoje não concerniu. Por fim, no que diz respeito à inalterabilidade, como supramencionado, as pessoas políticas podem não utilizar as suas competências, mas não podem modificar seus termos e condições, visto que se trata de matéria exclusivamente constitucional.

Isso exposto, temos que a competência tributária é a aptidão dos entes da federação para criar tributos. Nos termos do artigo 150, I, da carta magna, através do princípio da legalidade, estabelece que os tributos devem ser criados por meio de Lei Ordinária, sendo que esta deve descrever a hipótese de incidência, sujeito ativo e passivo, base de cálculo e alíquota.

Nesse sentido, Humberto Bergmann Ávila ensina:

> A competência tributária, no entanto, é resultado da análise conjunta de duas espécies de normas jurídicas: de um lado, das normas que atribuem poder ao Estado para instituir tributos por meio da especificação dos fatos e situações que se tornam suscetíveis de tributação (normas de competência); de outro, as normas que subtraem poder do Estado sobre determinados fatos e situações que se tornam insuscetíveis de tributação (normas limitativas da competência). (Ávila, Humberto Bergmann,2006 p. 213-214).

Desse modo, as competências tributárias são elementos indisponíveis, não podendo o legislador, delegá-las ou renunciá-las. E, além disso, ela se classifica em competência privativa, comum, cumulativa, residual e extraordinária.

A competência privativa é aquela que a própria Constituição Federal determina o rol de impostos inerentes a cada ente tributante, conforme estabelece o artigo 153, da Carta Magna, referente aos impostos federais, de competência privativa da União.

Por sua vez, a competência comum concerne aos tributos vinculados, ou seja, taxas e contribuições de melhoria, que, por sua condição, são oriundos de atividades do Estado. Ela é chamada de competência comum pelo fato de poder ser exercida por todos entes federativos, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e os Municípios.

Vale ressaltar que, para exercer essa competência, é obrigatório haver uma contraprestação do ente respectivo, tendo que a competência comum é vinculada a um serviço público específico e divisível, ou seja, a competência comum é elencada aos entes para que estes instituam os mesmos tributos de contrapartida, observando o vínculo que deve ter entre o serviço prestado ou a atividade desenvolvida.

Já a competência cumulativa restringe-se à União e ao Distrito Federal, conforme exposto no artigo 147, da Constituição Federal, competem à União em Território Federal, os impostos estaduais.

Vale salientar que o Distrito Federal, no que se refere ao dispositivo mencionado, vez que consoante no artigo 32 da Carta Magna, não poderá ser dividido em Municípios, pelo fato que acumularia as competências tributarias dos Estados e dos Municípios.

Já no que discerne a competência residual, ela manifestas-se da possibilidade elencada pelo contribuinte originário à União de criar impostos diferente dos que já possui e previsto na Constituição Federal, como exposto pelo artigo 154, I, da CF. A União pode instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não possuam base de cálculo próprio.

AMARO (2006, p.95), difere sobre o assunto, para ele: "diz-se residual a competência atribuída a União atinente aos outros impostos que podem ser instituídos sobre situações não previstas".

A União também possui competência residual para instituição de contribuições para a seguridade social, conforme traz o artigo 195, § 4º, da CF:

> Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
>
> [...]
>
> § 4º - A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

Desse modo, temos que a competência residual praticada para os impostos ou para a contribuição a seguridade social, deve sempre levar em conta a reserva de lei complementar.

2.3 NOÇÕES GERAIS SOBRE O ICMS E ISS

O já conceituado Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) teve sua origem no Sistema Tributário Nacional antes mesmo de sua regulamentação, pela Emenda Constitucional nº. 18, de 1965 (BRASIL, 1965), tendo sido lançado em substituição ao Imposto sobre as Vendas e Consignações (IVC), visando sanar os problemas trazidos ao país pelo IVC como: (i) a limitação do campo de incidência fiscal; (ii) o crescimento excessivo e desordenado da competência fiscal dos Estados; (iii) a incidência cumulativa em cascata; (iv) o aumento da integração vertical das empresas (RIBEIRO, 2019). A regulamentação deste imposto data o ano de 1988, com a publicação da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Inicialmente o imposto incorporou a tributação sobre o combustível, a energia elétrica e os minerais; mais tarde, foi acrescido a ele, as atividades de prestação de serviço, que se mantém até os dias atuais (JORNAL CONTÁBIL, 2019).

Já o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) nasceu com a chegada da família Real, em 1808, frente à necessidade de se criar novos tributos, a fim de custear a vinda da corte que fora extremamente onerosa ao país (OLIVEIRA, 2017). Segundo o autor *loc. cit.,* em 1965:

> Todos os impostos que compreendiam o campo de incidência do atual ISS foram retirados, e a Emenda Constitucional 18/65 criou o ISS, denominando-o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, com competência municipal. (OLIVEIRA, 2017, p. s/p).

Oliveira (2017) ainda destaca que este imposto passou por inúmeras alterações, até tomar a forma que tem hoje, que se deu por intermédio da Lei Complementar nº. 116, de 2003, que trouxe definitivamente melhorias à Legislação vigente.

2.4 CONFLITOS DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA, ICMS X ISS

Ainda que bem delimitadas as obrigações na CF de 1988, por muito tempo, os contribuintes têm apresentado dúvidas e conflitos, quanto à incidência de cada um destes impostos, especialmente no que se refere à tributação das operações mistas que envolvam tanto o comércio de mercadorias como a prestação de serviço (UEMURA, 2013).

Isso decorre, segundo Alves (2017), devida às instâncias hierárquicas legais que existem sobre estes impostos:

> A primeira hierarquia é a constitucional – visa estabelecer as competências e os aspectos de incidência (ou não incidência). A segunda hierarquia são as leis complementares nacionais, essencialmente: a lei complementar nº 87 de 1996 e a lei complementar nº 24 de 1975. A primeira visa definir a base de cálculo, o fato gerador e o contribuinte do imposto no âmbito nacional (de observação obrigatória por todos os Estados), enquanto a segunda visa estabelecer as regras de definição dos benefícios fiscais e outras competências da CONFAZ. Na terceira hierarquia temos as leis estaduais que podem estabelecer regras específicas do ICMS: alíquotas, responsabilidade tributária, multas etc. – sempre respeitando as normas nacionais complementares. Na quarta hierarquia temos os regulamentos estaduais que não podem inovar na ordem jurídica, apenas podem detalhar a aplicação das leis estaduais – embora possam estabelecer obrigações acessórias (ALVES, 2017, p. s/p).

Considerando tal direção conflituosa da interpretação, Alves (2017) diferencia ambos impostos atribuindo ao ICMS uma responsabilidade fiscal, sendo esse a principal fonte de renda dos estados. No que se refere aos softwares para computadores.

Sabbag (2011) destaca que, por serem bens incorpóreos, sem objetivo próprio de venda como uma mercadoria, o uso de programa e as operações de licenciamento não incidirá o ICMS, a não ser que tal software apresente cópias comercializadas que, neste caso, será incidido o ICMS e o ISS caso o desenvolvimento seja realizado por encomenda.

Seguindo esta interpretação, entende-se a necessidade de se conhecer os critérios jurídicos de repartição das competências que regem a incidência do ICMS e ISS, evitando equívocos inconstitucionais referente à superposição tributária (MOREIRA, 2003).

Em uma revisão sobre estes conflitos, Belo (2019) destaca estar muito longe de uma solução, em termos práticos, ainda não existem soluções definitivas para as divergências entre municípios e estados, no que tange à tributação dos bens digitais.

Ainda segundo BELO (2019), algumas pessoas compreendem que enquanto não houver uma reforma tributária que inclua tais vertentes do comércio, este é um problema sem solução.

No site da Câmara (BRASIL, 2020), é mostrada a proposta empacada da Reforma Tributária que propõe a criação de um novo imposto, o IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços), através do qual espera-se simplificar o sistema tributário brasileiro, ao substituir cínico impostos por um só.

Ainda segundo o site, esta transação deverá ocorrer em duas fases: a primeira deve ser um período de teste, com duração de dois anos e redução da Cofins (sem impacto para estados e municípios) e IBS de 1%; já na segunda, as alíquotas devem reduzir 1/8 por ano até sua total extinção e, consequentemente, o IBS aumentará.

2.5 IRPJ, CSLL, PIS E COFINS

Seguindo o art. 153, III, da Constituição, é responsabilidade da União arrecadar impostos sobre a renda e sobre os salários de qualquer natureza. A Constituição, no entanto, não especifica um fato tributário de Imposto de Renda (IR).

Esse papel caiu no art. 43, caput, I e II, do Código Tributário Nacional (CTN). As condições estabelecidas estipulam que o fato gerador do Imposto de Renda é a aquisição de receita econômica ou jurídica de rendimentos ou proventos de qualquer natureza não incluídos na estimativa de receita. O conceito de renda inclui qualquer aumento no patrimônio de trabalho, investimento de capital (ativos financeiros, estoque, ativos, etc.) ou uma combinação de ambos.

Os conceitos de aquisição econômica e geração de renda legal são objeto de algumas discussões na doutrina e no direito. Em geral, pode-se dizer que a aquisição da aquisição econômica de renda afeta a realização de renda, como a obtenção de renda. Por outro lado, a aquisição de renda legal refere-se ao momento em que a receita é adquirida por qualquer lei possível, como quando o vendedor traz o bem (ou seja, a boa cultura) e começa a ter uma dívida contra o comprador.

Em muitos casos, a aquisição legal precede a aquisição de rendimentos económicos. No entanto, existem situações em que esta lei não se aplica, como a aceitação de dívida de jogo e a acumulação de aumentos equitativos devido a dinheiro ilícito.

Vale lembrar também que é arte. 43, §1º, considera que a ocorrência deste imposto independe da denominação de rendimentos ou rendimentos, localização, personalidade jurídica ou origem nacional, origem e forma de reconhecimento.

Todas as empresas brasileiras, incluindo organizações sem fins lucrativos, organizações de crédito e poupança, negociação de ações e commodities, além de investimentos imobiliários, devem pagar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que é um imposto de competência da União.

Com foco em todas as pessoas jurídicas estatais, mas também naquelas que são reguladas pela lei do imposto de renda, o modelo tributário, no entanto, varia de acordo com o processo tributário (Simples Nacional; Lucro Real; Lucro Fixo ou Lucro Cedido), que é uma empresa incluída Instituída pela lei 7.689/2008, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é um lucro tributável estadual brasileiro por prazo determinado.

Ao se enquadrar em todas as pessoas jurídicas do Brasil, o governo está usando o dinheiro arrecadado para custear a Previdência Social, que inclui aposentadoria, assistência social e saúde pública.

Na CSLL, aplicam-se as regras contábeis e similares estabelecidas para o imposto de renda da pessoa jurídica, conforme Instrução 8.981/95, artigo 57, que mantém a base contábil e as normas previstas na legislação aplicável. Além do IRPJ, a pessoa jurídica que selecionar o Lucro Real, previsto ou de Liquidação deverá pagar a CSLL, também na forma preferencial.

Importante: a empresa não pode optar por compilar o Lucro Real de IRPJ e o Lucro Atribuído de CSLL. Ou seja, uma vez selecionada a opção, a empresa será obrigada a tributar tanto o IRPJ quanto a CSLL, conforme definido.

Na Receita, é calculado trimestralmente após o registro dos fatos daquele período. Estes incluem vendas, despesas, impostos, receitas e lucros. A base de cálculo precisa ser ajustada ao LALUR (Livro de Cálculo do Lucro Real), de acordo com a legislação tributária. Após o ajuste, a alíquota da CSLL é aplicada e o valor a ser pago é atingido.

No Cálculo do Lucro Estimado, pela primeira vez, são calculados os pagamentos trimestrais. Posteriormente, é utilizada uma estimativa, que é de cerca de 32% para serviços gerais (exceto

transporte e serviços hospitalares) e 12% para operações comerciais, hospitalares, industriais e comerciais.

Depois disso, é necessário utilizar CSLL a 9 ou 15% para determinar o valor a ser pago. Um detalhe é que, com o Lucro Imaginário, não há necessidade de verificar os fatos da contabilidade. O pagamento deve ser feito aos bancos parceiros IRS e DARF.

O Fundo PIS-PASEP é resultado da consolidação dos recursos gerados pelos recursos do Programa de Integração Pública - PIS e do Serviço Público Patrimonial - PASEP.

Esta fusão foi instituída pela Lei nº. 26, de 11 de setembro de 1975, com vigência a partir de 1º de julho de 1976, administrado pelo Decreto nº. 78.276/1976, e hoje de propriedade do Decreto nº. 4.751, de 17 de junho de 2003.

Desde 1988, o Fundo PIS-PASEP não arrecada fundos para contas individuais. Além disso, o art. 239, da Constituição Estadual, alterou a destinação dos recursos das doações do PIS e do PASEP, agora, destinados ao Fundo de Amparo ao Empregado - FAT, em detrimento do Regime de Seguro Desemprego, Bolsa de Remuneração e custeio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A COFINS é devida a toda a empresa. O objetivo da arrecadação é custear a segurança pública, ou seja, serviços que incluem segurança pública, assistência social e saúde humana.

O valor da doação varia de acordo com a renda mensal total de cada empresa. Assim, o cálculo dos impostos costuma ser de responsabilidade do contador contratado, ou mesmo do empresário, que precisa ter cuidado também na contabilidade para poder auditá-la.

Por isso, é importante que o empresário saiba se tem o dever de pagar impostos. Para deixar claro, quase todas as empresas registradas oficialmente têm que pagar impostos. Isso porque algo diferente.

Os Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Pequenas Empresas (EPP), incluídos no sistema tributário simplificado Nacional, não precisam pagar impostos. Isso porque os pagamentos das doações são feitos por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), em uma única guia de recolhimento de tributos.

3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DE CUSTOS OPERACIONAIS

No contexto das organizações, o Planejamento Tributário inclui um conjunto de ações e planos legais que buscam reduzir a incidência de tributação em atividades empresariais, um contribuinte capaz de planejar a administração tributária em custa menos, além de reduzir o custo do seu negócio.

Nesse sentido, Fabretti (2009, p. 8), pensa que o Sistema Tributário está de acordo com pesquisas anteriores, a saber, "[...] administrativo, pesquisando suas consequências jurídicas e econômicas e outros meios legais um pouco mais difícil, chama-se Sistema Tributário". Define-se regras e procedimentos definidos nos canais de aplicação da lei com o objetivo de reduzir a responsabilidade impostos incidentes sobre as atividades das organizações.

Refira-se que a adoção do Plano Fiscal visa reduzir o valor do imposto antes da ocorrência de Problemas, como meio de verificação consequências jurídicas e económicas, bem como outras alternativas menos dispendiosas, uma redução os custos fiscais vão diretamente para o desenvolvimento do negócio e para o lucro, pelo que o seu funcionamento inclui a impossibilidade Evento de start-up ou taxa decrescente, base de cálculo ou amortização pagamento de impostos sem incorrer no ônus da multa.

Fabretti (2009, p. 9), por sua vez, ressalta que a relação custo/benefício deve bem testada, para que não haja mágica no planejamento dos impostos, apenas as alternativas às estimativas de custo/benefício variam muito dependendo dos valores envolvidos e da realidade de cada empresa. Portanto, deve-se notar que outros meios legais disponíveis no código tributário não existem, aplicam-se sempre a todas as empresas, na medida do possível, um tamanho grande e pequeno que não causará o mesmo efeito, por várias razões recursos relacionados, cada um dos quais irá diferenciar e contribuir para em oposição à sua administração.

Devido à complexidade da legislação tributária brasileira, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) enfrentam um conflito de informações fiscais que se aplicam à sua organização. Considerando a medida de cobrança e cumprimento dos requisitos relativos às obrigações de acessórios, torna-se importante que as PMEs procurem ajuda profissional para evitar que isso provoque problemas com as autoridades fiscais.

Além disso, ressalta-se que atingir esse objetivo requer a compreensão que a elisão fiscal do bom planejamento tributário é separada da evasão fiscal fiscal. Embora a elisão se baseie nas alternativas determinadas por lei como meio de reduzir, reverter ou eliminar um evento que cause potenciais ônus

impostos, a evasão fiscal usa meios ilegais, incluindo fraude ou peculato, evitar a cobrança de impostos, ou impedir ou retardar, no todo ou em parte, informações das empresas competentes sobre a ocorrência do primeiro incidente.

Portanto, para alterar o Regime Tributário, toda e qualquer ação deve obedecer a uma decisão legal estabelecida por lei e acordos bem como decisões e procedimentos, como forma de promover a Prevenção Fiscal relevante para o contexto econômico e financeiro de cada organização. Em tese, a expressão Regime Tributário está associada a um conjunto de regras que regem o tipo de imposto empresarial para tratar da apuração e apuração do Imposto de Renda Empresarial (IRPJ) e Doação de Receita Comunitária (DRC).

Nesse sentido, segundo decisões legais, a base para o cálculo do valor exigido do imposto é definida de acordo com o percentual fixo, podendo haver diferença no valor final devido a estimativas e base de cálculo utilizada.

Portanto, a utilização do Regime Tributário no âmbito da redução de custos organizacionais, a escolha da Lei Fiscal baseia-se de acordo com a realidade econômica e operacional de cada empresa. Então, sob visão das leis tributárias atuais, as organizações podem escolher entre os seguintes impérios: Lucro Real e Nação Simples.

Nos termos da Lei nº. 9.718/1998 (BRASIL, 1998), art. 14, prevê-se consideração quando uma Pessoa Jurídica é obrigada a calcular um Lucro Tributário. Entre disposições são relativas a responsabilidades, destacando-se que a receita total das empresas do ano-calendário anterior é superior ao limite de R$ 78.000.000,00; empresas que fazem bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas e, conforme permitido pela legislação tributária, gozam de benefícios de imposto relacionado com a isenção ou redução de impostos.

Considerando as implicações legais da adesão ao Real Benefits, é consulte a definição apresentada pelo Decreto nº. 3.000/1999, em seu art. 247, conceito o Imposto de Renda é considerado como “[...] a receita total do período contábil ajustado adicionados, removidos ou modificados de acordo com esta Ordem".

Portanto, considera-se que seu primeiro cálculo é determinado pela contabilidade, através da contabilidade e do cumprimento das políticas contabilísticas e outras normas comerciais.

Para que a escrituração seja definida em termos de padrões IFRS (International Financial Reporting Standards), entendimento fornecido pelo Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999) define o lucro total (apurado por Declaração de Salário) é a seguinte:

Arte. 248. O lucro total do período de cálculo é a soma algébrica do lucro. lucro operacional (Capítulo V), resultados ineficazes (Capítulo VII) e ações, e será determinado de acordo com os princípios do direito comercial.

Portanto, este efeito deve ser ajustado para adições, remoção uma vez por compensação permitida por lei, registro obrigatório de Imposto de Lucro sobre a Conta de Lucro Real. Como resultado, o período de alíquota dessa modalidade de IRPJ e CSLL pode ser trimestral ou anual. Se a opção de cálculo for para um trimestre, deve ser determinada em intervalos estatísticas encerradas em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro.

Além disso, a partir do valor trimestral, compensação fiscal (obedecidas as limitações e condições previstas em lei); imposto de Renda pagos ou deduzidos na fonte e o saldo de tributos pagos em excesso ou periodicamente atrás.

3.1 PLANEJAMENTO EM MEIO AO DESAFIO DA REDUÇÃO DE CUSTOS FISCAIS

Gerenciar as finanças da empresa pode ser um grande desafio, onde não há inteligência de certos conceitos, como faturas, lucro, muito dinheiro conversão, um ponto de equilíbrio, entre muitos outros detalhes. Um mercado de cada vez mais concorrência, planejamento, planejamento e monitoramento constante, isso pode fazer a diferença.

Não há dúvida de que o Brasil tem a maior carga tributária do mundo e fica muito difícil controlar as atividades de uma empresa global fora um estudo detalhado dos impostos incidentes sobre o trabalho executado, possivelmente permitir uma economia satisfatória. Garantir a sobrevivência e a competição em nossos tempos de pico também competitivo, o planejamento é sempre necessário.

Mas o que é planejamento?

Quando vamos de férias de carro com a família, escolhemos um lugar agradável aos nossos olhos e principalmente no bolso, certo? Queremos saber o que é a melhor rota e onde parar, também consideramos a possibilidade imprevistos, como um pneu furado, entre muitos outros.

Planejar é isso, sonhar com os pés no chão, escolher para onde quer ir sem esquecer de pensar inesperadamente ao longo do caminho. Considerando a realidade do nosso negócio, os impostos

incidentes sobre governo são muito altos, são necessárias ferramentas adequadas e confiáveis para tentar para aumentar os lucros. Portanto, o presente estudo visa confirmar quão importante é planejar os impostos como ferramenta de gestão competitiva.

Costuma-se chamar Planejamento Tributário de atividade empresarial, desenvolver uma forte abordagem de prevenção, ação de projeto e fatos, procedimentos administrativos com a finalidade de informar a exigibilidade fiscal de cada valor de opções legais disponíveis. O objetivo do plano fiscal no final é a análise da economia tributária. “Comparando diferentes opções legais, o regulador aparentemente quer direcionar seus passos para evitar, sempre que possível, o processo mais caro do ponto de vista tributário”. (LATORRACA, 2000, p. 37).

O planejamento tributário representa um conjunto de ações realizadas pelas organizações. O principal objetivo é planejar sua vida econômica e financeira, de modo a permitir uma redução da carga fiscal no quadro legal, que visa, ao mesmo tempo, medidas iguais ao aumento do investimento e do lucro.

Com uma grande quantidade de impostos e o custo de cada um deles, uns gerentes são cuidadosos e ordeiros quando conduzem os negócios de maneira saudável. É nesse contexto que o planejamento tributário se faz necessário na realidade empresarial.

E onde o planejamento tributário pode ajudar na gestão organizacional? O planejamento tributário visa a economia jurídica do valor dinheiro a ser dado ao governo. Impostos (impostos, taxas e contribuições), tem representatividade significativa no orçamento de despesas da empresa, se não ampla.

A falta de planejamento tributário muitas vezes envolve corrupção no setor competitivo no mercado. Quando uma empresa opta por fazer o planejamento, há uma forte visão dos importantes benefícios em relação aos concorrentes.

Em média, 33% do faturamento da empresa é direcionado para pagamentos impostos. Até 34% dos lucros vão para o governo, que é mais da metade dos lucros. O valor dos custos e despesas é representado por impostos.

O Planejamento Tributário resulta em taxas de imposto mais baixas, que você pode combinar com melhor poder de sua estratégia operacional. Organizações que atuam no Brasil têm a oportunidade de escolher entre elas diferentes métodos fiscais:

a) Lucro Real – “o lucro atual, calculado de acordo com as regras do leis comerciais e societárias, alteradas por adição, remoção ou compensação prevista na Lei do Imposto de Renda.” (SILVA, 2006, P.01);

b) Método fiscal - segundo Pêgas (2003, p. 251) "é uma forma de tributação destinado a calcular o imposto de renda e as contribuições comunitárias por meio de uma base limitada, utilizando apenas a receita da empresa”;

c) Simples - até certo ponto funciona para pequenas organizações com renda igual ou inferior a 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

É muito importante entender que esses tipos de impostos não têm igual uso em todas as organizações. Cada um tem uma verdade diferente, melhor desempenho em um sistema tributário do que em outro. Sem um planejamento tributário adequado, é provável que a empresa utilize um modelo tributário menos econômico, portanto, menos caro mostrando.

No contexto do planejamento tributário, realizando pesquisas permanentes de imposto sobre cada uma dessas leis com base nos seguintes cálculos de impostos, IR, CSSL, PIS, COFINS, ICMS, IPI, ISS, entre outros, você pode acessar uma conclusão clara sobre qual imposto é mais adequado para uma empresa.

3.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

A natureza ou essência do Orçamento, ou imposto, contém organizar os negócios econômico-mercantil da empresa, utilizando formas legais para impedir a implementação de hipótese de casos fiscais ou, portanto, para fazer seu próprio material isso acontece em um grau ou em um momento que melhor lhe convier. “Portanto, é um comportamento de desempenho de tecnologia, universalmente aceito pelo negócio, tem como objetivo não acrescente, subtraia ou desfaça os custos tributários aplicáveis”. (BORGES, 2000, p.55).

Na mente de (BUCKLAND, 1991), a Informação-como-processo passa a existir um processo de transferência de dados que pode ser utilizado pelo destinatário, para transformar suas informações. Nogueira (1980, p.202) afirma parcialmente, “ninguém é compelido escolher, entre as poucas opções possíveis, aquelas que estão sujeitas aos maiores impostos alta (...), devido à estrutura possível, que está perante a lei altamente tributáveis, acompanhados de lucros razoáveis do contribuinte, legalmente reconhecido”.

A pesquisa é feita na prevenção, ou seja, antes da realidade administrativo, pesquisando suas implicações e alternativas jurídicas e econômicas Procedimentos legais menos produtivos são chamados de Planejamento Tributário. (FABRETTI, 2005, página.32).

Oliveira (1999, p.37) discutindo o conhecimento empresarial afirma que “informação é o produto da análise dos dados disponíveis na empresa, gravado, dividido, editado, relacionado e traduzido para um contexto, transferência de informações e tomada de decisão Nós vamos ".

Oliveira (2008, p. 185) acrescentou ainda que “o rio entre a economia legal da tributação e da evasão fiscal ainda é legal e utilizado pelo contribuinte para evitar o pagamento de impostos”. Segundo Martinez (2002), a gestão tributária é a gestão de custos especialmente no Brasil, o sistema tributário, além de complexo, acabou mudanças comuns, que adicionam dificuldades inesperadas à gestão de negócios.

Segundo o planejamento para deduções fiscais ou deduções fiscais, o pagamento pode ser selecionado entre duas ou mais opções legais. A cobrança é de tipo e tipo impostos, taxas e doações.

Em Oliveira (2004, p.39), independentemente do tipo de imposto selecionado pela empresa, fica evidente que a falta de planejamento tributário estratégico pode deixar a empresa sem condições de investimentos futuros, devido a uma escassez potencial, resultando em investimento desnecessário em investimentos obrigados a pagar despesas inesperadas.

O planejamento tributário vem de outros meios legais de torná-lo legal em determinadas operações, antes da ocorrência de fato gerador, para que se possa selecionar opções que apresentem a menor carga tributária possível. E segundo o autor, o planejamento tributário pode ser entendido com base em três pontos principais:

a) - Gestão, com intervenção direta num tópico de trabalho, por exemplo, consulta tributária;
b) - Justiça, com pedido de tutela da justiça, como no ato de publicidade nenhuma responsabilidade fiscal;
c) - Internamente, ações realizadas dentro da própria empresa, como Planejamento Tributário.

Esses programas podem ajudar as empresas a aumentar seu alcance local e remoto, oferecer novos produtos e serviços, reorganizar fluxos de trabalho uma vez que trabalham e, talvez, mudem radicalmente a forma como fazem negócios. (LAUDON e LAUDON, 2004). Se você pretende fazer planejamento tributário, é importante separar a política distintiva de elisão fiscal da evasão fiscal.

Segundo Cassone (1997, p.191), “eliminar para evitar, reduzir ou atrasar o pagamento do imposto por atos jurídicos ou evasão fiscal, antes da ocorrência do primeiro incidente”. Fabretti (2005, p.33) argumenta que “o mau planejamento tributário leva à evasão fiscal, que é uma redução da responsabilidade fiscal por não cumprimento também das obrigações, são legalmente classificadas

como evasão fiscal". Na gestão financeira, o planejamento tributário é condição básica de grandes lucros, procurando impostos mais baixos.

4 CONCLUSÃO

Este artigo destina-se a ilustrar a Conformidade de Planejamento dos impostos como uma ferramenta importante para reduzir o custo dos impostos para a empresa, tomando-a como base para o desenvolvimento de informações produzidas uma vez mostrado na contabilidade. Para cumprir o objetivo proposto, a tarefa fez uma pesquisa sobre uma empresa do comércio varejista de alimentos encontrada numa cidade do Ceará, através de uma simulação dos meios Lucro Real e Lucro Atribuído.

Nesse sentido, a abordagem teórica nos permitiu garantir que o planejamento dos impostos é classificado como uma importante ferramenta na operação tributária para a organização e, na prática, a assistência de profissional contábil devido à experiência e conhecimento sobre a lei dos impostos utilizados em empresas privadas para a tomada de decisões.

De acordo com a pesquisa realizada para alcançar este tema, a construção do conhecimento e as estratégias de negócios foram importantes para melhor gerenciar uma empresa. Pode não ser tão fácil, mas se você planejar, a organização terá muitas chances de sucesso.

Toda empresa, seja ela comercial, industrial ou prestadora de serviços, tem como objetivo fazer lucros crescentes, planejamento tributário, tentando encontrar meios legais para reduzir carga tributária sobre a organização.

Pague mais impostos do que o necessário, reduzindo os lucros também afeta negativamente a concorrência, porque a incompreensão das operações da empresa pode levar a erros e até mesmo levar à extinção. Nesse contexto, o planejamento tributário é uma das principais ferramentas de mudança e é certamente importante garantir a concorrência, bem como é uma forma preventiva e legal de economizar na carga tributária.

Conclui-se que o planejamento tributário é muito importante para o desenvolvimento das operações da empresa, o que permite o investimento no crescimento do negócio, a partir da economia gerada pela redução do valor que deveria ser pago com impostos.

Aproveitar as receitas fiscais para reduzir os custos de vendas, aumentar o limite de novos projetos é uma grande vantagem que o planejamento tributário pode trazer. Em muitas empresas, ainda é prática comum utilizar o tipo de imposto para atender apenas às exigências fiscais. Conforme

explicado neste artigo, o planejamento tributário é uma forte ferramenta de controle, para trazer às mãos dos gestores formas de administrar melhor seus lucros e investimentos.

Assim, sua aplicação demonstrou que a carga tributária afeta sobremaneira o lucro da empresa e também comprovou a possibilidade de redução de impostos e custos operacionais tomando decisões bem-sucedidas.

Portanto, o estudo conclui que, para ser eficiente fiscalmente, é necessário que as informações coletadas sejam precisas e que uma análise pode realizada com integridade e habilidade.

Demonstrou que pode auxiliar o empresário na escolha do melhor método e demonstrou a possibilidade de redução de custos, utilizando meios legais. A pesquisa introduziu um sistema tributário simplificado como a melhor nacionalmente, olhando para a sua natureza de ser um sistema de contabilidade separado, destinado a pequenas e médias empresas com redução de impostos e simplificação de sua execução.

Portanto, é importante identificar quais métodos são permitidos por lei e qual traz menor ônus no recolhimento de impostos. Além disso, ressalta-se que o conceito e a eficácia do planejamento tributário como ferramenta de corte de custos da organização permitem a permanência da empresa no mercado com uma gestão adequada de suas operações.

REFERÊNCIAS

BORGES, Livia Oliveira et al. A síndrome de burnout e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários. Psicologia: reflexão e crítica, v. 15, p. 189-200, 2002.

BORGES, Humberto Bonavides. Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. Journal of the American Society for Information Science, v. 42, n. 05, p. 351-360, 1991. Disponível em: http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html. Acesso em: 15.02.2022.

CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FURUGUEM, A. Metas para a carga tributária. Conjuntura econômica. São Paulo, v.60, n.10, p.16-19, out. 2006.

HITT, M. A et al. Administração Estratégica: Competitividade e Globalização. São Paulo: PIONEIRA, 2005. Tradução: Jose Carlos Barbosa dos Santos e Luiz Antonio Pedroso Cafiel.

LATORRACA, Nilton. Direito Tributário: imposto de renda das empresas. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAUDON Jane P. e LAUDON Kenneth C. Sistema de Informações Gerenciais: Administrando a empresa digital. 5ª ed. SP: Atlas 2004.

MARTINEZ, Manuel Perez. O Contador diante do Planejamento Tributário e da lei antielisiva. Curitiba: IBPT, 2002.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. 5 Ed. São Paulo: Saraiva 1980.

OLIVEIRA, P. G. Contabilidade Tributária. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais. 06 Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade tributária. 2. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Saraiva 2008.

OLIVEIRA, Martins de Oliveira. Manual de contabilidade tributária. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.

_____. Manual de Contabilidade Tributária. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SACHSIDA, Adolfo. Como os impostos afetam o crescimento econômico? Brasil Economia e Governo. Brasília, 16 mar. 2011. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/ >. Acesso em: 23 de jun. 2020.

SEBRAE. Decreto nº 7.526 de 21.11.2006. Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, Lins, 08 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.sebraepr.com.br/portal/page/portal/PORTAL_INTERNET/PRINCIAL2004/BUSCA_TEXTO?_dad=portal&p_texto_id=730Acesso em: 10 de março de 2011, 19h35min.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. Carga tributária no Brasil - 2004. Brasília, Ago 2005 (Estudos Tributários 14).

SILVA, J. Miguel; RODRIGUES, Agostinho Inácio. LALUR – Guia Prático de Escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real 2006. 4. Ed. São Paulo, Cenofisco, 2006.

_____. Carga tributária no Brasil - 2003. Brasília, Dez 2004 (Estudos Tributários 13).

TORRES, D. et al. Revelando o sistema tributário brasileiro, SINAFRESP, São Paulo, 2003.

Capítulo 7

10.37423/220405656

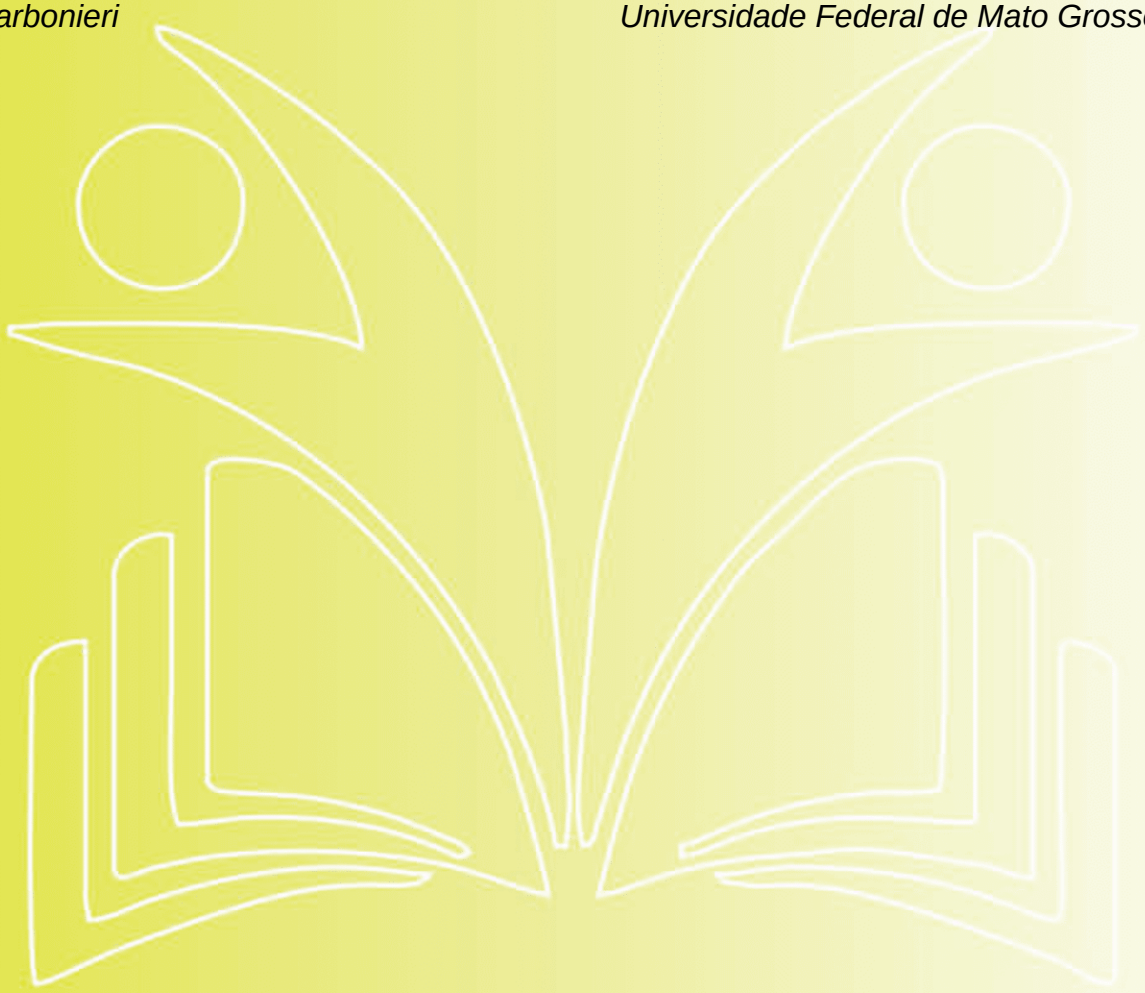
A COR DA PELE: RAÇA, RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NAS LITERATURAS INFANTIS

Sheila Dias da Silva

Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia/Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso

Divanize Carbonieri

Universidade Federal de Mato Grosso



INTRODUÇÃO

Este capítulo traz a análise de cinco narrativas destinadas às crianças pequenas. Quatro delas fazem parte dos *Acervos Complementares Alfabetização e letramento nas diferentes áreas do conhecimento* – PNLD/PNBE do triênio 2013/2014/2015. São elas: *Pretinho, meu boneco querido* (2008) de Maria Cristina Furtado, de Sônia Rosa, *O menino Nito:* então, homem chora ou não? (2008), *Por que somos de cores diferentes?* (2006), escrita em espanhol por Carmen Gil e traduzida por Rafael Mantovani e *Minha família é colorida* (2015), de Georgina Martins. Já *A cor de Coraline* (2017) escrita e ilustrada por Alexandre Rampazo, faz parte do PNLD Literário 2018.

Todos estes textos citados acima, trazem em seu bojo, a questão da cor da pele, cada uma a seu modo. Numa abordagem crítica, analisaremos estas obras literárias com o intuito de verificar se as mesmas promovem a valorização da cultura africana e/ou afrodescendente ou se ainda repetem o padrão eurocêntrico. No entanto, antes de entrarmos na análise dos textos propriamente, acreditamos que seja necessária uma rápida explanação sobre esta literatura que podemos dizer, vai além da simples leitura deleite, pois subverte o "padrão hegemônico" que se instaurou em todos os campos do conhecimento, inclusive, na educação.

AS LITERATURAS E AS QUESTÕES RACIAIS

Ora, sabemos que a educação, por muito tempo seguiu por uma via histórica de mão única, como nos alerta a pesquisadora Cândida Soares da Costa (2013). Esta visão, segundo Costa, contribui para que se entenda a sociedade de forma uniforme, dificultando que se compreenda a diferença como construção social e também como fator de produção e naturalização de desigualdades raciais. Para Costa, esse posicionamento tem privilegiado conteúdos que valorizam a cultura europeia em detrimento de conhecimentos acerca das culturas indígenas, africanas e de afrobrasileiros.

Com o surgimento da Lei 10.639/032, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, abriu-se uma nova perspectiva para uma outra visão, não eurocêntrica. No entanto, pouco tempo depois, como podemos observar, a partir de 2018, um retrocesso se instaura no país, tempos de completa intolerância a tudo que não é ou está dentro do chamado "padrão hegemônico". Portanto, aquilo que parecia uma abertura, para que outras vozes fossem ouvidas e tivessem suas histórias e suas identidades respeitadas, como mandam as leis, hoje, estão sufocadas, mas não caladas e, cabe a nós também, pesquisadoras e pesquisadores, neste caso das questões

étnico-raciais, resistirmos e continuar abrindo espaços, mesmo que sejam pequenas fendas e continuar a nossa luta.

Retomando ao que tange a Lei 10.639/2003, para que fossem cumpridas as exigências tangentes para seu cumprimento, multiplica-se a publicação de livros voltados para as questões étnico-raciais. Para Eliane Debus (2017) o crescimento das publicações de narrativas que apresentam personagens negros e negras é, o eco das margens, das lutas do Movimento Negro, que, nos últimos anos, acentuou "a discussão sobre a inclusão da temática da discriminação e preconceito racial em especial no espaço escolar" (DEBUS, 2017, p. 37). Ela atesta que, na história da literatura brasileira, ou mesmo na literatura infantil ou juvenil, o negro foi pouco representado e geralmente era visto como ser escravizado, subalterno e "obediente aos desmandos do branco, ou numa visão ingênua de relações pós-escravidão" (DEBUS, 2017 p. 39).

Eliane Debus (2017) também constata que "as políticas de reparações a partir das ações afirmativas são necessárias em nossa sociedade, porém a inclusão da temática africana e afro-brasileira no currículo escolar não visa contemplar somente a população negra" (DEBUS, 2017, p. 38). Como também assevera o ator Lázaro Ramos (2017), a questão racial não é uma questão dos negros, mas "de qualquer cidadão brasileiro, ela diz respeito ao país, é uma questão nacional. Para crescer, o Brasil precisa potencializar seus talentos, e o preconceito é um forte empecilho para que isso aconteça" (RAMOS, 2017, pp. 12-13).

A literatura infantil e a infanto-juvenil cuja temática trate destes aspectos fundantes surge como uma grande aliada do professor (a) em sala de aula, pois, através das narrativas, dos temas tratados, é possível que as crianças se reconheçam e se sintam representadas por meio das personagens. A literatura pode ser ainda um importante caminho para se conhecer a cultura de determinados lugares e a partir daí se reconhecer ou não.

> Se ler o outro e sobre o outro tem importância fundamental na formação do indivíduo, o contato com textos literários, que apresentam personagens em diferentes contextos, ou a existência de escritores oriundos de diferentes contextos permite uma visão ampliada de mundo (DEBUS, 2017 pp 22-23).

O ensino da literatura, segundo Zilberman e Silva (1990) é responsável pela formação do sujeito leitor, não pelo fato simples fato de codificar e decodificar a matéria escrita, mas por propiciar "uma experiência única com o texto literário" (ZILBERMAN, 1990 p. 18). Ainda segundo estes pesquisadores, "a leitura do texto literário constitui uma atividade sintetizadora, na medida em que permite ao

indivíduo penetrar o âmbito da alteridade, sem perder de vista sua subjetividade e história" (ZILBERMAN, 1990 p. 19).

A literatura provoca no leitor um efeito duplo: aciona sua fantasia, colocando frente a frente dois imaginários e dois tipos de vivência interior, mas suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto, mesmo afastado no tempo ou diferenciado enquanto invenção, produz uma modalidade de reconhecimento em quem lê. Nesse sentido, o texto literário introduz um universo que, por mais distanciado do cotidiano, leva o leitor a refletir sobre sua rotina e a incorporar novas experiências (ZILBERMAN, 1990 p. 19).

O primeiro dos textos que trazemos é *Por que somos de cores diferentes?* (2006), escrito pela espanhola Carmem Gil, com tradução para o português assinada por Rafael Mantovani e ilustrações de Luis Filella. É a única obra destas aqui apresentadas que não foi escrita em língua portuguesa. Outra diferença em relação às demais é que nesta especificamente, a personagem principal não é negra. No entanto, escolhemos esta narrativa, justamente por desde o seu título, levantar a questão que tanto nos importa a cor da pele.

A história chega ao leitor, contada por uma narradora-personagem-criança, Marta. Esta menina relata um fato que aconteceu no ano anterior, durante uma excursão que fez com várias crianças da escola e do bairro onde mora. Ainda no ônibus, faz amizade com Tenka, uma garota negra, brasileira, filha de pais que vieram de uma aldeia de Botsuana, no sul do continente africano. Tenka é descrita pela narradora-personagem, como uma menina de "cabelo preto e encaracolado, e a pele da cor de chocolate" (GIL, 2006 p.4), o que vai contrastar com sua cor, branca, motivo pelo qual, algumas crianças disseram que elas pareciam "café com leite". O que ela concorda, pois compara sua cor a do leite de tão branca e a de Tenka a do café, de tão escura.

Marta resolve então, questionar seu primo Raul, um dos monitores da excursão: "Por que somos de cores diferentes"? Ao perceber que esta era uma questão importante, ele resolveu propor um jogo ao redor da fogueira e a resposta mais criativa a esta pergunta, ganharia um prêmio. A primeira a responder a este questionamento foi Tenka, Em sua versão, "depois de vários dias de chuva, Deus começou a modelar homens e mulheres com barro branco do chão e pintá-los com a cor do arco – íris" (GIL, 2006 p.6). A menina ainda deduz que o fato do Criador ter feito os seres humanos muito devagar, fez com que as cores do arco-íris desaparecessem aos poucos, o que acabou deixando algumas pessoas "totalmente brancas" (GIL, 2006 p. 13).

Já para o Júlio, a pele funcionaria como uma espécie de camuflagem. Segundo ele, “os que têm pele muito branca [...] podem se esconder na neve. Por outro lado, os que têm pele escura podem caminhar durante a noite sem que ninguém os veja” (GIL, 2006 p.14). Estevão, por sua vez, culpa a água. Para ele, “os seres humanos que vivem em países chuvosos são brancos porque acabaram desbotando com tanta chuva” (GIL, 2006 p.16). Na versão de Irena, “homens e mulheres pegaram a cor das tarefas que realizam” (GIL, 2006 p. 18). Assim, conforme sua concepção, aqueles que se “se dedicavam a acender e conservar o fogo, fazer carvão e descer as minas, acabaram tingidos de preto” (GIL, 2006 p. 18). Apesar de não se referir aos indígenas, a menina faz referência àqueles d[a] “cor da terra”, que seriam “os oleiros e os camponeses que se cobriram da cor avermelhada do barro e da terra” (GIL, 2006 p. 18). Irena conclui sua teoria, afirmando que “os que ordenhavam vacas e cabras, como se manchavam sempre de leite, ficaram brancos” (GIL, 2006 p. 18).

Assim que Irena terminou sua explanação, Raul tomou a palavra: “Não acho que a minha resposta seja mais bonita que a da Tenka. Nem mais interessante que a do Júlio. Nem mais divertida que a do Estevão. Nem mais original que a da Irena. Mas eu vou dar a resposta mais factual” (GIL, 2006 pp. 20-21). E são as explicações do monitor que acabam por transformar a narrativa em uma obra completamente didatizante, comuma finalidade, ou como costuma dizer Marina Colasanti, literatura pílula. A partir da fala do monitor, percebemos o quanto a obra se torna um pretexto para o ensino de um determinado conteúdo, neste caso específico, apenas para responder à pergunta que traz o título da obra, o porquê de sermos de diferentes cores. E como se estivesse ensinando genética, Raul informa que “a cor da pele depende da melanina” (GIL, 2006 p. 23). A melanina, substância química, funciona “como se fosse o guarda-sol do nosso corpo” (GIL, 2006 p. 23). Ele segue com suas explicações científicas até perto do final.

O fato é que a narrativa desde o início, já não caminhava para uma obra muito atrativa, apesar de tratar de um tema que nos é muito caro. Tampouco, questionamos as explicações sobre o fato de sermos de cores diferentes. A questão maior é exatamente o didatismo com que a narrativa é conduzida, de forma não atrativa para o pequeno leitor.

Em *Minha família é colorida,* narrativa escrita por Georgina Martins em 2015, Ângelo é o protagonista. O garoto é tido como um “menino que gosta muito de pensar nas coisas da vida” (MARTINS, 2015 p. 8) e de tanto observar os membros de sua família, percebeu várias diferenças fenotípicas entre ele, seus irmãos e os demais. E é por conta da percepção destas diferenças que o garoto começa a fazer questionamentos, o que dá início a toda a história. O pequeno leitor desta obra, já visualiza, a partir

do seu título e da observação da capa que os membros da família são diferentes fisicamente. Ângelo é a figura central e se destaca entre seus dois irmãos e sua mãe. De forma leve, sutil e sensível, Georgina Martins traz à baila, a questão da diversidade étnica brasileira.

O primeiro questionamento levantado por Ângelo foi sobre o cabelo: " - Mãe, o meu cabelo não " vua", o da minha vó Marli "vua", o seu "vua", o do Camilo "vua" um pouco, e o do meu pai, não. Sabe por quê? Meu pai passou cola no meu cabelo e no dele também" (MARTINS, 2015 p. 8). Ângelo é negro e tem cabelos crespos, portanto, na concepção dele, o não "vua" era a sua maneira de dizer que o cabelo não balançava. Já o Camilo, irmão dele, tem a pele mais clara e o cabelo menos crespo, encaracolados. A mãe, por sua vez, tem a pele e os olhos claros e o cabelo liso. O João, irmão mais velho dele tem o cabelo escuro e liso. O pai de Ângelo, cabelos crespos e a pele um pouco mais clara que a dele.

Quando a criança diz que o pai passou cola em seu cabelo e no dele também, o menino já demonstra que entendeu que ele e o pai tem algo em comum, o mesmo tipo de cabelo. Este "algo em comum" com seu pai tem raízes mais profundas, vem de seus antepassados e é revelado a ele, durante o levantamento de sua árvore genealógica. A curiosidade do menino persiste e ele vai sugerir a avó Célia, mãe de sua mãe, que passe cola no cabelo para que ele não caia na testa. A avó, que tem o cabelo muito liso, sorri, acha engraçado, mas não consegue explicar-lhe o porquê do cabelo dele ser diferente do dela. Finalmente, Ângelo faz a pergunta mais importante: "- Mãe, eu sou negro?" (MARTINS, 2015 p. 11).

A mãe, de forma poética, ao levantar a árvore genealógica da família, exalta a origem negra, principalmente quando usa palavras que enaltecem a beleza da mãe do pai do Ângelo, "negra como noite", ou possuidora dos olhos "pretinhos como duas jabuticabas maduras". Quanto àquele que seria o pai do pai do Ângelo, por sua vez, de pele muito clara, é comparado a "um copo de leite (MARTINS, 2015 p.20) e os olhos azuis, " como o céu" (MARTINS, 2015 p.20). Assim, por serem tão diferentes é que se apaixonaram um pelo outro e decidiram se casar, pois "poderiam ficar olhando para os olhos um do outro todas as horas que desejassem" (MARTINS, 2015 p.21).

Aquilo que é demonstrado na obra como o amor entre um casal inter-racial, que no caso é a forma como a mãe utilizou para explicar ao menino o motivo das pessoas de sua família serem umas diferentes das outras, pode ser entendida de uma forma equivocada para justificar a miscigenação brasileira. Ora, sabemos que este capítulo da história do Brasil ainda hoje é mal contado. Pode sim, ter havido amor tão forte, mas sabemos que muitos filhos de mães negras, vieram ao mundo, através

de estupros praticados pelos seus senhores. Ainda houve a ideia do branqueamento através da miscigenação, tão divulgada por Nina Rodrigues e seus contemporâneos.

Quanto ao menino Ângelo, de nossa história, após as explicações da mãe, compreendeu que sua família é colorida, "muito bonita, igualzinha à minha caixa de lápis de cor" (MARTINS, 2015 p.40). Apesar de ser uma obra bastante interessante para ser lida pelos pequenos, é preciso ter esta ressalva, para que não se perpetue ideias equivocadas.

Nossa terceira obra é *Pretinho, meu boneco querido*, de Maria Cristina Furtado. O espaço social em que se passa a história de Furtado é o Rio de Janeiro "em uma casa próxima à praia, no bairro Recreio dos Bandeirantes" (FURTADO, 2008 p. 4). Nininha, uma menina negra, divide o protagonismo com o boneco preto que ela ganhou em seu aniversário. A maior parte da história se passa no quarto dela. Em uma casa grande, confortável, moram a mãe, o pai, uma irmã adulta, um cachorro feroz, o Hulk e muitos bonecos que são mágicos.

A história é narrada em terceira pessoa por uma mulher adulta, branca, amiga da mãe da menina. Nininha conta para ela, o segredo dos bonecos e lhe autoriza a compartilhar com os leitores. Ela permite ainda que a porta de seu quarto seja aberta para que outras crianças possam conhecer esta história e, ao fazer isso, ela traz à tona, um pouco da história dos africanos e dos afrodescendentes. A garota já tinha muitos brinquedos antes da chegada de Carlinhos, inclusive, vários bonecos, dentre eles, o Ursinho Malaquias, o boneco Malandrinho, a boneca Fafá e a Boneca de Pano, mas nenhum boneco preto até então. No decorrer da narrativa, vamos perceber que havia entre eles, uma espécie de grupo fechado, no qual a Boneca de Pano não participava e após a chegada de Pretinho, esta divisão se intensifica, pois ele também não era aceito no grupo formado pelos outros três.

Pretinho, como todos o chamavam, quase sempre era encontrado escondido no armário. Sempre que Nininha saia havia muitas discussões e até brigas envolvendo os outros bonecos e ele. Malandrinho, Fafá e Malaquias, não aceitam que Carlinhos brinque com eles. Em parte, pode se dizer que eles ficaram enciumados com a chegada dele, pois a garota passa mais tempo com Pretinho do que com os outros. Por outro lado, fica bem claro que os maus tratos sofridos por Carlinhos se deve ao fato dele ser um boneco preto. "Sai Pretinho, você vai deixar tinta preta no carrinho e quando eu for brincar vou me sujar" (FURTADO, 2008 p. 8). Carlinhos insiste, mas Malandrinho é enfático: "Vê se entende, boneco, aqui só entra boneco branco" (FURTADO, 2008 p. 9). Muito irritado e muito triste, ele causa uma confusão e se isola no armário de Nininha.

A atitude de Carlinhos é muito parecida com a de inúmeras crianças negras que sofrem com o racismo. Após passarem por humilhações e reagirem com raiva, elas tendem a se isolar. Nininha só fica sabendo o real motivo do boneco se esconder no armário, quando acorda assustada com um barulho e o encontra. Depois de expor o ocorrido, Pretinho pede à sua dona que o pinte de branco para ser aceito pelos outros bonecos. O boneco ainda revela que todas as situações ruins que passa, acontecem quando a menina não está por perto, pois na frente de Nininha, eles ficam quietinhos, mas quando ela vira as costas, eles debocham dele. A menina entristecida com a situação que Carlinhos lhe traz, explica o quanto aprendeu com o pai sobre a contribuição dos afrodescendentes para a construção do país e o quanto tem orgulho de sua gente e de sua cor. Após este acontecido os dois dormem, mas os outros bonecos estão tramando algo contra ele.

Pretinho só tinha uma amiga a Boneca de Pano e foi ela quem desconfiou que os outros três iriam aprontar alguma contra ele. Enquanto Malandrinho buscou o balde com água, Fafá o convidou para brincar com eles. Ela era a boneca de louça, rica e muito dengosa por quem Pretinho era encantado. Para ele, ela era linda e seu desejo era brincar com ela. Mas o que os bonecos queriam era dar um banho nele, pois pensavam que ao lavá-lo, iriam tirar sua cor preta. Curioso com sua imagem refletida na água do balde, o boneco se abaixa mais e se encanta.

Esta é uma imagem muito importante na narrativa, pois é neste momento que acreditamos que o boneco começa a se ver. No entanto, enquanto Pretinho está encantado com sua imagem, é empurrado por Malandrinho e cai de cabeça no balde e se molha. Para a surpresa dos bonecos, Carlinhos continuava preto. Então, covardemente, os bonecos o seguram e pedem a Fafá que pegue o sabão para ensaboá-lo. Aflita, a Boneca de Pano tenta ajudá-lo, mas é empurrada por Fafá. Malaquias por sua vez, tenta derrubá-la e ainda faz uma ameaça: “Não se meta, caso contrário também vamos colocar você na água! E boneca de pano na água” (FURTADO, 2008 p.20).

Pretinho é preso pelos outros bonecos que passam sabão em seu corpo e tentam de todas as maneiras tirar a sua cor, mas quando percebem a impossibilidade, decidem pintá-lo. Ele consegue escapar, pula a janela e cai na casa do Hulk. Eles entram em pânico logo após ouvirem o barulho da queda do boneco e os latidos do cachorro. Quando Nininha chega em casa, quem lhe conta o ocorrido é a Boneca de Pano. Ela sai a procura de Carlinhos e não o encontra. A mãe a ajuda e elas não conseguem achá-lo. Retornando ao quarto, desabafa com os bonecos: “Como puderam! Uma das piores coisas que pode existir é a ignorância. E só a total ignorância pode levar alguém a gostar ou não de uma outra pessoa

por ser alta, baixa, gorda, magra, branca, preta…Não há justificativa para o que fizeram" (FURTADO, 2008 p.25)

Mesmo o arrependimento dos bonecos, não fez com que Nininha os perdoasse, mas com o reaparecimento de Carlos, ela deixa que ele decida pela punição ou não dos bonecos. Fafá foi a primeira a se manifestar dizendo que sentiu saudades, mas foi Malaquias quem se desculpou pela maneira como o trataram. Carlinhos decide pelo perdão e abraça os coleguinhas. O maior problema desta narrativa está na fala dos outros bonecos e em suas formas de tratar Carlinhos. Quando analisamos as narrativas em busca de obras que tratam da representatividade negra e encontramos esta, que até parece se tratar de algo positivo, pois de um lado, temos Nininha que é muito bem resolvida com sua cor, com sua herança, encontramos por outro lado, inúmeras falas racistas, xingamentos e humilhação. Claro que o boneco preto, passa por um processo de identificação durante a narrativa, mas a que preço? É muito doloroso, muito triste. E nossas crianças? Como se sentem lendo aquilo que falam para ele? Acredito que seja interessante verificar com os próprios interessados, os leitores.

Sônia Rosa, escritora de inúmeros textos para infância é a autora de *O menino Nito:* então homem chora ou não?. O tema desta narrativa não parece seguir na mesma linha das anteriores, e sim em torno da questão sexista. No entanto, inúmeras pistas nos indicam que a obra de Rosa não foi escrita de forma intencional. Nito, o personagem principal é uma criança negra, muito esperada por sua família. Família esta que mora em uma residência muito elegante. Diferente de muitas obras que trazem personagens negras em posições subalternas, esta obra surge como uma quebra de paradigmas, pois, além de trazer uma personagem principal negra, esta não é uma criança pobre, portanto, pode espelhar crianças e também fazer com que elas se sintam representadas. O pai de Nito, provavelmente tem um emprego relacionado à chefia ou direção, tendo em vista as roupas que usa, as cortinas e os móveis da casa.

Além do mais, a condição financeira em que vive a família fica mais clara ainda, quando o menino recebe a visita do médico, que vem visitá-lo em casa, após a suspeita de que ele estava doente. Doutor Aymore, o médico é um "velhinho simpático que sempre cuidou de plantas e crianças" (ROSA, 2008 p.9) ou seja, além de ser um competente médico, formado nas ciências médicas, ele também sabia e fazia uso da medicina natural, das plantas. Aqui temos mais uma pista, o médico guarda consigo os segredos das plantas medicinais, algo que deve ter aprendido com seus ancestrais, negros e

provavelmente indígenas, principalmente por conta de seu nome, o mesmo de um povo indígena do interior da Bahia.

Ressaltamos que todas as personagens nesta obra são negras, inclusive o médico. Pouquíssimas vezes, encontraremos um médico negro em uma obra literária. Sabemos que em profissões como esta, ou, engenheiros, advogados, dentistas, poucos são negros, mas ao trazer uma personagem em importante papel, também pode ser uma forma positiva para outras crianças. Por mais que a temática principal seja o fato de Nito poder ou não chorar, a narrativa é extremamente importante, pois mais uma vez, reiteramos o quanto a obra rompe os estereótipos de que crianças negras são pobres e só tem empregos subalternos.

A última obra que trazemos é *A cor de Coraline* (2017) de Alexandre Rampazo. O texto traz a menina negra, como narradora-protagonista e a imaginação dela flui a partir da pergunta feita por seu colega, Pedrinho: “Coraline, me empresta o lápis cor de pele?” (RAMPAZO, 2017 p. 6). A menina que tem uma caixa de lápis de cor com 12 unidades, fica pensativa diante da pergunta do colega. “De qual pele será que Pedrinho estava falando?” (RAMPAZO, 2017 p. 12).

Da cor verde que poderia ser a cor da pele dos marcianos, até o azul dos que nascem em Netuno, ou o vermelho dos que ficam “vermelhos de vergonha”, fazem com que a menina questione se a cor da pele precisa ser só uma. Uma das dificuldades das crianças em sala de aula que percebemos, justamente é o fato das crianças não se identificarem com o lápis marrom e todos os desenhos serem pintados com o lápis “salmão”, normalmente utilizado como a cor de pele padrão, ou aquela que representa as pessoas brancas.

Coraline muito pensativa reflete sobre as diferenças entre as pessoas: “A gente vive num mundo com um monte de gente diferente [...] Línguas diferentes, tamanhos diferentes, jeitos diferentes, cabelos diferentes, origens diferentes, cores de pele diferentes” (RAMPAZO, 2017 p. 24). E resolve dar a seu colega a cor marrom, a cor de sua pele.

Como observamos, dos cinco textos aqui apresentados, apenas dois deles vão trazer personagens negras de forma positiva, *Menino Nito* e *A cor de Coraline*.

> A literatura pode ser tudo (ou pelo menos muito) ou pode ser nada, dependendo da forma como for colocada e trabalhada em sala de aula. Tudo, se conseguir unir sensibilidade e conhecimento. Nada, se todas as promessas forem frustradas por pedagogias desencontradas (ZILBERMAN; SILVA, 1990 p. 43).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito racial no Brasil, ainda é um grande problema. Para Maria Lucia Rodrigues Muller et al (2009) o preconceito contra a população negra se origina em um processo histórico bem definido que tenta manter o negro num lugar inferior ao do branco, dentro da sociedade.

> A escravização dos povos africanos nos países colonizados, como aconteceu no Brasil, por vezes justificou as atrocidades cometidas aos outros como algo necessário ao processo de colonização. Os livros que circulam (alguns ainda teimam em circular) nas escolas brasileiras - didáticos e literários - apresentavam o período de escravização sem trazer referência ao passado de liberdade daqueles que atravessaram o Atlântico, a experiência diaspórica dos povos africanos, bem como as inúmeras lutas travadas em solo brasileiro como insurgência à condição humilhante em que viviam. (DEBUS, 2017 p. 98).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Acervos complementares: alfabetização e letramento nas diferentes áreas do conhecimento. Brasília: A Secretaria, 2012.

COSTA, C. S. LEI Nº 10.639/2003: dez anos de implementação do currículo de educação das relações étnico-raciais. Momento, v. 22, n. 1, jan./jun. 2013, pp. 17-34.

DEBUS, E. A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens. São Paulo: Cortez; Centro da Ciência e Educação, 2017.

FURTADO, M. C. Pretinho, meu boneco querido. Ilustrações de Ellen Pestili. 2ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

GIL, C. Por que somos de cores diferentes? Ilustrações de Luis Filella. Tradução de Rafael Mantovani. São Paulo: Girafinhas, 2006.

MARTINS, G. Minha família é colorida. Ilustrações de Maria Eugenia. 2ed. São Paulo, SM, 2015.

RAMPAZO, Alexandre. A cor de Coraline.Rio de Janeiro: Rocco Pequenos Leitores,

2017.

RAMOS, L. Na minha pele. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

ROSA, S. O menino Nito: então, homem chora ou não?. Ilustrações de Victor Tavares. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. Literatura e Pedagogia ponto e contraponto, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. (Série Confrontos)

Capítulo 8

10.37423/220405657

CONFLITOS INTERGERACIONAIS: A COMPLEXIDADE ENCONTRADA PELOS LÍDERES CONTEMPORÂNEOS PARA ADMINISTRAR OS CONFLITOS DAS VÁRIAS GERAÇÕES NAS ORGANIZAÇÕES.

Edite da Conceição Silva — *Centro Universitário Projeção (UniProjeção)*

Glaucemaria da Silva Rodrigues — *Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)*

Roberto Bernardo da Silva — *Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)*

Gerardo Pereira de Sousa — *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI*

Katia Maria Lima Vilarinho Volk — *UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados*

Lillyan de Moraes Farias Delgado — *UFSB-Universidade Federal do Sul da Bahia*

Resumo: A proposta deste artigo é fazer um levantamento das possíveis causas motivadoras dos conflitos intergeracionais no ambiente corporativo de uma empresa do setor privado, do ramo da educação e que presta serviço de ensino de idiomas a pessoas de faixa etária maior ou igual a sete anos. Também enfatizará a percepção do capital humano relacionada às lideranças contemporâneas, no que tange gerir esses impactos organizacionais. A metodologia escolhida trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e quantitativa, e para levantamento dos dados aplicou-se, em campo, questionário com questões fechadas. Com base nos resultados da pesquisa em questão, evidenciou-se que trabalham juntas mais de três gerações de colaboradores e gestores, as quais se respeitam, mas divergem nas suas percepções. Entretanto, a falha na comunicação, a competitividade no ambiente laboral, a preferência de faixa etária para se trabalhar e a carência de ascensão profissional, ganham destaques entre as causas geradoras de conflitos na empresa analisada. Esses fatores corroboram como indicativo aos gestores da possibilidade do nascimento de conflitos desfavoráveis à organização.

Palavras-Chave: Conflito, Geração, Percepção, Liderança.

1 INTRODUÇÃO

A evolução do comportamento humano nas empresas tem levado, ao longo dos anos, os gestores a fazerem uma reflexão aprofundada sobre os conflitos Intergeracionais (como o indivíduo é afetado e afeta dentro das organizações). Cada geração possui uma característica própria de comportamento, seja ela profissional ou pessoal. Essas características têm afetado, com maior precisão, a relação interpessoal e principalmente a forma que lidam com a hierarquia, respeito e autoridade dentro dos ambientes laborais.

A administração contemporânea trouxe para si grande contribuição das muitas fazes das escolas da administração. A empresa que almeja crescer, inovar e manter-se competitiva no mercado, precisa conhecer e entender as particularidades de cada geração e interagir com elas, tendo como propósito levar o capital humano a trabalhar em equipe, visando lidar com demandas conflituosas e superá-las diariamente. Tudo isso em prol da empresa e da sociedade como um todo.

Assim, este artigo tem por objetivo identificar as possíveis causas motivadoras dos conflitos intergeracionais, analisar a dificuldade dos líderes contemporâneos em gerir esses impactos dentro das organizações e contribuir com soluções contundentes para minimizar essas colisões de relacionamento capital-trabalho, levando em consideração que o ser humano ainda é o ativo indispensável para a sobrevivência organizacional e maximização dos lucros empresariais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A etapa sequencial compreende assuntos sobre conflitos intergeracionais, os desafios dos líderes diante deste mal necessário e as possíveis soluções a partir do presente estudo (conceitos, percepções anverso a cada situação, influências negativas e positivas) proveniente de embasamento teórico. Pois, conforme Berg (2012), o mesmo reconhece a existência dos conflitos como sendo dos tipos: pessoais, interpessoais, intergrupais, intragrupais e organizacionais.

Berg (2012), ao trazer a afirmativa de que os conflitos contemporâneos não podem ser evitados e estão em constante evidência, esclarece que saber gerir este problema contribui para a promoção do indivíduo, seja no âmbito profissional e ou pessoal. Na visão do autor, direcionando-o para um âmbito organizacional, o conflito apresenta-se como interpessoal quando há discordância a respeito de uma percepção de determinada situação; como intergrupal ao referir-se à divergências de percepções em grupo de setores distintos; como intragrupal em

se tratando da divergências de percepções em grupo de um mesmo setorial; e como organizacional remetendo a uma gestão de mudança, a qual acontece por sofrer influência interna e externa, e por influenciar ambas.

Passani, Correa e Bastos (2014), esclarecem que a conceituação de conflito é proveniente de aspecto perceptivo (quando não há relação entre a situação e as visão do que supre a necessidade, interesse e o que de fato é importante para o indivíduo), emocional (quando ocorre no indivíduo desequilíbrio intrínseco e o afeta numa esfera psicológica) e comportamental (à medida em que as ações do indivíduo são expressadas de maneira cautelar, violenta e até mesmo, quando tal ação leva a uma situação de destruição).

2.1 CONFLITOS INTERGERACIONAIS

Muitos estudiosos, tais como: Berg (2012), Souto (2014), Robbins (2011), Cruz e Pontelo (2016), Banov (2015), Chiavenato (2014) na busca por compreender a complexa conduta das pessoas nas empresas, durante anos, têm procurado adotar variáveis para administrar o comportamento humano e encontrar soluções adequadas para de mitigar os problemas de divergências de ideias, causados por esses indivíduos. Os conflitos nas relações contemporâneas possuem grande valor por trata-se de desacordo de ideias acerca de percepções diferentes, relacionadas a determinado conteúdo relevante.

Assim, subentende-se que, um bom tratamento para conflitos poderá trazer qualidade consistente para a ampliação da produtividade ou da prestação de serviços nas organizações, auxiliando na maximização dos objetivos da instituição. Os conflitos fazem parte da vivência em conjunto e são ativados em meio a escassez de recursos que atendam às necessidades e anseios de cada pessoa, (GIACCHETTO, 2008).

Para Souto (2014), os conflitos são provenientes de todo o capital intelectual que o indivíduo adquire, no decorrer da sua vida, direcionando o foco para os seus interesses pessoais. Assim, o autor expressa a opinião de que é necessário evitar pensamentos que ocasionem conflitos, pois poderá surgir um recinto de desvantagens em uma possível negociação.

Segundo Robbins (2011), conflito é a maneira de perceber divergência entre indivíduos, os quais podem vir a afetar uma possível análise de algo ou alguma situação que contenha relevância para uma das partes. A dificuldade que envolve o entendimento do comportamento de cada geração, possibilita

refletir na identificação de prováveis conflitos que venham a afetar grupos ou equipes dentro dos ambientes corporativos.

Além disso, os líderes precisam aprender a se utilizar de alguns estilos de lideranças, de modo a se adaptar às percepções e personalidades de cada indivíduo dentro das organizações.

Um líder que certamente busque adotar medidas adaptativas de gestão, em favor de seus liderados, possivelmente fomentará no capital humano o desejo de produzir mais, gerar satisfação ao cliente interno e externo e ainda maximizar o lucro em favor das empresas.

De acordo com Cruz e Pontelo (2016), a nação brasileira vive um período laboral em que o gestor tem de se conscientizar que respeitar às distintas personalidades do ser humano, é imperativo dentro de uma organização, justamente para que esta obtenha ganhos com o trabalho de seus ativos. Contudo, a autoria desta afirmativa propõe, nas entrelinhas, considerar que o meio corporativo brasileiro tem sido alvo de grandes conflitos entre pessoas de diferentes faixas etárias (as gerações).

O desenvolvimento da maturidade dos indivíduos tem aguçado a influência do meio em que este convive, desde o seu nascimento até a vida adulta. Banov (2015), considera a convivência do indivíduo, com seus ascendentes, em primeiro momento, uma forma de promover obtenção de hábitos, crenças e absorção de cultura deste grupo de parentesco. Haja vista o seu contato com outros grupos da sociedade permitir contrair novas opiniões a respeito dos costumes, princípios e valores nos quais fora iniciado.

Banov (2015), ao ponderar a interação do ser humano com diferentes grupos sociais, admite que a percepção e apreciação do indivíduo, acerca de determinada situação, lhe agregará amadurecimento. O mesmo pondera ainda, que se este alcançar a internalização da maturidade poderá contribuir de maneira negativa ou positiva no comportamento humano e em seu senso de julgamento.

As pessoas como ativo intelectual, tem se tornando um dos maiores desafios a ser administrado, diante dos conflitos intergeracionais presentes nas empresas. Após muitos trabalhadores conquistarem a tão sonhada aposentaria, estes indivíduos estão retornando para o exercício laboral nas empresas, ou fora delas de maneira autônoma. Banov (2015), explica que a ampliação da probabilidade de vida do ser humano, trouxe para o mercado uma nova opinião acerca do conceito de aposentadoria.

Banov (2015), ainda na citação acima, possibilita observar que grande parte dos aposentados tem voltado ao exercício laboral, formal ou informal, com o propósito de suprir o custo de vida elevado.

Essa categoria socioeconômica (aposentados), unida às gerações mais novas, diante da necessidade de adaptabilidade, mudança de hábitos, mudança de comportamento entre outros fatores, poderá, também, influenciar no nascimento de novos conflitos organizacionais.

Chiavenato (2014) reforça que a natureza do ser humano não é motivada ao trabalhar de forma isolada, mas como um ser social. Diante do exposto, o conjunto desses indivíduos, com suas desigualdades culturais, tornam-se um combustível precioso no que tange a contribuição para com a sobrevivência e crescimento da empresa.

Segundo Marioto (2012, p. 27)

> "[...] as pessoas estão se tornando nesta era da informação um dos ativos mais importantes das organizações, em seu conjunto constituem o capital intelectual das empresas, onde se começa a buscar um maior entendimento de seus participantes como seres humanos, agregando-se um maior valor a eles, e que de acordo com Chiavenato, esse capital valerá mais na medida em que ele transforma-se em qualidade, agilidade, e uma maior competitividade para a organização, ou seja, quando este capital humano agrega real valor à empresa. As pessoas constituem o capital humano das organizações, pois sem elas, as empresas simplesmente não conseguiriam existir. Elas são os únicos elementos passíveis de treinamento e desenvolvimento. Empresas bem-sucedidas nos dias atuais, são empresas criativas e que colocam a sua cultura organizacional a favor destas filosofias. Elementos como inovação, motivação, criatividade e desenvolvimento são conseguidos graças a pessoas inovadoras, motivadas, criativas e desenvolvidas".

Seguindo a linha de pensamento dos autores Giacchetto (2008), Souto (2014), Robbins (2011), Cruz e Pontelo (2016), Banov (2015), Chiavenato (2014) e Marioto (2012), é importante reafirmar que nessa era da tecnológica os gestores precisam entender que o ser humano, nas corporações, vem sofrendo variações em suas características comportamentais (percepções, pensamentos, valores, forma de trabalho, responsabilidade, resposta a hierarquia, autoridade e etc.). A sociedade alcançou uma fase em que as gerações estão misturadas e trabalhando juntas nas organizações.

Na opinião de McIntyre, (2007) o conflito, quando se trata da expressão de uma percepção, aponta a necessidade de ser levado em consideração como algo adequado ou inadequado aos olhos da organizacional. Pois, o envolvimento do capital humano em situação conflituosa demandará ao líder evidenciar um estilo de liderança apropriado que garanta uma assertividade no gerenciamento de conflitos.

Debert (1998) ao descrever sua compreensão a respeito de conflitos intergeracionais, inconscientemente proporciona um entendimento em que se faz uma analogia a uma ação idealizada

de discriminação, a qual alcança classes ou conjunto de pessoas cuja a idade é um fator de relevância para delimitar, de forma especifica, o espaço social de cada um no mundo.

A partir das distinções apresentadas para cada geração, perceber-se a evolução dos valores, pensamentos, atitudes e da postura profissional de cada indivíduo. De modo a mediar os conflitos intergeracionais, os gestores precisam procuram identificar habilidades e atitudes que proporcionem um ambiente laboral harmonizado, valorizando o corpo organizacional envolvido no processo.

2.2 CARACTERÍSTICAS DAS GERAÇÕES

Na busca por proporcionar um comparativo entre alguns fatores que influenciam a geração Baby Boomers, geração X, geração Y e geração Z, a Figura 1 apresenta um breve resumo da evolução característica de cada geração. Objetiva-se através da Figura já mencionada, após comparação, identificar possíveis aspectos que possam tornar-se focos de conflitos intergeracionais. A partir do comportamento das gerações torna-se imprescindível conhecer as peculiaridades de cada uma delas. Entretanto, existem algumas divergências dessas características na percepção de muitos autores, ainda que, com mínima diferença.

Figura 1 - Quadro das gerações

Veteranos (70 a 91 anos)	Baby Boomers (53 a 70 anos)	Geração X (33 a 53 anos)	Geração Y (18 a 33 anos)	Geração Z (até 18 anos)
Adaptáveis/ Conformistas	**Idealistas**	**Reativos**	**Cívicos**	**Adaptáveis/ Silenciosa**
1922 a 1943	**1943 a 1960**	**1960 a 1980**	**1970 a 1995**	**1995 a 2010**
•Grande Depressão •Segunda Guerra Mundial •Extremos: dos trapos a riqueza •Pais Rigorosos	•Pós-guerra •Primeiro Homem na Lua •Direito das Mulheres •Ativismo político (Paz e Amor) •Pais Liberais	•Filho de Pais Divorciados •Pais ausentes e "estressados" •Consolidação do Capitalismo: grandes demissões •TV torna-se babá •Informatização (informação): A geração Baby e Veterana deixam de ser os únicos portadores do conhecimento	•Netos da geração Boomers •A mídia traz ódio, medo e ganância. •11 de setembro, assassinatos, assaltos, terrorismo, violação da ética •Mundo instável/ futuro incerto •Crescimento das telecomunicações •Pais profundamente envolvidos (filhos mimados)	•Geração Zapping (Z) •Nativos digitais •Videogames •Mundo virtual paralelo •Pais mais jovens •Geração Liquida: não rotuláveis •Ambos Pais trabalham: mais riqueza, menos tempo
•Guardiões da tradição e sabedoria •Respeito às regras e formalidades •Prosperidade: proveniente da boa relação e fidelidade com a empresa •Resistência a mudanças	•Crescimento populacional •Continua o legado dos veteranos ("prediletos" nas empresas) •Fidelidade à empresa •Obsessão por trabalho: fonte para prosperidade e riqueza •Carreira solida: legado pessoal •Preocupada com dever, segurança, permanecia por muito tempo numa empresa •Valorização da educação •Mais velhos: figura de autoridade – respeito ensinado pelos pais	•Desilusão com valores vigentes: busca do equilíbrio entre a vida pessoal e trabalho •Descredito com as instituições: desconfiança da hierarquia e importância de Status •Ambiente de trabalho mais informal e acolhedor: clima de comunidade •Famílias sólidas: "trabalhar para viver" e não "viver para trabalhar" •Questiona autoridade •Mudanças nos layouts das empresas	•Grande valor à educação •Tudo é possível •Chefe = pai •Só faz o que gosta e surpreende •Multitarefas •Ansiosos •Sempre conectados •Engajados •Voltados para a natureza •Consumista	•Desenvolvimento Precoce •Obsolescência: perda de valores precocemente •Descrença na educação e carreiras formais •"Geração silenciosa": fones de ouvido •Pensamento não-linear •Distração constante – baixo engajamento político •"E-mail é antiguidade" •Pobres em relacionamento interpessoal e familiares •Mentalidade de curto prazo •Laços momentâneos e descartáveis •Emos: resposta à carência emocional •Indies: reação a massificação •Ansiosos

Fonte: Adaptada. Batista, 2010, Oliveira 2010

2.3 LIDERANÇA NA ORGANIZAÇÃO

A evolução do conhecimento e a sua passagem de geração a geração, tem possibilitado ao indivíduo conhecer por meio das técnicas, desde o modo tradicional até a forma contemporânea, a aplicação desse capital intelectual. Com a progressão da multiplicação de conhecimento abriu-se espaço para a exposição pessoal das diferentes percepções. Toda via, inicialmente, o indivíduo é passível de conflitos intrínsecos gerados pelas suas influências de berço e se não obtiver tratamento adequado durante o seu amadurecimento intelectual, será um grande candidato a promover conflitos interpessoais em seu espaço funcional.

Goleman (2001, apud FERREIRA 2007), diz que o gestor atuante de uma empresa, ou em um ambiente familiar, necessita ter consciência da relevância do seu trabalho a partir de seus atos para com seus liderados e aceitabilidade dos mesmos. Chiavenato (2004), reforça que um gestor tem por dever saber gerir pessoas. Contudo, em se tratando de estilo de liderança contemporânea, não se agrega à pessoa do Líder uma única definição, dada a condição contextual, que se pede para cada situação de resolução de possíveis conflitos.

O mundo globalizado já não admite estilos ultrapassados de lideranças, mediado anteriormente pelo dito popular “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”. A liderança mudou radicalmente. Porém, ainda é possível encontrar líderes que ignoram a evolução do ser humano, suas percepções e a mudança nos ambientes corporativos.

Possivelmente em algum momento, de maneira inconsciente, alguns gestores podem já ter colaborado para a ausência de lealdade, respeito e compromisso dos indivíduos junto as empresas. Oliveira e Passos (2013), afirmam que na motivação exercida por líderes, o respeito não é garantido pela exigência e sim pela visão de autoridade e confiança que os liderados conferem a seus líderes imediatos.

Para compreender liderança é preciso conhecer de onde provém o poder e a sua legitimidade, condição esta para saber aplicar os seus estilos e sanar os conflitos existentes. De acordo com Simões (2017), liderança e poder se relacionam, haja vista que o poder é uma forma de influenciar o capital humano, bem como trata-se de uma qualidade essencial na liderança se exercida de forma adequada para com os liderados.

A teoria das lideranças tradicionais trouxe várias abordagens de estilos de lideranças para contribuir com as organizações, entretanto cada situação demanda a aplicabilidade de um modo de liderança

diferente. Para Maximiano (2011), o ambiente em que se encontra o líder e seus liderados, proporciona a alteração comportamental de ambos, o que determina o estilo de liderança a ser adotado.

Maximiano (2011), diz que em meio aos estilos de lideranças conhecidos por: autocrático, democrático, liberal, coaching e emergente, o mais adequado a ser utilizado é o de liderança situacional. Haja vista que cada situação demanda o uso de uma figura de liderança diferenciada. Para Gonçalves e Mota (2011) et all (ROBBINS, 2005; MULLER; TURNER, 2005; KEEGAN; HARTOG, 2004), a liderança situacional traz consigo nova visão de abordagem de estilo de liderança, chamada de neocarismatica. O seu objetivo é quebrar paradigmas em virtude da evolução e aumento das necessidades dos indivíduos.

3 METODOLOGIA

O estudo deste artigo científico, em primeira fase passará por uma revisão bibliográfica (livros, artigos, trabalhos acadêmicos, periódicos impressos e virtuais) de autores especializados no tema. Com o objetivo de elencar dados para o alcance de reflexão individual e organizacional, a empresa escolhida é uma organização da iniciativa privada, do ramo da educação, presta serviço de ensino de idiomas, e atualmente está situada no bairro de Águas Claras, cidade Brasília, Distrito Federal.

De modo a respeitar a solicitação da empresa em questão, quanto a não exposição do nome da sua razão social, e visto que essa se pontificou colaborar com a pesquisa em campo, a sua identidade será mantida em sigilo. Esta colaborante será mencionada como Escola de Idiomas, sempre que houver necessidade, possibilitando a multiplicação do conhecimento e compreensão acerca dos assuntos a serem abordados.

Na segunda fase desse processo, para complementação da análise, serão utilizadas técnicas metodológicas de pesquisa de campo, com aplicação de questionário. De modo a quantificar e expor os dados colhidos a partir da colaboração do capital humano da Escola de Idiomas, e converter estes em ricas e precisas informações, que permitam gerar alguma comprovação no que se refere ao objetivo deste.

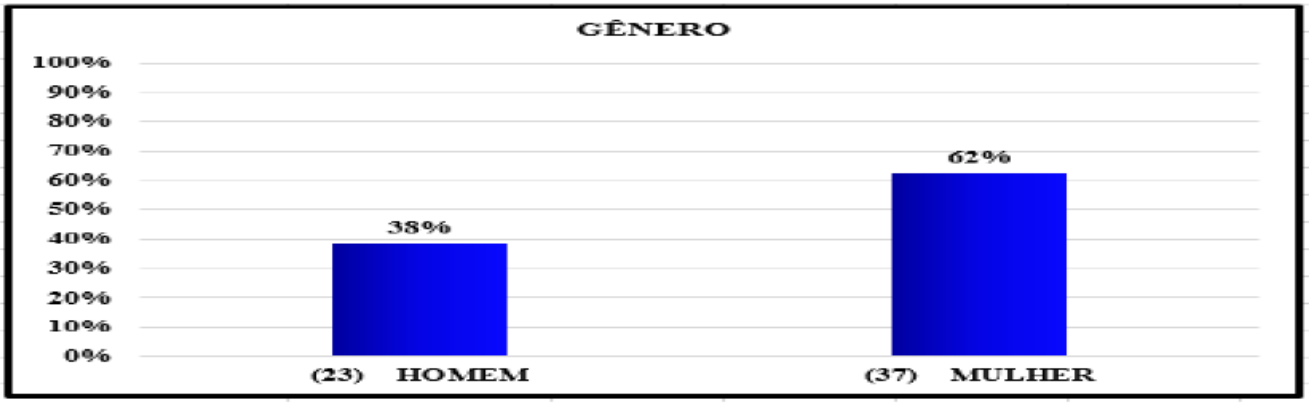
Gonsalves (2005), define pesquisa de campo como sendo uma forma direta de buscar um conjunto de dados ligados ao grupo de pessoas pesquisadas. Na terceira e última fase deste estudo, os dados colhidos farão parte de uma análise, condicionando mensurar a quantidade de pessoas favoráveis, neutras ou desfavoráveis no que tange às questões elaboradas para os participantes.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nesta etapa serão apresentados os dados obtidos por meio da pesquisa de campo. A Escola de Idiomas informou que seu quadro de funcionários contempla um total de 200 pessoas, sendo 100 colaboradores e 100 gestores, o que garantiu uma amostra participante de aproximadamente 1/3 do total de cada grupo para responder ao questionário que foi preparado e voltado para colher dados e transformá-los em informações precisas.

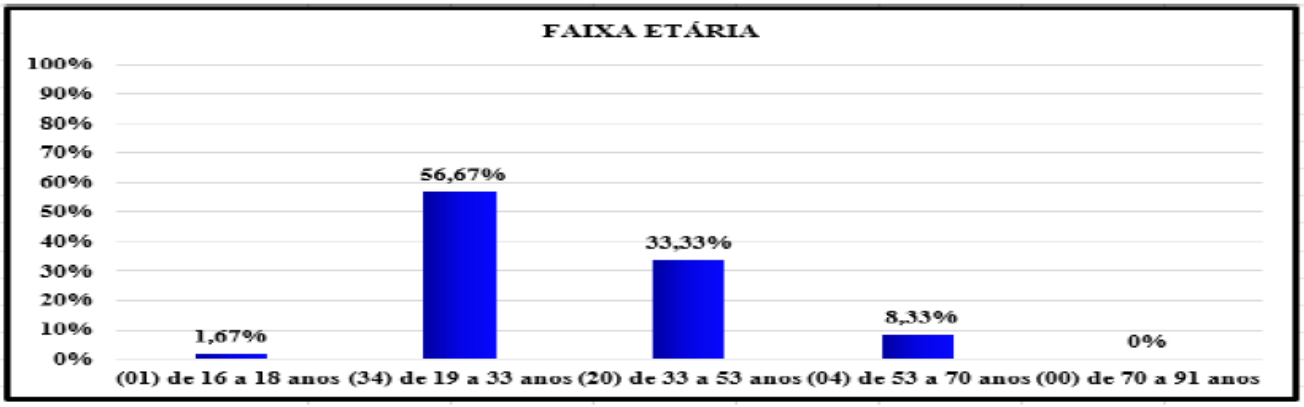
De todas as questões elaboradas, para atender ao objetivo desta pesquisa científica, buscou-se extrair a amostra dos fatores considerados mais impactantes para geração de conflitos. Para a pesquisa gerou-se uma amostra de um total sessenta integrantes da Escola de Idiomas, os quais foram divididos em dois grupos para responder ao questionário. Das sessenta pessoas, 50% fazem parte do grupo de colaboradores e as outras 50% do grupo de gestores. Dos 100% de participantes 38% representam o gênero masculino e 62% representam o gênero feminino, conforme ilustra a Figura 2 deste artigo.

Figura 2. Gênero.



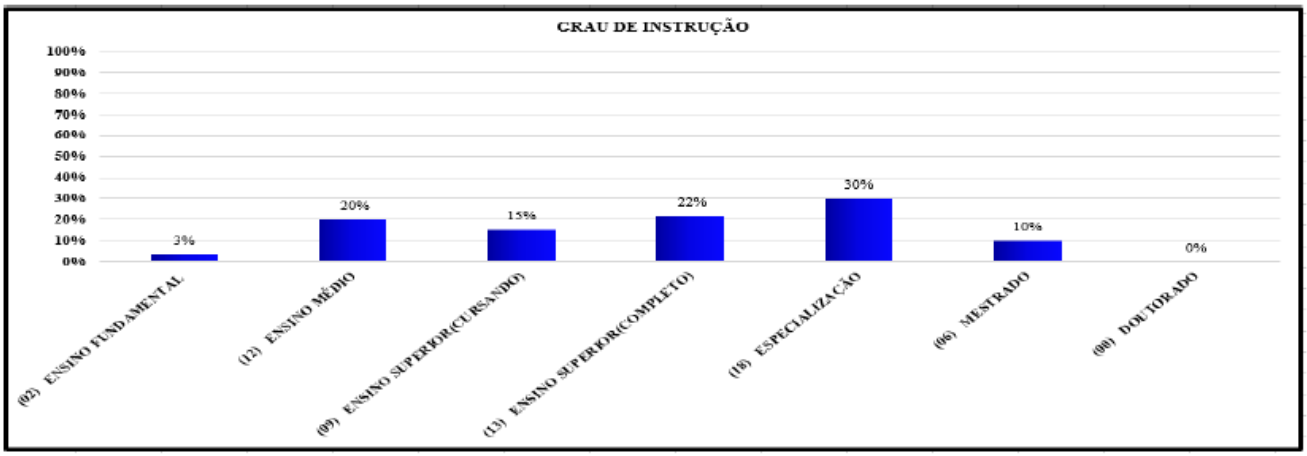
Das pessoas pesquisadas evidenciou-se na Figura 3 que 1,67% pertencem à Geração Z, 56,67% pertencem à Geração Y, 33,33% pertencem à Geração X e 8,33% pertencem à Geração BABY BOOMERS. Não foi identificado representantes da geração dos Veteranos.

Figura 3 - Faixa Etária.



Quanto ao grau de instrução, observa-se na Figura 4 que dos respondentes em um processo de progressão dos dois grupos, aproximadamente, 3,33% possuem apenas a certificação do ensino fundamental, 20% possuem apenas certificação do ensino médio, 15% ainda são graduandos, 21,67% são apenas graduados e sem especializações, 30% são certificados como especialistas, somente e 10% já possuem a titulação de mestre. Porém, não foi identificado dentre as pessoas avaliadas indivíduos com titulação de Doutores.

Figura 4 - Grau de Instrução.



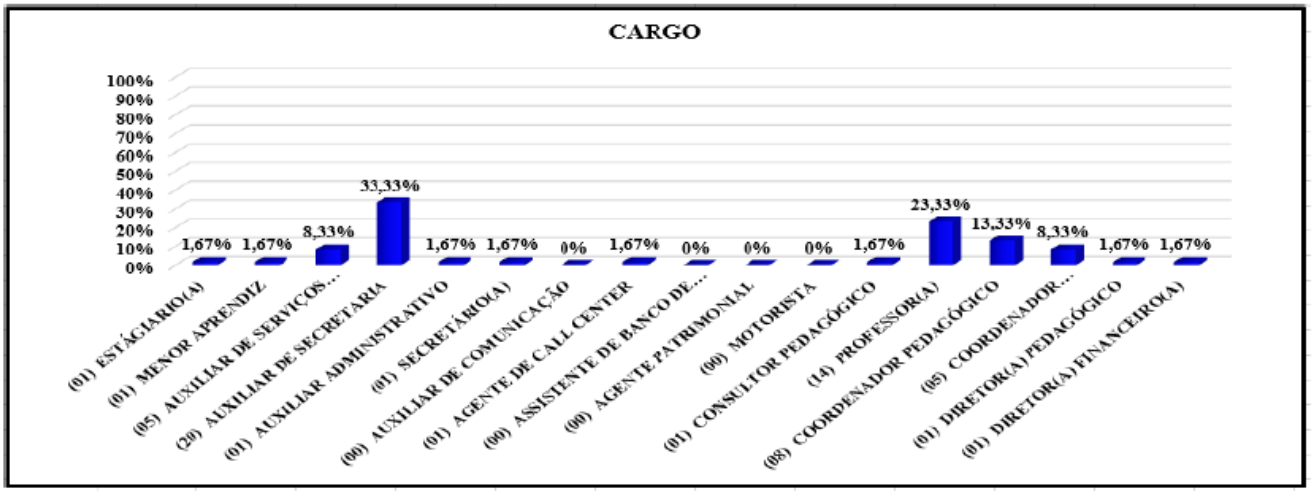
Na Figura 5 os dados demonstram que da amostra colhida, 20% das pessoas trabalham a dois anos na instituição já mencionada, 28% estão na empresa entre o período de três a cinco anos, 39% entre 06 e nove anos e 13% já possui vínculo empregatício, com a mesma, há mais de dez anos. O percentual de resposta em relação aos respondentes por cargo foi representado da seguinte forma: aproximadamente, 1,67% representam a categoria de estagiários, 1,67% representam a categoria de menores aprendizes, 8,33% representam a categoria de auxiliares de serviços gerais.

Figura 5 - Tempo de vínculo empregatício com a empresa.



Quanto a categoria de auxiliares administrativos, auxiliares de secretaria, secretários, agentes Call Center, consultores pedagógicos, professores, coordenadores pedagógicos, coordenadores administrativos, diretores pedagógicos e diretores financeiros, são representados subsequentemente pelos seguintes percentuais aproximados: 33,33%, 1,67%, 1,67%, 1,67%, 1,67%, 23,33%, 13,33%, 8,33%, 1,67% e 1,67%. Salienta-se que não foi possível contar com a colaboração de indivíduos de todos os cargos conforme ilustrados na Figura 6.

Figura 6 - Cargo.



Uma outra avaliação foi possível, por meio da análise dos dados, relacionou-se, nas entrelinhas, qual o estilo de liderança que o colaborador identifica em seu líder imediato e para o gestor qual o estilo que o mesmo acredita desenvolver junto seus liderados.

Ilustrado na Figuras 7 revelou-se que na visão do colaborador para com a organização, em caso de disponibilidade de função, a empresa concede oportunidade em primeiro lugar para os ativos que possuem espírito de colaboração, em segundo lugar para aqueles que possuem tempo de experiência

e em terceiro lugar para os que são leais à empresa. O conhecimento tecnológico e a idade não se mostraram como fatores de grande relevância aos olhos dos respondentes para com a questão analisada.

Figura 7 - Colaborador: disponibilidade de função X o que a empresa valoriza no colaborador.



Os gestores demonstraram na Figura 8 uma visão bastante corroborante com a dos colaboradores, 35% dos respondentes apontaram que a empresa oportuniza o recurso humano que tenha espírito de colaboração, 8,33% indicaram o fator de tempo de experiência, e 6,67% a lealdade a instituição. Da mesma forma que na Figura 7, a Figura 8 indica que o conhecimento tecnológico e a idade não são fatores observados como critério de escolha no que diz respeito a questão de análise.

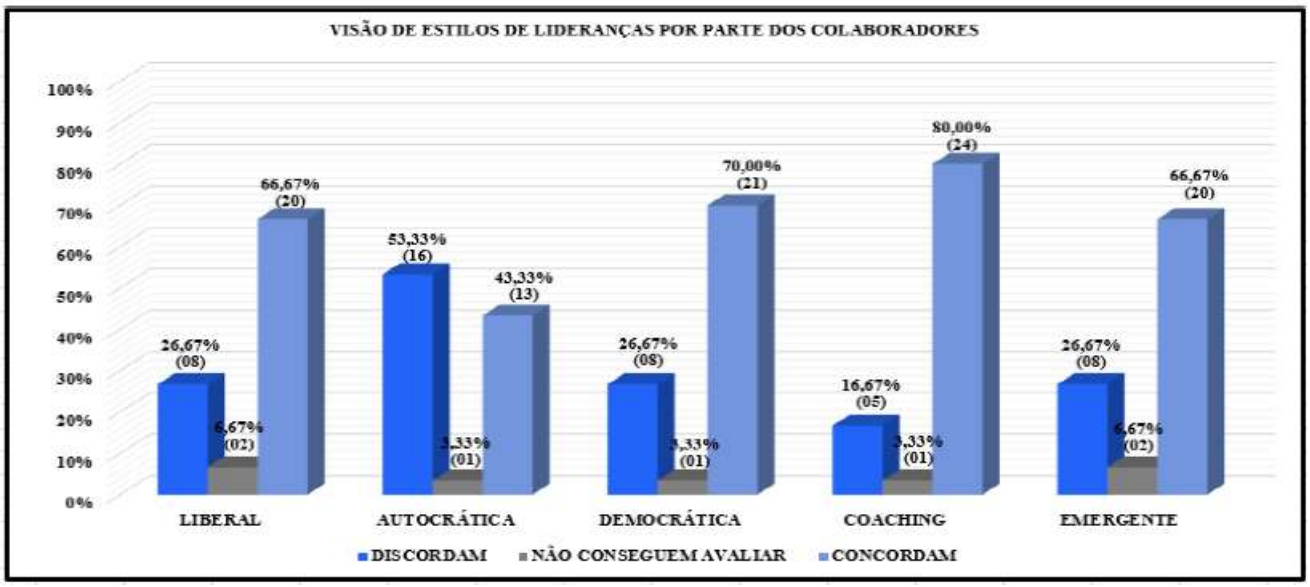
Figura 8 - Gestor: disponibilidade de Função X o que a empresa valoriza no colaborador.



Para boa parte dos colaboradores da instituição, conforme apresenta a Figura 09 a liderança imediata se utiliza de todos os estilos apresentados na mesma. Na busca por evidenciar tal afirmação, necessitou-se promover uma inferência através do cálculo de média, no que tange o percentual de discordantes, pessoas que não conseguiram avaliar e concordantes. Contudo, os dados mostraram

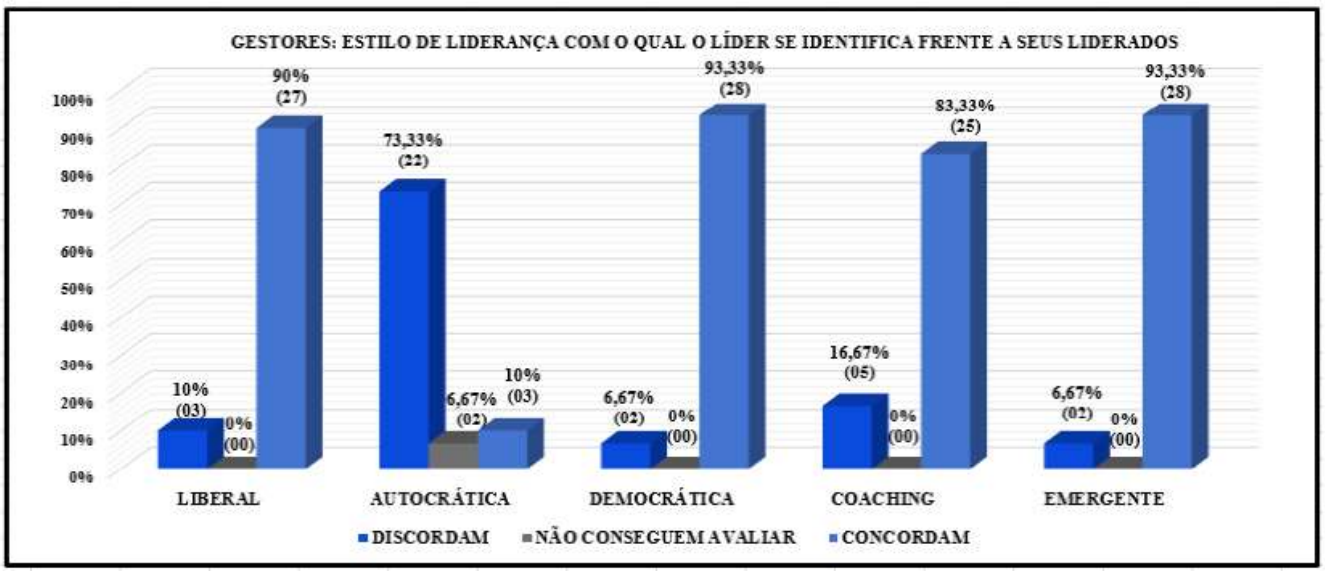
que 30% da amostra discordam que sua gestão imediata desenvolve todos os tipos de liderança, 1,4% não conseguiram avaliar e 65,33% conseguem ver na pessoa do líder a aplicabilidade de vários estilos de lideranças.

Figura 9 - visão de Estilos de Lideranças por parte dos colaboradores.



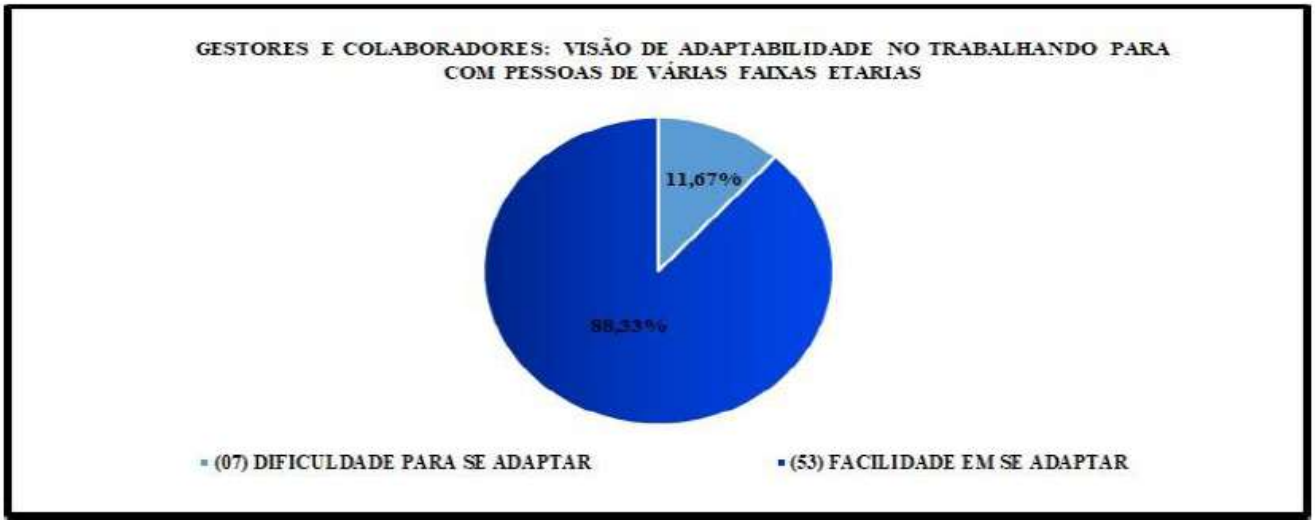
Os gestores mostram-se concordantes, uma vez que o mesmo procedimento foi adotado para saber qual o estilo de liderança os mesmos abraçam. Do todo referente a avaliação dos respondentes do grupo de gestores conforme demonstra a Figura 10, 22,67% também não identificaram elevadas variações na gestão desempenhada, 6,67% não conseguiram avaliar e 74% identificam-se em cada estilo de liderança, no que se refere a gestão praticada para com seus liderados.

Figura 10 - Gestores: estilo de liderança com a qual o líder se identifica frente a seus liderados.



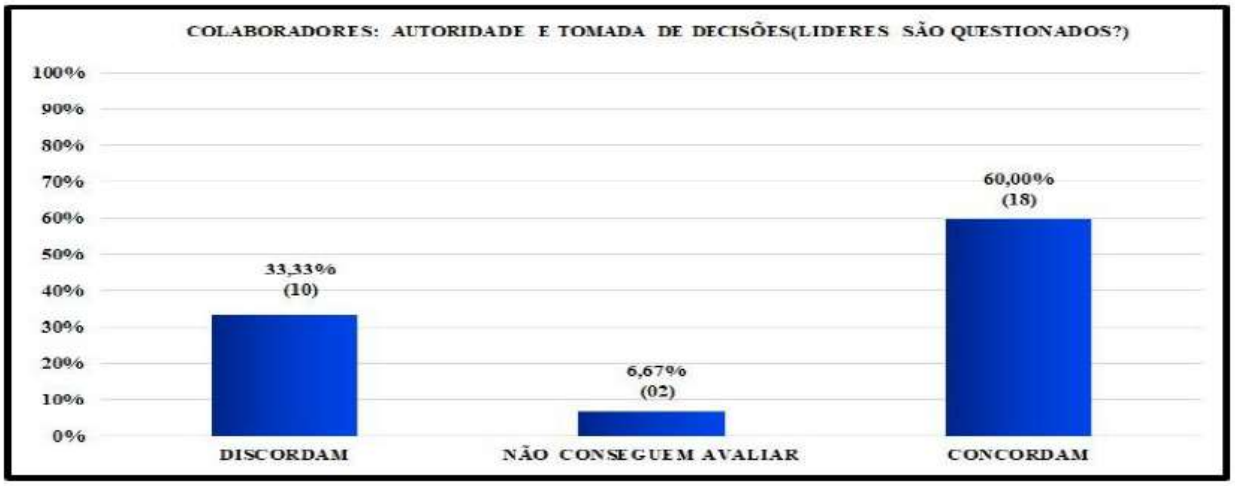
Diante dos dados apresentados nas Figuras 09 e 10, pode-se ratificar que o uso de vários estilos de liderança faz-se presentes nesta organização, o que leva a enxergar uma liderança situacional. A pesquisa também buscou identificar o comportamento dos grupos em relação a adaptabilidade em trabalhar com indivíduos de outras faixas etárias e na Figura 11 observou-se que 11,67% informaram ter dificuldade, contudo 88,33% informaram que se adaptam com facilidade.

Figura 11 - Gestores e Colaboradores: visão de adaptabilidade no trabalho para com pessoas de várias faixas etárias.



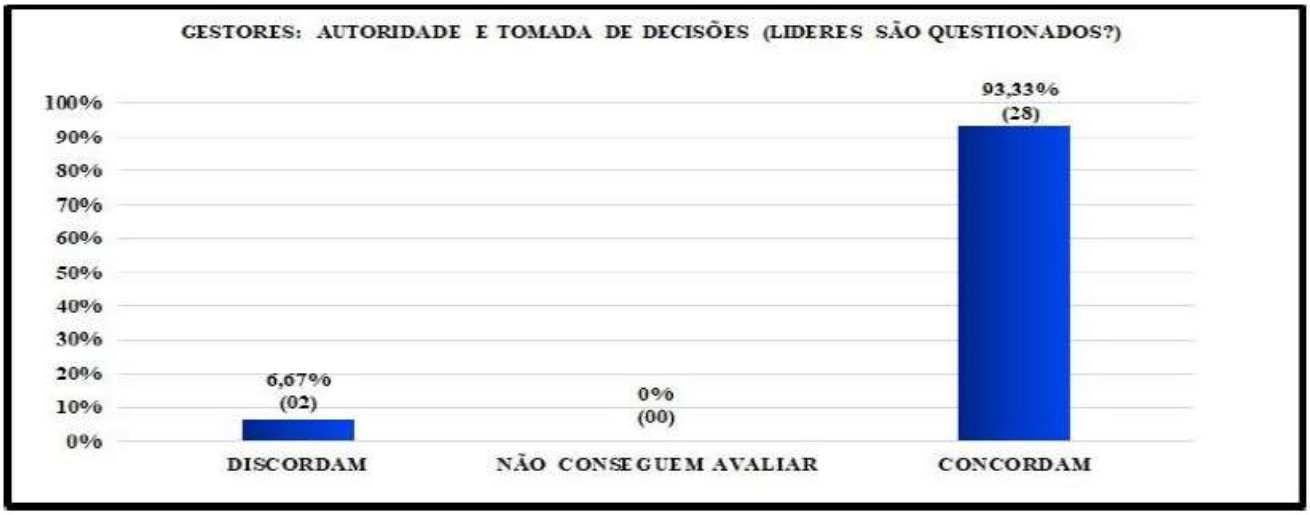
Em virtude das percepções dos recursos humanos, no universo das empresas, os dois grupos foram avaliados a respeito da aceitabilidade da autoridade e tomada de decisões que são geradas pela organização, no caso a cedente do espaço para pesquisa. Compreendeu-se a partir da Figura 12 que para 60% dos colaboradores, questionamentos referentes a autoridade e tomada de decisões na empresa é bastante presente embora, 33,33% discordem e 6,67% não saibam avaliar.

Figura 12 - Colaboradores: autoridade e tomada de decisões (líderes são questionados?)



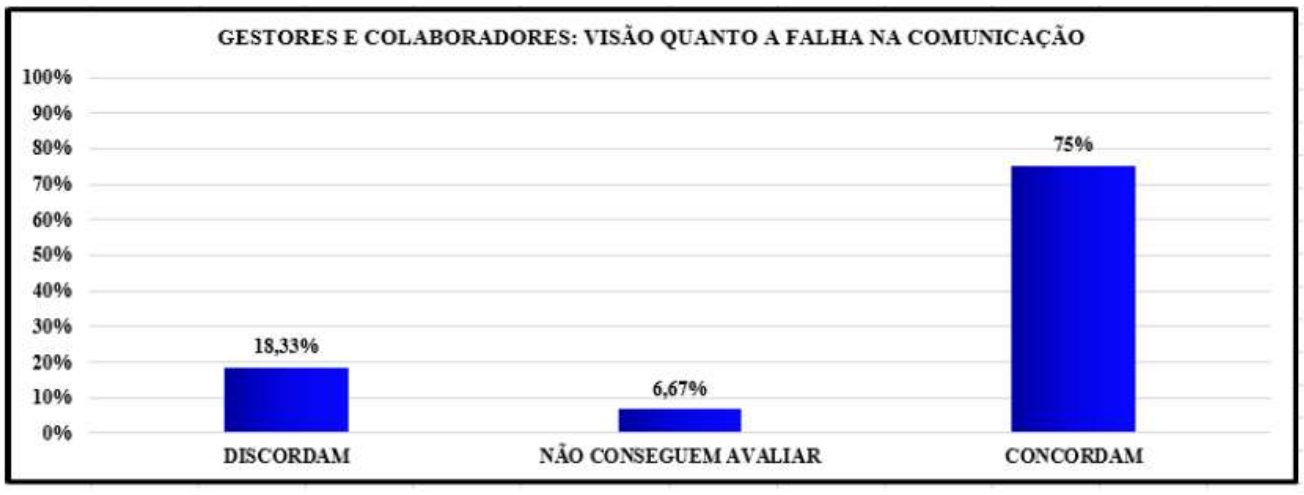
Quanto aos gestores, quase que unanimemente demonstraram na Figura 13 com 93,33% que os colaboradores questionam a autoridade e tomada de decisões por parte dos representantes da empresa. Deste grupo, somente 6,67% não concordaram que os colaboradores são questionadores da autoridade e tomada de decisões.

Figura 13 – Gestores: autoridade e tomada de decisões (líderes são questionados?)



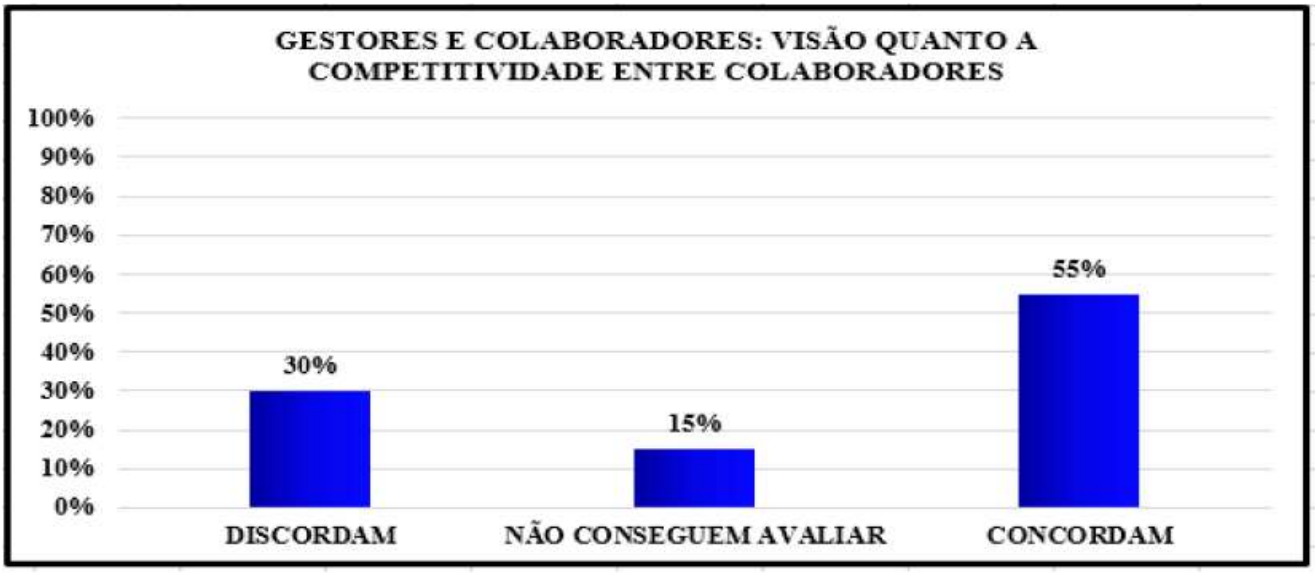
Um outro motivador de conflitos é a falha na comunicação e a pesquisa mostrou na Figura 14 que 75% entre gestores e colaboradores apontam que existe falha na comunicação, embora 18,33% discordam e 6,67 não conseguiram avaliar.

Figura 14 – Gestores e Colaboradores: visão quanto a falha na comunicação.



Acerca da competitividade entre colaboradores a Figura 15 demonstra que dos participantes 55% concordam que existe competitividade entre os colaboradores, 30% discordam e 15% não conseguiu avaliar. Um outro aspecto que, junto as organizações, motiva rotatividade, promove nas equipes desgaste e sobrecarga é a impossibilidade de ascensão profissional.

Figura 15 – Gestores e Colaboradores: visão quanto a competitividade entre colaboradores.



Perguntou-se aos colaboradores da Escola de Idiomas qual a visão de ambos no que diz respeito à oportunidade de crescimento junto a empresa. Aos gestores também foi feito o mesmo questionamento. Nas Figuras 16 e 17 inferiu-se que na visão dos colaboradores, 30% discordam que haja oportunidade de crescimento, 36,67% concordou que a empresa promove seus colaboradores e 10% não conseguiram avaliar. Porém, na visão dos gestores, 63,33% concordou que existe oportunidade de crescimento, 36,67 % discordou.

Figura 16 – Colaboradores: visão de oportunidade de crescimento na empresa

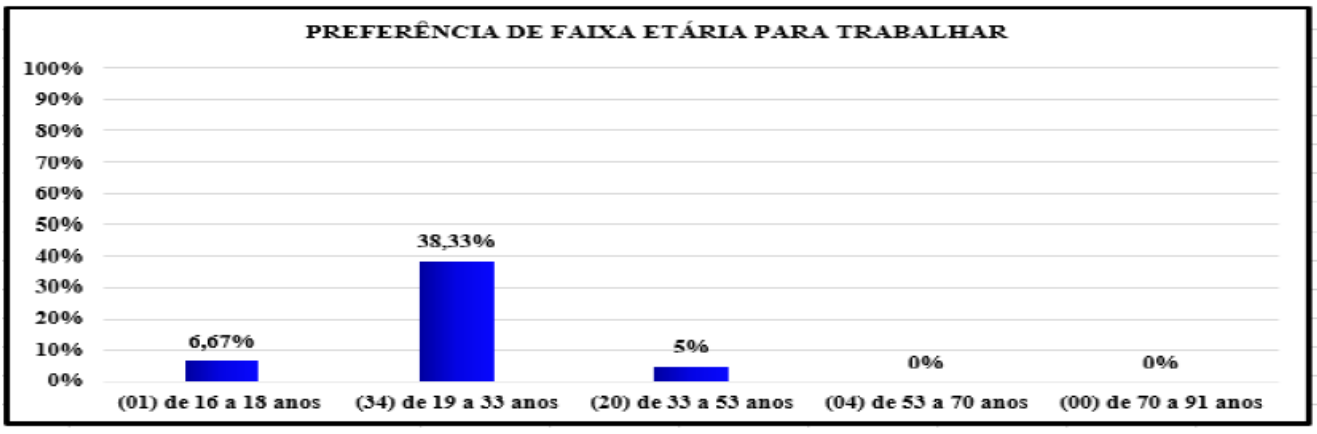


Figura 17 – Gestores: visão de oportunidade de crescimento na empresa.



De modo a confirmar se realmente não haveria resistência e dificuldade na adaptabilidade para com outras faixas etárias, questionou-se a um dos grupos qual a preferência de idade de outros indivíduos para laborarem juntos, conforme observa-se da Figura 18, 76,67% preferem trabalhar com pessoas entre de 19 e 33. No entanto 13,33 tem predileção por trabalhar com pessoas de 16 a 18 anos e 10% da amostra, preferem trabalhar com pessoas de 33 a 53 anos mostrar predileção. O que de alguma forma criou-se uma certa incoerência, tendo em vista que uma amostra grande revelou a facilidade dos indivíduos em trabalhar com várias faixas etárias.

Figura 18 – Preferência de faixa etária para trabalhar.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto organizacional, onde empresas precisam resistir por sua sobrevivência, torna-se necessário prover soluções em vários processos, a exemplo, redução do risco de conflitos entre as intergerações no seu ambiente interno. Este estudo proporcionou identificar os atributos de cada geração e na prática atuar com ambas, uma vez que a empresa analisada possui quatro gerações de

colaboradores trabalhando juntos, com percepções diferentes, valores distintos, necessidades emergenciais entre outros fatores.

Os dados demonstram que das possibilidades de surgimento de conflitos, o que mais se destacou foi a impossibilidade de ascensão na carreira, visto que a empresa é de médio porte no momento e esta não consegue criar novas funções. Toda empresa precisa de recursos humanos eficientes, porém, dada a circunstância de que as gerações Y e Z vivem um nível de ansiedade pelo novo, são extremistas e a organização não consegue suprir suas necessidades e muitas vezes nem as da geração Baby Boomers e X, pode surgir a partir destes fatores eventos de conflitos como níveis de desmotivação que poderá levar à rotatividade e que de certa forma onera grande parte das empresas e outra possibilidade pode ser também desgaste físico e emocional, sendo estes sobrecarregados.

A pesquisa também evidenciou que o conflito tem grande valor, visto que tal análise poderá promover um olhar empresarial de que o mundo evoluí e com ele grande parte de tipos de percepções. Pois, a visão que se tem de hoje pode não acordar amanhã. O indivíduo vive em constante mudança. E de acordo com Pickering (2002), o indivíduo possui quatro necessidades, as quais são abordadas como psicológicas e fundamentais, necessidade de valorização e reconhecimento como pessoa, necessidade de ter controle sob a situações, necessidade de ter autoconfiança e de ter razão sobre tudo. E uma vez que essas necessidades sejam transgredidas resultarão em conflitos.

A Escola de Idiomas precisa rever sua cultura organizacional, visto que esta não se apresenta bem definida. O que acarreta em questionamentos da autoridade imediata, bem como as decisões tomadas pela alta cúpula, por parte de seu colaborador. O colaborador entender a cultura organizacional de uma empresa é primordial. Da mesma forma é imperativo encontrar oportunidades que venha a expandir o seu negócio da organização em nível territorial e prover processos seletivos permitindo que os colaboradores possam se utilizar de uma competitividade saudável. Outro fator que também se torna emergencial é a ação de correção da falha nas informações e os ruídos, criar um meio em que a informação possa chegar alinhada a todos os envolvidos.

A liderança abrangente nesta empresa é a situacional, pois tanto os colaborados quanto os gestores a reconheceram na pesquisa de campo. Quanto adaptação às gerações e a predileção por alguma faixa etária em específico, mostra que por mais que os colaboradores se adaptem a outras gerações, não traz a significação da inclusão dos indivíduos no âmbito social organizacional.

Orienta-se uma nova avaliação para a obtenção da opinião dos 2/3 aproximadamente não avaliados e também treinamentos a respeito de cultura organizacional, inclusão social, percepções e

comunicação. Quanto a liderança deverá continuar com o estilo situacional, tornar suas equipes mais participativas, um ambiente mais harmonioso, de modo a evitar o surgimento de ideias que possam ocasionar em conflitos. E ainda buscar o equilíbrio entre urgências das carências das gerações e a impossibilidade de supri-las no momento presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANOV, Márcia Regina. Psicologia no Gerenciamento de Pessoas. 4. ed. São Paulo: Atlas 2015.

BERG, Ernesto Artur. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

BERGAMO, Silmara. Quadro Teoria Geracional: Veteranos, Baby bommers, Geração X, Y e Z (2013). Disponível em: <https://pt.slideshare.net/silmarabergamo/quadro-teoria-geracionalveteranos-baby-bommers-gerao-x-y-e-z>. Acessado em: 10 abril. 2018

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 415-427.

_____. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014.

CRUZ, Lucineide; PONTELO, Juliana de Fátima. Gestão de Talentos. Brasília: Senac-DF, 2016.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In BARROS, M.M. L. de (org.) Velhice ou Terceira Idade? Rio de Janeiro: FGV, 1998. (p. 49-67).

FERREIRA, Humberto Medrado Gomes. Conflito Interpessoal em equipes de trabalho: O papel do líder como gerente das emoções do grupo. Disponível em:

<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1271_SEGET_2_2007_2.pdf>. Acessado em: 09 junho. 2018.

FRIEDRICH, Taís Lemos. WEBER, Mara A. Lissarassa. Gestão de conflitos: Transformando Conflitos Organizacionais em Oportunidades. Disponível em: <http://crars.org.br/artigos_interna/gestao-de-conflitos-transformando-conflitosorganizacionais-em-oportunidades-41.html.> Acessado em 10 abril. 2018

GIACCHETTO, Cybele Padoan. Você sabe o que é conflito? .... Tem certeza? Disponível em: <http://padoan.blogspot.com/2008/09/voc-sabe-o-que-conflito-tem-certeza.html>. Acesso em: 03 maio. 2018.

GOLEMAN, Daniel. Trabalhando com a inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GONÇALVES, Helen Silva. MOTA, Caroline Maria de Miranda. Liderança situacional em gestão de projetos: uma revisão da literatura. (2011) Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/prod/v21n3/aop_t6_0007_0204.pdf> Acessado em 07 junho. 2018.

GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. 4. ed. Campinas: Alínea, 2005.

MARIOTO, Leandro. Valorização do capital humano. Disponível em:

<http://www.gpportal.com.br/2011/08/valorizacao-do-capital-humano-nas.html>. Acesso em: 01 maio. 2018.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à Administração. 2. Ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2011.

McINTYRE, Scott Elmes. Como as pessoas gerem o conflito nas organizações: estratégias individuais negociais. Análise Psicológica, Lisboa, v. 25, n. 2, p. 295-305, jun. 2007.

OLIVEIRA Rosane de Souza; PASSOS, Elisete Silva. O papel do gestor na motivação dos seus colaboradores. Disponível em:

<http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013_1/03_PAPEL_GEST_MOT_COL_33_41.pdf> Acessado em 02 julho. 2018

PICKERING, Peg. Como administrar conflitos: transforme todos os conflitos em resultados onde todos ganham. São Paulo: Editora Amadio, 2002.

RIBEIRO, Larissa Bruna. Conflito de gerações. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52610/R%20-%20E%20%20BRUNA%20LARISSA%20RIBEIRO.pdf> Acesso em: 28 maio. 2018.

ROBBINS, Stephen P; JUDGE, Timothy A; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. – 14ª Edição, São Paulo: Pearson Prentice, 2011.

SIMÕES, Martim Francisco Cruz. O Poder de Influência do Líder. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/o-poder-de-influ%C3%AAncia-do-l%C3%ADder-martim-sim%C3%B5es> Acesso em: 02 julho. 2018

SOUTO, Esdras. Gerenciando com o coração: sem perder a razão. Atlas, 2014.

TAUCHERT, Maicon Rodrigo. Tipologia do Conflito: do nascimento à classificação do conceito. Disponível em: <http://investidura.com.br/bibliotecajuridica/artigos/processocivil/313777-tipologia-doconflito -do-nascimento-a-classificacao-do-conceito>. Acesso em: 18 maio. 2018

Capítulo 9

10.37423/220405661

"JSCP – UM ESTUDO DA SUA ADOÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DO CUSTO TRIBUTÁRIO SOBRE O LUCRO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO DA BOVESPA"

SANDRO DOS SANTOS VERAS *Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo: Um dos maiores problemas enfrentados pelas empresas nos dias atuais trata-se do alto custo tributário imposto pelo governo brasileiro. Após a implantação do Plano Real, e promulgação da Lei n.º 9249/95, que proibiu a correção monetária de balanço, as sociedades incorreram em uma despesa tributária ainda maior, visto que foi proibida a dedução dos efeitos da inflação no cálculo do imposto a pagar. A mesma lei permitiu a dedução dos valores pagos ou creditados a título de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) da base de cálculo do Lucro Real, tornando-se esta uma opção de planejamento visando à redução deste custo tributário. Por meio de um estudo descritivo das empresas listadas no setor elétrico da BM&FBOVESPA com Patrimônio Líquido (PL) superior a um milhão de reais e que se utilizam dos JSCP como remuneração aos acionistas, busca-se identificar esta redução de custo tributário por meio de pesquisa documental de caráter qualitativo e quantitativo. Os resultados apontam para uma redução do custo tributário na ordem de 34% do montante creditado aos acionistas sob a forma de JSCP e de 8% do lucro líquido apurado, em média, pela amostra estudada.

Palavras-chave: Custo Tributário. Planejamento Tributário. Juros sobre Capital Próprio. Área Temática: 7 - Abordagens contemporâneas de custos.

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira nos dias atuais mostra-se estável e forte, o que vem atraindo cada vez mais investidores para empresas brasileiras, porém nem sempre foi assim, por anos o país viveu uma forte crise econômica causada principalmente pelos altos índices de inflação.

Várias foram às tentativas de combate à alta inflação, até que em 1994 foi lançado o Plano Real. A implantação do Plano Real possibilitou o crescimento e desenvolvimento da economia brasileira de forma sustentável viabilizando a distribuição de renda, conforme Secretaria da Receita Federal – SRF (2011).

De acordo com a SRF, a queda dos índices inflacionários provocada pelo Plano Real resultou em um aumento da arrecadação. A receita líquida do Governo Federal aumentou cerca de 29,6% em 1994 em relação ao ano de 1993.

Três fatores contribuíram para este incremento na arrecadação

> a queda da inflação (que possibilitou a manutenção do valor real da base de cálculo dos impostos e contribuições), o crescimento econômico e a maior eficiência no sistema de arrecadação, inclusive no que diz respeito ao combate a sonegação (SRF,2011).

Em 1996, entrou em vigência a Lei n.º 9.249/95, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

A principal alteração provocada pela Lei n.º 9.249/95 foi à vedação da realização de qualquer tipo de correção monetária sobre as demonstrações financeiras, conforme art. 4º desta mesma lei.

Com o fim da utilização de sistemas de correção monetária, as empresas incorreram em um aumento da carga tributária, pois não poderiam mais deduzir as despesas de correção monetária da base de cálculo dos impostos. (SOUZA FILHO, SZUSTER, 2004).

Visando compensar esta perda tributária, o art. 9º da Lei n.º 9.249/95 permitiu que os valores creditados aos acionistas sob a forma de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) poderiam ser deduzidos da base de cálculo do Lucro Real.

Após a Lei 9.249/95, as empresas puderam optar pelos JSCP como opção de remuneração dos seus acionistas e paralelamente estariam realizando Planejamento Tributário, pois os JSCP são dedutíveis da base de cálculo do lucro real, suavizando assim o impacto causado pelos impostos sobre o lucro.

Assim, pergunta-se: A adoção da política de distribuição de Juros Sobre Capital Próprio está contribuindo na redução do custo tributário sobre o lucro das empresas do setor elétrico da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA)?

Logo, por meio de um estudo descritivo, este artigo objetiva evidenciar a redução do custo tributário sobre o lucro das empresas do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA com a adoção dos JSCP, apresentar os percentuais do lucro atualmente distribuídos aos acionistas e verificar se as empresas atendem aos requisitos legais da dedutibilidade dos JSCP. Para isto, utiliza-se de pesquisa documental de caráter qualitativo e quantitativo.

Este estudo justifica-se na importância das empresas em geral precisarem reduzir seus custos e manterem-se competitivas no mercado em que atuam. Para isso faz-se necessária, além das demais políticas de redução do custo empresarial, uma política de gestão estratégica de tributos, visto que, de acordo com Amaral (2004, apud Martins e Dantas, 2010), o custo tributário pode representar até 47,14% dos custos e despesas totais da empresa e 52,23% de seus lucros. Uma opção de redução deste custo tributário está na adoção de uma política que remunere o acionista na forma de JSCP.

Além desta introdução que apresentou o problema e o objetivo da pesquisa, o artigo traz na seção 2 o referencial teórico, onde é abordado o conceito e a legislação pertinente aos JSCP, bem como seu cálculo e contabilização. Na seção 3 apresentam-se os aspectos metodológicos, onde é demonstrado o universo, a amostra deste estudo e como esta amostra se comporta em relação à remuneração aos acionistas com a adoção dos JSCP. Na seção quatro apresentam-se e analisam-se os resultados da pesquisa. Por fim, são colocadas as considerações finais e referências do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é feito o referencial teórico acerca do tema, é abordada a questão do alto custo tributário aplicado sobre as empresas estabelecidas no Brasil e em seguida é apresentada a opção do planejamento tributário por meio da utilização dos JSCP, seu cálculo, seus limites legais e sua contabilização.

2.1 O CUSTO TRIBUTÁRIO NO BRASIL E A NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

De acordo com Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT, 2008), “a realidade tributária brasileira é notoriamente complexa, trazendo um custo financeiro enorme ao contribuinte e, ainda,

causando a constante insegurança de se estar ou não cumprindo com todas as obrigações exigidas pelo fisco".

Segundo estudos do IBPT (2011, p.1), "a carga tributária brasileira cresceu significativamente em 2010, atingindo 35,04% do PIB, o que representa um aumento nominal de arrecadação de R$ 195,05 bilhões em relação a 2009 (17,80%)".

O custo tributário sobre o lucro é de 34% se a empresa for optante pelo regime de tributação lucro real e estiver sujeita ao adicional de Imposto de Renda (IR).

Com este cenário de elevada carga tributária é dever do administrador prever alternativas legais de evitar este custo tributário. Na opinião de Fadlalah, Martinez, Nossa (2011), o planejamento tributário pode representar a sobrevivência de uma empresa no mercado dos dias atuais. Andrade Filho (2009) define planejamento tributário como a busca de práticas legais para gerenciar o pagamento de tributos.

O planejamento tributário por meio da utilização de JSCP vem sendo amplamente discutido. Diversas são as pesquisas que abordam sobre esta temática. Guerreiro e Santos (2007) buscaram identificar a relação entre a distribuição de JSCP e as características das empresas. Em 2008, Santos e Salotti ampliaram o estudo incluindo variáveis como tamanho da empresa e lucro obtido. Costa Junior et al. (2008) verificaram se as empresas brasileiras estão imputando os JSCP ao dividendo na forma prevista pela legislação tributária. Já Malaquias et al. (2010) analisaram se a opção por distribuição de JSCP estava gerando ou não economia tributária em empresas do setor de telecomunicações.

A importância destes estudos está na dedução dos JSCP da base de cálculo do lucro real, possibilitando assim, uma redução no custo tributário total sobre o lucro do exercício.

2.2 JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O conceito de JSCP deriva do conceito de custo de oportunidade. Segundo Oliveira et al. (2010, p. 371), o custo de oportunidade "significa quanto poderia ser ganho com a utilização alternativa do capital ou outro fato produtivo". Assim, em consonância com o pensamento de Pêgas (2009), se o capital de terceiro deve ser remunerado, o capital próprio também deveria ser e teria um custo específico. Desta forma, a remuneração dos acionistas por meio dos JSCP pode ser entendida como o custo de aplicar seus recursos naquela determinada empresa.

Os JSCP ganharam grande destaque no mundo corporativo a partir da publicação da Lei n.º 9.249/95, isto porque esta lei permitiu a dedutibilidade dos JSCP da base de cálculo do Lucro Real.

A promulgação da Lei n.º 9.249/95 proibiu a utilização da correção monetária nas demonstrações contábeis. A correção monetária das demonstrações financeiras, conforme descrito na Lei n.º 7799/89 em seu art. 3º e 4º, tinha por objetivo expressar, em valores reais, os efeitos da modificação do poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio, os resultados do período-base e a base de cálculo do imposto de renda.

Assim, de acordo com Fabretti (2009), para compensar esta perda tributária, a mesma lei, em seu art. 9º, permitiu a dedução da base de cálculo do lucro real, os valores distribuídos a título de JSCP.

Após esta lei, os JSCP passaram a ser mais uma importante ferramenta de planejamento tributário, devido a sua dedutibilidade à base do lucro real.

O lucro Real, de acordo com Oliveira et al. (2010 p.230), "é o lucro líquido apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas na legislação do Imposto de Renda".

O Código Tributário Nacional utiliza a palavra real em oposição aos termos presumido e arbitrado (Latorraca 2000, apud OLIVEIRA et al., 2010).

O lucro real é apurado mediante ajustes do lucro contábil à legislação do Imposto de renda pelas adições, exclusões e compensações previstas no Decreto n.º 3.000/99.

Então, para apurar o Lucro Real deve-se observar o exposto, de forma que o lucro líquido ajustado, quando apurado, esteja de acordo com a legislação vigente, para que a empresa não sofra sanções em uma possível fiscalização.

2.2.1 CÁLCULO DOS JSCP

O valor dos JSCP é obtido quando aplicado às contas de Patrimônio Líquido, excluídas as contas de Reserva de Reavaliação e de Ajustes de Avaliação Patrimonial à TJLP

- Taxa de Juros de Longo Prazo (PÊGAS, 2009).

O conceito de patrimônio líquido é dado pelo art. 182 da Lei n. 6.404/76 e alterações, que discorre que este é formado pelas contas:

- Capital Social;
- Reservas de Capital;

- Reserva de Lucros;
- Ajustes de Avaliação Patrimonial;
- Ações em Tesouraria.

A divulgação da TJLP é feita pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A TJLP é anual, mas com vigência trimestral. A taxa é calculada pro rata exponencial ou linear, e ambas são aceitas para fins de remuneração do capital próprio (SILVA, L, 2007).

Segundo o Fundo de Estudos e Projetos (FINEP, 2011), a TJLP é calculada com base em dois parâmetros

> (...) uma meta de inflação calculada pro rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional; e um prêmio de risco.

Após aplicação da TJLP ao Patrimônio Líquido, é necessário observar os limites legais de sua dedutibilidade do Lucro Real.

Estes limites estão previstos na Instrução Normativa (IN) 93/97 a qual diz

> Art. 29. O montante dos juros remuneratórios do capital passível de dedução para efeitos de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social limita-se ao maior dos seguintes valores:
>
> I. 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício antes da dedução desses juros; ou
>
> II. 50% (cinquenta por cento) do somatório dos lucros acumulados e reserva de lucros.
>
> Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I, o lucro líquido do exercício será aquele após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda.
>
> Art. 30. Somente serão dedutíveis na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados aos sócios ou acionistas da pessoa jurídica, descabendo a dedutibilidade nos casos em que sejam incorporados ao capital social ou mantidos em conta de reserva destinada a aumento de capital.

Observados os limites para dedutibilidade dos JSCP, a empresa tributada pelo regime de Lucro Real poderá se utilizar deste benefício fiscal para abatimento da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). A empresa pode optar também pela imputação dos JSCP aos dividendos distribuídos aos sócios, conforme descrito no §7° do art. 9° da Lei 9.249/95

> § 7º O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos do disposto no § 2º.de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo.

A empresa pagadora pode ainda reter os JSCP para incorporação ao capital social nos termos da IN SRF n.º 41/98, sem prejuízo de sua dedutibilidade, porém, neste caso arcaria com o ônus do imposto retido, em conformidade com a § 9º do art. 9º da Lei no 9.249/95.

2.2.2 CONTABILIZAÇÃO DOS JSCP

Os JSCP são contabilizados como despesa financeira, mesmo que imputados ao dividendo ou quando creditados à conta de reserva específica, em atendimento ao parágrafo único do art. 30, da IN n.º 11/96.

Como a opção pela remuneração por meio dos JSCP é facultativa, tal medida implicaria em problemas na comparabilidade dos demonstrativos, conforme enfatizado por Iudícibus, Martins e Gelbecke (2008, p. 358).

Em virtude disto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) expediu a Deliberação n.º 207, que dispõe sobre a contabilização dos JSCP. Assim, pelo menos entre as companhias abertas, fica garantida a comparabilidade dos demonstrativos financeiros.

Já na empresa recebedora tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado, de acordo com Oliveira et al. (2010), os juros devem ser registrados como receitas financeiras, e o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) será considerado uma antecipação do imposto devido na declaração de rendimento, em conformidade com a Lei n.º 9.430/96, como segue

> Art. 51. [...].
>
> Parágrafo único. O imposto de renda incidente na fonte sobre os rendimentos de que trata este artigo será considerado como antecipação do devido na declaração de rendimentos.

No caso da pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, e de pessoas físicas, os juros são considerados como rendimento de tributação definitiva, ou seja, o imposto de renda que for retido na fonte não poderá ser objeto de qualquer compensação (Regulamento do Importo de Renda, art. 347). Já na pessoa jurídica imune não há incidência do IRRF sobre os JSCP, conforme determinado no art. 3º da IN SRF nº 12/99.

Na fonte recebedora, a partir da edição da Lei n.º 9.718/98, os JSCP assim como todas as receitas, exceto as excluídas no texto da lei, passaram a integrar a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), (PÊGAS, 2009).

Por isso, a adoção dos JSCP requer criterioso planejamento por parte da empresa pagadora dos JSCP, pois na recebedora poderá ocorrer um ônus maior do que aquele gerado na fonte pagadora dos JSCP.

3 ASPECTO METODOLÓGICO

Para a apresentação do universo e da amostra da pesquisa é importante definir esses conceitos.

O universo da pesquisa, segundo Silva (2003), é um conjunto de características que possuem um determinado grupo em estudo. Por amostra entende-se, conforme Beuren et al. (2010, p. 120), "uma pequena parte da população ou do universo selecionada em conformidade às regras". Complementando este conceito Gil (1999, p. 100) define amostra como o "subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população".

Nesta pesquisa, Universo e Amostra foram escolhidos de forma não estatística. Para definir o universo da pesquisa, identifica-se a relação das empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). A escolha do universo é definida pelo grau de confiabilidade das informações ali contidas. Após definido o universo do estudo, busca-se definir a amostra a ser utilizada neste estudo.

Na definição da amostra foram analisadas as empresas brasileiras do setor de energia elétrica. Estão listadas no setor elétrico da BM&FBOVESPA (2011) 65 (sessenta e cinco) empresas. Dentre estas foram escolhidas as com Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (Um milhão de Reais). Após esta nova seleção, restaram 35 (trinta e cinco) empresas, que juntas representam 94% (noventa e quatro) do PL do setor. Em seguida foi analisada a forma com que estas empresas remuneram seus acionistas. Como o objetivo é evidenciar a redução da carga tributária nas empresas com a adoção dos JSCP, foram escolhidas as empresas que adotaram os JSCP como forma de remuneração aos acionistas nos anos de 2009 a 2011. Após este último critério de seleção, definiu-se o objeto da pesquisa, formado por 15 (quinze) empresas, que compõem a amostra deste estudo.

Para melhor exposição dos dados, foram abreviados os nomes das sociedades e estas foram ordenadas por ordem de maior PL, conforme Quadro 1.

ORDEM PL	RAZÃO SOCIAL	NOMES ABREVIADOS	PL 2011
1	Centrais Eletricas Brasileiras S.A	ELETROBRAS	76.843.509
2	Cia Paranaense de Energia S.A.	COPEL	11.826.694
3	Neoenergia S.A.	NEOENERGIA	11.042.326
4	CESP - Cia Energética de São Paulo S.A.	CESP	10.118.127
5	Tractebel Energia S.A	TRACTEBEL	5.447.981
6	Cemig Geração e Transmissão S.A	CEMIG GT	5.086.076
7	CTEEP -Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista S.A.	TRAN PAULIST	4.539.434
8	Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A	ELETROPAULO	4.009.711
9	Cemig Distribuição S.A.	CEMIG DIST	2.656.463
10	CPFL Geração de Energia S.A.	CPFL GERACAO	2.483.750
11	Cia de Eletricidade do Est. da Bahia S.A.	COELBA	2.297.937
12	Aes Elpa S.A.	AES ELPA	2.031.318
13	Aes Tiete S.A	AES TIETE	1.954.076
14	Elektro - Eletricidade e Serviços S.A.	ELEKTRO	1.368.644
15	Centrais Eletricas Matogrossenses S.A.	CEMAT	1.277.159

Fonte: Adaptado de BM&FBOVESPA (2011)

Quadro 1: Amostra do Estudo

Por meio de um estudo descritivo, foram analisados os demonstrativos contábeis divulgados por estas empresas nos anos de 2009 a 2011 a fim de identificar a redução ocorrida no custo tributário com os JSCP e se estes foram pagos em conformidade com a Lei.

Não constitui objeto deste estudo legislação anterior a Lei n.º 9.249/95, nem se destina a apurar se o dividendo mínimo obrigatório está sendo calculado à base da legislação vigente no país acerca destes.

3.1 REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e alterações, é assegurada ao acionista a remuneração mínima a título de dividendo obrigatório, que conforme art. 202 desta lei trata-se da parcela prevista em estatuto ou se este for omisso, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido acrescido ou diminuído do montante destinado à constituição de reserva legal ou reserva para contingências. Ainda em conformidade com esta lei, o dividendo mínimo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

Assim, busca-se identificar qual o percentual que as empresas do setor elétrico vêm remunerando seus acionistas.

Pelas informações contidas nas notas explicativas das empresas estudadas e nos seus respectivos estatutos, verifica-se que grande parte das empresas define como remuneração a título de dividendo mínimo obrigatório o percentual de 25% do lucro ajustado. Porém algumas das empresas estabelecem

outros percentuais. A CESP define no inciso III do art. 31 do seu estatuto que o dividendo mínimo corresponde a 10% do capital social integralizado, desde que haja saldo de lucro a distribuir. (CESP, 2011)

A TRACTEBEL estabelece que o dividendo mínimo obrigatório é de 30% do lucro líquido ajustado, de acordo com § 1º do art. 30 do estatuto social. (TRACTEBEL, 2011)

A CEMIG DIST estabelece na alínea b do parágrafo único do art. 21 que o dividendo mínimo obrigatório não poderá ser inferior a 50% do lucro líquido ajustado (CEMIG DISTRIBUIÇÃO, 2011). Da mesma forma faz a CEMIG GT, estabelecendo distribuição mínima de 50% do lucro líquido, conforme art. 21 do estatuto social (CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO, 2011).

A TRAN PAULIST estabelece em seu estatuto, art.36, dividendo mínimo obrigatório de 10% calculado sobre o capital social integralizado, observada a existência de saldo de lucros no exercício. (CTEEP, 2011)

A Tabela 1 apresenta de forma resumida os percentuais do dividendo previsto no estatuto das companhias estudadas.

Tabela 1: Percentuais Distribuídos aos Acionistas

EMPRESA	2011			2010			2009		
	Dividendo mínino obrigatório (% L.L.A)	Total distribuído aos acionistas (%L.L.A)	% entre JSCP / dividendos	Dividendo mínino obrigatório (% L.L.A)	Total distribuído aos acionistas (%L.L.A)	% entre JSCP / dividendos	Dividendo mínino obrigatório (% L.L.A)	Total distribuído aos acionistas (%L.L.A)	% entre JSCP / dividendos
(1)	25%	50%	100%	25%	86%	100%	25%	458%	100%
(2)	25%	35%	87%	25%	27%	70%	25%	25%	102%
(3)	25%	62%	60%	25%	29%	88%	25%	29%	84%
(4)	10% C.S. ou 100% do L.L.A.	100%	16%	10% C.S. ou 100% do L.L.A.	100%	31%	10% C.S. ou 100% do L.L.A.	100%	76%
(5)	30%	10%	18%	30%	55%	33%	30%	57%	31%
(6)	50%	104%	17%	50%	104%	19%	50%	94%	17%
(7)	10% C.S.	87%	32%	10% C.S.	99%	33%	10% C.S.	99%	32%
(8)	25%	55%	8%	25%	100%	5%	25%	92%	7%
(9)	50%	95%	21%	50%	36%	100%	50%	50%	90%
(10)	25%	27%	42%	25%	61%	51%	25%	100%	22%
(11)	25%	64%	29%	25%	50%	28%	25%	46%	30%
(12)	25%	70%	7%	25%	100%	7%	25%	100%	8%
(13)	25%	100%	3%	25%	100%	4%	25%	100%	4%
(14)	25%	92%	17%	25%	107%	15%	25%	86%	15%
(15)	25%	27%	60%	25%	N.A.	100%	25%	28%	66%

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme demonstrado na Tabela 1, as empresas do setor elétrico, em sua grande maioria, estão remunerando seus acionistas com percentuais sobre o lucro líquido ajustado superiores aqueles inicialmente previstos.

Em todas as empresas foi constatada nota explicativa informando que os JSCP são imputados ao dividendo mínimo obrigatório e que os mesmo estão sujeitos à retenção na fonte do IR.

A remuneração dos acionistas das empresas estudadas foi composta por JSCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório, dividendos complementares e dividendos intermediários.

3.2 ATENDIMENTO AOS LIMITES LEGAIS

De acordo com o exposto no referencial teórico, os JSCP estão limitados à TJLP sobre as contas do PL ajustado e a 50% do Lucro Líquido antes dos JSCP e dos Tributos ou a 50% dos lucros acumulados e reservas de lucros, sendo facultada a escolha do maior entre eles.

Assim, foi verificado se as empresas estão pagando os JSCP de acordo com a legislação vigente.

Apenas a empresa CEMIG DIST no ano de 2010, não atendeu ao limite da TJLP sobre as contas de PL e pagou JSCP superior a este limite, deduzindo do cálculo do IR e da CSLL valor correspondente a 34% dos JSCP pago, conforme a Tabela 2: Limites Legais dos JSCPTabela 2.

Tabela 2: Limites Legais dos JSCP

EMPRESAS	2011				2010				2009			
	TLPJ sobre PL	50% Reservas de Lucro/ Lucros Acumulados	50% L.L antes do IR/CSLL e dos JSCP	JSCP	TLPJ sobre PL	50% Reservas de Lucro/ Lucros Acumulados	50% L.L antes do IR/CSLL e dos JSCP	JSCP	TLPJ sobre PL	50% Reservas de Lucro/Lucros Acumulados	50% L.L antes do IR/CSLL e dos JSCP	JSCP
(1)	4.597.356	9.638.515	1.960.467	1.772.964	4.208.447	8.779.026	1.226.601	1.123.956	4.226.905	8.017.340	177.544	741.509
(2)	622.177	1.729.807	585.903	336.216	568.236	1.280.304	473.265	200.000	528.484	1.668.512	424.048	230.000
(3)	662.540	3.119.807	776.716	543.000	624.471	2.822.695	886.759	430.134	559.045	2.196.704	794.296	424.293
(4)	502.198	232.722	118.917	75.000	511.637	311.374	86.865	75.000	518.643	285.017	345.652	110.000
(5)	287.977	1.131.079	964.965	253.990	261.870	913.517	854.754	220.000	225.460	573.259	747.332	194.000
(6)	257.219	494.752	827.620	223.011	248.543	422.099	715.846	213.773	218.049	333.056	963.475	213.217
(7)	272.366	586.931	594.213	254.540	273.830	606.073	517.546	251.593	256.143	430.843	422.738	250.610
(8)	148.177	697.768	1.161.612	73.039	127.704	527.570	1.008.020	72.764	126.103	494.226	774.072	70.799
(9)	159.388	197.233	506.737	142.613	142.614	57.451	287.581	158.708	161.882	191.563	293.705	151.653
(10)	116.169	448.264	372.608	75.001	77.949	129.763	139.403	69.420	78.215	119.206	177.565	69.827
(11)	134.992	504.830	433.752	113.366	141.411	558.319	557.452	106.874	129.959	441.650	533.540	100.012
(12)	106.567	194.065	208.742	20.988	107.463	151.715	171.996	25.838	105.683	119.613	149.424	22.261
(13)	45.322	147.283	627.635	30.062	42.401	123.004	547.207	30.062	40.409	99.883	527.456	30.689
(14)	78.734	153.066	353.553	71.632	79.332	157.419	322.141	67.639	79.828	149.334	407.161	67.559
(15)	62.057	162.042	106.921	23.000	54.229	96.813	19.701	6.000	58.732	124.741	90.745	29.000

Fonte: Elaborado pelos autores

3.3 ECONOMIA TRIBUTÁRIA

A economia tributária decorrente dos JSCP se deve ao fato deste ser dedutível da base de cálculo do Lucro Real. Assim, não incidirá sobre os valores destinados a título de JSCP as alíquotas do IR (15%), CSLL (9%) e do Adicional de IR (10%). Juntas, as alíquotas destes impostos somam 34% (trinta e quatro por cento).

Tabela 3: Economia Tributária com Adoção dos JSCP (em R$ Mil)

	2011			2010			2009		
	Economia Tributária	% JSCP	% L.L.	Economia Tributária	% JSCP	% L.L.	Economia Tributária	% JSCP	% L.L.
Economia Setor Elétrico	1.419.861	34%	8%	781.509	32%	8%	919.844	34%	8%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 apresenta os valores evidenciados em nota explicativa, na Conciliação do Imposto de Renda, que foram compensados do total devido de IR, CSLL e do Adicional de IR. Estes valores representam 34% dos JSCP creditados aos acionistas.

A Eletrobrás foi a única que apurou valores diferentes para a economia tributária. A empresa não divulgou em nota explicativa o cálculo utilizado para chegar aos valores apresentados.

De acordo com o exposto, a utilização dos JSCP apontou no setor de energia elétrica uma redução do ônus tributário sobre o lucro líquido de R$ 1,4 bilhões em 2011, 781 milhões em 2010 e 919 milhões em 2009.

Esta economia representou em média 8% de todo o lucro líquido apurado no período de 2009 a 2011.

3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo possibilitou um maior conhecimento dos JSCP como forma de reduzir o alto custo tributário imposto sobre os lucros apurados pelas empresas do setor elétrico listadas na Bovespa.

As empresas estudadas vêm se utilizando desta alternativa de remuneração imputando os JSCP ao dividendo mínimo obrigatório e com isto elas estão auferindo economia tributária de 34% em média sobre os valores creditados aos acionistas. Tal economia decorre da dedução dos JSCP do cálculo dos impostos sobre o lucro líquido.

O estudo demonstrou que em média 42% dos dividendos distribuídos por estas empresas são compostos de JSCP, sendo que em alguns anos estudados algumas empresas remuneraram seus acionistas exclusivamente com os JSCP.

A economia no setor elétrico em valores absolutos foi de R$ 1,4 bilhões, R$ 781 milhões e R$ 919 milhões em 2011,2010 e 2009 respectivamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou a distribuição dos JSCP no setor elétrico da BM&FBOVESPA com objetivo de apontar uma contribuição na redução do custo tributário destas empresas. Os JSCP são atualmente uma importante ferramenta de planejamento tributário por serem dedutíveis do cálculo do lucro real desde a promulgação da Lei n.º 9.249/95.

Quanto ao problema de pesquisa, o estudo evidenciou que a adoção dos JSCP vem proporcionando as empresas estudadas uma redução do custo tributário sobre os lucros apurados no período estudado. Isto se deve ao fato de que, os valores creditados aos acionistas na forma de JSCP são dedutíveis do cálculo de apuração do lucro real, reduzindo assim o lucro passível de tributação pelo IR, CSLL e do adicional de IR.

O objetivo da pesquisa foi evidenciar a redução do custo tributário sobre o lucro apurado na amostra estudada, apresentar os percentuais do lucro atualmente distribuídos aos acionistas e verificar se as empresas atendem aos requisitos legais da dedutibilidade dos JSCP. O estudo demonstrou a redução do custo tributário de 80% do lucro total apurado no setor nos anos de 2009 a 2011. Verificou-se também que as empresas estudadas estão distribuindo dividendos superiores àqueles definidos em seus estatutos. Em geral estão atendendo ao limite de dedutibilidade dos JSCP.

Neste estudo, as principais limitações e dificuldades foram encontradas no fato das empresas ainda não possuírem uma padronização dos relatórios contábeis, dificultando a compreensão das informações ali contidas. Outra limitação está na falta de informação sobre os cálculos apresentados, principalmente na determinação dos dividendos mínimos obrigatórios e da imputação dos JSCP a este.

Recomenda-se para futuros trabalhos uma análise do lucro passível de distribuição por estas empresas, visto que nem todas se utilizam integralmente do benefício dos JSCP, possuindo limites para uma distribuição maior deste e ainda optando por fazê-la na forma de dividendos.

5 REFERÊNCIAS

AES ELPA S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____-.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

AES TIETE S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 20 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 20 jun. 2012.

ANDRADE FILHO. Edmar Oliveira. Imposto de Renda das Empresas: CSLL, Operações Hedge, Preço de transferência, Planejamento Tributário, Reorganizações Societárias. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria (org.) et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Disponivel em:

<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>. Acesso em: 09 mar. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do Texto: Alexandre de Moraes. 27. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Decreto nº 3000, 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: < http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/default.htm>. Acesso em: 25 jun. 2012.

BRASIL. Secretaria da Receita da Federal. Instrução Normativa n° 11, de 10 de fevereiro de 1996. Disponível em:

< http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/ant2001/ant1997/1996/insrf01196.htm>. Acesso em: 02 jul. 2012.

_____. Instrução Normativa n° 12, de 10 de fevereiro de 1999. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/ant2001/1999/in01299.htm>. Acesso em: 05 jul. 2012.

_____. Instrução Normativa n° 93, de 24 de dezembro de 1997. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/ant2001/1997/insrf09397.htm>. Acesso em: 05 jul. 2012

_____. Instrução Normativa n° 41, de 22 de abril de 1998. Disponível em

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/ant2001/1998/in04198.htm>. Acesso em 05 jul. 2012.

_____. Lei n° 6.404, 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 05 jul. 2012.

_____. Lei n.º 7799, 10 de julho de 1989. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7799.htm>.

Acesso em: 14 jul. 2012.

_____. Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm>. Acesso em: 14 jul. 2012.

_____. Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. Lei n.º 9.718, 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em < http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei971898.htm> Acesso em 10 jul. 2012.

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 1 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 1 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 1 jun. 2012.

_____. Estatuto Social, de 27 abr. 2012. Disponível em:

<http://cemig.infoinvest.com.br/static/ptb/estatuto_social.asp?idioma=ptb>. Acesso em 1 jun. 2012.

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. Estatuto Social, de 27 abr. 2012. Disponível em:

<http://cemig.infoinvest.com.br/static/ptb/estatuto_social.asp?idioma=ptb> Acesso em 12 jun. 2012

CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 01 jun. 2012.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 01 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 01 jun. 2012.

CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 1 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 1 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 1 jun. 2012.

CESP – CIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 20 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. Estatuto Social, de 14 out. 2011. Disponível em: <http://ri.cesp.com.br/governaca- corporativa/estatuto-social/> Acesso em 20 jun. 2012

CIA DE ELETRICIDADE DO EST. DA BAHIA S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

CIA PARANAENSER DE ENERGIA S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>.

Acesso em: 01 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 01 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 01 jun. 2012.

COSTA JÚNIOR, Jorge V. MARTINS, Eliseu. SOUSA FILHO, Rodolfo C. CARDOSO,

Ricardo L.. JSCP e Dividendos: as companhias “vacas leiteiras” estão utilizando a sistemática de imputação nos termos da lei?. In: 9°Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 2008, São Paulo. Disponível em:

<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos42004/372.pdf > Acesso em 11 ago. 2012.

COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS. Deliberação nº 207, de 13 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a contabilização dos juros sobre o capital próprio previstos na Lei no 9.249/95. Disponível em:

<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=/deli/deli207.htm>. Acesso em: 15 jul. 2012.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>.

Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

CTEEP – CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA S.A. Demonstrações

Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. Estatuto Social, de 29 abr. 2011. Disponível em: < http://www.cteep.com.br/> Acesso em: 12 jun. 2012.

ELEKTRO – ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

ELETROPAULO METROP. ELET. SÃO PAULO S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 20 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 20 jun. 2012. FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade Tributária. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FADLALAH, Beatriz Santos Neves; MARTINEZ, Antonio Lopo; NOSSA, Valcemiro. O planejamento tributário e as praticas de responsabilidade social corporativa. In: Congresso USP de Controladoria e Finanças. 11., 2011. São Paulo. Disponível em

<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/193.pdf> Acesso em 15 jul. 2012.

FUNDO DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP. –Informações Financeiras: TLPJ. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/informacoes_financeiras/tjlp.asp>. Acesso em: 23 jun. 2012.

FERREIRA, Ricardo Junior. Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender Contabilidade: teoria a questões comentadas: conforme a MP n.º 449/08. 7. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERREIRO, Reinaldo; SANTOS, Ariovaldo dos. As empresas que operam no Brasil estão pagando Juros sobre o capital próprio? In: Congresso USP de controladoria e contabilidade. 6., 2006. São Paulo. Anais Eletrônicos. São Paulo: USP, 2006. Disponivel em:

< As empresas que operam no Brasil estão pagando Juros sobre o capital próprio?> Acesso em: 20 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. Estudo sobre o

verdadeiro custo da tributação. 2008. Disponível em < http://www.ibpt.com.br>. Acesso em 12 ago. 2012.

_____. Carga Tributária Brasileira de 2010. Disponível em

<http://ibpt.com.br/img/_publicacao/13913/191.pdf>. Acesso em 12 ago. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens.Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes et. al. Contabilização de juros sobre o capital próprio e economia tributária são sinônimos? In: Seminário de Administração FEA-USP, 10. 2007.

São Paulo: Anais Eletrônicos. São Paulo: USP, 2006. Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/178.pdf>. Acesso em 10 ago. 2012.

MARTINS, Orleans Silva; DANTAS, Ferreira Ricardo. Custo tributário e elisão fiscal: as facetas de um planejamento tributário. Qualit@s Revista Eletrônica. 2010, vol. 9. No 3.

Disponível em: < http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/717/495>. Acesso em 10 ago. 2012.

NEOENERGIA S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 12 jun. 2012. OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade Tributária. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Martins de, at al. Manual de contabilidade tributária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de Contabilidade Tributária. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos, SALOTTI, Bruno Meirelles. Juros sobre o Capital Próprio: Qual a relação existente entre essa forma de remuneração e as características das empresas? In: 32º Congresso da ANPAD, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=391&cod_evento_edicao=38&cod_edicao_trabalho=9531>. Acesso em: 05 ago. 2012.

SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL. Plano Real. Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. Metodologia da pesquisa aplicada à

contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. Contabilidade Geral e Tributária. 2. ed. São Paulo: IOB, 2007.

SOUZA FILHO, Rodolfo Castro, SZUSTER, Natan. Análise dos efeitos tributários da correção monetária no Brasil no período de 1996-2000. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ - v.9, n.1, 2004, p. 93.

TRACTEBEL ENERGIA S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 13 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 13 jun. 2012.

_____.Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br > Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. Estatuto Social, de 22 ago. 2011. Disponível em: < http://tractebel.investor-relations.com.br/> Acesso em: 13 jun. 2012.

Capítulo 10

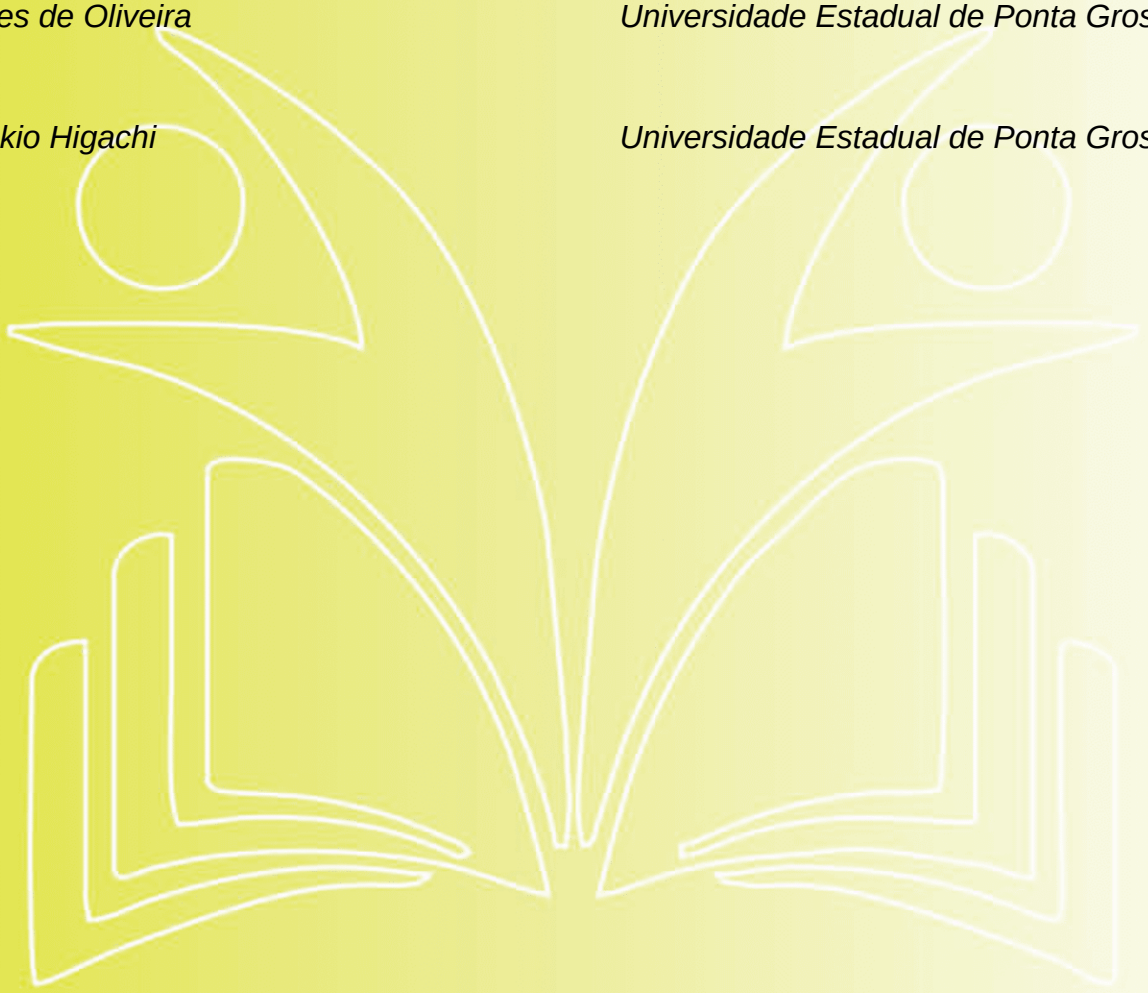
10.37423/220405662

A RAZÃO ÓTIMA DE HEDGE E SUA EFETIVIDADE PARA PRODUTORES DE MILHO NOS MUNICÍPIOS DE TOLEDO-PR, PONTA GROSSA-PR E PARANAVAÍ-PR

Isabhor Teixeira da Silva — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Renato Alves de Oliveira — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Hermes Yukio Higachi — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*



Resumo: Nos mercados futuros o mecanismo de hedge é uma proteção para o produtor.Este artigo tem como objetivo analisar o hedge ótimo e sua efetividade para o milho nos municípios de Toledo-PR, Paranavaí-PR e Ponta Grossa-PR através de uma série de variáveis no período de 2010-2016. A metodologia utilizada foi um modelo de regressão para séries temporais, por se tratar de um processo estocástico. Para cada município houve um comportamento diferente na efetividade do hedge. Os resultados apresentaram que a razão de hedge é maior em Ponta Grossa-PR e a efetividade é maior em Toledo-PR. Verificou-se que o preço futuro é maior que o preço físico ao longo do tempo.

Palavras-chave: Hedge, milho, processo estocástico.

1 INTRODUÇÃO

O milho é uma commodity que cada dia vem ganhando mais mercado, a produção brasileira no ano de 2015 foi 85 milhões de toneladas, onde o Paraná foi responsável por aproximadamente 18% da produção nacional, sendo a cidade de Toledo-PR que mais produziu conforme (IBGE, 2015). A cidade de Ponta Grossa-PR segundo o SIMA (Sistema de Informação do Ministério de Agricultura do Paraná) foi que apresentou maior preço por sacae a cidade de Paranavaí a que apresentou menor preço em média por saca.(SIMA,2016). O milho é um cereal com amplo mercado, pois ele pode ser usado para produção de óleos, farinhas, alimentação animal e até combustível como é o caso dos EUA que utilizam o álcool como derivado.

A utilização do mercado futuro no milho protege o produtor dos riscos sobre o preço e de inadimplência. O contrato futuro de milho negociado na Bm&F Bovespa é composto por 400 sacas de 60 Kg, negociado a R$/saca, nota-se que ao longo do tempo os períodos que apresentaram maior liquidez de contratos foi os períodos de safra.(BM&F BOVESPA,2016)

Existem vários estudos na literatura sobre a cultura do milho. Relacionado ao mercado futuro Neto, Figueiredo e Machado (2010) realizaram um estudo sobre a efetividade e hedge ótimo do milho em Goiás. Os autores, em seus resultados, por meio da técnica de mínimos Quadrados Ordinários observaram que as séries mais efetivas foram por 24 meses.

Não há evidências na literatura sobre a proteção de preços para produtores de milho na região dos Campos Gerais no Estado do Paraná nos últimos sete anos. Ainda que com muita utilidade o milho é uma commodity pouco estudada na literatura.

Diante disso, o trabalho tem como objetivo analisar o hedge ótimo e sua efetividade nos municípios de Toledo-PR e Ponta Grossa-PR através de uma série de variáveis no período de 2010-2016.

Espera-se que os coeficientes de hedge e o nível de efetividade para as duas cidades sejam diferentes e, busca-se qual é o melhor tempo de vida do hedge para cada cidade estudada.

A primeira seção do trabalho é composta por esta introdução, depois segue-se para a revisão de literatura sobre a comercialização e o mercado futuro do milho e o referencial teórico, na quarta seção encontra-se a metodologia, na quinta seção estão os resultados e discussões, e por fim as considerações finais.

2 MILHO: COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO FUTURO

O milho é uma dos ativos que mais representou os mercados de exportação em 2015 só perdendo para a soja, isso se deve por ele ser uma commodity conhecida pela sua volatilidade, ocasionada principalmente pelas condições climáticas. (FOCOAGRO, 2016)

Segundo a Bm&F Bovespa (2016) o milho é usado para vários fins, tais como óleo vegetal, o farelo, a farinha, entre outros.

Atualmente o milho é a commodity mais produzida no mundo, e com sua oferta à disposição aos mercados abertos tornou-se um ativo de alta liquidez para os negócios. (JORNALISMO AGROPECUÁRIO, 2015) Pode-se analisar que o seu preço teve uma grande mudança de 2010 á 2016 como mostra a figura 1 á seguir:

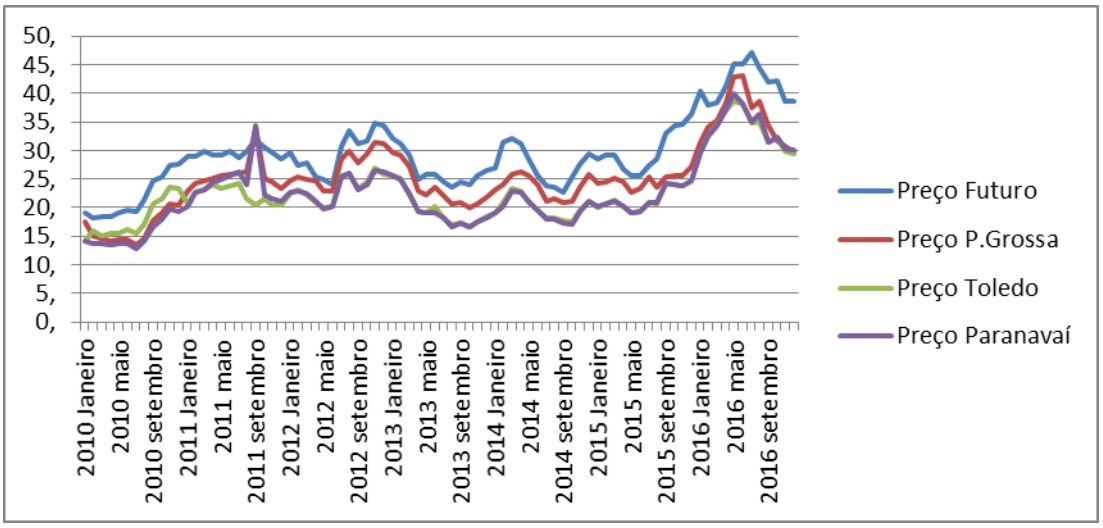


Figura 1- Preços por saca de 2010-2016

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que a saca passa de R$ 20,00 em 2010 para aproximadamente R$ 40,00 em 2016 no mercado futuro e no mercado físico ele passa de R$ 15,00 em 2010 a R$ 30,00 em 2016, ou seja, em todos os mercados o preço em 6 anos dobrou de preço, nota-se também que em todo o período o preço futuro esteve sempre maior que o preço físico das praças.

3-REFERENCIAL TEÓRICO

No mercado futuro são negociadas commodities agrícolas com vencimento, ou seja, o produtor não necessariamente precisa estar com a lavoura colhida para realizar a venda. Para Marques et al (2006) este mercado funciona como uma garantia para o dois produtor rural que deseja vender e as indústrias

que desejam comprar. Por isso é tão importante este mercado, pois promove aos dois agentes econômicos uma forma consistente e confiável, e permite uma maior credibilidade entre as partes.

Segundo Hull (1996), a razão de hedge é a proporção do tamanho da posição em contratos futuros com relação à extensão ao risco. Se o objetivo do hedge for minimizar o risco, não será necessariamente o ideal estabelecer a razão de hedge em 1,0. Proteger toda produção no mercado futuro não é a melhor escolha, pois variações no preço podem acarretar mudanças na razão de hedge.

No estudo de Leal et al (2008) mencionou que em países onde o uso de mercados futuros é intenso as empresas que fazem hedge do seu estoque ou produção conseguem empréstimo bancários com mais facilidade para financiá-los as taxas mais baixas. Para Reinalda (2013) o hedger toma uma posição diferente no mercado futuro do que no mercado à vista, a fim de fixar e monitorar os preços.

Porém este mercado exige um custo de entrada que não ocorre no caso do mercado à vista, mas Reinalda (2013) destaca que o principal objetivo dos mercados futuros é possibilitar um hedge ou proteção contra variações adversas de preço que possam ocorres na negociação dos agentes econômicos em determinada commodity.

O hedge é uma das principais ferramentas nos mercados futuros, para Marques et al (2006) e Silva (2000) é o ato de procurar proteção de preço, que pode ser dividido entre aquele que tem o produto e deseja vender, aquele que quer comprar, e aquele que deseja proteger determinado produto buscando a proteção de preço de um terceiro produto. Alves (2006) coloca que a estratégia de hedge fundamenta-se na correlação entre o mercado físico e futuro, pois assim a perda em um mercado seria compensada com o ganho em outro.

Logo para o produtor a ferramenta de hedge é uma boa escolha, pois se não tivesse realizado estaria especulando no mercado à vista, ou seja, exposto aos riscos. (TRADE OF BOARD, 2007). Segundo a Bm&F Bovespa (2016) o contrato foi criado com o intuito de ser uma ferramenta para a gestão de risco das oscilações do preço.

Uma das primeiras análises e mais tradicional para razão de hedge é a de Hull (1996). A razão de hedge ótima é o produto do coeficiente de correlação entre ΔS e ΔF pela razão entre o desvio padrão de ΔS e o desvio padrão de ΔF, onde:

$$h = \rho \frac{\sigma_S}{\sigma_F} \qquad (1)$$

ΔS: mudança no preço a vista, S, durante um período de tempo igual a duração do hedge

ΔF: mudança no preço futuro, F, durante um período de tempo igual á duração do hedge

σ_S: desvio padrão de ΔS

σ_F: desvio padrão de ΔF

ρ: coeficiente de correlação entre ΔS e ΔF

h : razão de hedge que minimiza a variância da posição do hedge

Entretanto em um estudo mais avançado Hull (1996) constatou que podemos obter os coeficientes de hedge através de uma regressão linear simples, pois o coeficiente beta intitulado a variável preço futuro pode-se considerar á própria razão de hedge, e o coeficiente de determinação obtido da regressão é a própria efetividade de hedge do período analisado em questão. Diante destas informações o primeiro modelo testado foi:

$$\Delta S_t = \alpha + \beta \Delta F_t + \mu_t \qquad (2)$$

Onde ΔS_t: é a variação do preço físico, β: será a razão de hedge relacionada ao período estudado, ΔF_t: é a variação do preço futuro.

Neto, Figueiredo e Machado (2010), a partir da metodologia de Hull (1996), buscaram analisar a efetividade do hedge para a commoditie milho na região de Goiás, os autores utilizaram de regressão linear simples com o seguinte modelo:

$$\Delta S_t = \alpha + \delta \Delta F_t + \sum_{i=1}^{p} \beta \Delta S_{t-1} + \gamma \Delta F_{t-1} + \gamma D_i \Delta F_t + u_t (3)$$

Onde o ΔS é a variação do preço físico e ΔF a variação do preço futuro, e D é uma variável *Dummy* de safra e a efetividade de hedge é o valor do coeficiente de determinação (R^2) da regressão. Os autores utilizaram como base o modelo de Myers e Thompson (1989) e Hull(1996) e inovaram colocando a *dummy* de safra para captar se a razão de *hedge* é maior em um período de safra ou entressafra.

Outro estudo de teorias à cerca de hedge é a teoria do portfólio de Ederigton (1979) que é uma teoria tradicional que este subjacente de quase todos os primeiros trabalhos de hedge.

As variáveis P_s^1 e P_s^2 como respectivamente preços no mercado à vista no período t_1 e t_2, e U o ganho ou perda no mercado à vista e X a quantidade, logo se verifica:

$$U = X(P_S^2 - P_S^1) \qquad (4)$$

Mas H representa a perda ou ganho de uma posição coberta, então temos:

$$H = X\{(P_S^2 - P_S^1) - (P_F^2 - P_F^1)\} \qquad (5)$$

Portanto se espera encontrar sobre a variância (Var(H) >Var(U)), pois esta teoria afirma que os preços à vista e futuros se movem juntos para que em valores absolutos H seja maior que U (EDERIGTON, 1979).

4- METODOLOGIA

4.1- MATERIAL

Os dados utilizados no trabalho foram todos transformados em médias mensais, a referencia para o preço do milho foi a saca de 60kg, os dados regionais como precipitação e preço físico foram coletados para as cidades de Ponta Grossa-PR e Toledo-PR e Paranavaí- PR

Dados utilizados no trabalho		
Dados	**Amplitude**	**Fonte**
Preço Futuro	Diário	Bm&F Bovespa
Preço físico PG	Diário	SIMA
Preço físico TOL	Diário	SIMA
Preço Físico PA	Diário	SIMA
Preço SOJA	Diário	CEPEA
TX Cambio	Mensal	Bacen
Precipitação PG	Mensal	Aguas Parana
Precipitação TOL	Mensal	Águas Paraná
Precipitação PA	Mensal	Águas Paraná
Dummy safra	-	-
Contratos Abertos	Diário	Bm&F Bovespa
Contratos Negociados	Diário	Bm&F Bovespa

Tabela 1 – Dados utilizados na pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados que são frequência diária e foram transformados para séries mensais, o período de análise foi de janeiro de 2010 até dezembro de 2016, o número de contratos abertos e negociados foi utilizado para fazer o cálculo do índice de liquidez (ILIQ), primeiro foi realizado a média mensal dos contratos e depois observou-se quanto os contratos negociados representavam os abertos, desta forma:

$$ÍLIQ = \frac{\frac{\sum_{i=0}^{n} Cont.Negociados}{N}}{\frac{\sum_{i=0}^{n} Cont.Abertos}{N}} * 100$$

Onde: Número de contratos negociados dividido pelo número de dias de negociação no mês(N) e o número de contratos abertos divididos pelo número de dias de negociação no mês (N), assim obtém-se o índice mensal. Desta forma obtêm-se a porcentagem de quanto dos contratos abertos foram negociados na Bm&F Bovespa.

4.2- MÉTODO

Os modelos econométricos para Toledo-PR, Ponta Grossa-PR e Paranavaí-PR seguem abaixo:

$$\Delta S_{TOLt} = \beta_o + \beta_1 \Delta Ft_{TOLt} + \beta_2 PSOJA_t + \beta_3 \Delta TXCAM_t + \beta_4 \mathrm{Prec}_{TOLt} + \beta_5 D_{SAFRAt} + \beta_6 ILIQ_t + \mu_t \quad (6)$$

$$\Delta S_{PGt} = \beta_o + \beta_1 \Delta Ft_{PGt} + \beta_2 PSOJA_t + \beta_3 \Delta TXCAM_t + \beta_4 \mathrm{Prec}_{PGt} + \beta_5 D_{SAFRAt} + \beta_6 ILIQ_t + \mu_t \quad (7)$$

$$\Delta S_{PAt} = \beta_o + \beta_1 \Delta Ft_{PAt} + \beta_2 PSOJA_t + \beta_3 \Delta TXCAM_t + \beta_4 \mathrm{Prec}_{PAt} + \beta_5 D_{SAFRAt} + \beta_6 ILIQ_t + \mu_t \quad (8)$$

Onde: ΔS_{TOL}: é a variação de preços físicos da região de Toledo-PR; ΔS_{PG}: é a variação de preços físicos da região de Ponta Grossa-PR; β_1: é o coeficiente de hedge; ΔF: é a variação do preço futuro; PSOJA: é o preço da soja; β_2 é o parâmetro do preço da soja; $\Delta TXCAM$: é a variação da taxa de câmbio; β_3 é o parâmetro da taxa de câmbio; $Prec_{TOL}$: é o índice de precipitação da cidade de Toledo-PR; β_4 é o parâmetro precipitação; D_{SAFRA}: é a variável dummy de safra; β_5 é o parâmetro da dummy; ILIQ: é o índice de liquidez dos contratos futuros; β_6 é o parâmetro da liquidez e μ_t é o termo de erro.

Para todos os modelos foi realizado o teste de Heterocedasticidade de White e autocorrelação de Durbin-Watson.

De acordo com o processo metodológico apresentado, foram verificados os resultados da pesquisa, por meio da observação das análises de séries temporais a partir do teste de raiz unitária, ou seja, se a série é estacionária e mensuração e análise da razão ótima de hedge e efetividade do hedge como auxílio de proteção não só contra as incertezas como também os riscos de oscilações de preços na comercialização do milho no mercado físico em Toledo-PR e Ponta Grossa-PR

De acordo com Gujarati (2004) um processo estocástico é estacionário se suas média e variânciaforem constantes ao longo do tempo e o valor da covariância entre dois períodos de tempo depender apenas da defasagem entre os dois períodos.

5- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segue na Tabela 2 a estatística descritiva das variáveis selecionadas.

Variável	Preço Futuro	P. Ponta Grossa	P.Toledo	P.Paranavaí	P.Soja	Taxa de Câmbio	I.Liquidez
Média	29,44	25,18	22,60	22,51	64,31	2,43	0,12
Mediana	28,85	24,62	21,25	21,12	67,58	2,18	0,11

Variância	42,20	36,75	29,53	36,71	209,70	0,62	0,01
Desvio padrão	6,49	6,06	5,43	6,05	14,48	0,79	0,10

Tabela 2- Estatísticas descritivas das variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que Paranavaí é a que apresenta menor média e mediana das três cidades estudadas e Ponta Grossa apresenta a maior média e mediana, porém o maior preço é o futuro negociado na bolsa que possui uma mediana consideradamente alta, pois são aproximadamente 4,00 reais de diferença para Ponta Grossa que tem maior preço e aproximadamente 7,00 reais de diferença para Paranavaí e Toledo isso em diferença reais/saca, ou seja, dado apenas o preço o produtor paranaense que negocia sua safra na Bm&F tem um valor bruto de receita maior do que se ele negociasse em um mercado físico.

Já em relação as variâncias notadamente a variância no mercado futuro é maior e com isso seu desvio padrão, as cidades de Paranavaí e Ponta Grossa apresentaram o mesmo grau de variância e a cidade de Toledo ficou com a menor variância e desvio padrão entre todos, ou seja, é o mercado que possui melhor variação de preços. Nota-se também que a commodity soja que foi utilizada no modelo o seu preço também tem uma alta variação e seu desvio padrão é consideravelmente maior que o do milho.

Tendo em vista as informações das variáveis para o município de Toledo-PR, a primeira análise realizada foi detectar se a série das variáveis ao longo do período apresenta estacionariedade utilizando o teste de Dickey e Fuller aumentado ao nível de significância de 5%, conforme Tabela 1.

Teste de DFAumentado para Toledo-PR		
Variável	**Propriedade**	**P - Valor**
Preço Futuro	1° diferença	0,00041
Preço Toledo-PR	1° diferença	9,77E-08
Preço Soja	1° diferença	3,829e-007
Taxa de Câmbio	1° diferença	0,01816
Precipitação Tol	Em nível	0,0004
Dummy Safra	-	-
Índice Liquidez	Em nível	4,56E-09

Tabela 3- Teste de Dickey e Fuller aumentado para a região de Toledo-PR

Fonte: Elaborado pelo autor.

As variáveis preço futuro, preço físico, taxa de câmbio e preço da soja, foram analisadas em primeira diferença para torná-las estacionárias (sem presença de raiz unitária). O resultado das regressões segue na Tabela 4.

Resultados das regressões para Toledo								
Tempo	**Constante**	**Coef. Hedge (β1)**	**PSOJA**	**TX CAMBIO**	**Prec TOL**	**Dummy**	**Indice Liquidez**	**R²(Ef. Hedge)**
84 meses	−0,6304	0,5224***	0,04	0,83	0,0037***	−0,5571**	2,2257*	0,51
72 meses*	−0,5003	0,5899***	0,03	−0,7616	0,0025**	−0,2330	1,33	0,58
60 meses	−0,0443	0,5683***	−0,0069	−3,3235	0,0028*	−0,2180	1,27	0,52
48 meses	−0,1082	0,5844***	−0,0098	−2,5535	0,0039**	−0,1557	1,25	0,52
36 meses	−0,0753	0,522***	−0,0066	−4,8887	0,00	−0,2371	0,72	0,44
24 meses*	−0,0566	0,4915*	−0,0194	−12,1463*	0,01	0,19	−0,0817	0,36

Tabela 4- Resultado das regressões para Toledo-PR

Fonte: Elaborado pelos autores.

O modelo de 24 meses teve que usar a metodologia AR(1) com correção Crochane-Orkutt por apresentar autocorrelação. * significativo à 10% ** significativo à 5% *** significativo à 1%

O melhor coeficiente de hedge registrado foi da série de 72 meses que obteve 0,5899,e a efetividade maior encontrada foi na série de 72 meses com 0,58, analisando estas duas séries em questão vemos que elas se aproximaram muito dos valores tanto de efetividade quanto razão de hedge, ou seja, a proteção (ou o uso do hedge) torna-se melhor a partir de 48 meses de negociação, as variáveis que obtiveram nível de significância foi o índice de precipitação (48 a 84 meses), a variável dummy de safra (84 meses) e o índice de liquidez (84 meses).

Observa-se que a precipitação possui sinal positivo, ou seja, um aumento no índice de precipitação aumenta a variação de preço físico que aumenta o coeficiente de hedge, já a variável dummy apresentou um sinal negativo, ou seja, nos períodos de safra diminui o preço físico que diminui o coeficiente de hedge. A taxa de câmbio na série de 24 meses apresentou um sinal negativo, ou seja, a variação positiva da taxa de câmbio diminui o preço físico diminuindo o coeficiente de hedge.

Em relação à efetividade e ao coeficiente de hedge percebe-se que com o aumento do tempo também aumentaram, exceto em 84 meses. Quanto maior o período de tempo do contrato mais efetivo será.

Tendo em vista as informações das variáveis para o município de Ponta Grossa-PR, a primeira análise realizada foi detectar se a série das variáveis ao longo do período apresenta estacionariedade utilizando o teste de Dickey e Fuller aumentado ao nível de significância de 5%, conforme Tabela 3.

Teste de DFAumentado para Ponta Grossa-PR		
Variável	**Propriedade**	**P - Valor**
Preço Futuro	1° diferença	0,0004091
Preço Ponta Grossa-PR	1° diferença	7,67E-10
Preço Soja	1° diferença	3,829e-007
Taxa de Câmbio	1° diferença	0,01816
Precipitação PG	Em nível	2,211e-011
Dummy PG	-	-
Neg./ Aberto	Em nível	4,56E-09

Tabela 5 – Teste de Dickey e Fuller aumentado para a cidade de Ponta Grossa-PR

Fonte: Elaborado pelos autores.

As variáveis preço futuro, preço físico, taxa de câmbio foram analisadas em primeira diferença para torná-las estacionárias (sem presença de raiz unitária). O resultado das regressões segue na Tabela 6.

Resultados das regressões para Ponta Grossa								
Tempo	**Constante**	**Coef. Hedge (β1)**	**PSOJA**	**TX CAMBIO**	**Prec PG**	**Dummy**	**Indice Liquidez**	**R^2(Ef. Hedge)**
84 meses	−0,3992	0,5881***	0,1424**	−1,2224	0,00	−0,2859	3,1325*	0,4213
72 meses	−0,0502	0,7184***	0,0842	−2,5105	−0,0009	−0,0166	1,45	0,47
60 meses	−0,5578	0,7855***	0,0069	−0,5171	−0,0011	0,2178	1,86	0,48
48 meses*	−0,0396	0,9056***	−0,0020	0,9350	0,00	−0,0355	0,86	0,59
36 meses	−0,4080	0,9012***	0,00	−4,8887	3,47	−0,0016	0,22	0,46
24 meses*	−5,4205	1,6594***	0,1321*	−4,4865	−0,0092*	−0,1727	2,08	0,71

Tabela 6-Resultados das regressões de Ponta Grossa-PR

Fonte: Elaborado pelos autores.

* O modelo de 24, 48, meses teve que usar a metodologia AR(1) com correção Crochane-Orkutt por apresentar autocorrelação Onde: * significativo a 10% ** significativo a 5% *** significativo a 1%

As séries de tempo que apresentaram maior coeficiente de hedge para a cidade de Ponta Grossa-PR foi a de 24 e 48 meses que também apresentou a maior efetividade. Nenhuma outra variável apresentou significância com exceção da série de 24 e 84 meses que apresentou significância para o preço de soja e para a precipitação e índice de liquidez.

Na cidade de Ponta Grossa-PR ao contrário de Toledo-PR quanto menor o tempo da série maior foi o coeficiente de hedge e sua efetividade.

A série de 24 meses o coeficiente para o preço da soja mostrou-se positivo e significativo, ou seja, um aumento de R$1,00 na saca da soja aumenta em R$ 0,13 a saca do milho e aumentando o coeficiente de hedge. O índice de precipitação apresentou um sinal negativo e significativo, logo para a cidade de Ponta Grossa-PR o aumento de chuvas piora os preços, diferente da cidade de Toledo-PR.

Tendo em vista que o hedge é uma medida de proteção ao preço, segue-se a análise para a cidade de Paranavaí que é aquela que, na média, apresentou menor preço por saca ao longo do tempo. Verifica-se a estacionaridade das série na tabela 7 a seguir:

Resultados das regressões para Paranavaí								
Tempo	**Constante**	**Coef. Hedge (β1)**	**PSOJA**	**TX CAMBIO**	**Prec PA**	**Dummy**	**Indice Liquidez**	**R^2(Ef. Hedge)**
84 meses*	−0,2609	0,6836***	0,03	0,34	0,00	−0,3379	3,1641*	0,4213
72 meses*	0,05	0,7268***	0,0524	−1,7883	−0,0010	−0,0692	0,90	0,53
60 meses*	0,13	0,764***	0,0422	−4,1437	−0,0017	−0,0499	1,28	0,53
48 meses	−0,2913	0,8607***	0,01	4,1093	−0,0014	0,05	2,87	0,35
36 meses	−0,4579	0,9301***	0,03	9,91	0,05	−0,0020	4,09	0,34

Tabela 7 –Resultado das regressões para Paranavaí

Fonte: Elaborado pelos autores.

* O modelo de 84,72,60 meses teve que usar a metodologia AR(1) com correção Crochane-Orkutt por apresentar autocorrelação Onde: * significativo a 10% ** significativo a 5% *** significativo a 1%

A série de tempo que apresentou maior coeficiente de hedge em Paranavaí foi a de 36 meses que foi de 0,9301 já a efetividade de hedge maior foi de 0,53 que apresentou-se em 72 meses e 60 meses. Nenhuma outra variável foi significativa, com excessão da série de 84 meses que teve o índice de liquidez. Observa que a cidade de Paranavaí é aquela que na média apresenta menos valor em R$/Saca portanto ela teve altos valores de razão de hedge, já a sua efetividade pode considerar como boa a partir de 60 meses.

O índice de liquidez que foi significativo veio com sinal positivo que comprova a hipótese que quanto maior a liquidez no mercado futuro maior será o seu coeficiente de hedge e efetividade.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a cidade de Ponta Grossa-PR e Toledo-PR tem um tempo de vida diferente do hedge, para o primeiro quanto menor o tempo maior é a efetividade do hedge e para o segundo quanto maior o tempo maior é efetividade do hedge. A cidade de Ponta Grossa-PR apresentou os maiores índices de hedge ótimo, porém Toledo-PR apresentou os maiores índices de efetividade de hedge.

Logo para o produtor de Ponta Grossa seria mais viável proteger mais da sua produção em mercados futuros vendo que a produção é menor, mesmo seu preço sendo mais alto. Já para a cidade de Toledo pelo preço ser menor em reais por saca é mais efetivo ele se proteger, ou seja, seu risco de queda de preço é mais minimizado que na cidade de Ponta Grossa. E já o produtor de Paranavaí também seria melhor usar o mercado futuro vendo que seu preço na praça local é relativamente baixo.

Conclui-se também que o mercado futuro é melhor em relação ao mercado físico por que ele tem a ferramenta de hedge que protege o produtor das oscilações de preço e também conta com um valor de saca maior que o do mercado físico, ou seja, além de estar mais seguro o produtor ainda vende sua produção por um preço mais alto.

Não foram analisados os custos da operacionalização do hedge que seria uma alternativa para comparar se esse preço relativamente mais alto no mercado futuro é compensativo levando em conta os custos de corretagem. Existem também outras variáveis que poderiam ser incluídas como os custos de produção, que infelizmente é de difícil acesso, a produtividade de cada município, a temperatura que influência na produção e consequentemente o preço, assim como os custos de frete.

7-REFERÊNCIAS:

ALVES BITENCOURT, WANDERCI; SANTOS SILVA, WASHINGTON; SÁFADI, THELMA Hedge dinâmicos: uma evidência para os contratos futuros brasileiros

BOVESPA–http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e derivativos/commodities/futuro-de-base-de-preco-de-milho.html<Disponível em 25/09/16>

EDERINGTON, Louis H. The hedging performance of the new futures markets. The JournalofFinance, v. 34, n. 1, p. 157-170, 1979.

FOCOAGRO - http://www.focoagro.com.br/noticias/38-veja-como-funciona-a-negociacao-de-milho-e-soja-no-mercado-de-commodities.html<Disponível em 25/09/2016>

GUJARATI, N. D. Econometria básica. São Paulo: Makron Books. 2004

HULL, John. Introdução aos mercados futuros e de opções. 2º Edição. Bolsa de Mercadorias e Futuro. p. 99 – 113 1996

JORNALISMO AGROPECUÁRIO, Uma oportunidade para sua carreira. Entendendo o mercado do milho. Revista IMEA.2015.

LEAL, ALINE CRISTINA; MATOS, LUCILÉIA MARY SANTOS DE; CARVALHO, MÁRCIA CRISTINA; BIROQUI, TALITA MÁIRA Mercado futuro e de opções / -- Lins, 2008.

MARQUES, P.V.; P. C. DE MELLO & J.G. MARTINES FO. Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias. Piracicaba, S.P., Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, 2006, Série Didática nº D-129.

MYERS, R. J.; THOMPSON, S. R. Generalized optimal hedge ratio estimation.American JournalofAgriculturalEconomics.vol.71, n.4, p. 858–868, 1989.

New York Boardof Trade Impressonos EUA. 2007. Entendendo Futuros e Opções

OLIVEIRA, Reinalda Souza. O uso de mercados futuros como instrumento de Hedging para o agronegócio do café e da soja na Bahia. 2013.

Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 8, núm. 1, janeiro-abril, 2006, pp. 71-78 Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil

SILVA, Renato Nunes da, D.S., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2000. Modelo de decisão para “hedging” com opções de venda sobre futuros: aplicação aos mercados de café e boi gordo. Orientador: Maurinho Luiz dos Santos. Conselheiros: João Eustáquio de Lima e Sebastião Teixeira Gomes.

Capítulo 11

10.37423/220405664

PRETA E ACADÊMICA: O CIBERFEMINISMO NEGRO COMO RESISTÊNCIA E A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA NARRATIVA

Gabriela Rousani Pinto — *Universidade Federal de Santa Maria*

Fernanda dos Santos Rodrigues Silva — *Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS)*

Rafael Santos de Oliveira — *Universidade Federal de Santa Maria*



Resumo: O presente capítulo objetiva estudar o significado de ciberativismo e sua utilização por parte do feminismo negro e a modificação da realidade social da mulher negra, dentro do contexto brasileiro, especificamente no sistema penal. Para isso, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, a partir do estudo amplo dos conceitos de ciberativismo e da realidade de encarceramento negro no Brasil a fim de analisar a influência das mobilizações em rede para a transformação social. Como procedimento, foi utilizado o monográfico, por ter relação direta com a dedução e possibilitar a análise ampla dos assuntos abordados no estudo. Por fim, como técnicas de pesquisa, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a observação direta sistemática e não- participativa da página online "Preta e Acadêmica". Diante disso, concluiu-se que o ciberfeminismo negro, a partir da criação de páginas online, como a "Preta e Acadêmica", se mostra crucial à construção de uma representatividade negra no meio acadêmico e empoderamento das usuárias, para que estas consigam concluir o ensino superior nas mais diversas áreas de ensino e se afastarem das barreiras da seletividade penal.

Palavras-chave: ciberativismo; ciberfeminismo; sistema penal.

INTRODUÇÃO

A partir de sua disseminação e crescimento de acesso por parte da sociedade, as novas tecnologias de informação e comunicação se tornaram importantes ferramentas para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações civis para a luta por suas respectivas causas. Essas tecnologias advindas da terceira revolução industrial, ou revolução tecnológica, proporcionam a agregação de pessoas em âmbito global, a propagação de discussões e reflexão e, por fim, a facilidade para a mobilização de pessoas com interesses semelhantes.

A partir da formação da sociedade em rede e da utilização das novas tecnologias pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, essas tecnologias, principalmente a Internet, se convertem em ferramentas de transformação social, a partir da conscientização, desconstrução e empoderamento. Nesse contexto surge o ciberativismo, ou ativismo em rede, que é tratado como uma forma de utilização das redes, onde indivíduos e grupos têm suas reivindicações e ações potencializadas pelos ambientes conectados e descentralizados da Internet.

Além disso, o ativismo em rede pode ser visto como uma forma alternativa ao monopólio exercido pelos meios de comunicação de massa e ao controle sócio-discursivo que, segundo determinadas correntes, alegadamente exercem. Dessa forma, os movimentos sociais, como o feminismo negro, podem se utilizar das redes online para a disseminação das pautas e para o fortalecimento da identidade negra, como é o caso da página online “Preta e Acadêmica”, que busca incentivar a mulher negra a se reconhecer e adentrar no mundo acadêmico como forma de resistência e a possibilidade de construção de uma nova narrativa, que não a do encarceramento em massa.

Diante desse contexto, questiona-se qual é a importância da utilização do ativismo online para a construção de uma representatividade negra e para a transformação social? Assim, a pesquisa objetiva estudar o significado de ciberativismo e sua utilização por parte do feminismo negro e a modificação da realidade social da mulher negra, dentro da realidade brasileira.

Para isso, utiliza-se o método de abordagem dedutivo, a partir do estudo amplo dos conceitos de ciberativismo e da realidade de encarceramento negro no Brasil a fim de analisar a influência das mobilizações em rede para a transformação social. Como procedimento, utiliza-se o monográfico, por ter relação direta com a dedução e possibilitar a análise ampla dos assuntos abordados no estudo. Por fim, como técnicas de pesquisa, são utilizadas a pesquisa bibliográfica e a observação direta sistemática e não- participativa da página online “Preta e Acadêmica”.

Dessa forma, o presente capítulo encontra-se dividido em duas seções. A primeira, “Novas tecnologias de informação e comunicação e o surgimento do ciberfeminismo”, onde se aborda o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação nas relações sociais e nas formas de mobilização em rede e o surgimento e conceito do ciberativismo utilizado pelos movimentos sociais e pela sociedade civil. Já a segunda, “’Preta e acadêmica’: a resistência da mulher negra na internet contra o encarceramento em massa”, trata do punitivismo seletivo por parte do sistema penal, que recaiu sobre o corpo negro e, desde sempre, tem se desenvolvido na direção do chamado “etiquetamento social”. Nesse sentido, aborda-se o empoderamento trazido pelo pensamento feminista negro, ao colocar como central a perspectiva de vivência das mulheres negras.

A criação de páginas na internet, como a “Preta e Acadêmica”, portanto, é apresentada como crucial à construção de uma representatividade negra no meio acadêmico e empoderamento das usuárias, para que estas consigam ter o ensino superior como um horizonte possível, nas mais diversas áreas de ensino, bem como para construírem uma nova narrativa possível, afastadadas barreiras da seletividade penal.

1 NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O SURGIMENTO DO CIBERFEMINISMO

Os movimentos sociais face às novas tecnologias de informação e comunicação, segundo Machado (2007), acabam impactando em suas formas de atuação. As características colocadas pelo autor são: proliferação e ramificação dos coletivos sociais; horizontalidade e flexibilidade das redes; tendência coalizacional; existência dinâmica; minimalismo organizacional-material; universalismo e particularismo das causas; grande poder de articulação e eficiência; estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas; multiplicidade de identidades e circulação de militantes; e identidade difusa dos sujeitos sociais.

Notadamente, uma das estratégias de utilização das novas mídias, principalmente a Internet, que mais modificou a atuação dos movimentos sociais é a prática do ciberativismo, a partir de ações articuladas por sujeitos sociais com interesses e pautas em comum, que integram uma sociedade em rede (CASTELLS, 1999). Nesse sentido, a Internet proporciona a multiterritorialização das estratégias de planejamento, articulação e mobilização dos movimentos sociais.

Essa nova forma de organização em rede resulta, conforme Machado, na “ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, ideias, valores, visões de mundo e

experiências individuais e coletivas em torno de identidades, interesses e crenças, e em um espaço muito curto de tempo" (MACHADO, 2007, p. 268). Assim, as estratégias dos fluxos, que são deslocalizadas, buscam conectar identidades, objetivos e visões de mundo.

De acordo com Manuel Castells (2003), a formação das redes se redimensiona, na atualidade, a partir de três processos que estão relacionados às exigências do setor econômico globalizada por flexibilização administrativa e organização do capital, à supremacia de valores sociais relacionados à liberdade individual e à comunicação aberta, potencializados pelos avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações, possibilitados pela revolução tecnológica.

Ademais, as redes reconfiguram as lógicas da organização social contemporânea, que se caracteriza pela geração, processamento e transmissão da informação como fontes fundamentais de produtividade e de poder social, ou contradomínio, que condicionam e/ou impactam em diversos âmbitos, como a economia, o conhecimento, o poder, a comunicação e a tecnologia (CASTELLS, 1999).

Dessa forma, as redes, que emergem da resistência de sociedades locais, visam a produção de uma nova sociedade, a partir da conscientização e da resistência. Nesse contexto, segundo Ronald Deibert (2000, p. 256), os teóricos mais otimistas acreditam que as redes de cidadãos constituem uma potencial expressão de participação genuinamente democrática, nas arenas até então monopolizadas pelo Estado e por corporações transnacionais, sendo que a Internet é considerada essencial para que essas redes se desenvolvam e tenham autonomia frente às formas de poder tradicionais.

A partir da atuação de grupos na Internet, a partir do ativismo em rede, ou ciberativismo, é possível ampliar as reivindicações e difundi-las nas mais variadas parcelas da sociedade, construir e compartilhar informações e incentivar discussões, além de organizar ações online e offline em prol de uma causa. Nesse sentido, o ciberativismo é considerado, por Antoun e Malini (2010), como a biopolítica da rede, ou seja, a forma pela qual manifestações autônomas conseguem exceder os controles e bloqueios dessa estrutura.

Para David de Ugarte (2008, p. 111), o ciberativismo é o mesmo que uma estratégia elaborada por grupos que utilizam a internet para mudar a agenda pública, pautando o cotidiano com temas de interesse do movimento, alçando tais ideias aos meios de comunicação tradicional. Assim o autor elenca o discurso, as ferramentas e a visibilidade como os três elementos que compõem o ciberativismo, que, consoante seu entendimento, é uma estratégia que necessidade de mobilização coletiva.

Conforme Gabriela Diniz e Maurício Caleiro (2011, p.2):

> Um dos principais objetivos deste ativismo eletrônico é combater o desinteresse pela coisa pública e criar canais de participação autênticos. Através de sites, blogs e/ou portais mobilizadores, pessoas, não necessariamente de um determinado espaço comum, podem organizar movimentos, difundir opinião e informação, agregar pessoas, promover ações físicas e eletrônicas, expressar seus descontentamentos em relação aos problemas cotidianos. Trata-se de utilizar as diversas ferramentas da Internet (fóruns, chats, websites, email) para difundir informação, reunir pessoas, propor idéias e ações. Essa é a esperança, mas uma esperança alicerçada em experiências concretas e em um fenômeno social planetáriolemos ciberativismo.

O ciberativismo possibilita que o receptor, pr vezes oprimido ou ignorado pelos meios tradicionais de comunicação, se torne, a partir do mundo digital, igualmente o emissor de suas demandas, interesses e lutas, ocorrendo, assim, uma inversão de papéis, em uma retoralimentação constante. Além disso, a partir da horizontalização causada nos movimentos sociais, as pautas passam a se diversificar e se construir a partir da interlocução de interesses locais e globais.

Isso ocorre, por exemplo, com o feminismo negro, que, a partir da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, com o ciberfeminismo, passou a desenvolver diversas estratégias para o empoderamento e representatividade negra, além do combate ao racismo intrínseco na sociedade. Sua atuação foi disseminada a partir de páginas e sites na web, que buscam a realização de objetivos diversos de resistência, de acordo com os principais interesses das mulheres negras.

Conceição e Brachtvogel (2021), por exemplo, abordam “os contornos que o ciberfeminismo negro tem alcançado a partir das representações de si e com a inserção nas redes sociais digitais”. Dessa forma, trazem a perspectiva da utilização de redes sociais por feministas negras “como ferramenta discursiva, objetivando o empoderamento de mulheres”(CONCEIÇÃO, BRACHTVOGEL, 2021, p. 13).

Por meio da internet, Dulcilei da Conceição Lima (2019, p. 61) também destaca que o movimento feminista negro retomou demandas e reascendeu “campanhas criadas pelo Movimento Negro Unificado nos anos 1980, como a campanha *Reaja ou será morto, Reaja ou será morta,* que denuncia a violência policial e o genocídio da juventude negra”. Nessa mesma direção, ressalta o grande número de textos, imagens e tutoriais disponíveis nas redes sociais e que “valorizam a estética negra através do incentivo ao abandono do alisamento dos cabelos, maquiagem para peles negras, vestuário que tem inspiração na cultura africana e mesmo o surgimento e ampliação de espaços de lazer e cultura voltados especificamente para a juventude negra” (LIMA, 2019, p. 61).

Destarte, verifica-se que a internet efetivamente se tornou um espaço a mais de resistência para a população negra e, neste caso, para divulgação de demandas aliadas ao feminismo negro, que toma contornos de um ciberfeminismo pela esfera em que está inserido. De fato, em que pese as demandas possam as mesmas daquelas defendidas pelo movimento nas ruas, a disseminação de informação e amplificação fornecidas pelo ciberespaço é que dão o tom distinto para essa nova forma de articulação.

Assim, como forma de elucidação, será analisada a página online "Preta e Acadêmica", suas finalidades, sua classificação e importância para a resistência da mulher negra nas redes, como uma forma de construir novas narrativas, diferentes daquelas que, muitas vezes, são sentenciadas contra corpos negros, como é o caso do encarceramento em massa.

2 "PRETA E ACADÊMICA": A RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA NA INTERNET E A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS

De acordo com o relatório do Departamento Penitenciário Nacional, por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, o encarceramento feminino vem aumentando em uma proporção de 10,7% ao ano, desde 2015 (VITO, SANTOS, 2014, p. 39). Em que pese aparentemente pouco significativa, isso quer dizer, em números absolutos, que a população carcerária feminina pulou de 12.925 em 2005 para 33.793 em 2014, tendo chegado a 37.200 em 2019 (últimos dados disponíveis do INFOPEN/2019).

O que cabe destacar, porém, é que cada vez mais esse encarceramento vem se restringindo a um determinado estrato social da população brasileira. Segundo o INFOPEN Mulheres, a faixa etária das mulheres presas no Brasil está, principalmente, entre 18 a 24 anos (27%), de maioria negra (68%), com ensino fundamental incompleto (50%) e em reclusão por tráfico de drogas ou associação ao tráfico (68%) (VITO, SANTOS, 2014).

Nessa senda, os maiores índices de encarceramento das mulheres negras se encontram nos estados das regiões Norte e Nordeste, onde a própria população negra já é superior, em número, em relação à população branca, enquanto que nos estados do Sul do país os percentuais diminuem, apesar de permanecerem elevados. No ponto, 33% da população carcerária feminina do estado do Rio Grande do Sul são mulheres negras.

De toda sorte, essa seletividade não se faz nova no cenário do direito penal. O Poder Judiciário brasileiro tem uma longa história atrelada ao punitivismo seletivo. Zaffaroni (2007, p. 23) é o principal

autor a tratar sobre a seletividade do sistema penal que, desde os primórdios, tem se desenvolvido na direção do chamado "etiquetamento social", em que determinados indivíduos da sociedade são tipificados como inimigo penal do Estado e, consequentemente, sofrem violenta repressão por parte das forças policiais.

No Brasil, essa seletividade recaiu sobre o corpo negro desde a abolição da escravatura, período este em que os ex-escravos não tiveram qualquer política pública de reparação por todo o tempo em que foram privados de sua liberdade.

O quadro daquela época, entretanto, ainda possui fortes reflexos atualmente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2014, a cada quatro pessoas que estão entre as 10% mais pobres do país, 3 pessoas são negras. Dentro da parcela de negros no Brasil, que era de 54% em 2014, 30,5% estavam entre os 30% mais pobres do Estado (UOL ECONOMIA, 2017). Como já diria Jorge Amado (2008, p. 281), em seu romance Jubiabá, "todo pobre agora já virou negro", ao ser um dos precursores a conjugar os problemas da população negra e mestiça com as desigualdades de classes (ROSSI, 2017).

Muito mais vulnerável, portanto, diante da falta de apoio estatal tanto em questões sociais como econômicas, os negros e negras têm sofrido diretamente com as políticas de segurança pública no Brasil, que são caracterizadas por operações policiais repressivas nas favelas e áreas marginalizadas, sob o pretexto da sagrada "guerra às drogas" (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 5). Mesmo sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, as pessoas apreendidas nessas operações são jogadas dentro das prisões sem previsão de saída, afrontando sobremaneira o seu direito de liberdade e a própria dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, embora muitas vezes não diretamente envolvidas nos crimes de tráfico, as mulheres negras acabam presas por auxiliarem seus filhos e maridos no comércio de drogas, servindo de "mula" ou, até mesmo, levando esse tipo de material para dentro das penitenciárias, onde seus companheiros se encontram (MACHADO, OLIVEIRA, 2017). Desse modo, inseridas em um contexto de criminalidade compulsória (seja porque sua família depende daquilo para subsistência, seja porque são coagidas ou ameaçadas, nas periferias onde vivem, a transportar drogas para dentro de presídios), as mulheres negras são altamente estigmatizadas e isoladas, pois afastadas de seus filhos pequenos (quando os têm) e do resto de seu núcleo familiar (BOITEUX, 2017).

Ademais, não só o convívio com parceiros envolvidos na criminalidade reforça o caminho do presídio para a mulher negra, como também a baixa escolaridade que é característica de moradores da

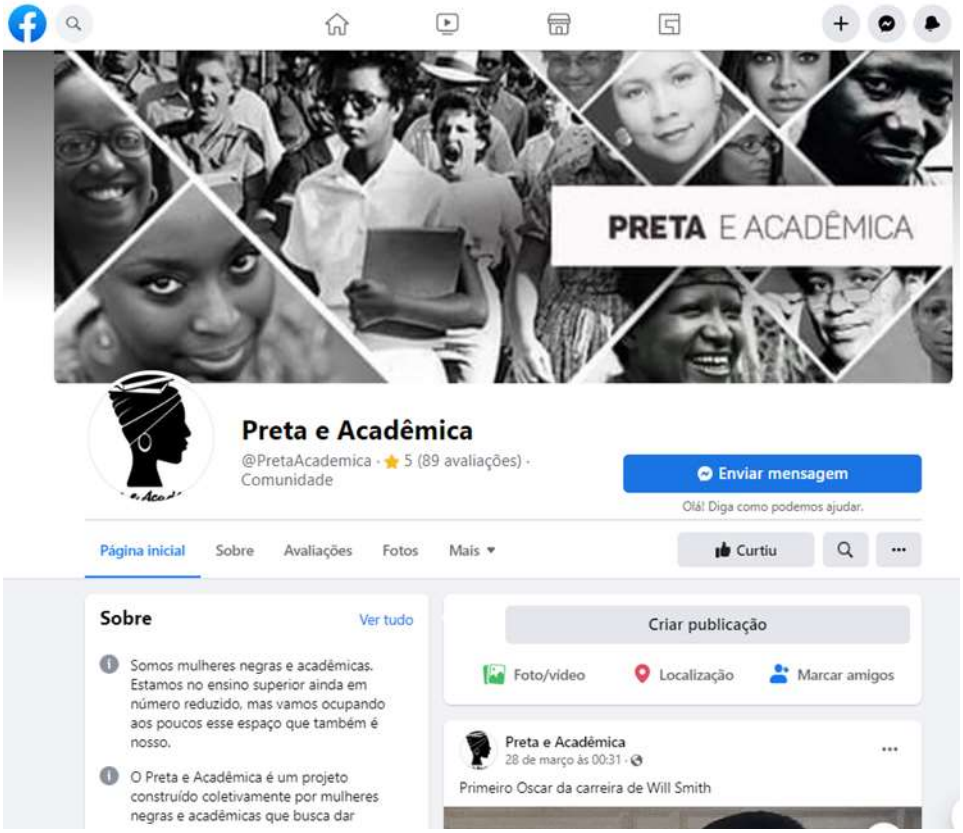
periferia. Conforme dados já transcritos do Infopen Mulheres, 50% das mulheres presas no Brasil possuem ensino fundamental incompleto. Cuida-se de grande fator não apenas para a desinformação, como também para rejeição dentro do mercado de trabalho, que tende a exigir a escolaridade mínima de ensino médio para contratações.

No ponto, as pautas do feminismo negro, ao associar questões sociais e econômicas ao preconceito de gênero e raça, são voltadas, principalmente, para a busca da "permeabilidade do Estado aos grupos subordinados para que eles participem de iniciativas da sociedade que visam à redistribuição dos participativos para decisão da alocação de recursos simbólicos materiais" (RIBEIRO, 2017), permitindo compreender a clara dependência entre opressão racial com "opressões de gênero, heteronormatividade e exploração econômica". Assim, o empoderamento feminino negro, especialmente, por meio da educação é uma forma de armar as mulheres negras contra a discriminação múltipla que sofrem (de gênero, raça e classe social).

Nessa senda, o presente capítulo buscou no ciberfeminismo negro, através da página "Preta e Acadêmica", hospedada na rede social Facebook, formas de resistência da mulher negra e a possibilidade de criação de novas narrativas, que não a do encarceramento em massa, por meio da valorização das negras que conseguem concluir o ensino superior nas mais diversas áreas de ensino. Em nenhum momento, porém, está-se a ignorar o fato de que muitas pessoas, inclusive dentro do próprio público-alvo, não possuem sequer acesso à Internet. Todavia, ainda assim, sabe-se que o alcance das mídias digitais pode, ao menos, dar maior visibilidade à causa.

Com quase 195 mil seguidores e com postagens que atingem milhares de visualizações diariamente, a página "Preta e Acadêmica" (Endereço URL: https://www.facebook.com/PretaAcademica) busca trazer, principalmente, postagens de cunho informativo, a respeito de mulheres negras que se formaram recentemente em algum curso superior, incluindo, em alguns momentos, breves relatos da história de vida daquela pessoa. No ponto, as próprias seguidoras da página costumam enviar suas histórias de superação, para que possam ser compartilhadas com outras pessoas.

Imagem 1: página “Preta e Acadêmica”.



Fonte: Facebook.

Veja-se que, desde a sua página principal, o fundo com montagens de imagens de importantes mulheres negras da história, como Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzales, bell hooks, Sueli Carneiro, dentre outras, reforça o apelo para a valorização dessa parte da população. A imagem de perfil também se apresenta simbólica, com uma mulher negra de turbante e com livros acima da cabeça - outro lembrete de que uma narrativa envolvendo conhecimento, estudo e mulheres negras também é possível.

Imagem 2: postagem na página “Preta e Acadêmica”.



Fonte: Facebook.

A imagem anterior demonstra, ainda, que não somente postagens sobre histórias individuais de mulheres negras são apresentadas, mas também notícias relevantes sobre diferentes carreiras e profissionais negras. Note-se que a linguagem de incentivo é sempre através de compartilhamentos como esse, que mostram um caminho possível de ser trilhado por essas mulheres – o amplo engajamento também ressalta que há uma interação e um público que consegue criar relações com o que é compartilhado.

De fato, utilizando-se a classificação de David de Ugarte (2008), o ciberativismo pode utilizar dois tipos de atuação. A primeira pode ser caracterizada como campanha, com um centro, com ações organizadas para a difusão de uma idéia. Já a segunda, trata-se da mobilização em busca da criação de um grande debate social distribuído, que é o caso do ciberativismo desempenhado pela página “Preta e Acadêmica”. Ainda, segundo o autor, esse tipo de ativismo digital, apesar de possuir uma finalidade, não há como mensurar as conseqüências da atuação.

Quanto a André Lemos (2017), ao considerar o ciberativismo como as práticas sociais de colaboração para o uso político da rede, classifica o ativismo digital em três tipos, quais sejam, conscientização e informação, organização e mobilização e hacktivismo. Como o ativismo, a partir da página “Preta e Acadêmica”, visa, principalmente, a difusão da representatividade e o empoderamento das mulheres negras, este pode ser enquadrado na primeira categoria.

Semelhantemente, Sándor Vegh (2003, p. 71) classifica os tipos de mobilização a partir do uso da rede. A primeira categoria se relaciona com organizações de conscientização e apoio, cuja web se torna um meio de aquisição de informações alternativo aos meios de comunicação em massa. Em relação à segunda categoria, esta incluiria a organização e mobilização a partir da Internet para uma ação específica. Por fim, a terceira é formada pelas iniciativas de ação/reação, como o apoio online e o congestionamento de sites. Novamente, o ciberativismo analisado neste trabalho pode ser enquadrado na primeira categoria.

Em que pese não seja voltada especificamente para a luta contra o encarceramento de mulheres negras, a "Preta e Acadêmica" é uma importante vitrine para que outras negras se enxerguem em um mundo tão elitista e, ainda, majoritariamente branco, como é o mundo acadêmico. A representatividade é uma pauta do feminismo negro que pode ter na Internet e no ativismo digital fortes aliados como forma de construção identitária e de transformação social.

Para Patricia Hill Collins (2019, p. 51) "desenvolver o pensamento feminista negro também implica buscar sua expressão em posições institucionais alternativas e entre mulheres que não são comumente vistas como intelectuais". Nesse sentido, Collins (2019, p. 52) destaca que

> Ninguém nasce intelectual nem se torna intelectual ao receber um diploma. Defendo que, na realidade, fazer um trabalho intelectual do tipo pensado pelo feminismo negro requer um processo de luta autoconsciente em favor das mulheres negras, independentemente do lugar social concreto em que esse trabalho ocorra.

Nessa senda, o exercício de valorização de mulheres negras, das mais diversas classes sociais, origens e traços torna-se uma importante ferramenta do ciberfeminismo negro, através da página "Preta e Acadêmica" no Facebook. Ultrapassando a ideia do conhecimento apenas pelo conhecimento, "o pensamento feminista negro deve estar ligado às experiências vividas pelas mulheres negras e ter como objetivo mudar essas experiências para melhor" (COLLINS, 2019, p. 77).

A representatividade trazida pela página, portanto, desempenha um importante papel ao tornar tangível um espaço ainda pouco comum para mulheres negras, como a academia, e ao valorizar as experiências de vida de cada uma. Inclusive, conforme já mencionado, algumas das postagens trazem a própria trajetória daquela mulher negra e acadêmica, que frequentemente tem de enfrentar inúmeros desafios não só de acesso, como de permanência em um curso superior.

CONCLUSÃO

É inegável a visibilidade que o ciberativismo pode trazer para as pautas dos movimentos sociais. Em um mundo cada vez mais conectado digitalmente, faz-se necessário também que a própria reivindicação de direitos encontre espaço no meio virtual, seja por meio de campanhas ou pela busca de debates sociais distribuídos, conforme citado anteriormente. Nesse sentido, o que se vê é que as redes sociais têm sido o principal instrumento para tanto.

No ponto, importante papel tem sido desenvolvido pelo feminismo negro na Internet, uma vertente específica para mulheres negras dentro do feminismo em geral, através de páginas como a "Preta e Acadêmica", no Facebook, ao promover a representatividade da mulher negra em um espaço ainda tão elitista e segregado como o é o meio acadêmico. Em um país onde mais da metade da população carcerária feminina é composta por mulheres negras e de baixa escolaridade, é fundamental uma mobilização que promova a ocupação de locais privilegiados por essa parcela tão marginalizada da população.

Não se ignora em momento algum, porém, que grande parte do próprio público alvo não tem condiçoes econômicas de acessar a Internet a qualquer momento, diante da alarmante falta de assistência do Estado – de toda sorte, tal fato não possui o condão de impedir que o movimento feminista negro crie formas de resistência através das redes sociais. Justamente por isso, é imprescindível que se veja também a representação da pauta no meio virtual, como forma de reivindicar também o acesso à Internet pela mulher negra.

A partir do momento em que se permite colocar essa parcela da sociedade em destaque, valorizando suas conquistas acadêmicas e dando visibilidade às dificuldades enfrentadas nesse caminho, não só se está a divulgar cada história particular de vitória, como, principalmente, garantindo que outras mulheres negras, ao ter contato com esse material, vejam como possível a sua inserção no ensino superior e, ainda mais, o sucesso que podem vir a alcançar. Embora a existência de cotas seja de conhecimento público, é preciso mostrar onde estão esses cotistas e quais têm sido as suas conquistas, comprovando ser possível a construção de novas narrativas para mulheres negras e suas famílias.

Destarte, o presente trabalho permitiu a conclusão de que páginas como a "Preta e Acadêmica" são, além da mobilização de um movimento social, a própria resistência de um grupo a que se tem, desde longa data, sido negado direitos fundamentais, como o próprio direito à educação. Trata-se, assim, de uma verdadeira ferramenta de transformação social, preocupada em promover a representatividade

negra na Internet e a pluralização de ambientes majoritariamente brancos, como as universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. Jubiabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANISTIA INTERNACIONAL. Você matou meu filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. Disponível em:< https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio, Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos, XIX Encontro da Compôs, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

BOITEUX, Luciana. Encarceramento feminino e seletividade penal. Informativo Rede Justiça Criminal, 9. ed. Disponível em: < http://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/encarceramento- feminino-e-seletividade-penal/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONCEIÇÃO, Cauana Peyrot; BRACHTVOGEL, Caterine de Moura. Rpresentações de si nos discursos da feminista negra Djamila Ribeiro no Instagram. In: SALÃO DO CONHECIMENTO UNIJUÍ, 2021, Ijuí. Anais [...]. Ijuí: Unijuí, 2021, p. 2. Disponível em:

https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/20753/19464. Acesso em: 04 abr. 2022.

DEIBERT, Ronald J. International plug'n play? Citizen activism, the Internet, and the global public policy. International Studies Perspectives, 1, p. 255-272, 2000.

DINIZ, Gabriela Faleiro; CALEIRO, Maurício. Web 2.0 e Ciberativismo: O poder das redes na difusão de Movimentos Sociais. Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - ISSN 2176 - 5111 São Luís - MA, Janeiro/Junho de 2011 - Ano XIX - Nº 8.

FACEBOOK. Preta e acadêmica. Disponível em: https://web.facebook.com/PretaAcademica. Acesso em: 04 abr. 2022.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen. Ano 2019. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen Acesso em: 04 abr. 2022.

LEMOS, André. Ciberativismo. Disponível em

http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/ciberativismo.pdf Acesso em: 04 abr. 2022.

LIMA, Dulcilei da Conceição. O feminismo negro na era dos ativismos digitais. Conexão Política, Teresina, v. 8, n. 1, pp. 49-70, jan./jun. 2019, p. 61. Disponível em:

https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/download/9388/5464. Acesso em: 04 abr. 2022.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias. n°.18. Porto Alegre Jul/Dez. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222007000200012&script=sci_artte. Acesso em: 04 abr. 2022.

MACHADO, Juliana; OLIVEIRA, Henrique. Sistema prisional, mulheres e o caso Adriana Ancelmo. Revista Justificando, 06 abr. 2017. Disponível em:

http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/06/sistema-prisional-mulheres-e-o-caso-adriana-ancelmo. Acesso em: 04 abr. 2022.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro: para além de um discurso identitário. Revista Cult, São Paulo, dossiê, jun./2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para- alem-de-um-discurso-identitario. Acesso em: 04 abr. 2022.

ROSSI, Gustavo. "Todo pobre já virou negro". Revista Cult, São Paulo, nº 165. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/jorge-amado-todo-pobre-ja-virou-negro. Acesso em: 04 abr. 2022.

UGARTE, David de. O poder das redes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

UOL ECONOMIA. Negro representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. 04 dez. 2015. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm. Acesso em: 16 set. 2017.

VEGH, Sándor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). Cyberactivism: online activism in theory and practice. London: Routledge, 2003.

VITTO, Renato Campos Pinto de; SANTOS, Thandara (coord.). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN: dezembro 2014. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, p. 39. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica- penal/documentos/infopen_dez14.pdf. Acesso em 13 set. 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O Inimigo no Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2007.